

# ESTUDOS PLURIDISCIPLINARES DA INFORMAÇÃO

## CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ÉTICA E LINGUAGEM

Carlos Cândido de Almeida  
Mariana Vitti-Rodrigues  
(Organizadores)

Coleção Estudos em  
Ciência da Informação  
3



CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*



PPGFIL

**ESTUDOS PLURIDISCIPLINARES  
DA INFORMAÇÃO**  
**CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ÉTICA E  
LINGUAGEM**

COLEÇÃO ESTUDOS EM  
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA  
MARIANA VITTI-RODRIGUES  
(ORGANIZADORES)

**ESTUDOS PLURIDISCIPLINARES  
DA INFORMAÇÃO**  
**CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ÉTICA E  
LINGUAGEM**

COLEÇÃO ESTUDOS EM  
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

3

Marília/Oficina Universitária  
São Paulo/Cultura Acadêmica  
2025



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



*Diretora*

Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

*Vice-Diretora*

Dra. Cristiane Rodrigues Pedroni

*Conselho Editorial*

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Edvaldo Soares

Franciele Marques Redigolo

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

COLEÇÃO ESTUDOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Organizador: Carlos Cândido de Almeida

*Normalização:*

Lucas Corrêa da Cunha Silva

CRB 3: CE1626

*Parecerista*

Prof. Max Rogério Vicentini

Professor Associado do Departamento de Filosofia e

Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade

Estadual de Maringá (UEM).

*Ficha catalográfica*

- 
- E82 Estudos pluridisciplinares da informação : ciência da informação, ética e linguagem / Carlos Cândido de Almeida, Mariana Vitti-Rodrigues (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2025.  
372 p. – (Coleção estudos em ciência da informação ; 3)  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5954-634-3 (Impresso)  
ISBN 978-65-5954-635-0 (Digital)  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0>

1. Ciência da informação - Filosofia. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 3. Ética. 4. Notícias falsas. 5. Linguagem e ética. 6. Semiótica. I. Almeida, Carlos Cândido de. II. Vitti-Rodrigues, Mariana. III. Série.

CDD 020.01

---

Telma Jaqueline Dias Silveira –Bibliotecária – CRB 8/7867

*Agradecimento*

O presente trabalho é resultado das atividades decorrentes das bolsas recebidas pelos organizadores do livro, a saber:

*MARIANA VITTI-RODRIGUES*

Bolsa de Pós-Doutorado (Brasil) - Processo FAPESP n. 2020/03134-1

Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (Inglaterra) - Processo FAPESP n. 2023/01408-5.

*CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA*

Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPQ - Processos n. 316198/2021-8 e n. 309086/2025-6.

Os organizadores agradecem o apoio recebido para a realização deste projeto.

Editora afiliada:



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	9
Rodrigo RABELLO	

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	21
Carlos Cândido de ALMEIDA	
Mariana VITTI-RODRIGUES	

## **PARTE I - INFORMAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA**

1. DOCUMENTO E INFORMAÇÃO: MEDIAÇÕES ENTRE INSCRIÇÃO E REALIDADE.....	33
Rodrigo RABELLO	

2. SISTEMAS, INFORMAÇÃO E COMPLEXIDADE: ALGUMAS QUESTÕES EM TORNO DOS OBJETOS E DO PENSAMENTO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....	71
Marivalde Moacir FRANCELIN	

3. UMA ARQUEOLOGIA DO SABER NA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO: PERCURSO INTELECTUAL DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO DA UNESP ..... 91

Augusto Júnior MACUCULE  
Marta Lígia Pomim VALENTIM

4. CARTOGRAFIAS ANTIEPISTEMICIDAS EM  
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DESDE  
ÁFRICA: EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL A PARTIR DA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO ..... 131

Gustavo Silva SALDANHA

## **PARTE II - INFORMAÇÃO, ÉTICA INFORMACIONAL E FAKE NEWS**

5. PERSPECTIVAS ETIMOLÓGICAS SOBRE A VERDADE E  
SUAS RELAÇÕES COM AS FAKE NEWS ..... 173

Maria Lívia Pacheco de OLIVEIRA

6. O CENÁRIO DE DISRUPÇÃO NA ESFERA PÚBLICA  
MEDIADA POR SISTEMAS AUTOMATIZADOS:  
DESINFORMAÇÃO E EROSÃO DA CONFIANÇA ..... 193

Renata MIELLI  
Anderson Vinícius ROMANINI

7. UM CONVITE À ÉTICA INFORMACIONAL ..... 213

João Antonio de MORAES  
Rafael Rodrigues TESTA

### PARTE III - INFORMAÇÃO E LINGUAGEM

8. PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO E PRAGMÁTICA DA LEITURA DA FICÇÃO: IMAGINAÇÃO, HABITUAÇÃO, AFETO .....	241
Pedro Ramos Dolabela CHAGAS	
9. TEORIA DA INTERPRETAÇÃO: PERCURSO ENTRE A EXPRESSÃO E O CONTEÚDO .....	265
Alexandre Robson MARTINES	
10. DESCLASSIFICAÇÃO E LINGUÍSTICA DECOLONIAL: INSTRUMENTOS E TERRITÓRIOS POSSÍVEIS CONTRA A COLONIALIDADE INFORMACIONAL .....	311
Marco Donizete Paulino da SILVA	
Luciana de Souza GRACIOSO	
GLOSSÁRIO .....	337
Carlos Cândido de ALMEIDA	
Mariana VITTI-RODRIGUES	
PARA SABER MAIS .....	355
Carlos Cândido de ALMEIDA	
Mariana VITTI-RODRIGUES	
SOBRE OS AUTORES .....	365



# PREFÁCIO

*...exemplares de uma  
“virada social e pragmática”  
da ciência da informação*

A compreensão de algo em movimento e transformação é sempre um desafio. A realidade, conforme a alegoria de Heráclito, assemelha-se a um rio que se modifica a cada instante. Se, na compreensão da natureza, o movimento é incontestável e dado, quanto mais o será naquilo que se costuma denominar produto ou fabricação social. É nesse contexto que se insere a informação e os campos do saber que buscam compreendê-la, controlá-la e manipulá-la.

A informação – quando concebida como produto de um processo cognitivo e/ou social – encerra, em parte de sua etimologia e concepção, um desafio de caráter interpretativo. Embora todos os campos do saber lidem com a informação, convivam com ela e a apreendam de maneiras distintas, alguns a assumem como objeto central de investigação. A esses campos incumbe, entre outros desafios, a difícil tarefa de compreendê-la e dominá-la conceitual e tecnicamente, de modo que sua aplicação seja significativa e efetiva.

<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p9-20>

Esse é o caso da ciência da informação e dos seus desafios, diante da necessidade de mobilizar conhecimentos e saberes de diferentes perspectivas – cada qual com sua contribuição – para o estudo da informação. O presente livro – Estudos pluridisciplinares da informação: ciência da informação, ética e linguagem –, organizado por Carlos Cândido de Almeida e Mariana Vitti-Rodrigues, apresenta alguns caminhos e um necessário mosaico de possibilidades interpretativas, evidenciando o quão escorregadia pode ser a compreensão desse objeto.

A apreensão da complexidade da informação também é procesual, transitando de uma fase “da arte” para fases “humanista” e “cientificista”. Poder-se-ia dizer que ainda vivenciamos variações dessas últimas, embora com o acréscimo de novas camadas e mediações, as quais, se por um lado permitem compreender as potencialidades e as limitações de perspectivas mais estáticas e com pretensões de totalidade – em uma palavra, tradicionais – no que diz respeito às possibilidades de compreensão, controle e manipulação da informação, por outro lado, permitem explicitar sua complexidade.

O que, na modernidade, se convencionou chamar de controle da informação possui raízes remotas, mantendo a relação fundamental entre suporte (bíblos) e conteúdo discursivo (lógos). Como evidencia a etimologia grega, para além da associação que hoje evoca a relação entre livro e informação, esse controle remonta às origens da organização da informação e do conhecimento. Essa trajetória remete ao armazenamento de conteúdos (lógoi) em espaços de conservação (thékē), com vistas ao posterior acesso e recuperação, sendo orientada por normas e regras (nómos) e sustentada por estratégias de produção de registros escritos (-graphía), para, por exemplo, a elaboração de listas.

Essa breve incursão etimológica sobre determinadas práticas explicita que a relação do controle e organização de conteúdos para acesso e recuperação está vinculada à formação lexical de termos como “biblioteca” (bíblos + thékē), “bibliografia” (bíblos + graphía), “biblioteconomia” (bíblos + thékē + nómos) e “bibliologia” (bíblos + lógos). O advento do

Iluminismo (séculos XVII e XVIII) e do cientificismo (séculos XIX e XX) trouxe novos significados às práticas de controle da informação.

O espírito do tempo na Idade Moderna impulsionou a disciplinarização do conhecimento como estratégia para sua compreensão, controle e manipulação. A produção e o uso de tratados e manuais – convertidos em fontes para técnicas ou métodos – exemplificam a busca pela reprodução, replicação e aplicação do conhecimento sistematizado. O universalismo racional e empírico estabeleceu-se como modelo dominante no contexto ocidental. Nesse cenário, o acesso ao conhecimento, antes mais restrito, passou por um movimento pendular entre o humanismo e a especialização empírico-racional, algo perceptível, por exemplo, no papel desempenhado, respectivamente, pelas bibliotecas públicas e pelas bibliotecas especializadas e centros de documentação.

Como desdobramento da biblioteconomia e do movimento bibliográfico modernos, a documentação – concebida por Paul Otlet e Henri La Fontaine no início do século XX – foi instrumentalizada como uma espécie de tecnologia literária, cuja síntese se expressa na obra de Otlet *Traité de Documentation*, publicada em 1934. Nesse contexto, buscou exercer uma força mandatária, amparada por um discurso voltado à promoção da dialogicidade entre instituições parceiras, com o objetivo de internacionalizar o controle bibliográfico em todos os campos do saber, por meio de uma rede centralizada na Europa – o Mundaneum –, pretensamente capaz de articular associações de colaboradores espalhados pelos continentes.

Embora tenha se constituído como um projeto político mais amplo, voltado à promoção de uma cultura de paz, e apesar do fracasso do Mundaneum antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 – anterior à morte de La Fontaine, em 1943, e de Otlet, em 1944 –, a dimensão técnica da documentação disseminou-se por diversas regiões, mantendo-se, ao mesmo tempo, influente e marginalizada. Esse fenômeno deve-se, em grande medida, à sobreposição do discurso informacional promovido pelo mundo anglo-saxão que se fortaleceu no contexto do pós-guerra, marcado pela polarização da Guerra Fria entre as duas potências hegemônicas – os

Estados Unidos e a antiga União Soviética – e suas respectivas zonas de influência, redefinindo os contornos da ordem mundial.

Na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos, a confluência entre fatores políticos, econômicos, tecnológicos e militares resultou, no âmbito acadêmico, na proposição da ciência da informação. A crescente necessidade de controlar a informação por meio de sistemas especializados e tecnológicos exigiu a criação de uma “ciência” interdisciplinar, atenta a contribuições multidisciplinares. Assim, além da biblioteconomia especializada e da documentação, integraram-se saberes provenientes de áreas como cibernética, matemática, ciétiometria, psicologia, linguística, ciência da computação, ciência cognitiva, entre outras.

A busca pelo controle da informação registrada é uma constante que atravessa as fases da “arte”, do “humanismo” e do “cientificismo”. Esse intento histórico de controle não apenas constituiu, como também segue orientando concepções que associam informação a registro. Na tradição da “arte” biblioteconômica ou bibliográfica, essa concepção está ligada ao b́blos que contém lógos; na biblioteconomia humanista, refere-se prioritariamente aos livros impressos, como demonstra o papel marcante da enciclopédia; no início da biblioteconomia especializada, direciona-se aos documentos bibliográficos, sobretudo com a emergência do periódico científico; e, na documentação, abrange os documentos em sentido amplo. Já na tradição da ciência da informação, a ênfase recai sobre a informação registrada em um suporte. Em todas essas abordagens, o registro torna-se passível de tratamento e processamento – seja em sua dimensão descritiva, seja em sua dimensão temática –, possibilitando seu acesso e recuperação em sistemas de informação.

A centralidade da noção de sistema de informação também se tornou uma característica distintiva. No século XX, a cibernética – sistematizada por Norbert Wiener e amplamente debatida e aprofundada nos Estados Unidos e na antiga União Soviética, como bem demonstrado nos estudos de Roberto Lopes dos Santos Junior –, influenciou a teoria matemática da informação, de Claude Shannon, além de fundamentar o início do desenvolvimento da computação e da inteligência artificial. Nesse contexto, a

ideia de sistema de informação foi fundante e se consolidou, dentre outras, na ciência da informação, onde a informação registrada, ou mensagem física, deveria ser transmitida de forma eficaz e eficiente. Inicialmente, os estudos concentraram-se na estrutura e no aperfeiçoamento dos próprios sistemas, para, em um segundo momento, incorporar à equação o papel dos usuários que acessavam e consumiam a informação processada profissionalmente nesses sistemas.

Embora a noção de aperfeiçoamento de sistemas, com a otimização do fluxo de informação, componha a tradição da ciência da informação e tenha passado por renovação – especialmente com a incorporação de novos interesses, como ciência de dados, big data, e-science, estudos métricos e investigações sobre o comportamento de dados e algoritmos em plataformas digitais –, de forma mais visível, ao menos nas últimas quatro décadas, o campo tem vivenciado uma “virada social e pragmática”, conforme demonstrado por Rafael Capurro. A partir desse cenário e incorporando a renovação tecnológica mencionada, os fundamentos da ciência da informação têm se expandido, estabelecendo conexões da informação com a filosofia e as ciências sociais, e ampliando seus horizontes, tanto no âmbito epistemológico quanto nos estudos éticos, políticos, históricos e econômicos, além do crescente interesse, nesse contexto, pela investigação do papel dos signos e da linguagem.

A contribuição de Almeida e Vitti-Rodrigues, e dos colaboradores, cujos textos compõem a obra *Estudos pluridisciplinares da informação*, é generosa e oportuna ao explicitar elementos da mencionada “virada social e pragmática” do campo. No livro são apresentados temas que demonstram a ampliação dos horizontes de investigação e registram o desenvolvimento da ciência da informação no Brasil, que tem se fortalecido na compreensão da área à luz de uma leitura particular. Essa força tem se construído não apenas no contexto da corrente principal (*mainstream*), conforme os “cânones” do Norte Global, mas também ao estabelecer uma reflexão crítica própria, sensível aos problemas do Sul Global, incluindo questões regionais e locais.

## UM MOSAICO INTERPRETATIVO SOBRE A INFORMAÇÃO

No panorama interpretativo construído pelos autores sobre a compreensão da informação, sobressaem expressões ou temas como mediação e materialidade, pensamento complexo, visibilidade epistêmica, teoria crítica e epistemicídio, verdade, notícias falsas (*fake news*) e desinformação, mediação algorítmica, ética informacional, pragmática da leitura, teoria da interpretação, desclassificação e linguística decolonial. Abrangendo esse universo temático, o livro está estruturado em três partes: a primeira trata da relação entre “informação, ciência da informação e biblioteconomia”; a segunda aborda “informação, ética informacional e fake news”; e a terceira, dedica-se à “informação e linguagem”.

No primeiro capítulo, “Documento e informação: mediações entre inscrição e realidade”, Rodrigo Rabello examina a relação entre documento e informação, problematizando a mera inscrição em suporte como meio de representação da realidade. A complexidade envolvida em tal representação exige mediações que abarquem dimensões epistêmicas, políticas e éticas. Para exemplificar aspectos dessas mediações, o autor propõe três perspectivas a partir das quais a realidade pode ser abordada: como um “dado” (que “está aí”), como algo “próximo” (dependendo da interpretação), ou como algo “distante” (ou “não muito próximo”). A análise conta com a contribuição de pressupostos das disciplinas história e documentação, ampliando o debate sobre a materialidade da informação. A adoção das perspectivas relacionadas à materialidade, especialmente em contextos ou modos de institucionalidade, é apresentada como uma alternativa para as contingencialidades da representação da realidade.

No capítulo seguinte, intitulado “Sistemas, informação e complexidade: algumas questões em torno dos objetos e do pensamento na Biblioteconomia e Ciência da Informação”, Marivalde Moacir Francelin analisa as relações entre sistemas, informação e complexidade à luz dos pensamentos de Heidegger e Morin. O autor questiona os modelos tradicionais de interpretação da informação, destacando a necessidade de uma abordagem renovada que vá além da simplificação centrada no indivíduo e na perspectiva tecnocientífica. A pesquisa tece uma reflexão sobre

o papel central dos objetos-informação e das bibliotecas na construção do conhecimento. O estudo contribui ao refletir sobre as transformações da sociedade da informação, destacando a mudança para uma era de compartilhamento de objetos, propondo, ao final, uma reforma do pensamento e reconhecendo a informação como algo sempre existente em sistemas em (in)formação.

No terceiro capítulo, “Uma arqueologia do saber na ciência da informação: percurso intelectual do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp”, Augusto Júnior Macucule e Marta Lígia Pomim Valentim investigam a trajetória intelectual do PPGCI da Unesp, com ênfase na produção científica de seus docentes entre 1998 e 2021. A partir das abordagens teóricas de Foucault e Bachelard, os autores destacam a interrelação entre ensino e pesquisa e o impacto do Programa no cenário acadêmico nacional e internacional. O estudo revela, ademais, um crescimento substancial na produção de artigos, livros, teses e dissertações, como um reflexo do amadurecimento da área. A pesquisa contribui para a compreensão da consolidação da identidade da ciência da informação no Brasil, além de evidenciar a importância da formação de profissionais e pesquisadores no campo.

O capítulo que finaliza a primeira parte do livro, intitulado “Cartografias antiepistemicidas em biblioteconomia e ciência da informação desde África: epistemologia decolonial a partir da República Democrática do Congo”, de Gustavo Silva Saldanha, propõe uma análise crítica sobre a epistemologia da biblioteconomia e ciência da informação (BCI), destacando a contribuição africana na constituição do campo. A pesquisa, vinculada ao projeto “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação”, examina as repercussões da colonialidade na formação dos sistemas de conhecimento, com ênfase na tradição bibliográfica africana e no papel político e econômico da bibliografia. O autor critica os paradigmas epistemológicos dominantes, ressaltando a importância do pensamento decolonial e anti-epistemicida, e argumenta pela necessidade de uma epistemologia autônoma, com particular atenção às experiências do Congo e suas implicações para a construção de BCI.

Essa primeira parte, dedicada aos estudos sobre “informação, ciência da informação e biblioteconomia”, ilustra a ampliação dos horizontes de investigação ao considerar o pensamento complexo que incide sobre sistemas e, para além deles, sobre dimensões epistêmicas, éticas e políticas da informação. Com base em uma pesquisa conduzida em um reconhecido programa de pós-graduação brasileiro em ciência da informação, essa seção também explora a visibilidade epistêmica da área em um país de economia emergente e pertencente ao Sul Global, abordando, além disso, as assimetrias e os aspectos histórico-críticos do epistemicídio em relação ao conhecimento produzido em África. Essa discussão prepara o terreno para a próxima parte, dedicada à “informação, ética informacional e fake news”.

A segunda parte do livro tem início com o quinto capítulo, intitulado “Perspectivas etimológicas sobre a verdade e suas relações com as fake news”. Nele, Maria Lívia Pachêco de Oliveira analisa como as transformações nas tecnologias de informação e comunicação, aliadas à ampliação das redes de relacionamento, afetam os fenômenos informacionais. Embora a circulação de notícias falsas seja um processo historicamente documentado, o cenário atual potencializa sua difusão e influência. O capítulo examina as concepções etimológicas da verdade, evidenciando como seus fundamentos são mobilizados na construção das fake news, conferindo-lhes aparente legitimidade. A pesquisa aponta para a urgência da construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento da competência informacional e do pensamento crítico como formas de mitigação da desinformação.

No capítulo seguinte, intitulado “O cenário de disrupção na esfera pública mediada por sistemas automatizados: desinformação e erosão da confiança”, Renata Mielli e Vinícius Romanini analisam as transformações do debate público sob a mediação algorítmica das plataformas digitais. Os autores adotam uma abordagem semiótica e sociológica para investigar de que modo os algoritmos de aprendizagem de máquina modulam a distribuição de conteúdos e intensificam discursos morais e emocionais, influenciando a construção de crenças. O texto demonstra que a microsegmentação informacional intensifica a desinformação, re-

configura relações de poder e compromete a confiança pública. Diante desse cenário, os autores defendem políticas regulatórias e estratégias de governança para mitigar a fragmentação discursiva e os impactos adversos da manipulação algorítmica.

O sétimo e último capítulo da segunda parte, intitulado “Um convite à ética informacional”, propõe uma reflexão crítica sobre os desafios éticos emergentes na sociedade digital. João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa analisam a ascensão da sociedade da informação e os desdobramentos da mediação tecnológica nas relações sociais, explicitando como a digitalização reconfigura o acesso ao conhecimento, o trabalho, a educação e a cidadania. Ao examinar a influência dos algoritmos na circulação da informação, os autores demonstram como essas dinâmicas afetam a esfera pública e a autonomia dos indivíduos. O capítulo contextualiza a ética informacional e apresenta algumas questões centrais desse campo – como é o caso da censura, privacidade informacional, governança na Internet, dentre outras –, buscando sensibilizar leitores e leitoras para os dilemas que emergem da crescente dependência tecnológica.

A segunda parte do livro, conforme observado, é provocativa e resgata questões que precisam ser enfrentadas. Diante do uso instrumentalizado da noção de verdade para distorcê-la, é necessário desenvolver estratégias que promovam a educação e competências críticas em informação. Além disso, a construção de políticas regulatórias torna-se fundamental para enfrentar o poder da mediação algorítmica das plataformas digitais, especialmente as privadas, que têm grande influência na esfera pública. Esses efeitos geram implicações que vão além dos novos modos de circulação e acesso à informação, alcançando também as práticas dos indivíduos em diferentes formas de sociabilidade. Isso é visível não apenas no caráter emancipador das tecnologias, mas também no seu potencial de aprisionamento de subjetividades, como ilustrado pelo crescimento do vício em dispositivos móveis e redes sociais. Nesse contexto, a terceira parte – dedicada à “informação e linguagem” – apresenta nuances complementares a essas questões.

No oitavo capítulo – “Processamento da informação e pragmática da leitura da ficção: imaginação, habituação, afeto” –, Pedro Ramos Dolabela Chagas examina os processos cognitivos e afetivos que sustentam a experiência leitora, enfatizando a interação entre informação, construção ficcional e envolvimento do leitor. A análise considera a dualidade da informação na leitura literária: como unidade distintiva no fluxo narrativo e como mecanismo de redução de incertezas interpretativas. O autor discute a formação de mundos possíveis na ficção e o papel da familiaridade na assimilação dos elementos narrativos, destacando a maneira como os efeitos textuais orientam a cognição e a afetividade do leitor. O estudo oferece uma alternativa para se aprofundar a compreensão dos processos mentais que estruturam a recepção da literatura e sua função na experiência humana da narrativa.

O capítulo seguinte, “Teoria da interpretação: percurso entre a expressão e o conteúdo”, de Alexandre Robson Martines, explora a interação entre linguagem, informação e interpretação, destacando a forma como a linguagem materializa a informação e estrutura o processo interpretativo. O autor analisa as camadas semânticas e linguísticas que formam o enunciado, ressaltando o papel da linguagem na ativação de conceitos e na construção do conhecimento. A pesquisa busca fundamentar uma teoria da interpretação, considerando as diferenças entre o plano da expressão e o plano do conteúdo. Martines também evidencia como os signos linguísticos são instrumentos de significação, ativando a cognição e permitindo que a informação seja compreendida, ao mesmo tempo que discute os riscos de manipulação discursiva e a importância de critérios de verificação para garantir a legitimidade da informação na construção de um discurso democrático.

No capítulo final do livro, intitulado “Desclassificação e linguística decolonial: instrumentos e territórios possíveis contra a colonialidade informacional”, Marco Donizete Paulino da Silva e Luciana de Souza Gracioso aprofundam o exame das disputas em torno da linguagem e de sua instrumentalização na imposição de normas comunicativas. Articulando aportes da ciência da informação, da linguística e da teoria decolonial, os autores

investigam como dispositivos linguísticos têm sido mobilizados para a manutenção de relações coloniais em contextos de controle e silenciamento. A partir de conceitos como “mundo da vida” e “ação comunicativa”, propostos por Jürgen Habermas, a análise enfatiza estratégias de resistência linguística presentes em comunidades identitárias, com destaque para o movimento LGBTQIAPN+. Ao defender a legitimidade de expressões como a linguagem neutra, o estudo contribui com caminhos teóricos e políticos para a reconstrução de espaços classificatórios que acolham a pluralidade dos sujeitos e saberes.

Enfim, na terceira e última parte do livro, são exploradas as camadas da materialidade que envolvem “informação e linguagem”. Inicialmente, abordam-se os efeitos cognitivos e afetivos sobre o leitor, com ênfase na experiência da leitura do texto ficcional. Em seguida, a articulação de uma teoria da interpretação – fundamentada em bases epistemológicas e técnico-linguísticas – expande, por exemplo, aspectos de aportes teóricos de Bernd Frohmann no campo da ciência da informação. Essas análises contribuem para a compreensão da estruturação de discursos e enunciados, demonstrando que a linguagem não apenas expressa, mas materializa a informação. Tais perspectivas introduzem mecanismos cognitivos e lógicos que podem ser mobilizados nas relações de poder no âmbito, por exemplo, das linguagens documentárias, reforçando a urgência de uma revisão crítica dos sistemas classificatórios tradicionais e da construção de linguagens decoloniais.

Para além dos tradicionais interstícios destinados ao controle da informação, a presente publicação oferece exemplares oportunos para representar a “virada social e pragmática” da ciência da informação no contexto brasileiro e, conseqüentemente, de um recorte do cenário latino-americano. A obra compõe um mosaico interpretativo sobre a informação, explorando múltiplos matizes e abordagens.

A informação, enquanto artefato líquido – para usar uma alegoria de Zygmunt Bauman, recentemente investigada por Richele Grengo Vignoli –, reflete, em sua própria etimologia, a metáfora da realidade em movimento. Trata-se de algo que escapa, escoando pelos dedos do

pesquisador, exigindo a constante atualização de instrumentos e aportes teóricos não apenas para sua compreensão, controle e manipulação – dentro de uma teleologia voltada ao aperfeiçoamento e funcionamento dos sistemas de informação –, mas, sobretudo, para situá-la na posição condizente à sua complexidade.

A obra organizada por Carlos Cândido de Almeida e Mariana Vitti-Rodrigues convida os leitores a um espaço pluridisciplinar de reflexão, mobilizando estudos que permitem vislumbrar a amplitude de perspectivas que ilustram e problematizam os desafios e potencialidades da informação na contemporaneidade.

*Brasília, 5 de abril de 2025.*

*Dr. Rodrigo RABELLO*  
*Faculdade de Ciência da Informação*  
*Universidade de Brasília*

# APRESENTAÇÃO

*Carlos Cândido de ALMEIDA*  
UNESP  
*carlos.c.almeida@unesp.br*  
*<https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>*

*Mariana VITTI-RODRIGUES*  
UNESP  
*mvittirodrigues@gmail.com*  
*<https://orcid.org/0000-0002-4764-2575>*

A informação volta e meia ressurgue como um objeto primordial de preocupação de diversas áreas do conhecimento e de interesse dos debates jornalísticos. A questão da popularidade da informação no debate público mobiliza diversos acadêmicos a sentar-se e emitir pareceres a respeito de uma infinidade de temas, do impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação, da inteligência artificial, da velocidade de acesso à informação, da brecha digital, dos problemas cognitivos e sociais causados

<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p21-29>

pelo excesso de conteúdos midiáticos, até o uso da informação no contexto das guerras.

No caso da ciência da informação, constituída na segunda metade do século XX com o apoio de um aglomerado de disciplinas, da química à biblioteconomia, que busca direcionar a sua atenção ao problema humano do processamento e uso da informação inscrita em documentos, pensar sobre o fenômeno informação consiste na justificativa de sua própria existência e torna-se uma questão identitária. Contudo, a forma de abordar o problema e as premissas envolvidas nos estudos de informação nem sempre está disponível ao grande público e mesmo o debate acadêmico não procura aclará-las.

Nesse sentido, busca-se nesta introdução marcar como as correntes realistas e relativistas tendem a orientar o debate. Parte do desentendimento e da improdutividade do diálogo entre cientistas da informação, de um lado, e informáticos e cientistas, de outro, deve-se à dificuldade de admitir como plausíveis a posição epistemológica adversária. Como será visto, o pêndulo da ciência da informação inclina-se ao relativismo e algumas contradições e limites para a argumentação da área são impostos por esse alinhamento.

O realismo - a constatação de que há fenômenos reais e externos à mente dos quais não podemos alterar por força volitiva - impõe-se como condição epistemológica básica, associado, obviamente, com os princípios clareza, racionalidade, prova empírica e sistemismo, tal como apontados por (Bunge, 2015, p. 18, Bunge, 2017). Esta concepção de realismo é explicitada na filosofia de Peirce quando enfatiza que “O real, então, é aquilo que, mais cedo ou mais tarde, informação e raciocínio poderiam finalmente nele resultar, e que portanto independe dos meus e dos seus caprichos.” (Peirce, 1974, p. 1795, CP 5.331, tradução nossa). O filósofo norte-americano também defende um realismo das formas que se contrapõe à doutrina denominada nominalismo. Esse segundo tipo de realismo considera que os conceitos correspondem a estruturas formais reais, isto é, há padrões presentes no universo que independem da atribuição humana de nomes.

Nos estudos sobre a informação, podemos perceber estes dois tipos de realismo - o real como aquilo que independe de nossas crenças sobre o mundo, e realismo das formas - moldam a análise do que se entende por informação em suas diversas perspectivas, seja ontológica, epistemológica, ecológica, ética, técnica, ou semiótica. De certa forma, as abordagens do realismo de Peirce, são retomadas nas discussões sobre a informação na filosofia, na computação e na biologia (vide a coletânea “Estudos Pluridisciplinares da Informação: filosofia, tecnologia e semiótica”, pertencente à “Coleção Estudos em Ciência da Informação”).

No outro espectro de análise, encontramos perspectivas relativistas que orientam diversas posições epistemológicas nas ciências humanas e sociais. Para seguir com a argumentação, vamos recorrer à organização das linhas do relativismo propostas por Rios (2021), o qual constata que: “Essas influências que originam o debate relativista são tratadas, na Filosofia Contemporânea, pela Fenomenologia, pelo Pragmatismo, pela Hermenêutica, pelo Pós-estruturalismo, pela Pós-modernidade e, principalmente, pela Filosofia da Ciência: Kuhn (1962) e Feyerabend (1965).” (Rios, 2021, p. 37).

De acordo com Rios (2021) são vários tipos de relativismo: o relativismo cultural, relativismo histórico, relativismo moral, relativismo conceitual, relativismo sobre a verdade e relativismo epistêmico. Não é fácil identificar e separar esses tipos de relativismo e como orientam as pesquisas nas ciências humanas e sociais.

Adeptos da variação denominada relativismo cultural defende que existe uma “diversidade de valores e normas entre culturas e épocas históricas diferentes, a relatividade de julgamento quanto às visões de mundo diferentes, a relatividade do comportamento e pensamento humano quanto aos seus ambientes culturais e uma tolerância entre os pontos de vista” (Baghrarian, 2015 *apud* Rios, 2021, p. 37). Parte-se da constatação antropológica elementar de que a humanidade está dividida em várias culturas nas diversas regiões do globo, e que, conseqüentemente, os valores e as normas de convivência serão distintas entre as comunidades.

Por outra parte, segue Rios (2021), o relativismo histórico, uma espécie de derivação do primeiro, sustenta que cada época possui a sua própria ideologia, bem como a sua forma de expressão cultural e social. É imperativo evitar comparar etapas da história, pois, segundo essa posição, a ideologia que nutre a interpretação será sempre distinta. Com base nesse argumento, não seria possível reinterpretar o passado porque estaríamos presos a ideologia do presente com vieses que impediriam a compreensão dos eventos passados.

O relativismo moral prega a tolerância, argumentando que crenças e valores de uma sociedade variam de acordo com o tempo, a cultura e o local. Nesse sentido, qualquer julgamento moral estaria condicionado às regras sociais e ao contexto cultural do indivíduo. A busca de universais éticos que balizam as decisões dos indivíduos seria inócua.

Por sua vez, o relativismo conceitual, mais específico e sofisticado para a explicação sobre o que é o conhecimento e como o adquirimos, sustenta que o real é construído por meio de conceitos e estes decorrem da cultura e de seu tempo histórico. À primeira vista, parece aceitável que os conceitos sejam construções formadas no seio de uma dada sociedade e baseados nas crenças de uma determinada época, mas se oculta o fato de que os conceitos científicos devem ser contrastados com elementos da realidade.

Neste contexto, a relação entre conceito, referência, significado, verdade e sua possível correspondência com a realidade se torna imprescindível. Sabemos que nem todos os conceitos podem ser questionados, verificados e testados para atender critérios de cientificidade. Então, de que conceitos se está tratando?

No relativismo conceitual, “A construção do ‘real’ ocorre pelo uso de conceitos que podem ser compreendidos como unidades semânticas ou unidades significativas do conhecimento.” (Rios, 2021, p. 39). Assim, os relativistas conceituais sustentam que a linguagem recorre a categorias, sistemas e esquemas conceituais e estes moldam a realidade com base na cultura, no contexto social e histórico. De certa forma, tal pressuposto está presente nas afirmações linguísticas sobre o pluralismo linguístico. Rios

(2021) menciona que há um paralelo entre o relativismo conceitual e a ideia de paradigma de Kuhn (1997), pois cientistas de paradigmas diferentes atuam sob o efeito de esquemas conceituais distintos, tendo em vista que suas visões sobre o mundo, os experimentos, as leis e as teorias serão diferentes para explicar determinado fenômeno.

No caso específico do relativismo sobre a verdade, Rios (2021, p. 40) comenta que a tese principal “declara que algo pode ser verdadeiro para uma pessoa ou para uma comunidade, mas não pode ser verdadeiro para outra pessoa ou para outra comunidade.” Nesse sentido, conforme o autor, de maneira resumida, para que algo seja verdadeiro, basta que alguém afirme que algo é corresponde com a realidade, e pronto: “Para que sejamos mais claros, coloquemos essa expressão na seguinte forma: ‘P é verdadeiro para X’.” (Rios, 2021, p. 40). Para Rios (2021), uma crítica antirrelativista consideraria a possibilidade de autorrefutação e a falta de determinação sobre o que se entende por verdadeiro ou falso.

Por fim, o relativismo epistêmico considera que o conhecimento depende e se altera de acordo com os sistemas conceituais e as culturas em que está inserido/disseminado. Em outras palavras, esses condicionam a produção do conhecimento, bem como as suas formas de admissão. Dentro desse tipo de relativismo, segundo Rios (2021, p. 41), podemos entrever algumas variedades nem sempre admitidas: o relativismo sobre a racionalidade, o relativismo sobre a lógica, o relativismo sobre a ciência e o construcionismo social.

Em síntese, presumimos que os relativismos têm orientado noções de informação, especialmente as definições atinentes aos problemas das ciências humanas e sociais. A fórmula básica é que, para o sujeito cognoscente autônomo, um conteúdo interpretável é informativo ou será informação quando for assimilado. Isto é, bastaria passar dos estímulos externos para imagens mentais internas para alcançarmos a informação. Nesse sentido, e com o apoio dos relativismos cultural, histórico, moral, conceitual e epistêmico, não haveria possibilidade de universalizar a questão e determinar que elementos mínimos e gerais estão associados ao tema da informação.

Se o relativismo tem ocupado boa parte das explicações sobre informação no escopo da ciência da informação, isso deve levar a algumas consequências. Entendemos que há limitações em falas que podem ser resumidas nas seguintes afirmações: “são os usuários da informação quem podem dizer o que é informação”, “o que é informação para uma pessoa pode não ser considerado informação para outra”, ou ainda, “a informação está na significação da mensagem e esse processo é individual e social”. No caso das instituições, podemos encontrar ainda as afirmações: “a informação é uma construção coletiva conduzida por instituições sociais” ou “as instituições dedicadas à informação selecionam, organizam e classificam e direcionam o significado, transformando dados em informação”. Há um paralelismo aqui, segundo essa leitura, o significado das mensagens não existe *per se*, logo, não existe informação sem a intervenção humana ou de algumas de suas instituições. Assim, intensão e extensão não existem *a priori*.

Contudo, pode-se dividir a questão em um psicologismo e um sociologismo. No primeiro, a essência mesma da informação é mental, é fruto de um conjunto de operações psicológicas que, para orientar-se no mundo, o organismo seleciona e registra algumas disposições externas traduzidas pela linguagem, lhes dá sentido e as transforma em pacotes de significado (informação). No segundo, à moda dos estruturalistas, o indivíduo quase nada produz, apenas é vinculado à informação como um epifenômeno do coletivo. Isto é, externalizamos apenas as possibilidades linguísticas dadas pela instituição social chamada língua. Há uma dificuldade em saber ao certo qual orientação é mobilizada, como nos modelos cognitivo e socio-cultural (Araújo, 2018, p. 86-91), ou um psicologismo superficial ou um estruturalismo arcaico. Não obstante, a base mostra-se comum: uma considerada transformação de dados em informação dependerá de cada sujeito e de sua mente ou de cada cultura e de suas instituições.

Trocando em miúdos, do ponto de vista dos cientistas da informação em seu viés relativista, quando retiramos um livro de uma estante e o lemos, a interpretação não precisa coincidir com enunciados e os referentes dos autores. No mesmo exemplo, a classificação dos livros, bem como a sua utilidade, dependem de uma determinada cultura e dos processos ins-

titucionais (seleção, coleta, aquisição, catalogação, classificação, indexação, recuperação e uso) que levam uma sociedade a valorizar certos conteúdos e não outros.

O projeto de construção deste livro originou-se da necessidade de aproximar áreas como a ciência da informação e a filosofia. Outras ciências também foram agregadas ao projeto, além de reflexões sobre o uso público da informação. Desse modo, o trabalho excedeu o âmbito de uma disciplina ou um campo, convertendo-se em pluridisciplinar, isto é, acolhendo diferentes perspectivas sobre o conceito de informação advindo de múltiplas áreas do conhecimento sem, necessariamente, almejar a universalização daquilo que entendemos por informação.

Como a proposta de conjugar os estudos da ciência da informação e de outras ciências sobre o tema informação ficou extremamente extensa, foi necessário separar o projeto em duas coletâneas: a primeira intitulada “Estudos pluridisciplinares da informação: filosofia, tecnologia e semiótica” (Coleção Estudos em Ciência da Informação; 2) e a segunda, de que trata o volume ora apresentado, “Estudos pluridisciplinares da informação: ciência da informação, ética e linguagem” (Coleção Estudos em Ciência da Informação; 3). A leitura do conjunto permitirá uma compreensão mais adequada das perspectivas realistas e relativistas da informação, embora estas classificações não sejam sempre as mais adequadas para abarcar a complexidade das contribuições dos diversos autores.

Esta coletânea voltada aos temas ciência da informação, ética e linguagem, está organizada em três partes, as quais procuram reunir as contribuições dos mais diversos especialistas brasileiros sobre a informação. Inaugura as seções do livro, a primeira parte dedicada aos estudos da informação como debatidos na ciência da informação, com o capítulo teórico de Rodrigo Rabello sobre a noção de documento em que explora a relação entre representação e realidade por meio do estudo de diferentes formas de mediação. O capítulo Marivalde Moacir Francelin apresenta os principais conceitos do pensamento complexo nos estudos sobre informação objetivando repensar a informação em termos de essência e complexidade. Também constam as contribuições de Augusto Júnior Macucule e Marta Lígia Pomim Valentim, sobre o impacto de um programa de ciência da

informação na formação da área no Brasil e o estudo de Gustavo Silva Saldanha, o qual versou sobre o epistemicídio na constituição do pensamento da ciência da informação na África.

A segunda parte, intitulada “Informação, ética informacional e fake news”, é central para entender a convergência entre as perspectivas relativistas e realistas da informação e o interesse público recente pelo tema da informação. Na referida parte, o leitor encontrará o capítulo de Maria Lívia Pacheco de Oliveira sobre o conceito de *fake news* que explora a relação entre informação e diferentes abordagens sobre a verdade, o trabalho sobre os sistemas automatizados de desinformação de Renata Mielli e Vinícius Romanini e suas implicações para o debate público e a formação de crenças e, por fim, um convite para uma ética informacional, de autoria de João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa no qual os autores expõem os principais fundamentos conceituais e as problemáticas abarcados pela Ética Informacional.

A terceira e última parte do livro explora a conjunção linguagem e informação, com o capítulo sobre pragmática da leitura de ficção, de Pedro Dolabella Chagas, que apresenta e discute a ideia de informação como unidade de diferença e como redução de alternativas na interpretação de personagens ficcionais. O capítulo de Alexandre Robson Martines sobre a teoria da interpretação que investiga a relação entre informação e aquisição de significado ao explorar o plano de expressão e o plano de conteúdo da linguagem, e uma contribuição sobre a linguística decolonial de Marco Donizete Paulino da Silva e Luciana de Souza Gracioso em que discutem as relações de poder e suas implicações em disputas linguísticas.

Para municiar o leitor que está sendo introduzido ao assunto, acrescenta-se um breve “Glossário” com termos técnicos centrais para a compreensão dos capítulos, formado por definições fornecidas pelos próprios especialistas. Além disso, agrega-se a seção “Para saber mais”, dedicada a arrolar a bibliografia básica para compreender os argumentos principais dos capítulos. Os apêndices relativos ao “Glossário” e “Para saber mais” incluem os verbetes e a bibliografia referente à coletânea “Estudos pluridisciplinares da informação: filosofia, tecnologia e semiótica”. Essas duas seções

ajudarão os estudantes universitários e a comunidade externa a aprofundar-se nas temáticas tratadas.

Por fim, espera-se que o livro possa qualificar o debate brasileiro sobre as diversas formas de afrontar o problema da informação na ciência e na sociedade. Adicionalmente, deseja-se que os especialistas no Brasil possam considerar os pontos de vista concorrentes sobre a informação e valorizar os seus contextos de aplicação, permitindo um diálogo profícuo entre os pesquisadores e os leitores interessados.

## **REFERÊNCIAS**

- ARAÚJO, C.A. *O que é ciência da informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BUNGE, M. *Elogio al científicismo*. Pamplona: Laetoli, 2017.
- BUNGE, M. *Evaluando filosofias*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2015.
- RIOS, M. C. O relativismo epistêmico sobre a ciência: um desacordo entre filosofia e sociologia do conhecimento científico. *Revista Paranaense de Filosofia*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 33-54, jul./dez. 2021.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- PEIRCE, C. S. *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. 4th. ed. Cambridge: Belknap Press, 1974. v. V-VI.



**PARTE I**

**INFORMAÇÃO, CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO E  
BIBLIOTECONOMIA**



1

**DOCUMENTO E INFORMAÇÃO:  
MEDIÇÕES ENTRE INSCRIÇÃO E  
REALIDADE**

*DOCUMENT AND INFORMATION:  
MEDIATIONS BETWEEN  
INSCRIPTION AND REALITY*

*Rodrigo RABELLO*

*UnB*

*rdgrabello@unb.br*

*<https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>*

**Resumo:** Considerando a importância dos conceitos de documento e informação na área de informação e questionando a suposta autossuficiência da inscrição ou registro físico (informação registrada) para a representação da realidade, objetiva-se explorar a necessidade de incorporar “mediações” para uma compreensão mais abrangente do processo de representação. Para tanto, a análise foi realizada em três abordagens, examinando tanto perspectivas tradicionais como emergentes. Elas se referem à representação da realidade como algo: 1. “Dado” (que “está aí”); 2. “Próximo”; e 3. “Distante” (ou “não muito próximo”). A apreciação contou com exemplos de aspectos presentes na trajetória das disciplinas história e documentação. Observou-se que a adoção das perspectivas relacionadas à materialidade – em contextos de institucionalidade – emerge como uma alternativa para a representação da realidade. Essas perspectivas incorporam “mediações” que abarcam camadas epistêmicas, políticas e éticas, permitindo uma abordagem diferenciada para o estudo do documento e da informação.

**Palavras-chave:** Documento; Informação; Fisicalidade; Materialidade; Representação da realidade.

**Abstract:** Considering the importance of the concepts of document and information in the field of information and inquiring the supposed self-sufficiency of the physical record (registered information) for the representation of reality, our aim is to explore the need to incorporate “mediations” for a more comprehensive understanding of the representation process. To do so, an analysis was carried out using three approaches, examining both traditional and emerging perspectives. They refer to the representation of reality as something: 1. “Data” (which “is there”); 2. “Proximal”; and 3. “Distant” (or “not very near”). The assessment included examples of aspects present in the history and documentation disciplines. This study observed that the adoption of perspectives related to materiality in institutional contexts emerges as an alternative for representing reality. These perspectives incorporate “mediations” that encompass epistemic, political, and ethical layers, allowing for a differentiated approach to the study of documents and information.

**Keywords:** Document; Information; Physicality; Materiality; Representation of reality.

## 1 INTRODUÇÃO

Este ensaio explora os conceitos “documento” e “informação” com o objetivo de iluminar tanto as contribuições quanto às limitações acadêmicas relacionadas à representação da realidade. De um lado, entende-se que a representação pode ocorrer diretamente pelo “acesso” aos produtos do processo de inscrição; de outro, questiona-se a suposta autossuficiência da informação registrada como meio suficiente para essa representação. O capítulo introduz a tese de que é necessário considerar outras dimensões ou camadas – ou mediações – para (re)posicionar o acesso e a representação da realidade, levando em conta as dimensões epistêmicas, políticas e éticas do documento e da informação.

Em uma primeira aproximação, a informação<sup>1</sup> pode ser conceituada como algo que possui conteúdo semântico. Um documento,<sup>2</sup> por sua vez, é um objeto simbólico composto por suporte, forma e conteúdo (informação). Esses conceitos implicam na atribuição de sentidos em um contexto específico, reconhecendo que informação e documento desempenham um papel no processo comunicativo e, portanto, intersubjetivo. A relação entre esses conceitos é amplamente explorada pelas ciências da informação e da documentação, como a biblioteconomia, a documentação, a ciência da informação, a museologia e a arquivologia. Para simplificar e alcançar

<sup>1</sup> A palavra “informação” encontra relação, dentre outras possibilidades, com o baixo latim da Era Merovíngia. Na época, *formaticum* e *forma* eram sinônimos de “queijo”. Um texto do latim tardio (837 d.C.) mostra a proximidade metafórica entre “informação” e “queijo”. Aquela surgiu nas línguas neolatinas a partir da base *enform-*, primeiro no francês (séc. XII) e depois no português, galego e inglês (séc. XIV). Até então, “informação” ocorria como variações de *enform-* (ou *emform-*, *ẽform-*, raramente *efform-*), predominando em relação a *inform-* no português. O verbo “enformar” tem origem no latim *efformare*, não comum em autores clássicos. Indicava colocar na fôrma. A relação entre “informação” e “queijo” reflete o desenvolvimento linguístico. “É no domínio da enformação ‘pôr na fôrma’ que devemos, enfim, procurar a experiência que orienta a informação-como-coisa de que fala Buckland, autor que nos guia na análise da estrutura desse moderno domínio da ‘comunicação’.” (González, 2013).

<sup>2</sup> A palavra “documento” deriva do latim *documentum*, originado do verbo latino *docere*, relacionado ao verbo grego *δοξεῖν*, associado a termos latinos como *dicere* e *ducere*, que enfatizam sua natureza comunicativa. Os sufixos *-men* ou *-mentum*, indicando instrumento ou exemplo, conferem à palavra documento o sentido de prova do ensinado ou exemplificado. Assim, o documento é o meio de transmitir conhecimento, ou seja, possui posição estratégica em determinados contextos de comunicação. Esta abordagem etimológica pode variar entre a concepção restrita de objeto-texto e a ampla objetivação do conhecimento em suporte (Valente, 1978; Sagredo Fernández; Izquierdo Arroyo, 1982; López Yepes, 1995; Buckland, 1997). Essa objetivação encontra, portanto, a necessidade de “pôr na fôrma” alguma coisa – informação – mediante a inscrição.

alguma generalização, essas disciplinas poderão ser referidas coletivamente como “área da informação”.

A noção de inscrição<sup>3</sup> é especialmente relevante, pois está diretamente vinculada à ideia de informação registrada, pressuposta no conceito de documento. A inscrição, muitas vezes, é vista como o produto de uma representação contida em um objeto, algo que possibilita o acesso a determinado conteúdo. O curioso é que, quando a inscrição é pensada de forma estrita, a linguagem ou outras variáveis tendem a ser negligenciadas. Isso pode levar ao entendimento controverso ou equivocado de que o simples acesso ao registro seria suficiente para resolver questões relacionadas à leitura, aprendizado, uso e apropriação da informação, assim como questões de direito, desigualdade informacional e representação da realidade.

Com essa acepção “tradicional”, as ciências da informação e da documentação têm buscado estudar o modo como os documentos atuam como portadores de informação em determinado processo comunicativo, representando ou podendo ser representados por aspectos da realidade que eles – os documentos – incorporam. Tais elementos se caracterizam pelo emprego de determinadas funções e finalidades institucionais. Adjetivos que qualificam o documento ou a informação nele contida – como bibliotecnômico, museológico, arquivístico, jurídico, administrativo, histórico, artístico, dentre outros – denotam tais funções e finalidades.

No entanto, seguindo essa lógica, o documento se limita a ser um “repositório” de conteúdo com determinada função? Em outras palavras, a dimensão informativa do conteúdo explícito – registrado – contido em um documento tem maior valor ou tem centralidade em relação a outras possíveis dimensões ou camadas? Ante a isso, defende-se o argumento de que outras mediações podem ser incluídas ou ocupar um espaço de relevância, de equivalência ou de igualdade na área de informação.

---

<sup>3</sup> A ideia de inscrição em objetos remonta a necessidade de revisitar teses sobre a evolução da linguagem, passando de gestos para linguagem oral e escrita. Em hipótese, a escrita originou-se da leitura e marcas de animais, não diretamente ligada ao oral. Isso sugere que a primeira linguagem foi gestual, evoluindo para a oral. Os primeiros pictogramas representariam gestos. Até a Idade Média, a fala era dominante; livros manuscritos apoiavam discursos orais. A imprensa mudou isso, introduzindo vários estilos e mudando percepções. A escrita impressa educou o olhar e a língua. Em sociedades analfabetas, erros gramaticais inexistiam ou eram raros, pois ninguém os via (Barthes; Marty, 1987).

As camadas epistêmicas e heurísticas podem ser observadas em investigações que têm revelado uma trajetória na qual as dimensões tradicionais e emergentes coexistem, revelando, ainda, que os conceitos não são neutros. A preocupação faz parte da proposição de um programa de investigação que versa sobre a possibilidade de se estudar perspectivas de materialidade em modos de institucionalidade que envolvem informação e documento. Nessa proposta há um movimento de “mão dupla” onde documento pode ser estudado em direção à informação e esta pode ser investigada em direção ao documento (Rabello, 2019).

É interessante observar que as preocupações do gênero refletem, para além da dimensão epistêmica, a constituição histórica e etimológica de disciplinas. Tais preocupações podem levar a relações interdisciplinares prolixas, seja com a *diplomática* e com a *documentação* – com o foco no estudo do documento, como sugere o radical das palavras – ou com a ciência da *informação*, com o enfoque naquilo que a nomeia. A “nova” documentação tem se apresentado ou proposto ser um “lugar de encontro” para essa relação interdisciplinar. Considerar camadas, no âmbito epistêmico, se apresenta como um meio para ultrapassar obstáculos por vezes fundamentados na crença de total domínio do sujeito sobre o objeto. Transcender tais barreiras indica, por exemplo, passar a se considerar a relação de mútua intervenção de um sobre o outro, já que o objeto também atua sobre o sujeito.

A dimensão política, nesse contexto, encontra no acesso ao conteúdo registrado um ponto inicial e necessário. No entanto, a representação da realidade por meio desse conteúdo é contingente e sujeita ao arbítrio, à força ou à impossibilidade de ação daqueles que desejam, não desejam, podem ou não podem fazer valer suas posições. Essa dimensão pode ser analisada em termos de linguagem, valor, sentido, intenção, intervenção, protagonismo, compreensão e incompreensão, termos que podem se manifestar como antagonismos e assimetrias. Assim, a dimensão política do documento e da informação pode ser amplamente abordada por meio de mediações guiadas por uma visão de mundo particular, abrangendo interesses, modos de saber e de poder.

A dimensão ética, complementarmente, está preocupada com os efeitos que podem ser investigados a partir da composição e da dinâmica

das redes, sendo orientadas por modos de institucionalidade e por visões de mundo. Advém, portanto, da dimensão política. Tais caminhos buscam identificar, descrever e/ou prospectar o alcance de tais implicações e a sua reflexividade. As práticas geradoras, no caso, afetam ou implicam aqueles que estão envolvidos, direta ou indiretamente, nas ações. Nesse caso, essas práticas podem recepcionar ou restringir interpretações sobre eventos, acontecimentos, ideias, dando voz para determinados atores ou silenciando outros. Levam, portanto, a dilemas.

A relação entre as dimensões epistêmica, política e ética fundamenta o argumento sobre os desafios e as contribuições acadêmico-institucionais para a representação da realidade. Em última instância, pode ser explorada em termos de “materialidade” do documento e da informação. Em função da atenção dedicada ao documento e ao seu conteúdo (tradicionalmente entendido como informação), esses aspectos foram exemplificados com base em pressupostos das disciplinas história e documentação. A primeira origina-se nas crônicas e na crítica documental, desembocando em uma interlocução mais ampla com as ciências sociais. A segunda emerge das estratégias de comunicação científica, no contexto do “movimento bibliográfico”, e também como parte de um projeto político mais ambicioso. Na trajetória de ambas as disciplinas, o documento – e seu conteúdo – desempenha um papel central no desenvolvimento e em sua formulação discursiva.

## **2 MEDIAÇÕES PARA A REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE**

A abordagem nesta seção segue uma dinâmica em três etapas para analisar a relação entre documento e informação. Primeiro, enfatiza-se a primazia da “coisa em si”, cuja autoridade se apoia na origem da produção e no local de armazenamento, traduzida, por exemplo, em termos de autenticidade do documento. Essa abordagem influencia a crença de que a “realidade está aí”, pois esta se apresenta como um “dado”. Em seguida, a ênfase desloca-se para o contexto, ampliando a noção hermenêutica de que, por meio da interpretação, a realidade “está próxima”. Finalmente, o ensaio aborda uma terceira situação, onde a realidade “não está tão próxi-

ma”. Nesse estágio, além de considerar o contexto e a interpretação, destaca-se a necessidade de não separar, desde o início, conteúdo e contexto, estabelecendo uma simetria necessária para entender como um influencia ou alista o outro. Isso, a princípio, permite analisar os rastros biográficos e as intencionalidades situacionalmente presentes em tal trajetória.

## **2.1 QUANDO A REALIDADE “ESTÁ AÍ”**

A inscrição é o meio que permite uma abordagem “física” ou “fiscalista” da informação, algo que fundamenta ou dialoga com o conceito de informação registrada. A fisicalidade produzida com a inscrição pode se manifestar em dois meios de produção, processamento, armazenamento e acesso: analógico e digital. O meio analógico envolve contato direto com suportes físicos, como papel, madeira, plástico, dentre outros, para acesso e leitura de registros. Na analogia indireta, os registros são acessados eletronicamente, como é o caso, por exemplo, de um leitor de microfilme. O suporte digital é essencialmente indireto, exigindo dispositivos eletrônicos para processar e ler informações. O acondicionamento da numerabilidade é uma característica desse suporte devido à representação binária dos registros digitais. Computadores e dispositivos digitais permitem criar, receber, processar e transmitir dados, que podem ser transformados em imagens (estáticas ou em movimento), sons e textos, combinados em formatos (Rabello, 2019). Esses modos de fisicalidade constituem parte da fôrma da informação.

A análise sistemática de inscrições – tradicionalmente relacionada a suportes analógicos e a textos escritos – foi o meio para o estudo realizado, por exemplo, pela diplomática, primeiramente no âmbito do direito canônico (século XVII) e, posteriormente, para investigações e práticas profissionais realizadas nos primórdios do processo de disciplinarização de campos do conhecimento, como foi o caso da história e da arquivologia (século XIX). Abordagens dessa natureza demonstram a importância do documento como meio de representação da realidade (Rabello, 2009).

Particularmente para a diplomática, houve o interesse de analisar elementos internos e externos do documento – que compõem a forma

documental – para fins de demonstrar sua autenticidade (Duranti, 1994). A história, complementarmente, se interessou por documentos arquivados – diplomas, com função administrativa e/ou jurídica – como meio para a escrita sobre o passado, atestando seu valor de prova histórica (Bauer, 1957). Assim, tanto os discursos diplomáticos como historiográficos, no cientificismo, fundamentam seus estudos, sobretudo a partir da noção de autenticidade do texto escrito arquivado. Os arquivos têm sido locais com autoridade por comportar documentos organizados segundo determinados princípios, de modo a demonstrar ou atestar a autenticidade dos objetos armazenados em determinado conjunto documental.

Com tais características, os arquivos foram úteis no “cientificismo” dos oitocentos. Nesse contexto passaram a constituir espaços privilegiados para o acesso a fontes com vistas à escrita da história (Gay, 1990), bem como para o controle da massa documental produzida segundo a racionalidade burocrática do Estado (Weber, 2002; Fonseca, 2005). Nesse contexto, os documentos de arquivo – de natureza jurídica, administrativa e histórica (Nuñez-Contreras, 1981) – passaram a ser concebidos como o meio de contato imediato do historiador à realidade de outrora (Bauer, 1957).

Há de se observar que esse foi um momento de proposição e demarcação de campos do conhecimento. A busca pela disciplinaridade se orientou pelo arquétipo das ciências naturais. Ao fazer parte desse cenário, o processo de disciplinarização da história também foi orientado por tal arquétipo. A história – ou historiografia ou escrita da história – buscou fundamento enquanto ciência social a partir do ideário ou espírito “positivo”. Adjetivos como “metódica” (Gay, 1990) ou “positivista” (Le Goff, 2013), atribuídos à história, evidenciam essa busca por cientificidade.

A história, nesse contexto, conquistou seu espaço na universidade. Para tanto, definiu para si elementos para validar seu *status* de ciência empírica. Ela contou com um “laboratório” – o arquivo – e com um “objeto empírico” – o documento – (Gay, 1990), bem como com “métodos auxiliares” – diplomática, paleografia, numismática, dentre outros (Bloch, 1952; Valente, 1978) – para trabalhar com tal objeto. Utilizou-se, ademais, da bibliografia para organizar o registro da produção acadêmica no campo. A bibliografia foi uma estratégia de comunicação científica comum entre

os demais campos de conhecimento, igualmente em busca de alcançar ou fazer valer seu *status* de ciência.

Há de se observar que a bibliografia – ou a “arte da bibliografia” – serviu, desde a antiguidade, para a elaboração de índices sobre os documentos e seus conteúdos nos espaços físicos de bibliotecas. No século XIX, esse processo ou meio de inscrição passou a ser um “método auxiliar” das ciências. Os instrumentos gerados passaram a ser estratégicos para a organização do conhecimento registrado, permitindo com que disciplinas, sobretudo a partir dos oitocentos, pudessem acessar e utilizar os conhecimentos acumulados no respectivo campo (Woledge, 1983).

Também com pretensões de cientificidade, a bibliografia materializou o preceito atribuído e/ou difundido por Isaac Newton de que o conhecimento deve se respaldar naquele produzido anteriormente para que possa avançar – algo como subir nos ombros de gigantes para enxergar além. Nascia, então, o “movimento bibliográfico” e, com ele, uma estratégia política de comunicação científica. Esta somente passou a ser mais bem visualizada com a atuação e a mobilização de atores no final dos oitocentos e na primeira metade do século XX (Saldanha, 2020). O advogado belga, Paul Otlet, foi um dos principais atores.<sup>4</sup>

A organização das bibliografias, em diferentes regiões, carecia de padronização e estratégia. Isso levou à produção isolada de registros de conhecimento em determinadas localidades. Esse isolamento resultou em tornar inacessível tais registros, dificultando a produção de conhecimento previamente fundamentado, assim como levando à redundância e ao desperdício de recursos e de tempo.

Frente a esse desafio, Otlet foi um intelectual ativo, propondo estratégias teóricas, metodológicas e atuando na internacionalização do movimento, mediante a articulação de instituições para a universalização do conhecimento. Tal abordagem visava superar as barreiras geográficas e per-

---

<sup>4</sup> A atuação de Paul Marie Gislain Otlet, no âmbito do “movimento bibliográfico”, catalisou, dentre outros aspectos, os princípios cartesianos fundamentais para a ciência moderna, a saber: a produção do conhecimento de forma “clara” e “distinta”, com a característica de “universalidade” (Descartes, 2010). A clareza é alcançada por meio da classificação e da descrição das coisas, enquanto a distinção se dá através do método, estabelecendo sua própria racionalidade. A universalidade é assegurada pela característica de replicabilidade do método para a obtenção de resultados coerentes entre si (Paty, 1995).

mitir uma disseminação mais ampla do conhecimento acumulado, reduzindo a duplicação de esforços intelectuais e facilitando a continuidade da pesquisa e da produção de conhecimento.<sup>5</sup>

Além das iniciativas internacionais no âmbito do “movimento bibliográfico”, certos pressupostos complementares eram indispensáveis para viabilizar o acesso global. Estes incluíam a representação e organização do conhecimento – com a produção, por exemplo, de linguagens documentais, como é o caso de sistemas de classificação –, envolvendo a necessidade de conjugar padronização da representação dos documentos bibliográficos, em conjunto com a criação de um espaço físico capaz de abrigar uma rede centralizada e estruturada internacionalmente. Essa infraestrutura formaria uma abrangente “base de dados” bibliográfica a ser acessada pelos membros da rede.

No âmbito da representação descritiva, pode ser observado, por exemplo, a utilização e a difusão de fichas catalográficas estandardizadas, no padrão americano, e da aplicação do princípio monográfico, algo que preceituava que cada documento deveria ser registrado uma vez, embora utilizando da estratégia de remissivas (Santos, 2006). No âmbito do tratamento temático, se notabilizou a customização do sistema de Classificação Decimal (CDD), do bibliotecário estadunidense Melvil Dewey, a pedido de Otlet para a elaboração da Classificação Decimal Universal (CDU).

Em termos de infraestrutura, além do uso das tecnologias disponíveis na época, como o microfilme, foram estabelecidos e mantidos repertórios temáticos que incorporavam registros bibliográficos gerados e compartilhados por uma rede de colaboradores. Numa metáfora comum do século XIX, que associava o funcionamento da sociedade e das instituições, esses registros eram comparados ao “sangue” que fluía pelas “artérias” da infraestrutura até o “coração” – o Mundaneum –,<sup>6</sup> concebido como a ins-

<sup>5</sup> As iniciativas de internacionalização no campo bibliográfico, lideradas por Paul Otlet, incluíram a fundação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) em 1895. Mais tarde, em 1931, o IIB foi renomeado como Instituto Internacional de Documentação (IID), incorporando o termo “documentação”. Em 1938, um avanço significativo ocorreu com a criação da Federação Internacional de Documentação (FID). (Rayward, 1994).

<sup>6</sup> Por conta da turbulência do período entre guerras, aventou-se, na primeira metade do século XX, a construção do Mundaneum. Otlet chegou a solicitar, formalmente, a construção do espaço junto a autoridades de diferentes países, dentre os quais, a Bélgica. Neste caso, o plano era que o Mundaneum

tituição central<sup>7</sup> para receber, organizar e disseminar esses registros. Nesse processo de retroalimentação, coordenação e colaboração internacional, o Mundaneum atuava como o “núcleo” vital da iniciativa.

A força do documento bibliográfico decorre da sua conveniência e praticidade para a comunicação científica. O documento bibliográfico, desde o início da Idade Moderna, seguiu a tradição do formato códice, ou seja, apresentava-se como uma brochura, unida na lombada (vértice), mas passando a ser produzido mecanicamente no impresso em papel. Ainda hoje este documento abrange textos monográficos, relatórios e publicações diversas, como livros, anais de eventos e periódicos científicos, sendo estes últimos produzidos em séries periódicas. A concepção de documento bibliográfico, nesse contexto, foi útil a um entendimento voltado para o seu conteúdo. Este passou a ser tratado, temática e descritivamente, de modo fragmentado, considerando seções e capítulos, textos de comunicações em eventos ou artigos de periódicos, de acordo com as informações contidas.<sup>8</sup>

Além da influência política direcionada à comunicação científica, a amizade entre Otlet e o também advogado belga, Henri La Fontaine, repercutiu em outras ações na política internacional, transcendendo o campo bibliográfico. Dentre os pensamentos que influenciaram ambos os advogados, merece destaque a corrente filosófica denominada positivismo. Essa perspectiva fazia parte do repertório político e intelectual do final do século XIX e início do século XX. Nela, o conceito de “estado positivista” representava, para o filósofo francês Auguste Comte, a última fase histórica

---

fosse construído na capital Bruxelas. O projeto nunca foi finalizado por conta, dentre outros aspectos, da adversidade do momento histórico. Otlet faleceu em 10 de dezembro de 1944 em sua terra natal, portanto, um pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 2 de setembro de 1945. Hoje há um museu em Mons, na Bélgica, que recebe o nome Mundaneum e também funciona como um repositório de documentos produzidos por Otlet, por seus colaboradores e por pesquisadores que têm resgatado a sua memória. Link: <http://www.mundaneum.org/en>

<sup>7</sup> “O Mundaneum, centro científico, documentário, educativo e social, desenvolve-se em três direções: como ideia, como instituição e como corpo físico de coleções e serviços.” (Otlet, 2018, p. 650).

<sup>8</sup> No trabalho de Fayet-Scribe (2001) é destacada a importância da transformação na concepção da unidade documental, passando de uma visão unitária para outra que pode considerar aquela unidade de maneira fragmentada, de acordo com o conteúdo temático. Nesse contexto, a Classificação Decimal Universal (CDU) e sistemas de classificação facetada – como o *Colon Classification* (CC), sistema desenvolvido pelo matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan –, desempenharam um papel significativo. Permitiram a flexibilidade técnica para organizar conteúdos com base nas relações entre unidades e fragmentos documentais, possibilitando atender demandas sociais por informação.

(Comte, 1972), sinalizando o “fim da história” (Benoit, 1999). Esta visão, também baseada na ciência e propagada por Comte, delineava uma era de “iluminismo radical” onde os conflitos sociais seriam eliminados.

Esse cenário guarda certa afinidade com o pacifismo de Otlet e La Fontaine, o último agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 1913. Suas ideias foram apresentadas e debatidas na Liga das Nações e no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, antecessores da UNESCO (Rayward, 2014). Parte do idealismo de Otlet e La Fontaine converge para um argumento: se os conflitos bélicos resultam da ignorância e se nem todos têm acesso ao conhecimento científico, então a promoção universal desse conhecimento poderia contribuir ativamente para a paz mundial. Este conceito reflete, como também afirmava em alguma medida o positivismo, a visão idealizada de uma sociedade onde os conflitos sociais, pelo menos os mais extremos, não teriam lugar quando sob a “luz” do conhecimento.

O desdobramento da bibliografia ocorreu no início do século XX, em meio ao avanço de diversas áreas do conhecimento e ao progresso tecnológico, como os benefícios trazidos pela fotografia, pelo rádio e pela imagem em movimento. Para Otlet, essa evolução indicava que a concepção tradicional de documento bibliográfico – escrito e resultante dos avanços técnico-operacionais entre o códice manuscrito e o livro impresso<sup>9</sup> – tornava-se insuficiente. Com o tempo, a concepção centrada no texto escrito deixou de ser adequada como a única fonte de produção do conhecimento científico. Esse entendimento revelou a necessidade de expandir a noção de documento para incorporar as transformações intelectuais e tecnológicas em curso, atendendo às diferentes especializações do saber.

A premência de mudança no cenário conceitual e empírico foi fundamental para que Otlet pudesse estabelecer, no início do século XX, uma

<sup>9</sup> A concepção de adquirir conhecimento diretamente por meio dos livros impressos em suporte papel é recente, já que resulta da revolução técnica alcançada com a criação da prensa de Johannes Gutenberg. Até o século XV, os livros manuscritos eram produzidos por escribas/religiosos. A partir daqueles avanços, na Idade Moderna o significado do conhecimento mudou. A raiz grega da verdade, *alêtheia*, reflete essa evolução: *á-lethês*, significando “antes do esquecimento” (era oral), e *á-letheia*, significando “retirar o véu” (era da imprensa). A invenção do alfabeto tipográfico, que confina a palavra no espaço, alterou relações audição/visão, refletida na pintura com a revolução na forma de tratar a perspectiva (Barthes; Marty, 1987).

conexão direta entre as expressões antigas *bíblion* (grego)<sup>10</sup> e *documentum* (latim), de modo a tentar unir o que foi então separado, sobretudo em um momento de consolidação das ciências. Noutras palavras, a limitação epistêmica e operacional dos documentos bibliográficos de então levou Otlet a resgatar a noção antiga de livro ou *biblos*,<sup>11</sup> sendo este objeto concebido como qualquer suporte físico que continha *logos*<sup>12</sup> (Rabello, 2009).

Para substituir as palavra “bibliografia” ou a adjetivação “bibliográfico”, Otlet propôs os termos “bibliologia” ou “documentologia”<sup>13</sup> para representar uma área de estudos, mas foi “documentação” que prevaleceu, compondo inclusive o título de sua obra seminal, *Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*, publicada em 1934.<sup>14</sup> O termo ainda é utilizado nesse sentido disciplinar (López Yepes, 1995), embora outra parte relevante do sentido original da documentação – como um meio para alcançar objetivos políticos voltados para uma cultura de paz na *Belle Époque* europeia (Rayward, 2014) – seja frequentemente esquecido.<sup>15</sup>

<sup>10</sup> O “[...] *bíblion* será para nós a unidade intelectual e abstrata, mas que podemos encontrar, concreta e realmente, assumindo diferentes formas [...]” (Otlet, 2018, p. 60). Constitui “[...] o pensamento fixado pela escrita das palavras ou imagens das coisas, signos visíveis fixados num suporte material” (Otlet, 2018, p. 13). Nesse sentido, qualquer objeto poderia ser valorado como documento, transcendendo a noção de documento bibliográfico associada a textos escritos, em suporte papel (Otlet, 2018).

<sup>11</sup> Os registros contidos em múltiplos rolos de papiro tiveram sua origem na expressão grega *bíblion* (βιβλίον). A unidade era denominada *biblos* (βιβλίον), no latim *rotulus* ou *volumen*. Outras derivações são comuns, como biblioteca (do grego βιβλιοθήκη, ou seja, *bíblion*, βιβλίον + *thēkē*, θήκη = caixa, estojo, baú), biblioteconomia (soma-se, no sufixo, a palavra grega *nomos*, νόμος = lei, regra, norma), bibliografia (grafia, escrita, γραφή, ou cópia sobre o *biblos*), bibliometria (aferição da medida ou da quantidade de *biblos*). No contexto religioso medieval, o termo *bibliotheca* era também utilizado para se referir a uma obra composta por diversos rolos, como aqueles que constituíam a Bíblia cristã. Desse período, derivam termos do latim que persistem atualmente: *folium* (folha), *liber* (unidade intelectual) e *volumen* (volume físico ou unidade material) (Valente, 1978).

<sup>12</sup> Por *logos* (do grego λόγος) (Chauí, 2003), compreende-se o verbo, o pensamento ou discurso racional, o conhecimento, algo que hodiernamente tem sido denominado informação (Rendón Rojas, 1997).

<sup>13</sup> Tanto bibliologia como documentologia se referem ao estudo (*logos*) sobre o *biblos*, ou seja, ciência (geral ou parcial) do livro e do documento. A bibliologia geral “[...] deve consistir em estudar as leis gerais de produção, intercâmbio e consumo literário” (Otlet, 2018, p. 567).

<sup>14</sup> Conforme observado anteriormente, o termo “documentação”, antes da publicação do *Traité*, já nomeava, em 1931, o Instituto Internacional de Documentação (IID).

<sup>15</sup> Desconsiderar os objetivos originários da documentação acaba por descontextualizar ou distorcer o papel estratégico da disciplina em seu projeto político original. É interessante notar que o afastamento desses objetivos de inspiração “iluminista” tem adquirido novos matizes na contemporaneidade. O contexto digital, nas últimas décadas, possibilitou a substituição dos suportes analógicos, resultando em modificações sem precedentes nos meios de produção, tratamento, circulação e utilização da informação. No âmbito da documentação científica e tecnológica, desde a segunda metade do século XX, as bases de dados referenciais e de acesso a textos completos, disponíveis em plataformas digitais, têm substituído as bibliografias,

O início da história e da documentação científicas foi marcado por uma perspectiva positivista, que via a realidade como algo existente e acessível, a ser extraído dos documentos. Essa visão implicava que o uso de técnicas científicas seria suficiente para alcançar essa realidade, desde que fossem seguidos determinados ritos e protocolos universais, utilizando instrumentos ou fontes confiáveis de representação – expressos, em última análise, nos documentos (Rabello, 2009; Rabello; Rodrigues, 2019).

Nesse contexto, o historiador precisava apenas ancorar-se na autenticidade do documento escrito, fundamentando-se em certos atributos identificáveis para obter a certificação que validaria a “boa fé” da produção documental e de sua função como meio para a representação fidedigna da realidade. Esse processo considerava o local de origem ou armazenamento – o arquivo como um “laboratório” – e os “métodos auxiliares” que conferiam objetividade à escrita da história, como a diplomática, relevante para a análise dos elementos internos e externos do documento.

O documentalista, incorporando essa perspectiva positivista, limitava-se ao tratamento descritivo e temático dos documentos em instrumentos de organização e recuperação de conteúdo, permitindo a extração de informações tanto da fonte representada (inicialmente, o documento bibliográfico, expandindo-se para qualquer objeto de interesse científico) quanto do próprio instrumento de representação (como catálogos e repertórios). Assim, buscava-se iluminar o homem da razão, promovendo, por exemplo, o conhecimento que orientaria para a paz mundial.

Os exemplos observados nas práticas de historiadores e documentalistas, especialmente nos primórdios dessas disciplinas, refletem a crença de que a aplicação cuidadosa da técnica, com foco na eficiência e eficácia dos instrumentos, seria suficiente para garantir a autenticidade do documento. Isso permitiria um acesso fiel à verdade do discurso, seja ele jurídico, administrativo ou histórico. Essa associação entre autenticidade documental e veracidade discursiva persiste até hoje, especialmente sob preceitos

---

oferecendo maior praticidade e agilidade na produção e no acesso ao conhecimento. Ademais, essas bases de dados fornecem serviços e modos de sistematização de dados cientométricos que eram inimagináveis para os movimentos bibliográfico e documentalista.

tradicionais, estendendo-se não apenas à história e à documentação, mas também a áreas como o direito, a administração e a arquivologia.

## **2.2 QUANDO A REALIDADE “ESTÁ PRÓXIMA”**

O “movimento dos *Annales*” (Reis, 2004) ou “escola dos *Annales*” (Burke, 1997), que originou, posteriormente, a “nova história” (Le Goff, 1978; Burke, 1992), nasceu do encontro entre Lucien Febvre e Marc Bloch em Estrasburgo (França). Essa perspectiva historiográfica teve como marco inicial a criação do periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em janeiro de 1929. Ele surgiu, dentre outros aspectos, do questionamento da narrativa historiográfica tradicional, que priorizava feitos políticos de “grandes” personalidades, acontecimentos históricos chancelados pelo poder vigente, além de documentos oficiais arquivados como principais fontes. Os fundadores, e os colaboradores, buscaram uma abordagem interdisciplinar que dialogasse com as ciências sociais.

Em outras palavras, a primeira geração dos *Annales* ampliou a concepção de documento ao, dentre outros aspectos, questionar a abordagem historiográfica centrada em documentos oficiais escritos. Reconheceram que documentar ou reconhecer o valor de um objeto como documento é uma ação hermenêutica, trazendo novos horizontes para o questionamento das fontes historiográficas. Com isso foi possível estabelecer interpretações segundo as quais o documento se apresenta como “objeto da memória” (Meneses, 1998), dotado de “vida social” (Appadurai, 1991) e “biografia” própria (Kopytoff, 1991), com uma dimensão política nele encarnada, na condição, também, de “monumento” (Le Goff, 2013).

O enunciado “todo documento é um monumento” contrasta com a visão historiográfica positivista, que considerava todo documento autêntico uma prova histórica de “boa fé”, algo supostamente essencial para uma representação fidedigna da realidade. A ideia do “documento/monumento” expõe as limitações do positivismo, pois, ao ser um monumento com intencionalidades, o documento reflete relações de poder. Nesse sentido, não há um documento primário isento de influências. A durabilidade do “documento/monumento” permite que sociedades históricas moldem sua

imagem, consciente ou involuntariamente. Portanto, não existem documentos absolutamente verdadeiros, exigindo dos historiadores uma abordagem crítica à luz dessa constatação (Le Goff, 2013).

O desafio hermenêutico tornou o trabalho do historiador mais complexo, exigindo a seleção e interpretação de evidências documentais que antes eram comumente consideradas irrelevantes, sempre com a consciência de que o contexto contribui para a produção daquilo que documento representa. A capacidade de ler “nas entrelinhas” (Bloch, 1952; Le Goff, 2013) permitiu ao historiador ir além das informações aparentemente insignificantes dos objetos, buscando evidências – por meio do questionamento – para esclarecer tanto a investigação do passado quanto a relação do homem com o tempo. Os historiadores dos *Annales* reconheceram a materialidade dos objetos e dos espaços a partir de sua produção em uma cultura específica, contribuindo significativamente para os estudos de cultura material.

A ampliação do conceito de documento pela historiografia permitiu uma nova convergência com a documentação. A historiografia “metódica” ou “tradicional”, com seu foco no documento escrito arquivado, compartilhava com a documentação a ideia de neutralidade do documento como uma fonte para a compreensão da realidade. Essa noção foi preservada mesmo quando Otlet propôs uma expansão do conceito de documento. No entanto, a ampliação conceitual proposta pelos historiadores dos *Annales* difere da abordagem da documentação otletiana (Rabello, 2009). Enquanto a documentação ainda estava enraizada no positivismo (Rayward, 1994; Bezerra; Saldanha, 2013), os historiadores dos *Annales* ampliaram o conceito de documento em um contexto que criticava os preceitos dessa perspectiva filosófica (Bloch, 1952; Burke, 1997; Reis, 2004; Le Goff, 2013).<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Para ilustrar a situação, se faz relevante observar que para Otlet todo objeto poderia se tornar um documento e, por meio dele, haveria a garantia de acesso inequívoco à realidade. Em analogia – segundo essa “fase positivista” da documentação (Rabello, 2009) –, seria possível “[...] remover fatos de documentos do mesmo modo que descascamos ervilhas de suas vagens” (Rayward, 1994, p. 247, tradução nossa). Por sua vez, os mentores dos *Annales*, ao estenderem a compreensão do conceito de documento, lançavam críticas sobre a história “positivista” (Le Goff, 2013). Isso porque esta abordagem historiográfica “tradicional” sustentava, em grande medida, a possibilidade de acesso inequívoco à realidade mediante os registros escritos arquivados. Os representantes do “movimento dos *Annales*”, por outro lado, tinham uma visão diferente em relação às fontes documentais. Para eles, quanto mais a pesquisa buscava revelar os eventos

Curiosamente, embora as propostas de ampliação conceitual de documento pela documentação e pela historiografia tenham surgido por volta da década de 1930, a relação entre elas permanece pouco clara. Há escassa menção a uma interação direta entre o movimento documentalista e o historiográfico, apesar de ambos atuarem no contexto francófono e abordarem, cada qual a seu modo, os limites das fontes documentais para a ciência (Rabello, 2009). Além disso, é relevante notar que os estudos de cultura material influenciavam e eram influenciados por diversos campos do saber, além do historiográfico (Pesez, 1978; Bucaille; Pesez, 1989), levantando a questão de até que ponto esses estudos contribuíram ou estabeleceram alguma relação com o início da documentação.

A contribuição dos estudos de cultura material, em uma perspectiva hermenêutica, repousa sobre o reconhecimento de que os símbolos materiais dos documentos comunicam e representam, mediante a linguagem. Estudos neofuncionalistas “[...] exploram como os objetos materiais, incluindo documentos, na prática carregam significados como veículos de expressões simbólicas” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 64, tradução nossa). Ainda assim, uma de suas limitações consiste no entendimento de existência de artefatos acabados, deixando de considerá-los em processo, em sua história. Isso porque, o que “[...] flui nos estudos de cultura material não é o documento, mas sua interpretação, e o material se torna um mero atributo.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 65, tradução nossa).

A interseção entre a documentação e a historiografia da Escola dos *Annales* ganha novas nuances, especialmente com as contribuições da bibliotecária francesa Suzanne Briet, seguidora de Paul Otlet. Em seu ensaio *Qu'est-ce que la documentation?*, publicado em 1951, Briet abre espaço para uma “fase hermenêutica” da documentação (Rabello, 2009) que se alinha ao início dos *Annales*, envolvendo dimensões representacionais e de validação, seja em termos indiciários, simbólicos ou probatórios.<sup>17</sup>

---

fundamentais, mais ela dependia da convergência de testemunhos diversos em sua natureza (Bloch, 1952).

<sup>17</sup> Ao creditar uma citação a um “bibliógrafo contemporâneo preocupado com a clareza”, Briet põe em evidência uma dimensão indiciária, simbólica e probatória envolvida no processo de representação documental, seja o documento na condição de “uma prova que sustenta um fato”, ou como um “índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, de reconstituir ou de provar um fenômeno físico ou intelectual” (Briet, 1951, p. 7, tradução nossa).

A partir da década de 1950, a ideia de neutralidade do documento, conforme expresso por Otlet, começou a ser problematizada. Embora Briet (1951) não tenha abordado essa questão explicitamente, a discussão tornou-se evidente nos trabalhos de autores que revisitaram e expandiram os estudos sobre a abordagem otlet-brietiana da documentação (Meyriat, 1981; 1993; Escarpit, 1981; Rayward, 1994; Buckland, 1991; 1995; 1997; Frohmann, 1992; Day, 1997; Lund, 2010; Fayet-Scribe, 2012).

Com essa perspectiva, passou-se a argumentar que o documento não possui neutralidade intrínseca, tendo em vista o seu valor simbólico conferido dentro de um contexto cultural e institucional (Rabello, 2019). Assim, o documento resulta de uma interpretação situada, que depende de quem o utiliza e de onde a informação é aplicada (Meyriat, 1981). Essa dinâmica está intimamente vinculada à interação e à intervenção do interpretante na sociedade, bem como à sua relação com os objetos. Considerando a noção de contexto como definidora, quem interpreta atua sobre os objetos, enquanto, reciprocamente, os objetos influenciam aqueles que os interpretam. Essa noção, todavia, pressupõe polos que, de acordo com o ponto de partida, engendram ou são engendrados em um processo de redução.

A noção de contexto, sob uma perspectiva hermenêutica, sugere que o documento depende de uma intervenção externa para ser interpretado. Em vez de reduzir o papel do documento – como ocorre ao adotar categorias prévias de análise –, uma alternativa seria possibilitar uma posição em que os participantes do processo interpretativo possam ser representados a partir de seu próprio espaço e tempo, algo que lhe garantiria rastreabilidade. Para isso, seria adequado adotar os procedimentos dos próprios atores, evitando um ato inquisidor para *fazer, ou obrigar, os documentos falarem*. O objetivo seria, em vez disso, estabelecer uma relação etnográfica de modo a *deixá-los falar*, desde que se rastreiem “[...] as pistas deixadas pelas atividades deles na formação e desmantelamento de grupos.” (Latour, 2012, p. 51).

### 2.3 QUANDO A REALIDADE “NÃO ESTÁ MUITO PRÓXIMA”

A ideia de capacidade de rastreabilidade dos documentos que *podem falar* pode ser sintetizada no seguinte enunciado: um documento “significa

o que diz”, algo que pressupõe que “o significado dos documentos está contido neles”, bem como “esse significado é amplamente direto e autoevidente.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 60, tradução nossa). Os estudos de ciência e tecnologia, a partir dessa perspectiva, parecem pressupor que a realidade não apenas “está próxima”, mas que ela “está dada”, isto é, “ela está aí”. No entanto, *permitir que o documento fale*, já que ele “significa o que diz” – ou seja, o documento documenta – envolve relações complexas, ou, em outras palavras, mediações, o que demonstra que a realidade “não está tão próxima” quanto se poderia supor.

A rastreabilidade da relação entre documento e informação, da sua forma e conteúdo, depende da relutância de se separar artefato das práticas que documentam. Os estudos de ciência e tecnologia dependem da interpretação dos documentos e das práticas que documentam o próprio artefato, suas técnicas e os seus papéis sociais. Houve mudanças na produção de documentos, o que implica tanto no modo como são criados quanto nas formas que assumem. Essas mudanças, incluindo a digitalização de documentos, dificultam a interpretação de sua rastreabilidade. Em suma, à luz de tais variáveis, há o entendimento de que o documento compreende “qualquer artefato que inclua referências substanciais aos processos sociais por meio dos quais foi produzido e reproduzido” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 59, tradução nossa).

A ideia de que a realidade “está aí” se fundamenta, sobremaneira, na fisicalidade da informação, relacionada às propriedades que garantem a existência do objeto-suporte no espaço e no tempo. Já a concepção de que a realidade “não está tão próxima” abre caminho, para além da fisicalidade, para outras camadas ou mediações de interpretação, encontradas na materialidade da informação. A materialidade se manifesta nos enunciados, registrados ou não,<sup>18</sup> e abrange outras dimensões, como as epistêmicas, políticas e éticas. Ela se fortalece com o processo de inscrição e tanto compõe quanto é composta por redes. Nessas redes, a materialidade é operacionali-

<sup>18</sup> Tal dinâmica já era considerada na primeira metade do século XX, quando se passou a ter interesse na ação que “[...] acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento que impressiona o cérebro do leitor”. (Otlet, 1937).

zada por práticas guiadas por modos de institucionalidade, que podem ser formais, semiformais ou informais.

### 2.3.1 PERSPECTIVAS DE MATERIALIDADE

As pesquisas de Bernd Frohmann<sup>19</sup> estabelecem uma distinção das “práticas documentárias”, focadas no processo de documentar, em relação à “ontologia da informação”, que se concentra na informação abstrata ou imaterial, com um enfoque nos aspectos “cognitivos” e “mentalistas” individuais do humano. Para tal diferenciação, o autor propõe aquilo que ele nomeou “ontologia documentária” (Frohmann, 2008b). Essa abordagem considera ações sociais que conduzem “práticas informacionais”, mobilizadas por “práticas não-documentárias” e podendo culminar em “práticas documentárias”, estas por ele também denominadas de “documentação”.<sup>20</sup>

A proposição de “práticas documentárias” também encontra terreno fértil na noção de “artefato híbrido” ou “quase-objeto”, que fundamenta pesquisas do tipo ator-rede (Frohmann, 1995). Inicialmente exemplificados como a “rádio aberta” e a “info-bahn”, esses híbridos evoluem para a ideia unificada de “documentos” em textos posteriores, refletindo uma perspectiva “neodocumentalista”. Frohmann busca reinterpretar as práticas documentárias, em linha com as transformações promovidas pela teoria ator-rede (TAR)<sup>21</sup> nos estudos de ciência e tecnologia (González de Gómez, 2012).

<sup>19</sup> Bernd Frohmann é um pesquisador alemão radicado no Canadá e concentrou seus estudos no campo da teoria da mídia, arqueologia da mídia e ética midiática. Ele trabalhou na Universidade de Western Ontario até sua aposentadoria em 2012. Frohmann faz parte de uma corrente de pesquisa que emergiu na década de 1990 no campo da ciência da informação, conhecida como “nova” documentação. Essa corrente também inclui destacados autores como Rayward, Buckland, Lund, Day, entre outros.

<sup>20</sup> As práticas documentárias e as relações discursivas se tornam questões que abrangem aspectos tanto epistemológicos quanto políticos. Frohmann exemplifica esse conceito por meio das formas discursivas de Paul Otlet, onde a noção de sistema documentário leva em consideração as propriedades materiais da informação quando ele tentou propor uma sociedade baseada em uma cultura de paz.

<sup>21</sup> A teoria ator-rede ou teoria *do* ator-rede (TAR), também conhecida como ANT (sigla em inglês para *Actor-Network Theory*), foi explorada por Frohmann no âmbito da ciência da informação. A TAR foi originalmente formulada por Michel Callon e desenvolvida com base nas contribuições de Bruno Latour, no início da década de 1980, no âmbito do *Centre de Sociologie de l'Innovation* (CSI) da *École Nationale Supérieure des Mines* de Paris.

Portanto, mediante as contribuições de Frohmann<sup>22</sup>, é possível explorar a materialidade da informação e do documento no âmbito da “neo” ou “nova” documentação. Esta abordagem retoma ideias de Paul Otlet, de Suzanne Briet e de outros autores documentalistas, além daqueles denominados pós-estruturalistas e/ou que estão envolvidos em estudos de ciência e tecnologia. A “nova” documentação tem contribuído com a expansão da compreensão de documento e de informação. Ela contrasta com a perspectiva fiscalista, tradição supostamente originária do campo informacional (Capurro, 2007). Para estabelecer a diferenciação em relação à visão tradicional, Frohmann faz uma distinção entre materialidade e fisicalidade<sup>23</sup> (Frohmann, 2008a).

O conceito de materialidade da informação em Frohmann baseia-se, em parte, na análise do discurso de Foucault (Frohmann, 2008a), mas também abrange a política da informação em regimes ou redes sociotécnicas de forma mais ampla (Frohmann, 1995; 2008b; Amorim; Rabello, 2023). A complexidade dessas redes revela que a realidade “não está tão próxima”. Essa abordagem considera os aspectos sociais que influenciam a criação de enunciados, bem como os efeitos que eles geram. A análise do discurso, por sua vez, concentra-se nos enunciados que moldam a dinâmica do poder, especialmente por meio de especialistas e porta-vozes, aos quais se atribui autoridade.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Para realizar essa análise, foi realizada uma revisão de trabalhos publicados por Frohmann (1995, 2008a, 2008b). Além disso, foram consideradas as contribuições de outros autores no campo da informação que dialogam com a teoria de Frohmann (Day, 1997; Ferrando; Freitas, 2017; González de Gómez, 2012; Rabello, 2022b; Amorim; Rabello, 2023).

<sup>23</sup> A abordagem fiscalista, como o nome indica, enfoca a fisicalidade da informação, ou seja, a informação registrada. Esta informação pode ser quantificada, manipulada, processada, controlada e armazenada em sistemas de informação. Tal perspectiva tem no horizonte a realidade que idealmente “está aí” nas inscrições. A fisicalidade se refere, portanto, às propriedades físicas do suporte e de seu registro. Tais propriedades permitem a realização de pesquisas ou práticas profissionais aplicadas, sobretudo para melhorar o funcionamento do sistema de informação. Busca, portanto, meios técnicos para solucionar problemas informacionais. Entretanto, a questão epistemológica e social se coloca quando a abordagem fiscalista reivindica, para si, neutralidade técnica e política. Nesse contexto, o documento é concebido exclusivamente como um suporte para a informação registrada. À luz da suposta neutralidade técnica e política incorporada no documento, por meio dele seria possível, em tese, o acesso direto e inequívoco à realidade. Conforme observado há pouco, essa é a relação segundo a qual a história, “metódica” ou “positivista”, e a documentação, em sua “fase positivista”, constroem o conceito de documento.

<sup>24</sup> As classificações ou representações da realidade, seja para fins documentários ou não, são formas pelas quais os enunciados são apresentados. Elas podem utilizar linguagem artificial ou natural e podem ser orais ou

O conceito de “dispositivo”,<sup>25</sup> de Michel Foucault, é relevante para a análise das relações de poder na leitura de Bernd Frohmann (Ferrando; Freitas, 2017).<sup>26</sup> Nele Foucault reconhece que “*épistémê*” é um dispositivo discursivo, distinguindo-o dos não discursivos. A fase genealógica da produção de Foucault acomoda o conceito de dispositivo como um conjunto heterogêneo que abrange discursos, instituições, regulamentos, leis e outros elementos, discursivos e não discursivos, que formam uma rede. De modo geral, o dispositivo é uma formação que, em um contexto histórico específico, tem uma função estratégica primordial na resposta a urgências, desempenhando um papel dominante na dinâmica do poder (Foucault, 2002).

O documento e a informação, nessa perspectiva, não são neutros. A qualidade do enunciado influencia a circulação da informação. Ele – o documento – pode ter diferentes graus de estabilidade. A fisicalidade, no caso, contribui para sua permanência, mas não é definidora. A informação pode ter materialidade, ao circular socialmente, sem necessariamente estar registrada em um suporte físico. A estabilidade influencia a adaptabilidade do discurso em sua capacidade de gerar efeitos. Para Frohmann (2008a; 2008b), nos estudos de materialidade da informação, o mais importante são os efeitos (políticos) dos enunciados e suas implicações (éticas).

---

registradas, científicas e técnicas ou, ainda, em linguagem não especializada. A linguagem científica ou técnica – na forma registrada – se encontra, por exemplo, em publicações científicas, manuais profissionais que orientam práticas, como os códigos médicos e penais, sistemas de classificação bibliográficos, em bibliografias ou bases de dados bibliográficos, dentre outros exemplos. Na linguagem técnica não registrada, encontram-se, por exemplo, apresentações orais em eventos, conversas informais entre profissionais e acadêmicas. Na linguagem não especializada – que pode ser, por exemplo, realizada pela oralidade e circular entre pessoas alfabetizadas ou não alfabetizadas –, a dependência da memória individual ganha uma dimensão ainda mais relevante. Esse seria o caso de conhecimentos transmitidos oralmente por gerações, conforme ocorre, por exemplo, com líderes em comunidades de povos originários. Essa linguagem não especializada pode se valer, ainda, de inscrições diversas, com a produção de documentos de interesse comum em determinada rede ou institucionalidade informal ou semiformal, como grupos ou interações em redes sociais em plataformas digitais, produção de documentação em determinada comunidade para fins de memória, defesa de determinado pensamento, dentre outros.

<sup>25</sup> Originado nas obras *Vigiar e Punir*, de 1975, e *História da Sexualidade*, iniciada em 1976, a coletânea *Microfísica do Poder* resume o entendimento de Foucault (2002) sobre o dispositivo. Ele enfatiza a heterogeneidade desse conceito, indo além da fase arqueológica.

<sup>26</sup> Com base no conceito de dispositivo, Ferrando e Freitas (2017) reforçam a perspectiva de Foucault e, especificamente, a de Frohmann, ao entenderem a agência documentária como um processo no qual o documento gera efeitos. Conforme descrito pelas autoras, a agência documentária se refere ao “[...] poder de afetar do documento, que pode reposicionar formas e pensamentos de acordo com seus contextos de uso, ou ainda, a partir das práticas sociais documentárias.”

A materialidade da informação se manifesta em redes complexas de relações que podem ser denominadas de regimes. Os “regimes de verdade” estabelecem quando uma verdade é concebida e aceita como verdade. Os “regimes de materialidade” são orientados pela ordem das redes e das instituições. Já os “regimes de informação”, para Frohmann (1995, 2008a, 2008b), constituem uma síntese das perspectivas anteriores, segundo a qual se encontra a assimetria orientada pela relação entre poder e conhecimento.

A apropriação de Frohmann da TAR se desenvolveu concebendo-a como uma abordagem heurística para investigar o meio pelo qual os atores, em rede, interagem e criam a realidade. Noutras palavras, a TAR compreende o estudo da sociedade como sendo composto por associações entre atores.<sup>27</sup> Portanto, essas associações sociais e técnicas – numa palavra, sociotécnicas – constituem redes as quais englobam uma série de transformações, traduções e deslocamentos que se desenrolam dentro dos cursos de ação (Latour; Woolgar, 1997).<sup>28</sup>

Nesse contexto, tanto os atores humanos quanto os não-humanos (instituições, objetos, tecnologias, seres orgânicos e inorgânicos) têm a capacidade de agir, sendo considerados, por conseguinte, como “actantes” (Latour, 2017).<sup>29</sup> A abordagem da TAR, como ponto de partida, não

<sup>27</sup> Faz-se menção à concepção de sociedade defendida, no século XIX, pelo sociólogo francês Gabriel Tarde, em diálogo e em contraponto à concepção de sociedade pelo também sociólogo francês Émile Durkheim, mobilizada pelo conceito de “fato social” (Latour, 2012). A concepção de Tarde tem sido relevante para estudos de ciência e tecnologia.

<sup>28</sup> Um curso de ação é composto por desvios, e a interpretação desses desvios “define uma defasagem que representa a medida da tradução” (Latour, 2016, p. 28). Um desvio é uma alteração no curso de ação original, que pode resultar em uma nova tradução. Dessa forma, novos elementos são incorporados, formando uma composição (Latour, 2016). O objeto de estudo de um curso de ação é sociotécnico quando envolve atores humanos (pessoas) e atores não-humanos (artefatos, instituições, seres orgânicos e inorgânicos, etc.). Os atores humanos e não-humanos se entrelaçam e formam entidades coletivas mutáveis, conhecidas como híbridos.

<sup>29</sup> Na atuação dos atores em rede, as linguagens podem transcender os meios convencionais de registro simbólico, como a linguagem escrita com alfabetos e regras gramaticais. Nos meios digitais, as linguagens contam com o recurso da numeralidade binária, expresso em metadados, orientadas por fórmulas de ação, ou algoritmos. Outros métodos de intervenção e inscrição em objetos, sejam eles artificiais ou naturais, podem ocorrer por meio de simples modificações no suporte, como esculpir, escrever, deformar, (re) programar, ou mesmo na simples preservação de um objeto, analógico ou digital, para fins de conhecimento, memória, afetividade, dentre outros. Nesse contexto, as “marcas” nos objetos refletem intenções específicas, atribuídas em contexto. Tais “marcas” (sentidos e intencionalidades) podem orientar, por exemplo, critérios para formação de coleções, seja em instituições formais, como em um museu, ou em institucionalidades informais, como em práticas de colecionismo.

faz distinções hierárquicas entre atores,<sup>30</sup> uma vez que eles são tratados de forma simétrica. Isso faz da TAR um recurso heurístico, permitindo uma análise que “segue os próprios atores” e oferece uma “[...] maneira mais científica de construir o mundo social” (Latour, 2012, p. 45).

Esse entendimento se refere a uma sociomaterialidade, como a imagem de algo “[...] nodoso, evocado tanto em observações empíricas comuns quanto em ontologias relacionais desenvolvidas analiticamente” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 65, tradução nossa).. Essa perspectiva relacional e com o enfoque no processo é relevante como um modo de “[...] corroborar a história do documento, rastreando-a por meio de quaisquer transformações anteriores.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 65, tradução nossa). Os fios bagunçados desse percurso necessitam ser acompanhados até se chegar ao desfecho do novelo, mesmo que tal desfecho seja provisório e, portanto, situacional.

As inscrições não são apenas marcas da trajetória dos documentos, mas também revelam defasagens e desvios de significação. Suas instâncias materiais permitem que o trabalho documentado – como em um laboratório – seja combinado, contrastado, manipulado e avaliado. A sobreposição dessas instâncias, semelhante à analogia com os “centros de cálculo” (Latour; Hermandt, 2004), permite que as inscrições sejam reproduzidas, distribuídas, reorganizadas e combinadas, possibilitando, assim, o alistamento de novos aliados (Callon, 2021).

---

<sup>30</sup> Estudos baseados na TAR partem do princípio de simetria entre atores humanos e não-humanos, reconhecendo que ambos têm a capacidade de agir e influenciar as redes de associações em que estão inseridos. No entanto, essa simetria inicial não elimina a existência de hierarquias; pelo contrário, ao analisar as associações e mediações realizadas pelos atores, a TAR permite identificar assimetrias e relações de poder. Como sugere Latour (2012), mediadores não apenas transportam significados, mas também os transformam, revelando que a dinâmica das associações pode expor desigualdades. Essa perspectiva performativa de mediação, fundamentada nas contribuições de Jean-Gabriel de Tarde, contrasta com a abordagem de Émile Durkheim, que prioriza estruturas sociais previamente estabelecidas e estáticas (Durkheim, 1972). Estudos que adotam a TAR beneficiam-se desse entendimento ao evitar definir previamente a posição dos atores, concentrando-se nas interações concretas e nas transformações que ocorrem dentro das redes.

### **2.3.2 MODOS DE INSTITUCIONALIDADE**

A dependência dos documentos em relação ao contexto pode variar entre forte e fraca, em uma dinâmica inserida em redes que vão do altamente formalizado e organizado ao informal e pessoal, como ocorre com documentos e coleções pessoais. A partir dessa dinâmica, um “[...] documento pode servir como geral e explícito em algumas situações e se tornar particular e implícito em outras.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 71, tradução nossa). Em suma, a permanência de documentos pode estar relacionada a um grupo “[...] relativamente desenvolvido, como organizações e governos, enquanto sua efemeridade pode ser associada a movimentos sociais ou ondas de cultura popular.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 63, tradução nossa).

A relação dinâmica e variável entre a dependência do contexto e a permanência do documento (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017) será abordada em termos de modos de institucionalidade (Rabello, 2019; 2024), partindo do entendimento de que as instituições são regidas por regras e normas que tanto influenciam e orientam ações, quanto são influenciadas e moldadas por determinadas práticas (Berger; Luckmann, 1995). Assim, busca-se compreender como o ordenamento e as práticas podem evidenciar, por exemplo, a formação de redes em modos institucionais que acolhem não apenas humanos, mas também outros atores.

Os modos de institucionalidade formam um espectro que vai do formal ao informal, com as instituições semiformais ocupando um espaço intermediário e correspondendo a diferentes tipos de redes (Rabello, 2019; 2024). Esses modos podem se relacionar entre si e até mudar de condição (embora isso seja menos provável nas instituições formais), refletindo seu caráter dinâmico, situacional, temporário e transitório. Eles orientam as práticas dos atores envolvidos, direta ou indiretamente, na perenidade, circulação e influência da materialidade da informação, gerando efeitos sobre aqueles que interagem com ela ou são por ela afetados. A dependência de plataformas digitais privadas, quando presente, torna a gestão da informação em instituições formais, informais ou semiformais mais complexas, devido à influência de algoritmos e políticas dessas plataformas.

As instituições formais são caracterizadas por regras explícitas, hierarquias rígidas e uma forte dependência do conhecimento técnico-científico. No caso do setor público, seus processos são burocratizados, e a comunicação, tanto interna quanto externa, ocorre sobretudo por canais oficiais. Os atores humanos, geralmente, são profissionais com expertise específica e funções técnicas, científicas e/ou legais bem definidas, conforme suas atribuições e limites de competência. No campo informacional, predominam os meios tradicionais de comunicação, além de uma variedade de equipamentos e dispositivos informacionais e culturais, como bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, bases de dados, em suas diversas tipologias, tanto no setor público quanto no privado.

Em contraste, as instituições informais são mais flexíveis e horizontais, valorizando o conhecimento tácito e as experiências compartilhadas, com destaque para iniciativas comunitárias e populares em movimentos sociais. Os atores humanos, geralmente voluntários, concebem essas iniciativas como uma forma de reafirmar os objetivos da instituição vinculados com alguma identidade da comunidade, seja na reivindicação de direitos, na melhoria da qualidade de vida de seus membros ou em outras necessidades. Exemplos incluem qualquer agremiação informal para satisfazer alguma demanda não atendida por políticas públicas ou, simplesmente, para satisfazer alguma necessidade ou crença. Tais modos institucionais muitas vezes são marcados pela improvisação e/ou pela escassez de recursos, como é no caso de meios de comunicação informais, como rádios comunitárias, fanzines, blogs, ou em equipamentos ou dispositivos informacionais ou culturais informais, como bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação populares, bem como para iniciativas particulares, como é o caso do colecionismo.

As instituições semiformais combinam características de organizações formais e informais, oferecendo maior flexibilidade do que as instituições formais, mas mantendo certo grau de estruturação. O Terceiro Setor é um exemplo clássico, pois busca suprir a ausência ou insuficiência da atuação estatal em demandas específicas da comunidade, ao mesmo tempo em que concilia objetivos sociais com eficiência e sustentabilidade relativa. A participação de atores humanos nessas instituições pode incluir tanto

profissionais quanto voluntários. Exemplos dessa forma de institucionalidade incluem associações como bancos populares (para atender a demandas financeiras), cooperativas no setor produtivo, e meios de comunicação ou dispositivos informacionais e culturais alternativos, como bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação populares, muitas vezes associados a organizações não-governamentais (ONGs).

Os modos de institucionalidade encontram na informação e em sua materialidade o “amálgama” que (re)produz tanto instituições quanto redes, que, por sua vez, também (re)produzem essas informações. A materialidade da informação, seja fluida e efêmera (como na oralidade) ou tangível e física (como nos documentos), gera efeitos mais ligados às suas implicações epistêmico-políticas do que ao meio pelo qual se manifesta. Entre esses efeitos estão a mobilização de comunidades e a orientação de práticas. Independentemente do tipo de institucionalidade, as instituições-rede são orientadas por enunciados cujas positivities são fundamentais para criar “zonas de fronteira” e viabilizar a interação entre os diferentes modos de institucionalidade, do informal ao semiformal, e deste ao formal.

### **2.3.3 PERSPECTIVAS DE MATERIALIDADE EM MODOS DE INSTITUCIONALIDADE**

A seguir, serão apresentados exemplos quase ficcionais<sup>31</sup> que relacionam modos de institucionalidade com a materialidade da informação. O intuito é observar a institucionalidade “impregnada” nos atores, que orienta suas práticas documentárias. Pretende-se compreender a autoridade do ator/autor e o consequente adensamento da materialidade da informação registrada no documento, compondo e influenciando redes e práticas de terceiros.

Nos exemplos, as ações serão abordadas a partir de diferentes enfoques institucionais, podendo ser inicialmente:<sup>32</sup> i. Formal – como a atua-

<sup>31</sup> Os exemplos foram denominados (quase) ficcionais, pois se lançou mão da liberdade interpretativa das fontes consultadas para descrever, de modo ensaístico, possíveis situações que, não necessariamente, correspondem a casos especificamente e empiricamente observados.

<sup>32</sup> A palavra “inicialmente” é estratégica, já que modos de institucionalidade não são estáticos, podendo transitar ou dialogar de um modo a outro, a depender do enfoque direcionador.

ção de um professor/pesquisador e de um legislador no contexto de uma pandemia; ou de um profissional no contexto de um sistema de informação;<sup>33</sup> ii. Semiformal – como no “movimento antivacina”, onde surgem questionamentos de dissidências, com ou sem alguma autoridade técnica, ainda que contestada; iii. Informal – autores e utilizadores de blogs sobre a temática trans.

Ao ser provocado pelo avanço de um ator não-humano – um vírus – um especialista em profilaxia, respaldado por diversas instâncias formais, passa a ganhar notoriedade junto à opinião pública quando suas orientações passam a ser amplificadas por entidades governamentais e não-governamentais, mediante, por exemplo, veículos de mídia e plataformas de redes sociais. O pesquisador detém prestígio em círculos acadêmicos, respaldado por sua qualificação e afiliação a uma universidade ou a centro de pesquisa. Sua influência se fundamenta em publicações em revistas e em eventos científicos, mediante revisões por pares. Ele orienta pesquisas, participa de processos de avaliação e comunica resultados. Suas instruções são valorizadas, uma vez que são respaldadas por pesquisas aceitas pela comunidade. O pesquisador transcende o ambiente acadêmico ao divulgar seus saberes, contribuindo para a saúde pública e modalizando as abordagens de prevenção.

As pesquisas do especialista em profilaxia – com autoridade – potencialmente ganharão alcances ainda maiores quando passam a fundamentar, por exemplo, determinado projeto legislativo. No processo legislativo, informações circulam na estrutura formal da casa legislativa onde parlamentares atuam representando segmentos sociais (Santana, 2023). Algumas vezes, essas informações também transitam, como estratégia do legislador, por modos de institucionalidade semiformais ou informais, quando, por exemplo, realiza uma consulta pública junto à sua base, composta por representantes da sociedade civil organizada, como ONGs, movimentos sociais e associações de moradores. A produção de documentos no âmbi-

---

<sup>33</sup> Os sistemas são aqui compreendidos como infraestruturas institucionalizadas que englobam entrada, processamento e saída de registros, com o propósito de utilização para suprir determinada necessidade. Exemplos de sistemas de informação – em setores públicos ou privados, em contextos analógicos ou digitais – incluem bibliotecas, museus, arquivos, centros de documentação, editoras, dentre outros. São estruturados por subsistemas que operam através de linguagens documentais e mecanismos de produção e utilização de metadados, tais como catálogos, repositórios, bases de dados, dentre outros.

to jurídico e administrativo sempre tem consequências, mas, no caso do processo legislativo, busca-se a máxima influência quando um tipo de instrumento – uma Lei Federal – é aprovado pelo parlamento e passa a fazer parte do ordenamento jurídico do país. Analisar e entender esses processos escalonados e suas composições desafia estudos do gênero.

Em outro exemplo, o “movimento antivacina” se mobiliza mediante enunciados, tais como “todas as vacinas são prejudiciais à saúde.” Esses movimentos formam uma rede com uma institucionalidade semiformal ou informal, baseada em convenções mais flexíveis e espontâneas, criando “verdades” para seus membros. Por vezes, pesquisadores, professores e/ou profissionais da saúde – gozando de institucionalidade formal, quando vinculados ou com formação em instituições da área – trazem ao “movimento antivacina” requintes de formalidade. A mescla dos modos de institucionalidade e das camadas de informação semântica, misinformation e desinformação amplia a complexidade para o estudo da materialidade nos regimes de informação (Vignoli; Rabello; Almeida, 2021).

O enunciado que dá vida a esse movimento exerce influência e resistência, mesmo quando propagado oralmente. Ele ganha ainda mais força e resistência por meio das práticas documentárias, ou seja, pela criação de registros, como postagens em mídias sociais, como Facebook, Instagram, WhatsApp, dentre outros, ou através da criação de websites e outras fontes, em institucionalidades marcadamente informais. Lamentavelmente, os efeitos da materialidade da informação antivacina podem ter consequências que chegam a levar ao adoecimento ou a morte de pessoas. O ressurgimento de doenças previamente erradicadas no Brasil, como o sarampo, ilustra o impacto social negativo da informação em situações de informações falsas ou imprecisas.

Existe, neste momento, o interesse de observar um exemplo em um sistema de informação. Nele, um objeto – ou suporte de informação – para ser valorado como documento depende de algumas mediações. Tal dinâmica será pensada em um contexto formal. Ele – o objeto – precisa ser selecionado e adquirido por um ator institucional, por exemplo, um bibliotecário. Esse ator necessita, mormente, de formação acadêmica e técnica, podendo passar por experiências laborais. Ao adquirir o *status* de

profissional, com alguma autoridade, o ator institucional maneja manuais e códigos, criados por ele ou por membros da comunidade profissional a qual faz parte ou dialoga. Segue, ainda, normas e regras, conforme o ordenamento jurídico o qual está deontologicamente submetido.

A inclusão de um objeto em uma rede institucional, como uma biblioteca, não depende apenas do trabalho humano, mas também de tecnologias e infraestruturas específicas.<sup>34</sup> Os critérios de seleção são estabelecidos e registrados na política de desenvolvimento de coleções, alinhada com a missão e os objetivos da instituição. Essa política determina como os objetos podem entrar, permanecer ou ser removidos do acervo. Ela também aborda a necessidade de cumprir critérios de autoridade relacionados à qualidade do conteúdo, do suporte, da autoria, da edição, dentre outros elementos. Esses aspectos, relacionados à formalização institucional do objeto, afetam a força e a permanência da materialidade da informação como fonte para representar a realidade.

A incorporação de objetos em redes ou estruturas institucionais informais ou semiformais não diminui sua relevância como fontes de informação para compreender e representar a realidade, mesmo que não sigam os ritos, procedimentos e pressupostos formais estabelecidos pelas instituições. As chamadas fontes alternativas de informação desempenham um papel crucial na reflexão sobre fenômenos cuja cobertura nem sempre é alcançada por fontes formais. Isso se aplica, por exemplo, à criação de blogs voltados para atender uma comunidade específica, como a comunidade trans.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> Em uma analogia metafórica, nesse contexto, “cartografias” se sobrepõem em “centros de cálculo”. Um “centro de cálculo” é um lugar privilegiado ou uma “[...] rede de transformações que liga cada inscrição ao mundo, e que liga em seguida cada inscrição a todas as que se tornaram comensuráveis a ela pela gravura, o desenho, o relato, o cálculo ou, mais recente, pela digitalização” (Latour; Hermandt, 2004, p. 53).

<sup>35</sup> As pessoas transexuais fazem parte do espectro que compõe o movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, e mais (LGBTQIA+). A web pode desempenhar um papel importante na construção da identidade das pessoas trans, fornecendo acesso à informação e um espaço para enfrentar a violência e o preconceito. Isso permite com que a ação nesses meios influencie a dinâmica social, expandindo performances e percepções sociais, embora os resultados sejam moldados pelos contextos locais e pelos meios de comunicação utilizados. Esses meios alternativos podem permitir com que pessoas trans compartilhem suas vivências e construam redes de apoio, independentemente da localização física (Rojas, 2015).

Como meios alternativos de validação de informação, os blogs sobre a temática trans encontram no critério de “local ou lugar de fala” um meio relevante para a permanência e a força da materialidade das informações veiculadas junto à comunidade. Ela, a comunidade, reconhece as experiências pessoais dos autores dos blogs, justamente por compartilharem vivências semelhantes. Esses blogs – mesmo que, por vezes, não sejam reconhecidos academicamente como fonte de informação ou não sejam considerados por sistemas de informação formalizados – desempenham um papel relevante para a comunidade por meio da qual passa a integrar a rede.<sup>36</sup>

Os critérios de autoridade e “lugar de fala” se complementam na validação de informações em mídias alternativas. Essa abordagem beneficia especialmente grupos sociologicamente marginalizados, como é o caso daqueles que fazem parte do movimento LGBTQI+, incluindo as pessoas trans. As experiências observadas em blogs produzidos por pessoas trans, direcionados para a comunidade trans, trazem questões sobre os modos de representação autorizados pelas instituições formais, como é o caso, por exemplo, das bibliotecas públicas. Tais instituições muitas vezes não se atentam para atender membros da comunidade em situações de vulnerabilidade social. A existência do “não-público” de instituições formais é um tema emergente que a área de informação necessita debater (Rabello, 2023).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No estudo da representação da realidade, é fundamental analisar os “regimes” (de verdade, de materialidade, de informação), uma vez que eles não apenas tendem a mesclar composições mais rígidas (formais) e flexíveis, temporárias e situacionais (semiformais e informais), mas permitem a rastreabilidade das redes e dos documentos. Essas composições surgem

---

<sup>36</sup> Incorporar o “lugar de fala” na avaliação de conteúdo pode ser útil para bibliotecários e para usuários de informação ao selecionarem materiais pertinentes às suas situações de necessidade (Sá, 2019). Mesmo que esses blogs não sejam formalmente reconhecidos, por exemplo, pela área de informação como fontes confiáveis, eles desempenham um papel crucial na disseminação de informações e na representação de grupos específicos. Integrar o “lugar de fala” na avaliação de conteúdo para fins de seleção, aquisição e tratamento de fontes é uma alternativa útil para bibliotecários e usuários ao escolherem materiais que atendam às suas situações e necessidades de informação (Sá, 2019).

da interação entre os atores e das forças envolvidas. Assim, os regimes moldam e são moldados pelos interesses e possibilidades que influenciam e são influenciados pelos atores. Em situações de agenciamento, os enunciados – com materialidade – circulam na sociedade e podem se manifestar, por exemplo, como informação não registrada, por meio da oralidade, ou como informação registrada, mediante os documentos.

A ideia de que a realidade “está aí” – uma noção fundamental nas origens de disciplinas como a história e a documentação, que consideravam a informação registrada um canal privilegiado – parece ganhar força com a prevalência de discursos respaldados por estudos métricos ou pela suposta neutralidade tecnológica, como é o caso da inteligência artificial. Esse pensamento tende a limitar o espaço para outras formas de mediação. A crença na neutralidade da técnica, da tecnologia e dos números frequentemente resulta em políticas que, paradoxalmente, não reconhecem seu próprio caráter político. No contexto atual, os interesses do capitalismo se beneficiam dessas crenças, visando minimizar responsabilidades e ocultar as assimetrias na produção, circulação e consumo do conhecimento.<sup>37</sup>

A “transformação” de um objeto em documento depende de uma composição que integra a informação e sua institucionalidade. Além disso, conceber o documento como um ente que *pode falar* e que está sempre em relação com outros atores permite uma compreensão mais complexa e situada de sua materialidade. O documento é o ponto em que a materialidade da informação se torna evidente, conferindo à informação permanência e força, características que possibilitam a rastreabilidade da memória e da “biografia” dos enunciados. Assim, uma das principais qualidades do documento é sua capacidade de rastrear a materialidade da informação, permitindo ao pesquisador seguir as redes e atores envolvidos.

É premente adotar perspectivas que não apenas questionem ou demonstrem os limites e o anacronismo do sonho positivista – que busca o acesso direto à realidade e sua representação inequívoca –, mas que tam-

---

<sup>37</sup> Interessante observar a assimetria entre o chamado “norte global”, central e pujante, e a periferia ou “sul global”, atrasado ou em desenvolvimento. Há, com isso, um complexo jogo em que ciência e tecnologia são, de modo geral, desenvolvidas pelo centro – tendendo a se beneficiar, obviamente, em primeiro lugar –, privando ou minimizando possíveis benefícios para os quase sempre ou apenas consumidores do sul (Santos; Meneses, 2010).

bém apresentem alternativas para as mediações sobre essa realidade. A humildade diante da complexidade do mundo é fundamental. A noção de perspectivas e camadas de materialidade da informação e de composições em redes (em distintos modos de institucionalidade) revela que, apesar do desejo de simplificação do mundo da vida, a realidade “não está tão próxima”, demandando mediações prudentes e uma presença ativa junto aos atores implicados (Rabello, 2022a).

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. A materialidade da informação em Bernd Frohmann. *Ibersid*, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 103-113, jan./jun. 2023.
- APPADURAI, A. Introducción: las mercancías y la política del valor. In: APPADURAI, A. (ed.). *La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías*. México: Grijalbo, 1991. p. 17-87.
- BARTHES, R.; MARTY, E. Oral/escrito. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 11.
- BAUER, W. Documentos. In: BAUER, W. *Introducción al estudio de la historia*. 3. ed. Barcelona: Bosch, 1957. p. 354-377.
- BENOIT, L. O. *Sociologia comteana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. (Coleção Clássicos e Comentadores).
- BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BEZERRA, A. C.; SALDANHA, G. S. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Olet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In: ALBAGLI, S. (org.). *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília, DF: IBICT, 2013. p. 34-56.
- BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire, ou métier d'historien*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.
- BUCAILLE, R.; PESEZ, J.-M. Cultura material. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989. v. 16.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, June 1991.

- BUCKLAND, M. K. The centenary of “Madame Documentation”: Suzanne Briet, 1894-1989. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 46, n. 3, p. 235-237, Apr. 1995.
- BUCKLAND, M. K. What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 48, n. 9, p. 804-809, Sept. 1997.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7- 37.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CALLON, M. Elementos para uma Sociologia da Tradução: a domesticação das vieiras e dos pescadores da baía de Saint-Brieuc. In: ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; COUTINHO, F. A. (org.). *Dossiê Bruno Latour*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. p. 67-95.
- CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. *Enl@ce: revista venezolana de información, tecnología y conocimiento*, Maracaibo, v. 4, n. 1, p. 11-29, 2007.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- COMTE, A. Plano dos trabalhos científicos necessários para a reorganização da sociedade. In: COMTE, A. *Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828*. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo: EdUSP, 1972. p. 55-136. (Biblioteca dos Séculos).
- DAY, R. Paul Otlet’s book and the writing of social space. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 48, n. 4, p. 310-317, Apr. 1997.
- DESCARTES, R. *Discurso do método; e, Princípios de filosofia*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.
- DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1972.
- ESCARPIT, R. *Teoría General de la Información y de la Comunicación*. Barcelona: Icaria, 1981.
- FAYET-SCRIBE, S. Connaissez-vous Suzanne Briet? *Bulletin des Bibliothèques de France (BBF)*, Villeurbanne, n. 1, p. 40-44, 2012. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0040-007>. Acesso em: 3 out. 2024.
- FAYET-SCRIBE, S. *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l’information: 1895-1937*. Paris: CNRS, 2001.
- FERRANDO, T. L.; FREITAS, L. S. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-

- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. *Anais* [...]. Marília: ANCIB; Unesp, 2017.
- FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FROHMANN, B. Documentary ethics, ontology, and politics. *Archival Science: international journal on recorded information*, Dordrecht, v. 8, n. 3, p. 165-180, Sept. 2008b. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-008-9073-y>.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (org.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008a. p. 13-36.
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. *Proceedings* [...] Edmonton: CAIS; ACSI, 1995.
- FROHMANN, B. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. *Journal of Documentation*, London, v. 48, n. 4, p. 365-386, Dec. 1992.
- GAY, P. Ranke: o crítico respeitoso. In: GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 63-93.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.
- GONZALEZ, M. Informação é conteúdo: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação.
- KOPYTOFF, I. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: APPADURAI, A. (ed.). *La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías*. México: Grijalbo, 1991. p. 89-122.
- LATOUR, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- LATOUR, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

- LATOUR, B.; HERMANDT, È. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, A. *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 39-63.
- LATOUR, B; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J. et al. (org.). *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1978. p. 253- 288.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013. p. 485-499.
- LÓPEZ YEPES, J. *La documentación como disciplina: teoria e história*. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 1995.
- LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. *Journal of Documentation*, London, v. 66, n. 5 p. 734-749, 2010.
- MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos materiais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.
- MEYRIAT, J. Document, documentation e documentalogie, *Revue de Bibliologie, Schema et Schematisation*, n. 19, p. 51-63, 1981.
- MEYRIAT, J. Un siècle de documentation: la chose et le mot. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, v. 30, n. 4-5, p. 192-198, 1993.
- NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: NUÑEZ-CONTRERAS, L. *Archivística: estudios básicos*. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p. 25-44.
- OTLET, P. *Documentos e documentação: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Separata), [1937].
- OTLET, P. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos; Livros, 2018.
- PATY, M. A ideia da universalidade da ciência e sua crítica filosófica e histórica. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD LATINO-AMERICANA DE HISTORIA DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGÍA, 4., 1995, Cali, Colombia. *Anales [...]* Cali: SLAHCT, 1995. p. 7-60.
- PESEZ, J.-M. A história da cultura material. In: LE GOFF, J. et al. (org.). *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1978. p. 177-213.
- RABELLO, R. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, Marília, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019.

RABELLO, R. Mediação da informação em presença: situacionalidade, transitoriedade e simetria entre implicadores e implicados. *Logeion: filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 62-90, 2022a.

RABELLO, R. Práticas documentárias em regimes de materialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. *Anais [...]* Porto Alegre: UFRGS, 2022b. GT 1.

RABELLO, R. Studies on information users and non-users: an alternative proposal. *Open Information Science*, Berlim, v. 7, n. 1, p. 20220153, 2023.

RABELLO, R. Quando memória material e documentação popular importam: esquadrão da morte na ditadura, testemunho de uma igreja na redemocratização do Brasil e intentonas golpistas. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 29, e99284, 2024.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 1-23, 2019. DOI: 10.5007/1518-2924.2019.e58738.

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto Internacional de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). In: RAYWARD, W. B. *Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext*. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 45, n. 4, p. 235-258, Apr. 1994.

RAYWARD, W. B. Introduction: international exhibitions, Paul Otlet, Henri La Fontaine e the paradox of the Belle Époque. In: RAYWARD, W. B. (ed.). *Information beyond borders: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque*. Surrey: Ashgate, 2014. p. 1-22.

REIS, J. C. *A história, entre a filosofia e a ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 118p.

RENDÓN ROJAS, M. Á. *Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*. México, DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1997.

ROJAS, E. *Trans narrativas do self: uma análise a partir de diários virtuais de transição transexual no YouTube*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SÁ, J. A. *Validação de blogs como fontes alternativas de informação para o desenvolvimento de coleções: o caso da temática trans*. 2019. 82 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, 2019.

SAGREDO FERNÁNDEZ, F.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. Reflexiones sobre “documento”: palabra/objeto. *Boletín Millares Carlo*, Las Palmas de Gran Canaria, n. 5, p. 161-197, 1982.

SALDANHA, G. Linha cumeada: uma arqueologia dos enunciados epistemológicos da Bibliografia na fundamentação da Ciência da Informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 25, p. 1-16, 2020. Número Especial.

SANTANA, F. L. F. *O papel do documento legislativo: do manuscrito ao digital*. 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, DF, 2023.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, P. M. *O ponto de inflexão Otlet: uma visão sobre as origens da Documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico*. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SHANKAR, K.; HAKKEN, D.; ØSTERLUND, C. Rethinking documents. In: FELT, U.; FOUCHÉ, R. et al. (ed.). *The handbook of Science and Technology studies*. 4th ed. Cambridge; London: The MIT Press, 2017. p. 59-85.

VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n. 3/4, p. 177-198, jul./dez. 1978.

VIGNOLI, R. G.; RABELLO, R.; ALMEIDA, C. C. Informação, misinformação, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 26, p. 1-31, 2021.

WEBER, M. Burocracia. In: WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. São Paulo: LTC, 2002.

WOLENDE, G. “Bibliography” and “Documentation”: words and ideas. *Journal of Documentation*, London, v. 39, n. 4, p. 266-279, 1983.

2

**SISTEMAS, INFORMAÇÃO E  
COMPLEXIDADE: ALGUMAS  
QUESTÕES EM TORNO DOS  
OBJETOS E DO PENSAMENTO NA  
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO**

*SYSTEMS, INFORMATION, AND  
COMPLEXITY: SOME QUESTIONS  
ABOUT OBJECTS AND THINKING  
IN LIBRARY AND INFORMATION  
SCIENCE*

*Marivalde Moacir FRANCELIN  
USP  
marivalde@usp.br  
<https://orcid.org/0000-0002-9576-7743>*

**Resumo:** Analisa as possibilidades de convergência entre sistemas, informação e complexidade. Identifica, como situação problemática, a corrente simplificação da informação à tecnociência e ao indivíduo. Questiona a possibilidade de repensar a informação como essência e complexidade. Para responder à questão apresentada, parte-se da hipótese de que a relação entre essência e complexidade está na informação. Coloca em evidência a importância do pensamento complexo para a informação, porém questiona o domínio dos objetos-informação como excedentes de complexidade. Pesquisa exploratória e descritiva, que toma como base o método crítico-hermenêutico e a análise dialética e interpretativa das questões enunciadas. Como principal resultado relaciona livro e pensamento e objetos e informação para corrigir lacunas e avançar nos conceitos de sistemas e complexidade. A principal contribuição da pesquisa é o desenvolvimento de um novo caminho de estudos sobre a informação, chamado de sistemas em (in)formação e o retorno à relação livro-pensamento. Conclui que a informação pode subsistir como essência e paradoxo somente se a reforma do pensamento avançar para a reforma dos objetos.

**Palavras-chave:** Sistemas; Informação; Complexidade; Objetos; Pensamento.

**Abstract:** This chapter analyzes the possibilities of convergence between systems, information, and complexity. It identifies, as a problematic situation, the prevailing simplification of information to technoscience and to the individual. It questions the possibility of rethinking information in terms of its essence and complexity. In order to answer the question, the hypothesis is that the relationship between essence and complexity lies in information. This highlights the importance of complex thinking for information, but inquires about the domain of information objects as an excess of complexity. This is an exploratory and descriptive research, based on the critical-hermeneutic method and the dialectical and interpretative analysis of the questions. As a result, it relates books, thoughts, objects, and information to correct gaps and advance the concepts of systems and complexity. The main contribution of this research is the development of a new form of studying information called systems in (in)formation and a return to the book-thought relationship. It is concluded that information can exist as an essence and a paradox only if the reform of thought moves toward a reform of objects.

**Keywords:** Systems; Information; Complexity; Objects; Thinking.

## 1 INTRODUÇÃO

Ele [Edgar Allan Poe] afirmava que quem não sabe tocar o intangível não é poeta; que só é poeta quem é mestre da memória, soberano das palavras, estando o registro de seus próprios sentimentos sempre prontos a se deixar folhear. Tudo pelo desenlace! ele repete incansavelmente. Até o soneto tem necessidade de um plano, e a construção, a armação, por assim dizer, é a garantia mais importante da vida misteriosa das obras do espírito (Baudelaire, 2012, p. 19).

Al principio no fue la palabra, sino la desazón que busca palabras. En el mito recayó la tarea de mostrar caminos de salida de la oscuridad primera. De aquello de lo que no se podía guardar silencio hubo que contar cosas. Contar o narrar significa hacer como si se hubiera estado presente en el comienzo. A los narradores les gusta simular que con sólidos recipientes atados a largas cuerdas son capaces de extraer de los pozos del pasado. A menudo la afirmación de poseer una fuerza narrativa superior fue acompañada por la sugestión de que se ha recibido de círculos del más allá, normalmente bien informados, informaciones privilegiadas sobre las circunstancias más próximas al final (Sloterdijk, 2015, local. 33).

En cambio, nuestra interpretación negándose a reconocer en la inteligencia el fin de la vida hace de ella un ineludible instrumento de ésta, con lo cual la arraiga en la gleba vital inexorablemente, le proporciona imperecedera autoctonía. El intelectualista tradicional sostenía que el hombre *debe* pensar, pero reconocía que de hecho puede el hombre vivir sin ejercitar su inteligencia, que entendía en un sentido muy estrecho y parcial. La idea nuestra niega que la inteligencia, la intelectualidad sea un deber del hombre. Se contenta con mostrar que el hombre para vivir tiene que pensar, gústele o no. Si piense mal, este es, sin íntima veracidad, vive mal, en pura angustia, problema y desazón. Si piensa bien encaja en sí mismo – y eso, encajar en sí mismo, es la definición de la felicidad (Ortega y Gasset, 1965, p. 124-125).

As citações de Baudelaire (2012), Sloterdijk (2015) e Ortega y Gasset (1965), colocadas como epígrafes de abertura deste texto, têm em comum a tentativa de ver além e mostrar - ou dizer - o que foi visto. O objetivo aqui é mais modesto e vai ao encontro de algumas questões que poderiam ser colocadas em torno dos objetos e do pensamento em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Tais questões são tomadas de aspectos específicos

que envolvem a complexidade e problematizadas na possibilidade de esgotamento do modelo complexo de informação. A premeditação da sociedade atual não foi considerada por teóricos da complexidade, como Edgar Morin por exemplo, fazendo com que os excedentes de complexidade se distanciassem dos eixos centrais de problematização, perdendo contato com seu principal objeto, a informação. Ao se propor uma descontinuidade, ela deve ser fundamentada por uma epistemologia crítica e rigorosa, que observe critérios de análise sobre a essência dos objetos e sobre os contextos do pensamento.

Dessa forma, o recorte temático inicial ocorre no universo teórico-conceitual dos sistemas, da informação e da complexidade. Como documentos de base foram usadas as obras “A questão da técnica”, de Heidegger (2007), e “Método 1: a natureza da natureza”, de Morin (2002). Essas obras representam momentos que ampliaram e aprofundaram a compreensão da informação. Nesse percurso tenta-se relacionar alguns desses momentos e verificar em que medida é possível – e permitido - que se ocupe novas posições de observação da informação.

Partindo de um ponto de vista dialético, que reconheça nos contrários uma forma de compreensão da complexidade (Rendón Rojas, 2015, 2017), e de limites definidos e contextuais de interpretação (Eco, 2013), procura-se articular alguns momentos do pensamento de Martin Heidegger (1889-1976) e Edgar Morin (1921-) sobre os sistemas, a informação e a complexidade e, mais especificamente, sobre os sistemas de informação da informação e os sistemas de conhecimento do conhecimento. Portanto, o caminho percorrido na literatura foi norteado pela busca de relações entre perspectivas distintas, colocando em evidência suas possíveis relações, avanços e limites.

Nesse sentido, a primeira parte da pesquisa pode ser caracterizada como exploratória e descritiva, com base em procedimento analítico-reflexivo na investigação sobre a informação. Esse procedimento visa a recuperação das características tanto da literatura quanto da realidade vinculada aos fatos. Numa época na qual impera um conceito como o de pós-verdade, é fundamental que qualquer procedimento faça uso de um método

hermenêutico crítico baseado em uma análise dialética e interpretativa que procure evidenciar contrários sem eliminá-los.

A eliminação dos contrários deve ser vista com prudência diante do fato de que apenas uma das posições em conflito irá sobressair, enquanto a outra deixará de existir; ou, todas as posições conflituosas serão eliminadas, surgindo uma única posição dominante. Por este motivo, o método empregado visa um percurso de análise que considere a problemática de que na estrutura que não se apresenta, e no conjunto de relações que unem partes e todo, evocam, explícita ou implicitamente, um sistema (em) informação análogo à condição de estar no mundo e de relacionar-se com suas partes (Heidegger, 2007; Morin, 2002).

O que está exposto em ambos é uma crítica à ciência, à “tecnologia” e à razão enquanto instâncias que limitam o próprio pensamento (Araújo, 2016; Crespo, 2017; Dicks, 2020). Porém, para não se colocar o problema sem evidenciar uma hipótese, supõe-se que, em Heidegger (2007) e em Morin (2002), os interesses científicos estão ocultos por um debate mais amplo sobre a técnica e a complexidade num contexto de informação que se coloca entre sistemas e linguagem.

Dessa forma, na segunda parte do texto busca-se contextualizar o diálogo proposto em uma discussão em torno do que pode ser chamado de pensamento-livro e objeto-informação. Ao retomar o livro como paradigma do pensamento, tenta-se contribuir para o não ocultamento dos objetos-informação, pois, estes são parte do “sistema informativo documental”, objeto de estudo, segundo Rendón Rojas (2015, p. 60), da Biblioteconomia, mas, que, epistemologicamente, não se dissociam da Ciência da Informação.

## **2 SISTEMAS**

Rüdiger Safranski, no capítulo “Demonização da técnica e a técnica da demonização”, da biografia dedicada a Martin Heidegger, observa que “[...] a conferência sobre A Questão da Técnica, de Heidegger, de 1953,

não é um avanço filosófico isolado nesse terreno. Ele toma a palavra num debate que já está acontecendo” (Safranski, 2000, p. 463).

Mas, o que estava em destaque naquele debate e o que se pode entender como vigente ainda hoje? Acredita-se que essas duas esferas do pensar unem-se em torno da questão sobre o próprio sistema, mas não qualquer sistema genérico de informação como provocação e permanência e sim um sistema (em) informação.

Primeiro, tem-se que colocar em dúvida a validade da hipótese que supõe categorias isoladas de pessoas que usam artefatos técnicos. Hoje, as pessoas constroem suas relações com a técnica de forma natural e consciente por conta de um longo percurso de aquisição, reprodução e disseminação de experiência, saber, conhecimento e cultura. Existe, além da natureza técnica, uma naturalidade própria do ambiente da vivência. Conscientemente, as pessoas não apenas se compreendem, mas se sentem como seres técnicos.

Essa essência que está, faz sentir e não se vê revela a descoberta de um novo habitat para o ser. Revela o existente ainda não desvelado pelos sentidos. “Tudo” o que é novo não é o mesmo tudo que é criado. O novo já está, apenas ainda não se apresenta. Dessa maneira, não é de todo estranho dizer que a criação é o encontrar de algo que já foi criado, mas que ainda não tinha sido desvelado.

Comum ao ser e a todos os outros “entes” no mundo há, então, uma natureza que possui sua própria natureza, uma natureza da natureza como diz Morin (2002), um sistema que já tem uma forma, e tudo o que tem uma forma está “em” forma, está (in)formado. O dispositivo, diz Safranski (2000, p. 465, grifo do autor), “[...] tornou-se o nosso *destino*. O perigoso nisso é que essa vida dentro do dispositivo ameaça tornar-se unidimensional e sem alternativas, e que a memória de uma espécie de encontro com o mundo e estadia no mundo se apague.”

Um sistema que já possui uma forma não seria, necessariamente, um sistema de informação, mas um sistema em informação. Um sistema está em, mas não é de algo. O sistema é o que se vê e a informação é a armação, estrutura, destino, portanto, este sistema, no qual hoje se vive, está na

informação. Para Heidegger (2007), os sistemas de informação colocam à disposição as provocações na natureza. Para o autor, a física não pôde renunciar ao que se apresenta como calculado na natureza porque se tratava de um modo de imperar da armação.

Pode-se falar de sistemas de informação, ambientes informacionais, enquanto “entes” no mundo, mas não como estrutura para o “ser”, ou seja, a (con)formação da existência na armação se apresenta como um todo (in) formado que se revela como destino.

O destino está condicionado ao “ser” da técnica na armação. Ou seja, já existe uma conformação técnica ao futuro da existência. Além disso, se aceitar-se a hipótese de (con)formações dos sistemas ao que está (in) formado, esses sistemas seriam melhor entendidos como sistemas em informação, mas não como sistemas de informação.

Na (con)formação está o habitat (morada) e no sistema está a vivência (os que vivem ou moram). A natureza da vivência é o seu habitat, portanto, há uma natureza da natureza. Nesse sentido, nem toda natureza está, segundo Heidegger (2007), disponível à manipulação, somente aquela que está como sistema, no espaço da vivência. E a natureza que está em (con)formação (habitat/morada) com a (in)formação apenas pode ser transformada pela armação, pelo destino. Mas, sendo a armação a estrutura do que já está, e que pertence ao destino, não existe a possibilidade de interferência do modo de vivência.

Neste caso, é justificável dizer que o ser humano vive em perigo (Heidegger, 2007, p. 389) porque tem acesso parcial aos caminhos do desabrigar. Além de acessar parcialmente esses caminhos, o ser humano também não se (con)forma espontaneamente à (in)formação (armação/estrutura), como ocorre com a natureza.

### **3 COMPLEXIDADE**

Não se pode afirmar que a informação é complexa porque talvez ela não seja uma coisa, como se observa na própria tradição da Ciência da informação. Faltando-lhe esta opção, o caminho que lhe resta é o de consi-

derar uma hipótese cogitada por diversas frentes e momentos na literatura e assumir-se como o espaço das coisas e dos objetos.

Se, como diz Morin, a informação não pode ser definida em conceito ou fechada em algum programa ou processo, ela também não pode ser descoberta, pois, ao mesmo tempo que se “revela”, é “mistério” (Morin, 2002, p. 422).

Após realçar as características “camaleonescas” do conceito de informação, o autor diz que diante de suas lacunas e incertezas é necessário interrogá-lo. Segundo Morin (2002, p. 436), para compreendê-lo “[...] é preciso exorcizar as sombras platônicas, aristotélicas, cartesianas que rondam ainda o inconsciente do conceito informação”. Mas, o que chama a atenção nessas passagens finais do livro de Morin (2002) é que, além de enfatizar diversas vezes a superação dos conceitos, teorias e modelos de informação vigentes, ele afirma que o conceito múltiplo de informação também deve ser extinto.

Se existe uma natureza da natureza não se pode considerar a solução de um sistema de informação como uma estrutura, mas como a estrutura da estrutura. Assim, se pensa em um sistema do sistema para que seja possível uma informação da informação. Esse não é um movimento circular, mas em espiral e auto-organizado, na perspectiva de Morin (2002).

Pode-se pensar, por analogia, que a auto-organização pode estar em sua maneira de acontecer e a provocação num processo sistêmico informacional. Porém, parece que Morin (2002) propõe não apenas relacionar, mas ampliar esse campo de visão articulando o conceito de complexidade em uma nova “*physis*”.

Nesse campo de visão, a genealogia e a generatividade da informação são apresentadas como ordem, desordem, caos, *poiesis*, onde as relações são o ponto mais importante, porém, estão ocultas num princípio “maquinaal” do ser e da natureza.

Morin (2002, p. 226) também interroga sobre o ocultamento da generatividade e da *poiesis* na conceituação de “máquina artificial”. Do ocultamento do conceito de máquina surge (desabriga) o desconhecido

com um “ser”, mas sem um “si”. Este (si, ente, coisa) terá no campo da produção e organização do próprio ser o seu ambiente de “nascimento”.

#### **4 A MANIPULAÇÃO DA LINGUAGEM E A INFORMAÇÃO**

A transformação do real em objeto de experimentação, domínio e manipulação foi, de acordo com Oliveira (2001, p. 203), uma ação do ser humano que reduziu a linguagem à informação. Para ser manipulável, a natureza se revela nos questionamentos do ser humano. Por isso se diz, a partir de um ponto de vista heideggeriano, que a informação é o “modo” como a natureza se “revela” na técnica. Com base em Capurro (1981), Oliveira (2001, p. 20) afirma que a “[...] *informação é a mediação do saber necessário à manipulação.*” Assim, na contemporaneidade, o computador (a “máquina”) resume o que se deve entender por linguagem, pois é uma realidade de controle, onde existe a materialização da linguagem na informação.

A concepção da linguagem e a essência do ser humano são determinadas pela “máquina”. Fazendo uma síntese do pensamento heideggeriano, Oliveira (2001, p. 205), diz que “[...] a manifestação epocal da linguagem como informação pressupõe o paradigma das teorias da consciência e da representação.” Também numa perspectiva heideggeriana, Day (2008) entende que os objetos, as obras (de arte e bibliográficas) e os artefatos são formas sociais e culturalmente endereçadas no espaço e no tempo que, em termos informacionais, precisam ser vistas a partir das teorias materialista, crítica e da atividade em oposição às teorias semântica, mentalistas e de conteúdo.

Os argumentos e pressupostos levantados por Day (2007, 2008) questionam diversos conceitos e processos fundamentais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Informação, representação, necessidade de informação, conteúdos informacionais, comportamento informacional são alguns dos temas criticados pelo autor. Day entende que os significados são dados na experiência sociocultural, localizada no tempo e no espaço. Os significados, segundo o autor, não seriam conteúdos ideais ou ideacionais. Neste plano só existiriam “metáforas”, termo que Day (2007, 2008) usa

para se referir aos conceitos e processos considerados mentalistas, metafísicos, subjetivos, cognitivos ou idealistas.

Metafóricos e baseados em “crenças populares”, os pressupostos metafísicos da informação e da comunicação são, afirma Day (2007, p. 332), equivocados e fundamentados em uma “psicologia popular”, de tradição cognitivista. Para atender ao campo da experiência, social e culturalmente localizados no tempo e no espaço, Day (2007, 2008) propõe uma teoria do conhecimento baseada na psicologia discursiva, no sentido de construção por interação externa ao invés de uma forma fechada e interna.

Por fim, no modo de existência heideggeriano o ser humano está, segundo Capurro (1982), fora com as coisas e, por isso, não é preciso que elas entrem; o “ser” está no mundo. Assim, diz o autor, a linguagem não é uma “etiqueta”. A linguagem aparece na relação (percepção) “significativa” do “ser” com as coisas no mundo, portanto, ela não é somente um instrumento para representar e comunicar, mas o lugar de “desvelamento”.

## **5 EM TORNO DE OBJETOS E PENSAMENTO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A habilidade de pensar pode ser, como diz Arendt (2022, p. 34), “[...] algo que vai além dos limites do conhecimento, [...] algo mais do que um instrumento para conhecer e agir.” O “lugar nenhum” (Arendt, 2022, p. 257) do pensamento é um “conceito-limite” que estaria ausente de informação. Barreto (1999) interpretou este “pensar” fora do tempo “linear dos estoques de informação”, mas também asseverou, anteriormente, a sua preocupação com a “racionalidade técnica” como redutora da linguagem e das possibilidades de conhecimento (Barreto, 1989). Na linha dos objetivos da Ciência da Informação, e ainda tomando como base Arendt, Barreto (2002, p. 23) diz que a área atua em “realidades diferenciadas” e que cada uma delas pode ser reduzida a um mundo subjetivo (“sistemas cerebrais”, “dos conteúdos de informação, da sua geração e assimilação”), a um mundo objetivo (“sistemas materiais”, “mundo objetivo dos aparatos, equipamentos e instrumentos com que opera a ciência da informação”) e a um mundo cibernético (“mundo do ciberespaço, da velocidade igual ao infinito, do tempo e espaço zero”).

Algumas dessas interpretações foram analisadas por Suave e Sabbag (2021) a partir de um quadro comparativo entre o livro “A condição Humana”, de Hannah Arendt, e o artigo “A condição da informação”, de Aldo Barreto. No trabalho, as autoras concluíram que “[...] as reflexões propostas têm como preocupação as relações entre o ser humano e a informação, não tendo como prioridade preocupar-se com as operações e as ferramentas que dão apoio à informação [...]” (Suave; Sabbag, 2021, p. 11).

Por outro lado, um “pensamento informacional” seria a localização de algo particular no espaço e no tempo. A informação, afirmam Lacerda e Lima-Marques (2017, p. 84), “[...] localiza-se na esfera dos objetos ou do mundo, sendo inerentemente objetiva, ou seja, sua existência é independente do sujeito e dissemina-se em fluxos.” Para McGarry (1999, p. 6), as informações são “captadas”, mas não utilizadas imediatamente.

Mas, se as informações existem de forma independente, quando captadas, deixariam de existir? Se deixassem de existir, no que se transformariam? E para onde iriam essas informações inexistentes ou transformadas que não são utilizadas de imediato? Perguntas desse tipo poderiam ser consideradas secundárias no espaço documental, onde a informação é apenas um “efeito” (Frohmann, 2004) da materialidade documental. Contudo, na sociedade de dados, a materialidade documental ganha dimensões que vão além da sociologia histórica dos artefatos e dos centros documentais.

O processo informacional, segundo Rodrigues e Gonzalez (2018), continua “autônomo” na sociedade de dados, porém, sendo também sistêmico, “[...] integra, *em certa medida*, dimensões técnica, epistemológica, ontológica, ecológica e ética, permitindo-nos investigar os desafios trazidos pelas novas TICs [...]” (Rodrigues; Gonzalez, 2018, grifo nosso, tradução nossa). A crítica sobre a questão da ética algorítmica ganha destaque nesse contexto por apresentar os mesmos dilemas que “nunca”, de acordo com Souza (2018, p. 183), foram suficientes para impedir o uso de uma tecnologia.

O que parecia ser uma abertura para novas relações de informação e conhecimento tem se apresentado como um processo sistêmico de controle de dados e de dilemas éticos promovidos pela ausência de consciência (Han, 2017; Harari, 2019; O’Neil, 2020). Nesse percurso, que vai do

conhecimento aos dados, questões tecnológicas nas esferas micro e macro também ficaram em evidência nos dilemas da informação (Neill, 1992; Castro; Ribeiro, 1997; Thornley, 2009; Ochôa; Pinto, 2020). Porém, uma parte desses estudos se concentrou em descrever o que se apresentava, mas não em compreender e explicar os pontos de intersecção e de passagem conceitual e epistemológica.

Um dos exemplos marcantes dessa falta de explicação de continuidade/descontinuidade refere-se à pós-modernidade, que passou de um paradigma científico, conceitual e epistemológico (Wersig, 1993; Day, 1996, 2001; Araújo, 2003; Smit; Tálamo, 2007; Sousa *et al.*, 2022) para um objeto de crítica no contexto da pós-verdade e das *fake news* (Silva, 2018; Araújo, 2020a, 2020b). Os objetos de crítica no paradigma do pensamento filosófico e científico da pós-modernidade tornaram-se paradigmáticos e o “pós-moderno” foi reduzido a um objeto-informação caracterizado, em alguns momentos, como relativista.

Da mesma forma como Morin (2005) apresentou a questão da consciência na ciência e a formação dos conceitos na complexidade, Santos (2022), que já havia discutido o tema e analisado o conhecimento prudente e o senso comum “esclarecido”, tem buscado compreender e explicar a passagem do pós-moderno ao pós-colonial. Porém, são raros os estudos, como os de Browker e Star (1999) e de Koscieljew (2015), que entendem os documentos e a documentação como espaços e aparatos integrados, sistêmicos e complexos que formam conceitos e são responsáveis pela manutenção de paradigmas.

Dado, informação e conhecimento estão em contínua relação, porém, mesmo que o conhecimento seja gerado e transmitido como informação, isto é, como prática e ação, existe a necessidade de trazer à tona o que Arendt (2007, p. 64) chamou de “espaço público” ou o que deve “[...] transcender a duração da vida de homens mortais.” A vida na “*polis*”, diz Arendt (2007) com base em Aristóteles, não deve ser de “futilidades” individuais, mas de “permanência”. Sobre a perspectiva do “mundo” e da “condição humana”, Moura (2014, p. 68) diz que Arendt “[...] permite compreender os artificialismos produzidos pelo homem, inclusive os equipamentos coletivos, como possibilidade de nossa existência.” Diante disso,

afirma a autora, “[...] as bibliotecas, e mais especificamente as bibliotecas públicas, compõem o mundo, na medida em que criam oportunidades para a expressão da pluralidade pela convivência em espaços públicos” (Moura, 2014, p. 68). Já, de um ponto de vista da utilidade e do consumo, Foresti, Varvakis e Vieira (2020) apresentam, também com base em Arendt, as práticas e ações do “labor” informacional como vitais para a sobrevivência humana.

## **6 LIVROS**

Cícero (2014, p. 49, livro I) escreve, por volta de 45 a.C., que “Os autores querem se notabilizar depois da morte”. No final deste mesmo trecho, Cícero pergunta se “Porventura nossos filósofos não inscrevem seus nomes nos próprios livros que escrevem sobre o menosprezo da glória?”. Então, o tempo do conhecimento passou a ter no registro um importante campo de permanência.

Nas bibliotecas, o conhecimento, que marca o tempo, permanece nos livros. São os próprios livros, como também relata Cícero (2014, p. 149, livro II), que formam uma “[...] multidão imensa [...] por causa do grande número daqueles que escreveram. Pois as mesmas coisas são ditas por muitos e por essa razão acumularam tudo nos livros”. Esta “multidão de livros” será retomada várias vezes, mas chega com mais força ao campo com os estudos sobre a Bibliografia (Araújo; Crippa, 2016). Nessa multidão de livros, seus leitores estão sozinhos e, ao mesmo tempo, como diz Manguel (2021), lutando “contra a solidão”. Os instrumentos desta “luta”, diz o autor, são as bibliotecas públicas. Os livros ganham novas “identidades”, novos “rótulos”, diz Manguel (2021), com base em Benjamin (1987), e a questão que novamente surge é: há algo mais inovador do que o múltiplo de identidades?

Por isso, não se deve esquecer que há um aspecto social em todo esse processo que envolve o conhecimento registrado que retrata uma cadeia de eventos complexos que vão desde a técnica de impressão, ordenação e leitura (Chartier, 2009, 2017, 2020) até a circulação, comercialização e institucionalização (Burke, 2003, 2012) do livro e de outros registros do

conhecimento. Além disso, todo o processo de socialização do livro passa por uma forma de “representação” ou de “apresentação” das bibliotecas (Baratin; Jacob, 2000; Barbier, 2018) e de suas figuras humanas, sensíveis e imaginárias (Melot, 2019). Como diz Gustave Flaubert (1821-1880) a respeito do seu personagem, no conto *Bibliomania*, de 1837, “[...] não era de modo algum a ciência o que ele amava, mas sua forma e expressão; amava um livro porque era um livro; amava seu cheiro, sua forma, seu título” (Flaubert, 2001, p. 20). Na sequência, esse “amor” pelos livros ganha contornos ainda mais sentimentais e físicos nas linhas de Flaubert (2001, p. 20): “Essa paixão absorveu-o completamente, mal comia, não dormia mais, sonhava porém noites e dias inteiros com sua ideia fixa: os livros”. Nesta mesma coletânea, encontra-se ainda o seguinte trecho: “[...] nos dias de hoje fazemos pouco caso da ciência e preferimos um bacamarte ou uma carabina à melhor obra, ao manuscrito mais precioso” (Gazette des Tribunaux, 2001, p. 46). Os objetos, assim parece evidente, sejam quais forem, não têm a mesma capacidade de representação dos livros.

No caso do campo específico da Biblioteconomia e Ciência da Informação, as bibliotecas são espaço de “culto” ao conhecimento, de rituais de saber, onde o tempo continuará sendo tempo. Como diz Melot:

Nosso pensamento moldou-se sobre o livro [...] A forma do livro exprime também uma relação com o tempo. [...] O tempo dos livros é dos pêndulos: espacial, segmentado, regular e orientado, com um início e um fim, como exige nossa concepção da História. [...] Abrir e fechar um livro não se dá sem certa solenidade, que provoca em nós uma ressonância completamente diferente do ato de amarrar os sapatos ou de abrir uma gaveta. Esse ritual resiste (Melot, 2019, p. 59-60).

Mas, a pergunta “As bibliotecas marcam o tempo e os livros moldam o pensamento?” ainda terá que ser aprofundada e analisada diante dos excedentes de complexidade do século XXI.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade da informação está em plena transformação para uma sociedade de compartilhamento de objetos e isso representa uma nova era para o objeto-informação. Os processos de mudança são significativos na forma humana de conhecer, de se relacionar e de pensar.

A ideia de mudança nem sempre pode ser vista como algo bom e nem sempre pode ser vista como algo ruim porque as mudanças podem ocasionar crises profundas e duradouras que, aos poucos, podem se tornar parte da própria essência do mundo. Ou seja, a crise, em todas as suas dimensões, não é um acidente, no sentido aristotélico, mas um “ser” (ou ente), no sentido heideggeriano, que se “a-presenta”.

Se em Heidegger (2007) a armação não é técnica, nem maquinal e, também, não acontece no ser humano e nem por ele, em Morin (2002), técnica, ser humano, máquina estão relacionados na complexidade, em uma nova “*physis*”. Nesta esfera, Morin pretende reformar o pensamento através da religação dos saberes.

O primeiro passo na reforma do pensamento é entender que a informação não foi criada, mas sempre existiu, como faz crer mais fortemente Morin, como armação, destino e “*physis*”. Vê-se, então, que o conhecimento e o saber são “outros” objetos recentes no mundo. Movidos pela produção humana são “entes”, objetos, participantes de um modo de vida, mas não presentes no vivido. O conhecimento e o saber são a expressão máxima de provocação, “inquietação” e, porventura, de felicidade, pois manifestam-se plenamente no pensamento.

Sendo assim, a conclusão deste texto sugere que na corrente reforma do pensamento também se cogite um retorno ao pensar à margem das coisas e dos objetos gerais, pois é urgente o reconhecimento de objetos especiais como as bibliotecas e os livros para a apresentação do pensamento.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. V. de F.; CRIPPA, G. Confusa e irritante multidão de livros: relações entre o contexto histórico-informacional da Europa Moderna e a estrutura documentária de *Bibliotheca Universalis*, de Conrad Gesner. *InCID*, Ribeirão Preto, v. 7, p. 224-241, ago. 2016. Número Especial. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118774/116245>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- ARAÚJO, C. A. Á. A ciência da informação como ciência social. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZXSqTbWHpF6fhRm8b9fP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.
- ARAÚJO, C. A. Á. A missão da ciência da informação na era da pós-verdade. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-19, out./dez. 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57185/32597>. Acesso em: 1 abr. 2021.
- ARAÚJO, C. A. Á. O Fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 25, p. 1-17, 2020b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72673/43144>. Acesso em: 1 abr. 2021.
- ARAÚJO, R. F. Do pensamento tecnológico à tecnologia como ciência da técnica: por uma epistemologia das tecnologias. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 26, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/30809/16995>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- ARENDT, H. A esfera pública: o comum. *In: ARENDT, H. A condição humana*. Posfácio de Celso Lafer. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 59-68.
- ARENDT, H. *A vida do espírito*. Tradução de Cesar Augusto de Almeida, Antônio Abranches e Helena Martins. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- BARATIN, M.; JACOB, C. (dir.). *O poder das bibliotecas: memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- BARBIER, F. *História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais*. Tradução de Regina Salgado Campos. São Paulo: EdUSP, 2018.
- BARRETO, A. de A. A informação no mundo da técnica. *Trans-in-formação*, Campinas, v. 1, n. 3, p. 49-54, set./dez. 1989. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1683/1654>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- BARRETO, A. de A. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. *DataGramZero: revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, n. zero, dez. 1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43772>. Acesso em: 12 jan. 2022.

- BARRETO, A. de A. O tempo e o espaço da Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6424/4105>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BAUDELAIRE, C. Prefácio: outras anotações sobre Edgar Poe. In: POE, E. A. *Contos de imaginação e mistério*. Ilustrações de Harry Clarke. Tradução de Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Tordesilhas, 2012. p. 7-24.
- BENJAMIN, W. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 227-235. (Obras Escolhidas, 2).
- BROWKER, G. C.; STAR, S. L. *Sorting things out: classification and its consequences*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento I: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento II: da enciclopédia à Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CAPURRO, R. Heidegger über Sprache und Information. *Philosophisches Jahrbuch*, München, v. 88, n. 2, p. 333-343, 1981. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/bitstream/handle/10150/105705/heidinf.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.
- CAPURRO, R. Heidegger y la experiencia del lenguaje. *Cuaderno de Psicoanálisis Freudiano*, Montevideo, n. 22, p. 81-86, 1982.
- CASTRO, C. A. de; RIBEIRO, M. S. P. Sociedade da informação: dilema para o bibliotecário. *Transinformação*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 17-25, jan./abr. 1997. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1589/1561>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2017.
- CHARTIER, R. *Um mundo sem livros e sem livrarias?* São Paulo: Letraviva, 2020.
- CÍCERO, M. T. *Discussões Tuscianas*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia, MG: EDUFU, 2014.
- CRESPO, L. F. “A ciência não pensa”: a crítica heideggeriana e sua proposta. *Eleutheria*, Campo Grande, v. 2, n. 2, p. 46-63, jun./nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/3964/3394>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- DAY, R. LIS, method, and postmodern science. *Journal of Education for Library and Information Science*, State College, v. 37, n. 4, p. 317-324, 1996.

- DAY, R. E. Knowing and indexical psychology. In: MCINERNEY, C. R.; DAY, R. E. (ed.). *Rethinking knowledge management: from knowledge objects to knowledge processes*. Berlin: Springer, 2007. p. 331-348.
- DAY, R. E. *The modern invention of information: discourse, history, and power*. Illinois: Southern Illinois University, 2001.
- DAY, R. E. Works and representation. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 59, n. 10, p. 1644-1652, 2008.
- DICKS, H. What lies concealed in the roots of cybernetics: the renewal of early Greek thinking of being as *physis* in Martin Heidegger and Edgar Morin. *Nottingham French Studies*, v. 59, n. 3, p. 384-398, 2020.
- ECO, U. O pensamento fraco *versus* os limites da interpretação. In: ECO, U. *Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação*. Tradução de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 454-566.
- FLAUBERT, G. Bibliomania. In: FLAUBERT, G. *Bibliomania, seguido do Crime do livreiro catalão*. Tradução de Carlito Azevedo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. p. 15-41.
- FORESTI, F.; VARVAKIS, G.; VIEIRA, A. F. G. Reflexões sobre o caráter vital da informação: o labor nosso de cada dia. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 25, n. 2, p. 278-304, abr./jul., 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1658/pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- FROHMANN, B. *Deflating information: from Science studies to documentation*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.
- GAZETTE DES TRIBUNAUX. O crime do livreiro catalão [1836]. In: FLAUBERT, G. *Bibliomania, seguido do Crime do livreiro catalão*. Tradução de Carlito Azevedo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. p. 45-70.
- HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HARARI, Y. N. O desafio tecnológico. In: HARARI, Y. N. *21 lições para o século 21*. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 19-111.
- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.
- KOSCIEJEW, M. R. H. Disciplinary documentation in Apartheid South Africa: A conceptual framework of documents, associated practices, and their effects. *Journal of Documentation*, London, v. 71, n. 1, p. 95-115, 2015.
- LACERDA, F.; LIMA-MARQUES, M. Ecossistemas de informação: novo paradigma para a Arquitetura da Informação. *Transinformação*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 81-90, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318->

08892017000100008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/zDSvrVjNV6789sZqZcR4SXQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- MANGUEL, A. *Encaixotando minha biblioteca: uma elegia e dez digressões*. Tradução de Jorio Dauster. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- McGARRY, K. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.
- MELOT, M. *A sabedoria do bibliotecário*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc, 2019.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MOURA, M. A. Heterotopias, mundo comum e as bibliotecas públicas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 64-78, out./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22668/18252>. Acesso em: 15 maio 2022.
- NEILL, S. D. *Dilemmas in the study of information: exploring the boundaries of information Science*. New York: Greenwood Press, 1992.
- O'NEIL, C. *Algoritmos da destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Santo André: Rua do Sabão, 2020.
- OCHÔA, P.; PINTO, L. G. Memória e morte digitais: dilemas éticos e perspectivas do tempo em Ciência da Informação. *Páginas A&B*, Porto, s. 3, v. 13, p. 13-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/6821/7786>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- OLIVEIRA, M. A. de. Martin Heidegger: pragmática existencial. In: OLIVEIRA, M. A. de. *Revolução linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001. p. 201-222.
- ORTEGA Y GASSET, J. *En torno a Galileo: esquema de las crisis*. Madrid: Espasa-Calpe, 1965.
- RENDÓN ROJAS, M. Á. La información y la dialéctica del desarrollo del ser humano. *Informação & Informação*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 293-319, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30787/22010>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- RENDÓN ROJAS, M. Á. La lógica del sistema categorial de la bibliotecología y estudios de la información documental: un análisis dialéctico. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 49-68, mar./ago. 2015. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1486/1664>. Acesso em: 19 abr. 2023.

RODRIGUES, M. V.; GONZALEZ, M. E. Q. Semiotic information in data-driven societies: where are we heading to? *Education for Information*, Amsterdam, v. 34, n. 3, p. 199-214, 2018.

SAFRANSKI, R. Demonização da técnica e técnica da demonização. In: SAFRANSKI, R. *Heidegger: um mestre da Alemanha: entre o bem e o mal*. Tradução de Lya Luft. Apresentação de Ernildo Stein. São Paulo: Geração Editorial, 2000. p. 455-472.

SANTOS, B. de S. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. In: SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. Introdução.

SILVA, J. L. C. Pós-verdade e informação: múltiplas concepções e configurações. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/474/456>. Acesso em: 1 abr. 2021.

SLOTERDIJK, P. *Los hijos terribles de la edad moderna: sobre el experimento antigenealógico de la modernidad*. Madrid: Siruela, 2015. E-Book.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? In: LARA, M. L. G. et al. *Informação e contemporaneidade: perspectivas*. Recife: Néctar, 2007. p. 27-46.

SOUSA, A. G. de; COSTA, T. et al. Pós-modernidade, complexidade e suas nuances na Ciência da Informação. *Logeion: Filosofia de Informação*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-81, mar./ago. 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5878/5531>. Acesso em: 22 maio 2022.

SOUZA, R. R. Algorithms, future and digital rights: Some reflections. *Education for Information*, Amsterdam, v. 34, n. 3, p. 179-183, 2018.

SUAVE, A. L.; SABBAG, D. M. A. Hannah Arendt e suas contribuições para a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: ENANCIB, 2021. p. 1-13. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/371/146>. Acesso em: 19 fev. 2022.

THORNLEY, C. Dilemmas in information Science (IS) and information retrieval (IR): Recurring challenges or new solutions? *Aslib Proceedings*, London, v. 61, n. 3, p. 323-330, 2009.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, New York, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

3

**UMA ARQUEOLOGIA DO SABER  
NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
PERCURSO INTELECTUAL DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA  
UNESP**

*AN ARCHEOLOGY OF KNOWLEDGE  
IN INFORMATION SCIENCE: THE  
INTELLECTUAL JOURNEY OF  
THE GRADUATE PROGRAM IN  
INFORMATION SCIENCE AT UNESP*

*Augusto Júnior MACUCULE*

*UNESP*

*augusto.j.macucule@unesp.br*

*<https://orcid.org/0000-0001-6014-0070>*

*Marta Lígia Pomim VALENTIM*

*UNESP*

*valentim@valentim.pro.br*

*<https://orcid.org/0000-0003-4248-5934>*

**Resumo:** Analisou-se o percurso intelectual do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, criado em 1998, tendo em vista a contribuição intelectual dos docentes do Programa ao longo dos vinte e cinco anos de existência. O perfil intelectual dos docentes permanentes do Programa pode ser avaliado com base na distribuição da produção intelectual, a partir dos grupos de trabalho do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, evento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, que possibilita avaliar o estado da arte no campo de pesquisa da Ciência da Informação. O percurso intelectual de um programa de pós-graduação em Ciência da Informação pode ser medido a partir da produção intelectual de sua força de trabalho, bem como das avaliações feitas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, porque proporcionam verificar o impacto do Programa no desenvolvimento da área de Ciência da Informação no Brasil. Para realizar o mapeamento utilizou-se o *website* do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, documentos institucionais do Programa, bem como o Currículo Lattes dos docentes permanentes e o repositório 'BENANCIB'. No que tange a análise dos dados coletados, aplicou-se o método Análise de Conteúdo, mais especificamente a técnica Análise Categrorial, por meio do estabelecimento de categorias *a posteriori*. Nos últimos 25 anos verificou-se um crescimento quantitativo e qualitativo de artigos, livros, teses e dissertações que espelham a evolução do campo de pesquisa de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista. A produção de conhecimento dos docentes com vínculo de exclusividade no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista revela que as subáreas contempladas nos grupos de trabalho do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação comportam os traços identitários e produtos de pesquisa publicados ao longo do período de 1998 a 2021 pelos pesquisadores e docentes do Programa, confirmando a contribuição do Programa para a consolidação do campo científico da Ciência da Informação no Brasil.

**Palavras-Chave:** Arqueologia do Saber; Ciência da Informação; Estrutura Intelectual; Programa de Pós-Graduação; Ciência da Informação.

**Abstract:** This chapter analyzes the intellectual path of the Postgraduate Program in Information Science at São Paulo State University, which was created in 1998, taking into account the intellectual contribution of the program's professors over the 25 years of its existence. The intellectual profile of the program's permanent professors can be assessed by means of the distribution of intellectual production based on the working groups of the National Meeting of Research in Information Science, an event of the National Association of Research and Graduate Studies in Information Science, which makes it possible to assess the state of the art in the field of Information Science research. The intellectual trajectory of a postgraduate program in Information Science can be measured by means of the intellectual production of its workforce, as well as the evaluations carried out by the Coordination of Superior Level Staff Improvement because they enable the evaluation of the program's impact on the development of the field of Information Science

in Brazil. To carry out the mapping, we used the website of the Postgraduate Program in Information Science at São Paulo State University, the program's institutional documents, as well as the Lattes CV platform of the permanent professors and the 'BENANCIB' repository. Regarding the analysis of the collected data, the content analysis method was applied, more specifically, the categorical analysis technique was applied by establishing categories a posteriori. Over the last 25 years, there has been a quantitative and qualitative growth in the number of articles, books, theses, and dissertations that reflect the evolution of the field of Information Science research at São Paulo State University. The production of knowledge by the professors working exclusively in the Postgraduate Program in Information Science at São Paulo State University reveals that the sub-areas covered by the working groups of the National Research Meeting in Information Science include the identity traits and research products published by the Program's researchers and professors from 1998 to 2021, confirming the Program's contribution to the consolidation of the scientific field of Information Science in Brazil.

**Keywords:** Archeology of Knowledge; Information Science; Intellectual Structure; Graduate Program; Information Science.

## 1 INTRODUÇÃO

Analisa-se o processo histórico intelectual do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), a partir da produção intelectual dos docentes permanentes do PPGCI. Entende-se como produção intelectual os produtos oriundos de pesquisa individual e coletiva dos docentes, nomeadamente artigos científicos, capítulos de livros, livros e contribuições por meio da orientação de teses de doutorado e dissertações de mestrado. Contudo, para a efetivação desta pesquisa contemplou-se apenas os artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, que compreendem o período de 1998 a 2021.

Para tornar inteligível o discurso proposto nesta pesquisa, recorreu-se à proposta intelectual de Michel Foucault sobre 'A Arqueologia do Saber' (2010) e à proposta intelectual de Gaston Bachelard em torno da 'Epistemologia' (2006). Ademais, discutir o processo de produção de conhecimento dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp ao longo dos seus 25 anos, com suporte nestes dois trabalhos supracitados torna o presente trabalho inteligível. Acredita-se que é possível compreender o conhecimento produzido como construtores de uma elipse de ideias frag-

mentadas e orientadas para a evolução no âmbito de pesquisa da Ciência da Informação.

Análises históricas são normalmente realizadas sobre longos períodos, o que não é o caso do PPGCI/Unesp. Apesar de 25 anos de existência não serem suficientes para avaliar o impacto do PPGCI/Unesp no panorama acadêmico-científico do campo da Ciência da Informação, por outro lado possibilita conjecturar alguns avanços e recuos da área de Ciência da Informação no Brasil e a sua contribuição multidimensional nas diversas áreas de pesquisa, que se estabelecem no ecossistema nacional do campo da Ciência da Informação enquanto espaço e comunidade de destino intelectual. O estabelecimento de uma comunidade científica pressupõe a existência de associações científicas, acadêmicas e profissionais que propiciam a coordenação de esforços de pesquisa, ensino e extensão, por meio da promoção de espaços de produção e apropriação do conhecimento produzido nos espaços acadêmicos-científicos, quais sejam: programas de pós-graduação, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, projetos de pesquisa, eventos e periódicos desenvolvidos por docentes, pesquisadores e discentes.

O estado da arte do campo científico da Ciência da Informação no Brasil pode ser visualizado a partir dos grupos de trabalho estabelecidos pela Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), cujas pesquisas são apresentadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), considerado o maior evento da Ciência da Informação do País, contemplando 12 (doze) Grupos de Trabalho (GT), nomeadamente: GT1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; GT2 - Organização e Representação do Conhecimento; GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; GT4 - Gestão da Informação e do Conhecimento; GT5 - Política e Economia da Informação; GT6 - Informação, Educação e Trabalho; GT7 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação; GT8 - Informação e Tecnologia; GT9 - Museu, Patrimônio e Informação; GT10 - Informação e Memória; GT11 - Informação & Saúde; e GT12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades (ANCIB, 2024).

O ENANCIB “[...] consiste em um foro privilegiado para a reflexão e o compartilhamento das pesquisas científicas em Ciência da Informação e áreas de interface, congregando pesquisadores, docentes e discentes de pós-graduação” (ANCIB, 2023), assim enquanto lugar de pertencimento e ecossistema intelectual da área de Ciência da Informação no Brasil, constituiu-se como universo para a realização de uma revisão arqueológica do conhecimento produzido pelos docentes permanentes do PPGCI/Unesp ao longo dos anos de 1998 e 2021.

Estabelecer critérios sobre o percurso intelectual de um programa de pós-graduação em Ciência da Informação, a partir da produção intelectual dos docentes permanentes a luz dos GT do ENANCIB, possibilita compreender o ecossistema de pesquisa não só do PPGCI/Unesp, mas também do conjunto da pós-graduação da área no Brasil.

Os GT do ENANCIB foram estabelecidos pela ANCIB, a partir da primeira edição do evento em 1994, realizado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais que, por sua vez, conta com 22 (vinte e duas) edições. Nesse contexto, o percurso intelectual do PPGCI/Unesp se confunde com os eventos realizados pela ANCIB no âmbito do ENANCIB, por isso considera-se este parâmetro como fundamental para o vínculo dos produtos do devir dos docentes e pesquisadores do PPGCI/Unesp com os GT do ENANCIB.

Vale destacar que o percurso intelectual do campo de pesquisa em Ciência da Informação, a partir da produção intelectual dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp conjugado com as disciplinas por estes ministradas constitui um avanço para a consolidação de uma identidade epistêmica do campo no País. Associar o ensino à pesquisa ou vice-versa garante a consolidação do escopo do campo de pesquisa e das suas subáreas, uma vez que as disciplinas nascem ou são criadas para colmatar uma lacuna no âmbito da pesquisa de temáticas complexas no campo de pesquisa.

Nessa perspectiva, faz-se necessário, não apenas mapear as pesquisas disseminadas em periódicos com revisão por pares e estabelecer o seu espaço nos GT do ENANCIB, mas também analisar as disciplinas lecionadas

pelos docentes permanentes do PPGCI/Unesp como uma maneira de alimentar o processo identitário estabelecido a partir dos GT.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar o mapeamento utilizou-se o *website* do PPGCI/Unesp, documentos institucionais da Unesp e do Programa, o Currículo Lattes dos docentes permanentes do PPGCI e o repositório do ENANCIB, denominado de BENANCIB<sup>1</sup>. No que tange a análise dos dados coletados, aplicou-se o método Análise de Conteúdo (Bardin, 1997), mais especificamente a técnica Análise Categórica, por meio do estabelecimento de categorias *a posteriori*.

## 3 DADOS DE PESQUISA

Inicialmente apresentar-se-á as disciplinas ministradas pelos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp, visando demonstrar a relação dos docentes com o ensino de pós-graduação, para posterior triangulação e análise.

As disciplinas ministradas pelos docentes permanentes do PPGCI/Unesp constituem um espaço de formação de novos docentes e pesquisadores para o campo da Ciência da Informação. Nessa perspectiva, destaca-se que as disciplinas contribuem significativamente para o estabelecimento do perfil dos futuros docentes e pesquisadores, bem como determinam os interesses de pesquisa.

Formar profissionais e cientistas da informação a partir dos processos didático-pedagógicos e da interação com os docentes pertencentes às diversas linhas de pesquisa do PPGCI, bem como de outros programas da área ou de áreas afins nacionais ou internacionais, propicia preservar a identidade da área e, também, rupturas ligeiras, uma vez que para se criar rupturas profundas requer maturidade e estoque de conhecimento.

---

<sup>1</sup> <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/index/index>. Acesso em: 8 ago. 2023.

As limitações para dar respostas aos problemas apresentados no âmbito das disciplinas e da estrutura curricular podem propiciar o surgimento de novas disciplinas, o que também possibilita a continuidade e/ou a descontinuidade do dever dos docentes permanentes do Programa ao abraçarem novas temáticas, demonstrando que o ensino por meio de disciplinas ocasiona o desgaste intelectual, fator que ajuda na ressignificação de teorias, conceitos e métodos do campo científico da Ciência da Informação.

O Currículo Lattes dos docentes e documentos oficiais do PPGCI/Unesp (2023) apresenta as disciplinas ministradas no período de 1998 a 2021, a partir do credenciamento do docente, de modo quantificar as disciplinas ministradas no período, e a partir do título da disciplina evidenciar os conteúdos programáticos ministrados. Vale ressaltar que os docentes ora apresentados são os que compõem o corpo docente permanente atual do Programa, ou seja, docentes que foram permanentes em outros momentos, mas atualmente não o são, não fizeram parte do levantamento e análise dos dados.

A construção dos alicerces didáticos-pedagógicos que respondem às necessidades provocadas pelas demandas epistêmicas, políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas, entre outras, são escrutinadas nas disciplinas cientificamente planejadas. Nessa perspectiva, boa parte das disciplinas instituídas no PPGCI/Unesp entre 1998 e 2021 respondem não só aos problemas enfrentados pelo campo de pesquisa em Ciência da Informação, mas constituem respostas coerentes para os problemas informacionais e da porosidade do conhecimento que desafia os processos de acesso, seleção, tratamento, organização, gestão, armazenamento, recuperação, disseminação, apropriação e uso.

O Programa institucionaliza-se a partir das demandas epistemológicas do campo da Ciência da Informação, entretanto, os desafios epistêmicos vão sendo atrelados aos desafios éticos do fazer ciência no âmbito do campo científico. Desse modo, o desenvolvimento de disciplinas ancoradas aos desafios individuais ao longo do período em análise se confundem com a evolução da sociedade como um todo. São 191 (cento e noventa e uma) disciplinas constituídas a partir da amálgama de preocupações de natureza diversa e complexa, mas as respostas se encontram na ampliação

das temáticas de pesquisa, projetos de pesquisa e organizações de âmbito nacional e internacional preocupadas com o processo de ensino, pesquisa e extensão no campo da Ciência da Informação.

O Currículo Lattes dos docentes do PPGCI/Unesp (2023) apresenta os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp no período de 1998 a 2021, no intuito de demonstrar a inter-relação entre pesquisa e ensino. Existe uma aderência lógica em relação às disciplinas ministradas pelos docentes e os projetos de pesquisa.

Os projetos de pesquisa, assim como as disciplinas, estão voltados à investigação científica dos docentes enquanto coordenadores de projetos de pesquisa, e os discentes enquanto participantes ativos do processo de construção de conhecimento em sala de aula e nos grupos de pesquisa, em que seus orientadores estabelecem compromissos com instituições de fomento que financiam seus projetos de pesquisa, bem como ajudam a valorizar o docente e o Programa no âmbito das avaliações às quais são submetidos.

Quadro 1: Sistematização quantitativa referente ao período de 1998-2021

<b>Docentes Permanentes</b>	<b>Linhas de Pesquisa</b>	<b>Qtde. Disciplinas</b>	<b>Qtde. Artigos Publicados</b>	<b>Qtde. Projetos de Pesquisa</b>
Carlos Cândido de Almeida (CCA)	POI	6	37	5
Cecílio Merlotti Rodas (CMR)	IT	2	18	6
Cláudio Marcondes de Castro Filho (CMCF)	GMUI	2	57	6
Daniel Martínez Ávila (DMA)	POI	9	100	6
Deise Maria Antonio Sabbag (DMAS)	POI	1	37	3
Edberto Ferneda (EF)	IT	5	23	6
Ely Francina Tannuri de Oliveira (EFTO)	POI	3	38	8
Helen de Castro Silva Casarin (HCSC)	POI	7	38	15
Ieda Pelógia Martins Damian (IPMD)	GMUI	1	91	4
José Augusto Chaves Guimarães (JACG)	POI	24	94	16
José Eduardo Santarém Segundo (JESS)	IT	3	79	6
Leonardo Castro Botega (LCB)	IT	2	24	3
Luana Maia Woida (LMW)	GMUI	4	33	2

<b>Docentes Permanentes</b>	<b>Linhas de Pesquisa</b>	<b>Qtde. Disciplinas</b>	<b>Qtde. Artigos Publicados</b>	<b>Qtde. Projetos de Pesquisa</b>
Marcia Cristina de Carvalho Pazin (MCCP)	GMUI	2	36	6
Maria Cláudia Cabrini Grácio (MCCG)	POI	6	66	7
Maria José Vicentini Jorente (MJVJ)	IT	8	46	5
Maria Leandra Bizello (MLB)	POI	5	13	5
Mariângela Spotti Lopes Fujita (MSLF)	POI	20	146	12
Marta Ligia Pomim Valentim (MLPV)	GMUI	13	148	16
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (OFAJ)	GMUI	7	57	4
Rachel Cristina Vesu Alves (RCVA)	IT	3	9	3
Ricardo César Gonçalves Sant'Ana (RCGS)	IT	7	61	6
Rosângela Formentini Caldas (RFC)	GMUI	4	29	6
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti (SABGV)	IT	28	115	8
Sonia Maria Troitino-Rodriguez (SMTR)	POI	3	19	4
Tamara de Souza Brandão Guaraldo (TSBG)	GMUI	3	8	3
Telma Campanha de Carvalho Madio (TCCM)	POI	9	32	5
Walter Moreira (WM)	POI	4	29	7
<b>Total</b>	-	<b>191</b>	<b>1.483</b>	<b>183</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2023).

O Quadro 1 apresenta as linhas de pesquisa na qual os atuais docentes permanentes do PPGCI atuam, o número de disciplinas ministradas, o número de artigos científicos publicados e o número de projetos de pesquisa desenvolvidos no período entre 1998 e 2021. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos docentes enquanto integrantes de linhas de pesquisa, nomeadamente: Informação e Tecnologia (IT); Produção e Organização da Informação (POI); e Gestão, Mediação e Uso da Informação (GMUI).

As Linhas de Pesquisa estabelecidas no Programa congregam disciplinas oferecidas ao longo do período analisado e garantem a inter-relação entre os conteúdos ministrados e os escopos e as ementas das linhas e o alinhamento com a área de concentração do Programa, qual seja, 'Informação, Tecnologia e Conhecimento'.

A produção intelectual apresentada se refere aos artigos científicos publicados em periódicos com revisão por pares e os projetos de pesquisa associados às disciplinas proporcionam as condições intelectuais para a geração de conhecimento alinhado à área de concentração, às linhas de pesquisa, às disciplinas e aos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo corpo docente permanente, proporcionando consistência e coesão à proposta do Programa.

Quadro 2: Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp publicada no BENANCIB distribuída por GT do ENANCIB

GT <sup>2</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-1	<p>Informação semiótica: contribuições para a Ciência da Informação. PASCOAL, Valdirene Aparecida; <b>ALMEIDA, Carlos Cândido de</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Informação líquida: contribuições teóricas à Ciência da Informação. VIGNOLI, Richele Grengre; <b>ALMEIDA, Carlos Cândido de</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Documento na cultura da convergência: definição dos textos de uma comunidade <i>fanfiction</i>. SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves dos; <b>ALMEIDA, Carlos Cândido de</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Aspectos históricos acerca da presença do feminino na Biblioteconomia brasileira. XAVIER, Ana Laura Silva; <b>SABBAG, Deise Maria Antonio</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Hannah Arendt e suas contribuições para a Ciência da Informação. SUAVE, Aline Laureano; <b>SABBAG, Deise Maria Antonio</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Triade dados, informação e conhecimento: elementos de compreensão epistemológica da Ciência da Informação. SEMIDÃO, Rafael Aparecido Moron; <b>ALMEIDA, Carlos Cândido de</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da organização do conhecimento: elementos para uma reflexão. RABELLO, Rodrigo; <b>GUIMARÃES, José Augusto Chaves</b>. VII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, SP, 2006.</p>

<sup>2</sup> Os Grupos de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) são compostos por 12 Grupos a saber: GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento; GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; GT-4 – Gestão da Informação e do Conhecimento; GT-5 – Política e Economia da Informação; GT-6 – Informação, Educação e Trabalho; GT-7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação; GT-8 – Dados, Informação e Tecnologia; GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação; GT-10 – Informação e Memória; GT-11 – Informação & Saúde; GT-12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades.

GT <sup>2</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-2	<p>Indexação híbrida participativa: a representação de <i>fanfictions</i>. SILVA, Bruna Daniele de Oliveira; <b>SABBAG, Deise Maria Antonio</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Politicamente correto ou erroneamente polido? FIORAVANTI, Denise Cristina Belam; NASCIMENTO, Francisco Arrais; <b>SABBAG, Deise Maria Antonio</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Organização e representação de documentos de arquivo em universidades. <b>BIZELLO, Maria Leandra; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitíño</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Elaboração de tesouro conceitual de política de indexação para bibliotecas universitárias. TARTAROTTI, Roberta Dal'Evedove; DAL'EVEDOVE, Paula Regina; <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Informação musical e interpretação: contribuições semióticas para o campo da organização da informação. BARROS, Camila Monteiro; CAFÉ, Lígia Maria Arruda; <b>ALMEIDA, Carlos Cândido de</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Estudo do processo de indexação: o caso de bibliotecas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IF's) da Região Sudeste. SOUSA, Brisa Pozzi de; <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>GERONIMO, Michele Brasileiro; <b>BIZELLO, Maria Leandra</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Periódico Arquivo &amp; Administração: reflexões a partir de uma análise métrica. PUPIM, Eliana Kátia; <b>MADIO, Telma Campanha de Carvalho</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>A noção de classificação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: abordagens teóricas. ALBUQUERQUE, Ana Cristina; <b>MADIO, Telma Campanha de Carvalho</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Conhecimento e linguagem na organização do conhecimento: aspectos dialógicos a partir da concepção de Bakhtin. ARBOIT, Aline Elis; <b>GUIMARÃES, José Augusto Chaves</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Representação de conteúdo em rede social de leitores: análise de folksonomia para compreensão das perspectivas de representação de conteúdo de obras. ALVES, Roberta Caroline Vesu; <b>MOREIRA, Walter; MORAES, João Batista Ernesto</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Avaliação de linguagem documental em bibliotecas acessíveis. VITORINI, Érica Fernanda; <b>MOREIRA, Walter</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Sobre o pensamento de Peirce e a organização da informação. <b>ALMEIDA, Carlos Cândido de</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Arquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. TOGNOLI, Natália Bolfarini; <b>GUIMARÃES, José Augusto Chaves</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Análise peirciana do processo de indexação: em busca de fundamentos para a organização da informação. <b>ALMEIDA, Carlos Cândido de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, São Paulo, 2008.</p> <p>A indexação em catálogos on-line na percepção de usuários integrantes de grupos de pesquisa: uma contribuição ao desenvolvimento de política de indexação em rede de bibliotecas universitárias. <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GONÇALVES, Maria Carolina</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, São Paulo, 2008.</p> <p>Peirce e a Ciência da Informação: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirciana e a organização da informação. <b>ALMEIDA, Carlos Cândido de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves</b>. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p> <p>A organização de arquivos universitários: reflexo da arquivística integrada na implementação dos sistemas de arquivo. Representação das necessidades de informação na organização da informação. EUCLIDES, Maria Luzinete; <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p> <p>Bibliotecas digitais geográficas distribuídas: proposta de uma arquitetura para desenvolvimento. SILVA, Marcel Santos Silvana; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p> <p>Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (O.R.C.). <b>GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis</b>. VII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, SP, 2006.</p> <p>Interfaces hipertextuais para a representação da informação. <b>GUIMARÃES, José Augusto Chaves; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira; BRUZINGA, Graciane Silva</b>. VII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, SP, 2006.</p>

GT <sup>3</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-2	<p>Abordagem cognitiva e sociocognitiva da leitura documentária na formação inicial do indexador: análise da perspectiva individual em contexto sociocultural. <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>. VII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, SP, 2006.</p> <p>Ensino de Tratamento Temático da Informação (T.T.I.) nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise de capacitação e produção científica docente com vistas ao delineamento de políticas integradas para área. <b>GUIMARÃES, José Augusto Chaves</b>; DANUELLO, Jane Coelho; MENEZES, Pedro José. V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2003.</p> <p>Política de indexação na visão dos indexadores. RUBI, Milena Polsinelli; <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>. V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2003.</p> <p>Pesquisa terminológica para a elaboração de linguagem documentária. CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>; NARDI, Maria Isabel Asperti. V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2003.</p> <p>Formação e capacitação do indexador em leitura documentária no Brasil: bases conceituais e técnicas. <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>; SALAMENE, Jamile. IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, DF, 2000.</p> <p>Os serviços de análise e sua política de indexação. <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>; RUBI, Milena Polsinelli. IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, DF, 2000.</p> <p>A leitura documentária na prática de indexação: análise evolutiva de tendências. <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>; SILVA, Maria dos Remédios da. IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, DF, 2000.</p>
GT-3	<p>Mediação da informação: uma análise das políticas de diversidade na prática de mediação da informação: uma análise da diversidade na prática. BENEDITO, Beatriz de Oliveira; RIBEIRO, Marcela Arantes; <b>WOIDA, Luana Maia</b>. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 22., Porto Alegre, RS, 2022.</p> <p>Mediação da informação em museus: perspectivas a partir dos textos de exposições. SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza; <b>ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de</b>. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 22., Porto Alegre, RS, 2022.</p> <p>Fenomenologia da mediação. OLIVEIRA, Heloá Cristina Camargo de; <b>ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de</b>. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 22., Porto Alegre, RS, 2022.</p> <p>Mediação cultural para o protagonismo social. ARRUDA, Maria Aparecida Jacques; <b>CALDAS, Rosângela Formentini</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Mediação da informação e políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher: pesquisa participativa em Bauru. <b>GUARALDO, Tamara de Souza Brandão</b>; SANTOS, Célia Retz Godoy dos; MELO, Daniele Mendes de. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Dissonâncias entre o PNL e o ODS 4 da Agenda 2030 inviabilizam a promoção sustentável da leitura. CAMILLO, Everton da Silva; <b>CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Mulheres no espaço público: a mediação da informação no processo de conquistas sociais. BENEDITO, Beatriz de Oliveira; RIBEIRO, Marcela Arantes; <b>WOIDA, Luana Maia</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Mediação e apropriação da informação: o usuário da política de cotas para o acesso ao ensino superior. RIBEIRO, Marcela Arantes; <b>ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais. RASTELI, Alessandro; <b>CALDAS, Rosângela Formentini</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Mediação da informação em serviço de referência virtual: aplicação da matriz SWOT. <b>DAMIAN, Ieda Pelógia Martins</b>; SILVA, Márcia Regina. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>ALMEIDA, Marco Antonio; <b>DAMIAN, Ieda Pelógia Martins</b>. Humanidades digitais: um campo praxiológico para mediações e políticas culturais? XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Oralidade, mediação da informação e da literatura na escola. BORTOLIN, Sueli; CAVALCANTE, Luciane de Fatima Beckman; SANTOS NETO, João Arlindo dos; <b>ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>A mediação da informação na teoria arquivística: aspectos epistemológicos. LOUSADA, Mariana; <b>ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Instrumentos de avaliação de competência informacional: um estudo do <i>Information Literacy Test – ILT</i> do <i>Center for Assessment and Research Studies</i> (CARS) da <i>James Madison University</i>. SANTOS, Camila Araújo dos; <b>CASARIN, Helen de Castro Silva</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p>

GT <sup>3</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-3	<p>A competência informacional de graduandos de biblioteconomia da região sudeste: um enfoque nos processos de avaliação e uso das fontes de informação. MATA, Marla Leandro da; <b>CASARIN, Helen de Castro Silva</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Panorama temático de trabalhos de conclusão de curso de ciências da informação e da documentação. <b>CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de</b>; MOSTAFA, Solange Puntel. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>CONEGLIAN, André Luis Onório; <b>CASARIN, Helen de Castro Silva</b>. Influência dos fatores psicológicos, demográficos e interpessoais no comportamento informacional de pós-graduandos surdos. X Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, PB, 2009.</p> <p>BORTOLIN, Sueli; <b>ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de</b>. O bibliotecário e a mediação oral literária. X Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, PB, 2009.</p> <p>Dimensões da dinâmica sociocomunicacional no ciberespaço: construtos teóricos. OLIVEIRA, Walter Clayton de; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, São Paulo, 2008.</p> <p>Mediação da informação e múltiplas linguagens. <b>ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, São Paulo, 2008.</p> <p>Análise do comportamento informacional de pós-graduandos surdos. CONEGLIAN, André Luis Onório; <b>CASARIN, Helen de Castro Silva</b>. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p> <p>Tradição gaúcha em ambientes informacionais digitais. LUVIZOTTO, Caroline Kraus; POKER, Jose Geraldo Alberto Bertoncini; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p> <p>Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. CONEGLIAN, André Luis Onório; <b>CASARIN, Helen de Castro Silva</b>. VII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, SP, 2006.</p> <p>O ambiente hipermídia no processo de construção do conhecimento. <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>; VIEIRA, Telma Antônia Marques. V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2003.</p> <p>Tecnologias de organização e implementação de sistemas de informação na web. CAMARGO, Liriane Soares de Araújo; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2003.</p>
GT-4	<p>Gestão da informação em contexto organizacional: um estudo de caso de micro e pequenas empresas do setor têxtil e de confecção. COLOMBO, Gustavo Gonçalves; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, RS, 2022.</p> <p>A inter-relação dos fluxos informacionais e a gestão do conhecimento em ambientes organizacionais. VASSI, Vanderlei Ferreira; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>; <b>DAMIAN, Ieda Pelógia Martins</b>. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, RS, 2022.</p> <p>Gestão da informação e processos inovativos no contexto organizacional: possibilidades e potencialidades. COLOMBO, Gustavo Gonçalves; SILVA, Elaine da; <b>WOIDA, Luana Maia</b>; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Memória organizacional e valor da informação: proposta de modelo conceitual. SANTOS, Juliana Cardoso dos; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Envolvimento de pesquisadores em projetos e desenvolvimentos de inovação. SILVA, Elaine da; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Mapeamento arquivístico: uma proposta terminológica para diagnóstico de arquivo. ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de; <b>VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Aspectos relevantes da aplicação da gestão do conhecimento na administração pública. MARTELO, Marcelo Ricardo; BUSSADORI, Meiriellen Cristina Faria; RIPOLI, Simone Cristina Ceron; <b>DAMIAN, Ieda Pelógia Martins</b>; <b>VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Processo de avaliação de documentos de arquivo: uma revisão bibliográfica. AKAICHI, Tatiann; <b>BIZELLO, Maria Leandra</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Diagnóstico de preservação digital: estudo de caso da BVS Hansenfase. BOGADO, Andréa Cristina; GRÁCIO, José Carlos Abud; <b>MADIO, Telma Campanha de Carvalho</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p>

GT <sup>3</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-4	<p>A relação do marketing digital com a gestão do conhecimento nas organizações. LUCCAS, Taciana Maria Lemes de; <b>DAMIAN, Ieda Pelógia Martins</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Estratégias de inovação e gestão do conhecimento. MORAES, Silvana de Souza; LEITE, Luciana Cristina; <b>DAMIAN, Ieda Pelógia Martins</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Inteligência competitiva organizacional: um modelo apoiado nos comportamentos de busca, compartilhamento e uso de informação e de tecnologias de informações e comunicação. TEIXEIRA, Thiciane Mary Carvalho; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Tipos documentais e fluxos de informação como subsídios para o processo decisório em ambientes organizacionais. NASCIMENTO, Natália Marinho do; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo para a área de ciência da informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). GARCIA, Cristiane Luiza Salazar; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Memória organizacional e a constituição de bases de conhecimento. MOLINA, Letícia Gorri; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Gestão da informação e do conhecimento como subsídios para a geração de inovação. SILVA, Elaine da; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Comportamento informacional em ambientes empresariais: uma abordagem centrada em modelos mentais. CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Informação orgânica como subsídio no processo decisório: estudo nas empresas do setor varejista situadas na cidade de Marília/SP. LOUSADA, Mariana; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Portais corporativos: tecnologias de informação e comunicação aplicadas à gestão da informação e do conhecimento em empresas de tecnologia de informação. <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>; MOLINA, Letícia Gorri. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Em busca de um modelo de comportamento informacional de usuários de informação financeira pessoal. MATTA, Rodrigo Octávio Beton; <b>SILVA, Helen de Castro</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Ambiente organizacional no enfoque da área da ciência da informação: um estudo evolutivo. <b>CALDAS, Rosângela Formentini</b>; LUCIANO, Débora de Moura. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Colaboração em comunidades mediadas pela Internet: fatores críticos de sucesso. ISONI, Miguel Maurício; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>; BELLINI, Carlo Gabriel Porto. X Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, PB, 2009.</p> <p>Cultura informacional voltada ao processo de inteligência competitiva organizacional no setor de calçados de São Paulo. <b>WOIDA, Luana Maia</b>; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, São Paulo, SP, 2008.</p> <p>Prospecção e monitoramento informacional no contexto da inteligência competitiva: avaliação do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) em empresas do Arranjo Produtivo Local (APL) de Jaú/SP. PACHECO, Cíntia Gomes; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, São Paulo, SP, 2008.</p> <p>Uso da inteligência competitiva em empresas brasileiras de produtos naturais. BARBALHO, Célia Regina Simonetti; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p> <p>Percepções de segurança e ameaças em ambientes de tecnologia da informação ISONI, Miguel Maurício; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p> <p>Cultura informacional voltada ao processo de inteligência competitiva organizacional: a relação entre as pessoas, a informação, e as tecnologias de informação e comunicação. <b>WOIDA, Luana Maia</b>; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. VII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Marília, SP, 2006.</p> <p>Inteligência competitiva nas organizações privadas da região metropolitana de Londrina. <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>; CURTY, Renata Gonçalves; GELINSKI, João Vítor Vieira; MOLINA, Letícia Gorri; SANTOS, Juliana Cardoso Dos; UEMURA, Guilherme Baracat; <b>WOIDA, Luana Maia</b>. V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2003.</p> <p>Biblioteca no ensino e aprendizagem da língua inglesa. <b>CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de</b>. V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2003.</p>

GT <sup>2</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-5	<p>Radicalização política no Youtube: o papel dos sistemas algorítmicos na construção de regimes de informação. ALBUQUERQUE, João Pedro Silva; <b>RODAS, Cecílio Merlotti</b>. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, RS, 2022.</p> <p>Acesso à informação: uma análise do portal da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. ANDRADE, Denise; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>O “efeito Trump” e os desafios das políticas arquivísticas para documentos presidenciais no contexto das redes sociais. SILVA, Anahi Rocha; <b>VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Panorama das políticas informacionais e arquivísticas para acervos presidenciais nos estados unidos da américa. SILVA, Anahi Rocha; <b>VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>O documento de arquivo como fonte de prova e o acesso à informação. MORAES, Maria Blassioli; <b>BIZELLO, Maria Leandra</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Metodologia MCDA/C aplicada em portais da transparência de municípios paulistas. <b>RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitíño</b>; ROSSI, Ricardo Costa. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Tratamento precoce contra Covid-19: uma análise da desinformação no Twitter. ALBUQUERQUE, João Pedro Silva; <b>RODAS, Cecílio Merlotti</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>BASTOS, Flávia Maria; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>; ODDONE, Nanci. O direito de cópia da produção científica para os repositórios institucionais. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos; <b>GUIMARÃES, José Augusto Chaves</b>. <i>La legislación de derechos de autor en américa latina: en busca de un modelo no perjudicial para las bibliotecas</i> X Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, PB, 2009.</p> <p>FERREIRA, Ana Maria Jensen Ferreira da Costa; VECHIATO, Fernando Luiz; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. Inclusão digital e social de indivíduos da terceira idade por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação: o papel dos ambientes colaborativos. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, São Paulo, SP, 2008.</p> <p>CORRADI, Juliane Adne Mesa; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. Diretrizes de acessibilidade digital em <i>Websites</i>: arquitetura da informação para infoinclusão digital. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p> <p>Política nacional de financiamento para a produção de bases de dados em C&amp;T: estabelecimento de uma metodologia para seleção, linguagem documentária e avaliação. <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. III Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 1997.</p>
GT-6	<p>Currículo e formação do bibliotecário escolar no contexto ibero-americano. SALA, Fabiana; <b>CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>A situação ocupacional dos egressos do curso de biblioteconomia da Unesp/Marília. <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>; GRÁCIO, José Carlos Abbud; GARCIA, Cristiane Luiza Salazar. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, São Paulo, SP, 2008.</p> <p>Educação e ciência da informação: olhar sobre letramento informacional. REIS, Elismar Vicente; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p><i>Frameworks de media and information literacy</i>: uma análise comparativa. <b>CASARIN, Helen de Castro Silva</b>; ANÇANELLO, Juliana Venancio. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: análise e perspectivas de um <i>core curriculum</i> à luz da organização do conhecimento. <b>GUIMARÃES, José Augusto Chaves</b>; BARITÉ, Mário Guido; LIBERATORE, Gustavo; MIRANDA, Fabiana; SANTOS, Ivete Socorro dos. IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, DF, 2000.</p> <p>Perfis do profissional da informação: considerações a partir de um estudo de egressos. ALMEIDA, Marco Antonio; <b>CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Biblioteca no ensino e aprendizagem da língua inglesa. <b>CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de</b>. V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2003.</p>

GT <sup>2</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-7	<p>Articulando o capital científico do tipo puro e a análise dos citers. ALVES, Bruno Henrique; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Competência digital e informacional de docentes da educação superior: enfoque do quadro DIGCOMPEDU no Brasil. PAULA, Rejane Sales de Lima; <b>CASARIN, Helen de Castro Silva</b>; LUCAS, Margarida. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Aspectos da coautoria interna e externa em publicações científicas de instituições multicampi: uma análise da Faculdade de Tecnologia de Garça. ROCHA, Regina Ferreira da; CASTANHA, Rafael Gutierrez; <b>GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Da conjuntura geopolítica à projeção científica dos países BRIC: uma análise cientométrica no período de 2001 a 2010. PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Aportes bibliométricos à produção científica nos principais periódicos da área de ciência da informação no Brasil (2006-2010). ALVES, Bruno Henrique; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>A Ciência como um sistema auto-organizado: a colaboração científica na perspectiva da auto-poiese. HILÁRIO, Carla Mara; <b>GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Análise da colaboração científica nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação com enfoque nas coautorias. GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>A produção científica periódica na temática indexação: análise bibliométrica no período de 2003 a 2012. DAL'EVEDOVE, Paula Regina; <b>FUJITA, Mariângela Spotti Lopes</b>; TARTAROTTI, Roberta Cristina Dal'Evedove. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Estudos de análise de cocitação de autores: uma abordagem teórico-metodológica para a compreensão de um domínio. <b>GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini</b>; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Prospecção de projetos de pesquisa em Arquivologia: UFSM. VIANA, Gilberto Fladimar Rodrigues; <b>MADIO, Telma Campanha de Carvalho</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Fontes de informação utilizadas por advogados para prática profissional. SILVA, Marli Vitor da; <b>CASARIN, Helen de Castro Silva</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Análise das patentes registradas no âmbito da Universidade Estadual Paulista: primeiras aproximações. PAVANELLI, Maria Aparecida; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Produção e comunicação da informação em CT&amp;I – GT7 da Ancib: análise bibliométrica no período 2003/2009. <b>GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini</b>; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Um estudo de coautorias na temática “cultura informacional” nos ENANCIBS. <b>WOIDA, Luana Maia</b>; <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>; <b>VALENTIM, Marta Lígia Pomim</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Teses da Pós-Graduação em Educação da Unesp/campus de Marília: um estudo das citações e cocitações no período de 2004 a 2009. CUSTÓDIO, Pollyana Ágata Gomes da Rocha; <b>GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>A produção científica em organização e representação do conhecimento no Brasil: uma análise bibliométrica do GT-2 da Ancib. <b>OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de</b>; <b>GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini</b>. X Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, PB, 2009.</p> <p>A construção do conhecimento científico: a web semântica como objeto de estudo. PINHEIRO, Cintia Braga Ferreira; <b>FERNEDA, Edberto</b>. VIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.</p>
GT-8	<p>Fernanda de; <b>SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo</b>. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, RS, 2022.</p> <p>Recuperação da informação em repositórios digitais: um estudo sobre ontology. CASTRO, William Pires de; <b>SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo</b>. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, RS, 2022.</p> <p>Metadados geoespaciais na web semântica: uma revisão da literatura. PEREIRA, Clayton Martins; <b>SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>A questão da qualidade em dados publicados como <i>linked data</i>: um mapeamento sistemático da literatura. JESUS, Ananda O fluxo informacional nos processos de tomada de decisão pedagógicas em sistemas de gestão de aprendizagem. MARCHI, Késsia Rita da Costa; <b>BOTEGA, Leonardo Castro</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p>

GT <sup>2</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-8	<p>Pupilmétria na Ciência da Informação: os estudos com tecnologia de <i>eye tracking</i> em publicações de acesso aberto. TEIXEIRA, Heytor Diniz; BARROS, Suellen Elise Timm; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>; RODAS, Cecílio Merlotti; ALVES, Rachel Cristina Vesu. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Preservação digital dos documentos de arquivo na Universidade Estadual Paulista. GRÁCIO, José Carlos Abbud; <b>MADIO, Telma Campanha de Carvalho</b>; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitíño; MORAES, Maria Blassioli. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Requisitos de recuperação da informação: identificação e classificação com base nos conceitos de precisão e revocação. BRANDT, Mariana Baptista; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Inteligência artificial e Ciência de Dados em crise institucional: modelo conceitual. CONEGLIAN, Caio Saraiva; TORINO, Emanuele; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>SANCHEZ, Fernanda Alves; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>; VECHIATO, Fernando Luiz. Contribuições da intencionalidade no contexto da encontrabilidade da informação. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>ROCHA, Cinéia Josefina; CARDOSO, Fabio Eder; <b>BOTEGA, Leonardo Castro</b>; RODAS, Cecílio Merlotti. Fusão de dados e informações na prevenção da violência contra a mulher. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Web semântica: introdução a recursos de visualização de dados em formato gráfico. <b>SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo</b>; SOUZA, Jessica Oliveira de; CONEGLIAN, Caio Saraiva. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Web semântica, dados ligados e dados abertos: uma visão dos desafios do Brasil frente às iniciativas internacionais. <b>SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Design da informação e Ciência da Informação: uma aproximação possível. OLIVEIRA, João Augusto Dias Barreira e; <b>JORENTE, Maria José Vicentini</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Anonimização de metadados de imagem digital por meio do modelo k-anonimato. AFFONSO, Elaine Parra; <b>SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Aspectos da disseminação no processo de recuperação de dados de programas governamentais: um estudo do PRONAF. MOREIRA, Fábio Mosso; <b>SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Contribuições teóricas e metodológicas da arquitetura da informação pervasiva para o processo editorial de livros eletrônicos. OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; LIMA, Izabel de França; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Proposta de metadados para descrição de recursos informacionais digitais criados dinamicamente. MODESTO, Lisandro Rogério; <b>FERNEDA, Edberto</b>; <b>SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Princípios para utilização de ontologias na indexação automática. PICKLER, Maria Elisa Valentim; <b>FERNEDA, Edberto</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Um método de expansão automática de consulta baseada em ontologia. <b>FERNEDA, Edberto</b>; DIAS, Guilherme Ataíde. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Perspectivas para o design de informação no âmbito da Ciência da Informação. OLIVEIRA, João Augusto Dias Barreira e; <b>JORENTE, Maria José Vicentini</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Disseminação da informação nos <i>websites</i> dos arquivos permanentes e as novas tecnologias de informação e comunicação. GONÇALEZ, Paula Amorim; <b>JORENTE, Maria José Vicentini</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Ciclo de vida dos dados e o papel da Ciência da Informação. <b>SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Percepção dos usuários sobre o processo de acesso a dados sobre a saúde em sítios do Governo Federal. LOPES, Rita de Cássia Cassiano; <b>SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Mapeamento do termo tecnologia em periódicos da CI no escopo do GT - Informação e Tecnologia. <b>SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa</b>; SIMIONATO, Ana Carolina; RODRIGUES, Fernando de Assis; ALENCAR, Cely Martins; FERREIRA, Jaidier Andrade; SILVA, Renata Eleuterio da; <b>SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves</b>; ALVES, Rachel Cristina Vesu; RODAS, Cecílio Merlotti; PÖTTKER, Luciana Maria Vieira; LOPES, Rita de Cássia Cassiano. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p>

GT <sup>2</sup>	Produção intelectual dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp
GT-8	<p>Ensino de tecnologias de informação e comunicação: um diagnóstico nos cursos de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia do Brasil. <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; LIMA, Izabel de França. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Um método de indexação automática de documentos: aplicação em laudos de exames radiológicos. <b>FERNEDA, Edberto</b>; GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; ROCHA, Joeli Espírito Santo da. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Repositório digital da Unati-Unesp: o olhar da arquitetura da informação para a inclusão digital e social de idosos. VECHIATO, Fernando Luiz; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Representação iterativa e <i>folksonomia</i> assistida para repositórios digitais. <b>SANTARÊM SEGUNDO, José Eduardo</b>; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p> <p>Mensuração da disponibilização de informações e do nível de interação dos ambientes informacionais digitais da administração municipal com a sociedade. <b>SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves</b>; <b>SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa</b>. X Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, PB, 2009.</p> <p>Ambientes informacionais digitais acessíveis a minorias linguísticas surdas: cidadania e/ou responsabilidade social. CORRADI, Juliane Adne Mesa; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. X Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, PB, 2009.</p> <p>Arquitetura da informação para ambientes informacionais digitais. CAMARGO, Liriane Soares de Araújo; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, São Paulo, SP, 2008.</p> <p>Avaliação da usabilidade de ambientes informacionais digitais sobre envelhecimento humano no contexto da arquitetura da informação: aplicação de avaliação heurística e testes de usabilidade com usuários idosos. VECHIATO, Fernando Luiz; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, São Paulo, SP, 2008.</p> <p>Imagem, fotografia, imagem. <b>JORENTE, Maria José Vicentini</b>; <b>MADIO, Telma Campanha de Carvalho</b>; <b>SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa</b>. IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, São Paulo, SP, 2008.</p>
GT-9	<p>Divulgação científica e cultural em serviços de redes sociais <i>online</i>: análise do Festival <i>Online</i> Museum Week. SILVA, Larissa Lima da; RODRIGUES, Fernando de Assis; <b>SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>Patrimônio cultural: um olhar sobre o modelo conceitual <i>records in contexts</i>. CARRASCO, Laís Barbuo; <b>VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p>
GT-10	<p>A estetização da colonização e o patrimônio dissonante: uma discussão necessária. CRIPPA, Giulia; <b>DAMIAN, Ieda Pelógia Martins</b>. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2021.</p> <p>A fotografia como documento e suporte à construção da memória. ELLIOTT, Ariluci Goes; <b>MADIO, Telma Campanha de Carvalho</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Arquivos pessoais e patrimônio documental: análise dos critérios de seleção dos registros de memória do mundo do Brasil - Unesco. CRIVELLI, Renato; <b>BIZELLO, Maria Leandra</b>. XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa (PB), 2015.</p> <p>Influência do colecionismo na representação da memória social: relações práticas e teóricas e suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade. SANTOS, Admeire Silva; <b>BIZELLO, Maria Leandra</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Memória, lugares e documentos: Centro de Documentação e Memória "Padre Antão Jorge – CSSR" do Santuário Nacional de Aparecida. MOTTA, Bruna Gisele; <b>BIZELLO, Maria Leandra</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Fotografias como documento e memória: uma análise das imagens deromeiros da Cidade de Juazeiro do Norte-CE. ELLIOTT, Ariluci Goes; <b>MADIO, Telma Campanha de Carvalho</b>. XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, 2013.</p> <p>Cinema e memória: ver, guardar, relembrar. <b>BIZELLO, Maria Leandra</b>. XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, 2010.</p>
GT-11	<p>Modelo de mapeamento semântico entre terminologias de saúde. GUALDANI, Fabrício Amadeu; <b>BOTEGA, Leonardo Castro</b>; MIRANDA, Nelson Julio de Oliveira. XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, RS, 2022.</p>
GT-12	<p>Não há até o presente momento registro de trabalhos publicados no GT-12.</p>

Fonte: BENANCIB (2023).

O Quadro 2 apresenta a produção dos atuais docentes permanentes do PPGCI/Unesp publicada no repositório BENANCIB (2023). A produção intelectual dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp ao longo dos anos 1998 e 2021 possibilita conjecturar um recorte do ponto de vista da arqueologia do saber de Foucault (2010), por conta da continuidade de produtos do devir de alguns docentes constituírem-se como espaços de formação intelectual de novos pesquisadores, outrora discentes e atualmente docentes permanentes do PPGCI/Unesp ou de outros programas, e por este processo de produção evidenciar rupturas teóricas, conceituais, metodológicas, e de influências de teóricos de disciplinas consideradas interdisciplinares em relação à Ciência da Informação que, por sua vez, possibilitam descontinuidades sem com isso irromper com o antigo.

No que tange a continuidade destacam-se os docentes que possibilitaram à Unesp a criação do PPGCI, em 1998, e também sua continuidade, como: Helen de Castro Silva Casarin; João Batista Ernesto de Moraes; José Augusto Chaves Guimarães; Mariângela Spotti Lopes Fujita; Marta Lígia Pomim Valentim; Oswaldo Francisco de Almeida Júnior; Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos; Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti, cuja produção intelectual marcou e continua a marcar as tendências de pesquisa do campo da Ciência da Informação, bem como se permitiram e se permitem a emergência de novos interesses de pesquisa no conjunto de seus seguidores, que por conta desta abertura, surgiram acepções progressistas que parecem irromper algumas tendências identitárias de recuo as origens da área.

Pode-se destacar as contribuições científicas de Carlos de Almeida alicerçadas na Semiótica Peirceana e sua cocriação com discentes do Programa como a ‘informação líquida’ e a ‘informação semiótica’ abrem espaços de ruptura e descontinuidade sem alteração do já estabelecido; as de Ricardo Sant’Ana com a emergência da Ciência dos Dados como categoria ou objeto de estudo da Ciência da Informação; as de Marta Valentim com a gestão do conhecimento e o uso da tríade dados, informação e conhecimento a partir de aportes teóricos multidisciplinares; as de Oswaldo Almeida Júnior a partir da definição do conceito de mediação da informação; entre outros.

Quadro 3: Correlação de artigos e GT da ANCIB publicados no BENANCIB (1998-2021)

Docentes <sup>3</sup> / GT <sup>4</sup>	GT-1	GT-2	GT-3	GT-4	GT-5	GT-6	GT-7	GT-8	GT-9	GT-10	GT-11	GT-12
CCA	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CMR	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
CMCF	-	-	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-
DMA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DMAS	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EF	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-
EFTO	-	-	-	-	-	2	9	-	-	-	-	-
HCSC	-	-	5	1	-	1	2	-	-	-	-	-
IPMD	-	-	2	3	-	-	-	-	-	1	-	-
JACG	1	7	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
JESS	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-
LCB	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-
LMW	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-
MCCP	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
MCCG	-	1	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
MJVJ	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
MLB	-	2	-	1	1	-	-	-	-	4	-	-
MSLF	-	11	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
MLPV	-	-	-	18	2	1	1	-	-	-	-	-
OFAJ	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RCVA	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
RCGS	-	-	-	-	-	-	-	7	1	-	-	-
RFC	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SABGV	-	1	4	2	3	-	-	11	1	-	-	-
SMTR	-	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
TSBG	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TCCM	-	3	-	1	-	-	1	2	-	2	-	-
WM	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	7	39	22	33	10	7	22	41	2	7	1	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2023).

O Quadro 3 demonstra que existe uma correlação positiva entre produção científica dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp com as ementas dos GT do ENANCIB. Dois aspectos constituem norteadores

<sup>3</sup> As siglas se referem às iniciais dos docentes do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), conforme apresentado no Quadro 1.

<sup>4</sup> Os Grupos de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) são compostos por 12 Grupos, conforme apresentado no Quadro 2.

para que o produto do devir dos produtores de conhecimento na Ciência da Informação façam parte dos indicadores identitários da área. Os GT se estabelecem em 1994, mas por conta da demanda de problemas epistêmicos da área, relacionados à complexidade do seu objeto de pesquisa, sejam eles, dados, informação e conhecimento, assim abriu-se espaço para que outros nichos surgissem. Dessa maneira, a partir do Ano de 2008 inicia-se o processo de institucionalização de outros GT, que possibilitou a congregação de pesquisadores interessados em novas problemáticas fagocitadas pela complexidade dos objetos de estudo da área, nomeadamente: dados, informação e conhecimento, proporcionando o surgimento dos seguintes GT: GT-8; GT-9; GT-10; GT-11 e, o mais recente, GT-12.

Vale destacar que as ementas dos GT do ENANCIB apesar de constituírem o universo do campo informacional como referenciado na ementa do GT-1, os GT são singularidades que propiciam dar um sentido preciso e um conteúdo determinável, uma vez que cada GT congrega um conjunto de pesquisadores que comungam dos mesmos quadros teóricos, conceituais e metodológicos no âmbito do ensino e pesquisa na área de Ciência da Informação enquanto Ciência Social Aplicada.

Quando analisadas as conexões dos artigos publicados por docentes permanentes do PPGCI/Unesp e a sua relação com os GT, emerge a questão estatística que amplifica o carácter singular do produto do devir dos produtores de conhecimento, bem como a sua elasticidade, prevalecendo não só os interesses de pesquisa dos docentes seniores, aqui analisados enquanto guias de jovens pesquisadores que participam na perspectiva do campo científico de Bourdieu (2004), ou na perspectiva paradigmática de Kuhn (2009), ou ainda no contexto das organizações coercitivas de Durkheim (2007), para destacar que a dispersão da produção de alguns docentes permanentes do PPGCI/Unesp está relacionada aos interesses dos orientandos, que mesmo dentro do campo científico, paradigma e/ou organização coercitiva, lhes é propiciado pensar em teorias, conceitos, métodos e tendências fora do escopo teórico-metodológico e conceptual de seus mestres.

Os dados apresentados no Quadro 6 também destacam a identidade dos docentes e pesquisadores permanentes do PPGCI/Unesp, a partir

dos achados encontrados nos GT em que possuem maior quantidade de produção. Contemplando os dados acima referenciados, dos 21 (vinte e um) docentes permanentes do PPGCI/Unesp, Carlos de Almeida, apesar de ter contribuído com 9 (nove) artigos, sendo 4 (quatro) no GT-1 e 5 (cinco) no GT-2, sua produção se aproxima mais do GT-1 'Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação', por conta de o GT-2 'Organização e Representação do Conhecimento' também relacionar a epistemologia como fundamental no processo de construção de conhecimento no âmbito da organização e representação do conhecimento.

Não é pretensão deste trabalho destacar individualmente a produção intelectual dos docentes permanentes em correlação com os GT do ENANCIB, mas importa realçar que os GT representam a face oculta do devir dos docentes enquanto corpo social dos subcampos de pesquisa da Ciência da Informação, enquanto disciplina no universos científico da Ciência.

Os pesquisadores mais produtivos no contexto do ENANCIB se constituem em referências intelectuais não só para a comunidade do PPGCI/Unesp, mas para o universo intelectual do campo científico da Ciência da Informação no Brasil. Estes pesquisadores se constituem em sustentáculo para a formação e garantia de continuidades e descontinuidades do saber no campo da Ciência da Informação, porque possibilitam que seus processos de intervenção epistêmica dê lugar a outras interpretações e, assim, possam surgir rupturas e descontinuidades ao longo do tempo no âmbito da Ciência da Informação brasileira.

Os produtos do devir dos docentes permanentes se concentram do GT-1 ao GT-11. Para melhor compreensão sem com isso relegar o menor número para o esquecimento, contrariando o patrono intelectual da arqueologia do saber (Foucault, 2010) sobre a produção intelectual dos docentes que constituem a categoria humana deste trabalho, os GT com mais achados intelectuais do ENANCIB são: GT-8 com 41 (quarenta e um) textos; GT-2 com 39 (trinta e nove) textos; GT-4 com 33 (trinta e três) textos; GT-3 e GT-7 com 22 (vinte e dois) textos, respectivamente; GT-1, GT-6 e GT-10 com 7 (sete) textos, respectivamente; GT-9 com 2 (dois) textos; GT-11 com 1 (um) texto; e GT-12 com 0 (zero) textos. Alguns textos que

se encontram no GT-2 poderiam ter sido apresentados no GT-8, entre outros, porque antes de 2008, como destacou-se anteriormente, alguns GT ainda não haviam sido criados no ENANCIB. Contudo, os GT do ENANCIB servem de parâmetro para linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, bem como para o planejamento de disciplinas e elaboração de projetos de pesquisa no universo da pós-graduação em Ciência da Informação no País.

#### **4 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO PPGCI/UNESP: UMA VISÃO FOUCAULTIANA E BACHELARDIANA**

A pergunta retórica feita por Borko (1968) no artigo intitulado “*Information Science: what is it?*”, considerado por vários autores do campo da Ciência da Informação em nível nacional e internacional, como sendo, um conceito fundamental para a instauração da área de pesquisa em Ciência da Informação no mundo, possibilita estabelecer conexões com os programas de pós-graduação em Ciência da Informação no mundo, assim como os cursos, as linhas de pesquisa, as disciplinas, os grupos de pesquisa, os projetos de pesquisa e as associações acadêmicas e profissionais são instituídas a partir da perspectiva de Borko e seu discurso sobre a Ciência da Informação enquanto campo de pesquisa e ensino. Borko (1968, p. 3) define Ciência da Informação como sendo “[...] a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação, e os significados do processamento da informação para acessibilidade e a usabilidade ótimas [...]”.

Saracevic (1996, p. 47) quando destaca que a Ciência da Informação “[...] dedica-se às questões científicas e à prática profissional, voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação”.

A produção intelectual no campo da Ciência da Informação não possibilita ainda uma ruptura ou descontinuidade do complexo intelectual construído desde a instauração do conceito de Borko (1968). Por ser um campo de estudo emergente, a disciplina Ciência da Informação pode estar

no processo de acumulação de estoque de conhecimento relacionado aos problemas suscitados no âmbito político, econômico, social, cultural, tecnológico e religioso, correlacionado ao objeto de estudo do campo, sejam eles, dados, informação e conhecimento.

A comunidade científica da Ciência da Informação se constitui a partir de micro comunidades que, por sua vez, se encontram representadas em cursos de pós-graduação da área da Ciência da Informação e nos GT do ENANCIB. Sua constituição e relações de poder podem ser visualizadas, por meio do seu corpo social e da representatividade dos programas, bem como através dos docentes e pesquisadores atuantes nas coordenações dos GT da ANCIB.

O ENANCIB se constitui na mostra dos produtos do dever de docentes, pesquisadores e discentes dos programas de pós-graduação, por meio dos micropoderes estabelecidos no âmbito dos GT, enquanto escrutinadores dos saberes apresentados e avaliados por pares. O presente trabalho não pretende analisar as relações de poder que se estabelecem no campo científico ou na comunidade científica da Ciência da Informação, mas considera relevante realizar um escrutínio arqueológico da produção intelectual dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp, a partir de três eixos temáticos, nomeadamente: 1) Ensino de disciplinas curriculares e a sua relação com a pesquisa no quadro dos projetos de pesquisa dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp; 2) Pesquisa científica coletiva e individual e a sua relação com a formação de novos docentes e pesquisadores em nível de pós-graduação; 3) Ensino de disciplinas idealizadas pelos docentes e a produção científica dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp.

Tanto as disciplinas, assim como os projetos de pesquisa e produtos (artigos, trabalhos em eventos, capítulos de livros etc.) do dever dos docentes e pesquisadores do PPGCI/Unesp, passam por um crivo político intelectual, uma vez que são avaliados por pares, seja no âmbito institucional, nas instituições de fomento, nas organizações acadêmicas e/ou científicas do campo da Ciência da Informação, quais sejam os participantes dos GT ou membros com a competência intelectual instituídos por critérios político-científicos para avaliar os textos submetidos aos eventos, e aprovados

como válidos para apresentação na mostra dos produtos da produção intelectual dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação.

O presente estudo, ao valer-se dos procedimentos de Foucault (2010) em torno da arqueologia do saber e de Bachelard (2006) sobre o ofício do historiador da Ciência e do ofício do epistemólogo, procura fazer uma radiografia dos achados esquecidos, bem como das continuidades e descontinuidades estabelecidas ao longo da curta historiografia do PPGCI/Unesp associado aos GT do ENANCIB.

O projeto intelectual de Foucault (2010) encontra amparo na trajetória intelectual de Bachelard (2006). Foucault (2010) elabora conceitos e constrói o seu conhecimento a partir do arquivo, conjunto de documentos diversificados e multifacetados, extraíndo conceitos a partir dos documentos do arquivo; e Bachelard (2006) ao esquematizar a sua abordagem sobre epistemologia elaborou critérios que são utensílios do historiador da Ciência e do epistemólogo, fazendo crer na possibilidade de se pensar o procedimento de Foucault (2010) no contexto da arqueologia do saber, como tendo sido patrocinado pelo projeto intelectual de Bachelard quando este discorre sobre epistemologia.

Ao longo da história da Ciência, vários autores procuraram defini-la a partir de critérios de demarcação entre o saber cientificamente coerente e os saberes construídos, por meio de formações religiosas e/ou filosóficas, assim como saberes considerados de cunho do senso comum. O lugar dos discursos da Medicina, Direito, Biologia e Psicologia depende do princípio de dominação e de hierarquia que se estabelece com outros tipos de discursos do saber.

Contudo, Foucault (2010), ao instaurar a arqueologia do saber enquanto procedimento analítico do seu percurso intelectual, antes de 1969, analisa a sua própria produção intelectual, sobretudo, as obras subordinadas aos temas: 1. História da Loucura; 2. Nascimento da Clínica; 3. A palavra e as coisas. As conclusões epistemológicas sobre essas três obras possibilitam estabelecer um procedimento metodológico e de arguição de fontes e de objetos emanados pelos discursos, médicos, de direito e de poder. Entretanto, para Foucault (2010, p. 231) a arqueologia não se es-

tabelece como um método ou Ciência, segundo o autor “[...] é certo que jamais apresentei a arqueologia como uma ciência, nem mesmo como os primeiros fundamentos de uma ciência futura”.

Em síntese, Foucault (2010, p. 157) procura estabelecer o que denominou pontos de separação entre a análise arqueológica e a história das ideias, em quatro princípios diferentes: “[...] a propósito da determinação da novidade; a propósito da análise das contradições; a propósito das descrições comparativas; a propósito, enfim, da demarcação das transformações”. O mesmo pode ser associado a diferenciação feita por Bachelard (2006) quando diferencia o ofício do historiador da ciência e o ofício do epistemólogo. Desse modo, considera-se estes dois discursos intelectualmente próximos.

A propósito da convergência e divergência entre epistemologia e arqueologia é analisada com algum pendor para a convergência entre os dois procedimentos avaliativos dos achados científicos por Domingues (2020) na recepção crítica feita na obra ‘*A palavra e as coisas*’ de Foucault, publicada em 1966. A avaliação epistemológica feita por Domingues (2023) é analisada em jeito de recepção crítica por Candiotta (2023), que ressalta a importância da obra de Foucault para a compreensão do nascimento das Ciências Humanas e dos limites e da possibilidade do método arqueológico de Foucault, considerado como sendo um pensador camaleônico que se posicionou sempre à margem de correntes de pensamento e de posicionamentos disciplinares.

Retornando aos quatro princípios supracitados, Foucault (2010, p. 157-158) estabelece o seguinte:

1. No primeiro princípio, “[...] a arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas **os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem regras**”; este posicionamento está mais próximo do paradigma cunhado por Kuhn (2009, p. 221) comumente aceito de que é aquilo que membros de uma comunidade de cientistas ou pesquisadores partilham, em que uma comunidade científica consiste em

pesquisadores e pesquisadoras que partilham um paradigma. Poder-se-ia também associar ao conceito de campo científico de Bourdieu (2004), segundo o qual pesquisadores dominantes ditam as teorias, conceitos, métodos e tendências que determinam o curso normal de uma comunidade científica, perpetuando a dominação de alguns pesquisadores sobre outros. Ademais pode-se associar ao conceito de arqueologia foucaultiana as organizações coercitivas discutidas por Durkheim (2007) em que o indivíduo dependendo do tipo de organização deve se submeter a regras, práticas, tendências e crenças do grupo social em que se encontra.

2. No segundo princípio, a arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue. O “[...] problema dela é, pelo contrário, definir os discursos em sua especificidade; [...] segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor valorizá-los” (Foucault, 2010, p. 157). Assim sendo, este posicionamento está mais próximo do ofício do epistemólogo descrito por Bachelard (2006, p. 168) segundo o qual, este deve “[...] esforçar-se por captar os conceitos científicos em sínteses psicológicas efetivas, isto é, em sínteses psicológicas progressistas, estabelecendo, a propósito de cada noção, uma escala de conceitos e mostrando como um conceito produziu outro, se ligou a outro”. Portanto, os conceitos são sínteses estabelecidas num contexto histórico ou numa disciplina, em que procuram responder aos problemas epistemológicos dessa época. A síntese psicológica progressista resume o posicionamento intelectual de um epistemólogo, resultando na superação de um obstáculo conceitual, com isso, é possível estabelecer relações, diferenças e semelhanças entre um conjunto de conceitos.
3. No terceiro princípio, a arqueologia não é ordenada pela figura soberana da obra; não buscando compreender o momento em que esta se destacou do horizonte anônimo. “Ela define tipos e regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais,

às vezes as comandam inteiramente e as dominam sem que nada lhes escape [...]”. Na perspectiva de Bachelard (2006, p. 168) “[...] o epistemólogo tem de tomar os fatos como ideias, inserindo-os num sistema de pensamento”.

4. Por quarto e último princípio, a arqueologia não procura reconstituir o que pode ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos pesquisadores e pesquisadoras no próprio instante em que proferiram o discurso. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto. Este posicionamento remete a diferença estabelecida por Bachelard (2006) sobre continuidade e descontinuidade, em que a continuidade seria aquilo que não muda, a continuidade seria aquilo que resiste às transformações e a descontinuidade seria uma espécie de reforma do saber ou ruptura de uma tradição científica estabelecida, de uma ciência normal à revolução científica, na perspectiva de Kuhn (2009).

A diferença entre arqueologia e história das ideias de Foucault (2010) coincide com a diferença entre o ofício do historiador da Ciência e o ofício do epistemólogo descrita por Bachelard (2006). A possibilidade de uma arqueologia do saber só ganha relevância se for associada aos desafios do epistemólogo, uma vez que seu papel do epistemólogo é avaliar o produto do devir dos pesquisadores ou cientistas, estabelecendo critérios de cientificidade, organização, funcionamento e relações interdisciplinares estabelecidas na relação entre uma disciplina específica e outras disciplinas científicas.

A arqueologia, diferentemente da epistemologia, não é uma Ciência, ela se constitui como uma metáfora cunhada por Foucault (2010) para produzir uma diferenciação com outras categorias de análise estabelecida por outros teóricos relevantes na avaliação da Ciência do ponto de vista histórico. Foucault se centra no estudo do arquivo, espaço dominado pelo historiador.

O procedimento de Foucault (2010) sobre arqueologia e os quatro princípios definidos como norteadores da possibilidade metodológica instaurada pelo autor para avaliar a sua própria produção intelectual, anterior à publicação do livro *'L'Archéologie du Savoir'* de 1969, em correlação com a obra de Bachelard (2006) publicada originalmente em francês *'L'epistemologie'*, em 1971, que reúne um conjunto de textos publicados pelo autor entre 1928 e 1951, possibilita adentrar no espaço de produção intelectual dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp e sua relação com ensino, pesquisa e produção intelectual alicerçada nos eventos científicos promovidos pela ANCIB, entre 1998-2021, anos que coincidem com a institucionalização do PPGCI/Unesp e que a contribuição intelectual, pedagógica e administrativa proporcionou que o Programa alcançasse padrões elevados de excelência internacional, com as avaliações institucionais efetuadas pela CAPES.

O primeiro eixo supracitado como parâmetro de análise do PPGCI/Unesp, centra-se no ensino de disciplinas curriculares e a sua relação com a pesquisa no quadro dos projetos de pesquisa dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp. Num conjunto de 191 (cento e noventa e uma) disciplinas ministradas no Programa, por 21 (vinte e um) docentes, cada uma com características singulares e relacionadas aos desafios do campo científico da Ciência da Informação, a partir de preocupações individuais e coletivas dos docentes permanentes, bem como dos desafios instaurados pela complexidade das relações entre ensino, pesquisa e o meio político, econômico, social, cultural e transversais, fagocitadas pela complexidade do objeto de estudo da Ciência da Informação, 'dados, informação e conhecimento', no âmbito da área de concentração 'Informação, Tecnologia e Conhecimento'.

Esses *insights* são determinantes para a criação de disciplinas e projetos de pesquisa no âmbito do Programa por parte do corpo de docentes permanentes, visto que ao se aprovar uma disciplina específica, o Programa garante a continuidade dos processos formativos alicerçados na área de concentração, bem como nas linhas de pesquisa do Programa, de modo que se mantenha atento aos desafios apresentados à área nos vários espaços

existentes: acadêmicos, científicos e profissionais, tanto nacionais quanto internacionais.

As disciplinas ministradas pelos docentes permanentes do PPGCI/Unesp acompanham os projetos de pesquisa, através de permanente inovação, o que possibilita a produção de novos conhecimentos, bem como de novos interesses de pesquisa suscitados pelo ambiente de pesquisa da Ciência da Informação. As disciplinas lecionadas no Programa ao longo do período em análise são replicadas em outros programas de pós-graduação do País, a partir da inserção de egressos do PPGCI/Unesp, abrindo espaço para outros movimentos intelectuais e projetos de pesquisa inovadores.

Os 183 (cento e oitenta e três) projetos de pesquisa estabelecidos pelos docentes permanentes do Programa ao longo do período analisado concentram interesses intelectuais dos discentes, alinhando-os aos interesses dos docentes permanentes. Existe uma correlação significativa entre as disciplinas lecionadas, os projetos de pesquisa estabelecidos por docentes permanentes e, às vezes, por discentes progressistas, que, não sendo permitidos a estabelecer projetos individuais por questões normativas, acabam influenciando os seus mestres a instaurar projetos oriundos de seus interesses intelectuais.

Existem disciplinas e projetos de pesquisa, que, apesar de estarem centrados em linhas de pesquisa distintas, acabam sendo atrativas para o universo de discentes e docentes com interesses distintos e comuns na Ciência da Informação, destaque vai para disciplinas como ‘Métodos de Pesquisa Aplicados à Ciência da Informação’; ‘Preparação de artigos de periódicos: aspectos metodológicos e éticos’; ‘Recuperação de informação: técnicas e tecnologias’; ‘Questões bibliométricas em produção e organização da informação’; ‘Mediação da informação’, entre outras.

Ademais, a cooperação docente é notória em alguns projetos de pesquisa, isto é, verifica-se o agrupamento de docentes de diferentes linhas de pesquisa e com interesses distintos no campo de pesquisa da Ciência da Informação, atuando juntos em projetos de pesquisa de natureza transversal.

O segundo eixo de análise se centra na pesquisa científica coletiva e individual e a sua relação com a formação de novos docentes e pesquisadores em nível de pós-graduação. As linhas de pesquisa do PPGCI/Unesp são a base do processo de produção de conhecimento científico do Programa, uma vez que possibilitam agrupar pesquisadores, professores, discentes, disciplinas, grupos de pesquisa, pessoal técnico administrativo em áreas de pesquisa definidas, garantido que o conhecimento gerado e compartilhado nestes subcampos possa enriquecer os discentes que, por sua vez, produzem conhecimento novo ou incremental, de modo a alimentar e consolidar o campo da Ciência da Informação como disciplina científica coerente com os ditames da Ciência.

Conforme mencionado anteriormente o PPGCI/Unesp conta com 3 (três) linhas de pesquisa ancoradas na área de concentração denominada 'Informação, Tecnologia e Conhecimento'. As linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação acabam se ressentindo de cobranças institucionais oriundas de instituições de fomento, o que as torna instituições voltadas a polos de poder individual como mencionado por Bourdieu (2004) quando se refere ao capital intelectual puro e ao capital intelectual institucionalizado.

Os principais pesquisadores inseridos nas linhas ditam as 'regras do jogo' no espaço interno, temas de pesquisa, métodos de pesquisa, teorias e literatura pertinente para a construção de conhecimento novo ou incremental na elaboração de artigos científicos, capítulos de livro e outros materiais bibliográficos importantes no processo publicação da produção intelectual.

As linhas de pesquisa do Programa, nomeadamente, 'Informação e Tecnologia'; 'Produção e Organização de Conhecimento'; 'Gestão, Mediação e Uso da Informação', parecem ser um espaço democrático de realização acadêmica e profissional de seus participantes, por isso as avaliações externas ao Programa são sempre reveladoras de excelência atribuída ao PPGCI/Unesp.

A produção de conhecimento pode congrega um paradigma na perspectiva de Kuhn (2009), como também de coerção na perspectiva de

Durkheim (2007). Todavia, para o caso concreto do PPGCI/Unesp, parece encontrar resistência, pela abertura demonstrada pelos pesquisadores de produtividade em pesquisa, professores colaboradores e outros intervenientes no processo, porque estes são abertos a novas teorias, conceitos e métodos, elevando a geração de novo conhecimento produzido por professores permanentes, professores colaboradores, professores visitantes, discentes e egressos do PPGCI/Unesp.

O número de docentes permanentes e discentes associados às linhas de pesquisa, assim como dos grupos de pesquisa, atesta não só a relevância desses espaços, como sendo fundamentais para a formação de novas gerações de pesquisadores, docentes, profissionais da informação, bem como fundamentam e consolidam as subáreas de conhecimento dentro do campo científico da Ciência da Informação, por meio da religação de saberes desenvolvidos por egressos no processo de produção de conhecimento originado por pesquisas individuais e/ou coletivas. Como mencionado anteriormente, os discentes mais produtivos do Programa continuam ligados ao ensino, pesquisa e extensão contribuindo para a produção de novo conhecimento no campo.

O Grupo de Pesquisa ‘Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional’ (ICIO), fundado em 2004, é o Grupo que possui a maior quantidade de temáticas de pesquisa desenvolvidas: 13 (treze) no total, e que fazem parte 13 (treze) pesquisadores, 26 (vinte e seis) discentes e 3 (três) colaboradores estrangeiros. O Grupo de Pesquisa ‘Novas Tecnologias em Informação’ (GPnti), fundado em 1990, conta com mais recursos humanos, é constituído por 56 (cinquenta e seis) pesquisadores e 46 (quarenta e seis) discentes. Do ponto de vista estatístico o PPGCI/Unesp conta com 13 (treze) grupos de pesquisas que se desdobram em 39 temas de pesquisa, e um conjunto de 257 (duzentos cinquenta e sete) pesquisadores; 250 (duzentos e cinquenta) discentes (estudantes); 3 (três) técnicos; e 10 (dez) colaboradores estrangeiros. Desse modo, quanto aos indicadores de recursos humanos, os grupos de pesquisa contam com cerca de 520 (quinhentos e vinte) profissionais.

Em qualquer tipo de organização ou sistema os recursos humanos a par do capital, informação, tecnologia, materiais se constituem em fato-

res de produção. Sendo o PPGCI/Unesp uma organização relacionada ao ensino, pesquisa e extensão, os fatores de produção supracitados são parte integrante do processo de produção de conhecimento, e propiciam a geração de novo conhecimento e a formação de capital humano de qualidade, capaz de concorrer com o capital humano gerado em instituições similares nas diversas universidades de excelência em nível mundial.

Evidencia-se e destaca-se a inserção dos egressos do Programa em diversas instituições de ensino, atuando como docentes, profissionais da informação e outras funções relevantes. Os ingressos do Programa se constituem nos *inputs* mais visíveis e os egressos os *outputs* gerados pelo sistema de pós-graduação.

Tabela 1: Número de defesas de Mestrado e Doutorado por Linha de Pesquisa e inserção profissional dos Egressos (2018-2020)

Linha de Pesquisa	Mestrado				Doutorado			
	2018	2019	2020	Total	2018	2019	2020	Total
L1 <sup>5</sup>	9	4	3	16	4	9	9	22
L2 <sup>6</sup>	9	7	4	20	12	12	7	31
L3 <sup>7</sup>	6	7	7	20	3	9	4	16
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>56</b>	<b>19</b>	<b>30</b>	<b>20</b>	<b>69</b>
Inserção Profissional	2018	2019	2020	Total	2018	2019	2020	Total
Docente de Ensino Superior	3	4	7	14	10	17	13	40
Doutorando do PPGCI/Unesp	9	8	0	17	0	0	0	0
Doutorando no PPGCI <sup>8</sup>	0	0	4	4	0	0	0	0
Profissional da Informação	15	4	2	21	8	9	4	21
Outras	0	2	1	3	1	4	3	8
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>59</b>	<b>19</b>	<b>30</b>	<b>20</b>	<b>69</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da informação extraída do *Website* do PPGCI/Unesp (2023).

<sup>5</sup> Linha de pesquisa 'Informação e Tecnologia'.

<sup>6</sup> Linha de pesquisa 'Produção e Organização da Informação'.

<sup>7</sup> Linha de pesquisa 'Gestão Mediação e Uso da Informação'.

<sup>8</sup> Egressos do mestrado acadêmico do PPGCI/Unesp que ingressaram em outros Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação.

O número de defesas realizadas pelos discentes do doutorado e mestrado no PPGCI/Unesp de 2018 a 2020 espelha os esforços conjuntos dos atores do Programa em coerência com as linhas de pesquisa, disciplinas, grupos de pesquisa etc., que possibilitaram a posterior inserção dos egressos no mercado de trabalho.

Em relação ao Mestrado Acadêmico no período entre 2018 e 2020, as Linhas de Pesquisa 2 e 3 foram as mais produtivas, com um cumulativo de 20 (vinte) defesas por linha, num universo de 56 (cinquenta e seis) defesas. Em relação a esse quantitativo, vale destacar a quantidade de docentes distribuídos por linha, sendo que a Linha 2 possui maior quantidade de docentes do que as outras linhas.

No quesito doutorado entre 2018 e 2020, a Linha 2 também foi a mais produtiva, com um cumulativo de 31 (trinta e uma) defesas, seguida da Linha 1 (um) com um cumulativo de 22 (vinte e duas) defesas, num universo de 69 (sessenta e nove) defesas.

Um dos principais objetivos do PPGCI/Unesp é formar docentes e profissionais da informação de excelência para atuarem nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, e este propósito encontra acolhimento com a inserção profissional dos egressos do Programa nas mais variadas IES e áreas de trabalho em que atuam os profissionais da informação formados no PPGCI/Unesp.

A Tabela 1 (um) apresenta um total de 40 (quarenta) egressos do doutorado e mestrado do PPGCI/Unesp (2018-2020) que atualmente estão vinculados a IES na função de docente, gestor acadêmico e/ou pedagógico de programas de pós-graduação em Ciência da Informação. A este número acrescenta-se 17 (dezessete) egressos do mestrado que continuaram a ligação com o PPGCI/Unesp cursando o doutorado acadêmico, e 4 (quatro) egressos do mestrado que estão cursando doutorado em outros programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Vários egressos atuam como profissionais da informação nas mais variadas organizações brasileiras totalizando de 21 (vinte e um) profissionais capacitados pelo PPGCI/Unesp. A excelência do programa pode ser ava-

liada a partir do cruzamento destes elementos e sustentam que o Programa é um autêntico sistema de organização do conhecimento.

O terceiro e último eixo de análise se fundamenta no ensino de disciplinas idealizadas pelos docentes e a produção científica dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp. O agrupamento de professores, pesquisadores e discentes em contextos de produção de conhecimento, propicia o aprofundamento de temáticas disciplinares, uma vez que os esforços intelectuais e criativos deste grupo social se tornam mais concretos e profundos na realização do trabalho acadêmico. O conjunto de disciplinas lecionadas no PPGCI/Unesp parece orientar-se pelos interesses de pesquisa dos docentes vinculados ao Programa, visto que grande parte das disciplinas carrega as marcas dos projetos intelectuais de seus mentores.

O PPGCI/Unesp, além de apresentar disciplinas que espelham os interesses intelectuais de seus professores, garante a coerência da formação de docentes, pesquisadores e profissionais de excelência, por conta da organização de disciplinas em linhas de pesquisas.

Os discentes são orientados por professores do Programa com interesses de pesquisa definidos que, por sua vez, alimentam as ideias projetadas pelos discentes em seus projetos de tese e dissertação. Neste quesito, boa parte dos estudantes são convidados a integrar o foco intelectual de seus orientadores, por estes serem guias e autoridades nas áreas de pesquisa em que atuam. É difícil para um estudante, mesmo que seja independente, fugir das marcas intelectuais de seu orientador.

Apesar de este trabalho assumir que existe uma relativa independência dos estudantes, no que concerne a centralidade de intelectuais que se tornam guias ou mestres e que os participantes do campo científico ou paradigma os seguem sem questionar, portanto, contrariando os postulados de Bourdieu (2004) e Kuhn (2009), sabe-se que estes postulados se relacionam a estruturas paradigmáticas, em que o antigo já não consegue responder aos problemas emergentes do campo ou disciplina como defende Bachelard (1996), precipitando rupturas, originando a criação de novos conhecimentos, teorias, conceitos e métodos.

O PPGCI/Unesp conta atualmente na estrutura curricular com um universo de 62 (sessenta e duas) disciplinas, distribuídas nos cursos de doutorado e mestrado acadêmico. As disciplinas também estão distribuídas nas linhas de pesquisa do Programa, e o número de disciplinas pode aumentar, dependendo das necessidades do Programa e da disponibilidade dos professores. Os professores do programa têm liberdade e iniciativa para criar disciplinas, isto é, quando se verificam lacunas ou emergência de novos problemas há a necessidade de se criar disciplinas que respondam aos novos desafios disciplinares.

A produção intelectual dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp indexados no BENANCIB, se constitui em um contínuo de indagações individuais dos docentes, bem como enquanto pesquisadores de temáticas associadas às disciplinas que lecionam, aos projetos de pesquisa que desenvolvem e aos interesses profissionais em que participam, visando a formação de orientandos, no intuito de produzir conhecimento associado às disciplinas, teses e dissertações.

Nesse contexto, boa parte da produção intelectual indexada no BENANCIB é oriunda do esforço coletivo, isto é, da pesquisa de docentes e discentes, evidenciando que o ENANCIB, enquanto espaço de divulgação de pesquisa em andamento, constitui-se majoritariamente de trabalhos coletivos.

Destacam-se nesta base de dados, trabalhos individuais de docentes permanentes do Programa, nomeadamente: Maria Leandra Bizello (2010); Ricardo César Gonçalves Sant'ana (2013); José Eduardo Santarém Segundo (2015); Cláudio Marcondes de Castro Filho (2003); Marta Lúcia Pomim Valentim (1997); Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (2008); Mariângela Spotti Lopes Fujita (2006); Carlos Cândido de Almeida (2010); Walter Moreira (2021). Dos 191 (cento e noventa e um) artigos indexados na BENANCIB, só 10 (dez) trabalhos são de autoria única dos docentes permanentes do PPGCI/Unesp. Vale destacar algumas produções envolvendo parcerias entre docentes permanentes do Programa e entre docentes permanentes do Programa e docentes de outros Programas, nomeadamente: Giulia Crippa; Ieda Pelógia Martins Damian (2021); Maria José Vicentini Jorente; Telma Campanha de Carvalho Madio;

Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos (2008); Ricardo César Gonçalves Sant'ana; Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos (2009); José Eduardo Santarém Segundo; Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti (2010); Ely Francina Tannuri de Oliveira; Maria Cláudia Cabrini Grácio (2009); Maria Claudia Cabrini Grácio; Ely Francina Tannuri de (2010); Maria Claudia Cabrini Grácio; Ely Francina Tannuri de Oliveira (2013); Marco Antonio Almeida; Cláudio Marcondes de Castro Filho (2010).

A produção de textos para o ENANCIB testemunha que, boa parte da produção é de natureza coletiva, envolvendo docentes permanentes e seus orientandos, bem como constitui um espaço de formação intelectual dos discentes envolvidos nas atividades de pesquisa no Programa. Além de ser um lugar de exposição de pesquisas científicas em andamento, o ENANCIB proporciona uma atmosfera de sedimentação de temáticas desenvolvidas nas disciplinas, projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, teses e dissertações, envolvendo docentes e discentes do Programa.

Dos 191 (cento e noventa e um) trabalhos de docentes e discentes do Programa, 173 (cento e setenta e três) trabalhos são produções colaborativas, envolvendo docentes permanentes e discentes. Este número demonstra a participação ativa dos discentes no processo de produção de conhecimento no âmbito do Programa, assim como no campo de pesquisa da Ciência da Informação brasileira. A presente pesquisa foi realizada entre 05 de Agosto de 2023 a 27 de Setembro de 2023.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A arqueologia do saber de Foucault (2010) oferece uma perspectiva para a análise do conhecimento humano, e tem implicações profundas no que se refere ao percurso intelectual. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento é histórico e contingente, ou seja, ele não é uma representação objetiva e universal da realidade, mas sim uma construção cultural que varia ao longo do tempo e de acordo com contextos específicos.

Nessa perspectiva, é necessário examinar as diferentes formações discursivas que surgem em distintos momentos históricos, pois se constituem em conjuntos de compreensões que, por sua vez, geram discursos e práticas que se consolidam na medida em que são compartilhadas e/ou disseminadas por meio da produção científica. A arqueologia do saber propõe uma análise das formações discursivas, objetivando identificar as relações de poder que estão envolvidas na produção de conhecimento.

No contexto do percurso intelectual, a arqueologia do saber implica que não há uma linha direta e progressiva de desenvolvimento do pensamento humano, mas sim uma multiplicidade de formações discursivas que coexistem e competem em diferentes momentos históricos. Isso significa que o percurso intelectual de um indivíduo ou de uma determinada comunidade científica não é linear, mas sim um mosaico complexo de influências, mudanças e rupturas.

Nesse sentido, vale destacar que o poder está presente em todas as formações discursivas e estas influenciam a constituição de teorias, conceitos, métodos e tendências, ou seja, o percurso intelectual de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos está inter-relacionado às estruturas de poder de sua época.

A arqueologia do saber de Foucault (2010) nos convida a refletir sobre a construção de conhecimento em suas múltiplas dimensões, uma vez que há implicações profundas na maneira que entendemos a natureza do conhecimento e a dinâmica do pensamento humano.

A proposta de Bachelard (2006) se concentrou na Epistemologia, em especial na Filosofia do Conhecimento Científico, cuja contribuição é significativa para se compreender o percurso intelectual humano, no contexto da geração de conhecimento científico.

Nessa perspectiva, destaca-se a ruptura epistemológica, momentos em que teorias e conceitos passam por transformações e mudanças na maneira com que os pesquisadores discutem seus objetos e fenômenos de pesquisa; o racionalismo do obstáculo em que o pesquisador se depara com preconceitos, crenças errôneas e concepções ingênuas que, por sua vez, influem negativamente na construção de conhecimento científico.

Além disso, Bachelard (1996, 2006) explorou a ideia de que diferentes disciplinas científicas têm estruturas epistemológicas distintas, portanto, essas características moldam o percurso intelectual dos pesquisadores. No âmbito da Ciência da Informação, considerada uma Ciência interdisciplinar, esse aspecto é determinante para a ampliação da visão científica, bem como para a compreensão da complexidade de objetos e fenômenos pesquisados no campo. A contribuição de Bachelard é essencial para compreender a complexidade do processo de pesquisa científica.

Acredita-se que foi possível demonstrar, a partir dos dados e análises aqui realizadas, a arqueologia do saber no percurso intelectual do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Unesp. Parte significativa dos egressos do PPGCI/Unesp tem alimentado os mais diversos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, de outros subsistemas de ensino no Brasil e no exterior, bem como em diversas organizações de vários sectores de atividade, atuando como profissionais da informação. Ademais, o impacto do PPGCI/Unesp é notório na participação dos docentes e egressos em organizações profissionais e acadêmicas do Brasil e do exterior, demonstrando a inserção intelectual, profissional, acadêmica e associativa do Programa no âmbito nacional e internacional.

## **REFERÊNCIAS**

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. *Coordenações e Ementas de GT*. [S.l.]: ANCIB, 2024. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. *Diretrizes Gerais para o ENANCIB*. [S.l.]: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/diretrizes-gerais>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- BACHELARD, G. *A Epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BENANCIB. *Base de Dados do Enancib: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Porto Alegre: UFRGS, 2023. Disponível em: <https://cip.brapi.inf.br/benancib>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, Washington, DC, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 27 set. 2023.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CANDIOTTO, C. Entre erros férteis e verdades anódinas: sobre “Foucault, a arqueologia e as palavras e as coisas: cinquenta anos depois”, de Ivan Domingues. *TransFormação: revista de Filosofia da Unesp*, Marília, v. 46, n. 4, p. 109-126, out./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2023.v46n4.p109>. Acesso em: 27 set. 2023.

DOMINGUES, I. *Foucault, a arqueologia e as palavras e as coisas: cinquenta anos depois*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558580003>. Acesso em: 27 set. 2023.

DOMINGUES, I. *Foucault, a arqueologia e as palavras e as coisas: cinquenta anos depois*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558581239>. Acesso em: 27 set. 2023.

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 200p.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. 324p.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNESP. Estrutura curricular. Marília, [20-]. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/programa/estrutura-curricular>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun., 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916>. Acesso em: 27 set. 2023.

4

**CARTOGRAFIAS  
ANTIEPISTEMICIDAS EM  
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO DESDE ÁFRICA:  
EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL  
A PARTIR DA REPÚBLICA  
DEMOCRÁTICA DO CONGO**

*ANTI-EPISTEMICIDE  
CARTOGRAPHIES IN LIBRARY  
AND INFORMATION SCIENCE  
FROM AFRICA: DECOLONIAL  
EPISTEMOLOGY FROM THE R  
DEMOCRATIC EPUBLIC OF CONGO*

*Gustavo Silva SALDANHA*

*IBICT*

*saldanhaquim@gmail.com*

*<https://orcid.org/0000-0002-7679-8552>*

**Resumo:** A epistemologia em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) tem, em suas bases estudadas em diferentes partes do mundo, uma constituição epistemológica a partir de e sobre África. Sua repercussão e a força das ideias desenvolvidas em milhares de anos até a produção africana no século XXI é, no entanto, gradativamente apagada, século a século, até a última virada de milênio, dentro dos processos de violência da colonialidade. Estudos de epistemologia histórica e a práxis de teoria crítica e decolonial, por exemplo, podem contribuir para redimensionar o espírito cartográfico de ideias no campo. A pesquisa responde pelo projeto “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação: cartografias narrativas das teorias da informação do século XXI para ciência, sociedade e inovação”, sob fomento da Chamada CNPq N° 04/2021 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O corpus da atual etapa da pesquisa é constituído a partir das consultas ao Fundo Meyriat e ao Fundo Estivals, com foco na Revue de Bibliologie e sua doxografia. O desenvolvimento do recorte desta etapa da pesquisa nos leva ao papel teórico-metodológico da Bibliografia como estrutura econômico-política na formação do pensamento epistemológico colonialista a partir da questão da República Democrática do Congo, como um território arquetípico, ao mesmo tempo que nos permite refletir a decolonialidade e antiepistemicídio em Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir do pensamento de autorias de África.

**Palavras-chave:** Epistemologia histórica; Biblioteconomia e Ciência da Informação; Decolonialidade; Epistemicídio; Bibliografia.

**Abstract:** Library and Information Science (BCI) epistemology has, therefore, in its bases studied in different parts of the world, an epistemological constitution from and about Africa. Its repercussion and the strength of ideas developed over thousands of years until African production in the 21st century is, however, gradually erased, century by century, until the last turn of the millennium, within the processes of violence of coloniality. Studies of historical epistemology and the praxis in critical and decolonial theory, for example, can contribute to reshaping the cartographic spirit of the ideas in the field. The research responds to the project “Philosophical-epistemological letters in Information Science: narrative cartographies of 21st century information theories for science, society and innovation”, supported by CNPq Call No. 04/2021 - Research Productivity Grants from the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq - Brazil). The corpus of the current stage of research is made up of consultations with the Meyriat Fund and the Estivals Fund, focusing on the Revue de Bibliologie and its doxography. The development of this stage of research leads us to the theoretical-methodological role of Bibliography as an economic-political structure in the formation of colonialist epistemological thought based on the question of the Democratic Republic of Congo, as an archetypal territory, at the same time that it allows us to reflect decoloniality and anti-epistemicity in Library Science and Information Science based on the thoughts of African authors.

**Keywords:** Historical epistemology; Library and Information Science; Decoloniality; Epistemicide; Bibliography.

## 1 INTRODUÇÃO

Si l'Égypte est le pays de la bibliothèque d'Alexandrie, elle est aussi le lieu d'organisation le plus vieux de la formation dans le domaine de l'écrit et de la communication écrite en Afrique. (Bobutaka Bateko, 2014, p. 139).

No início, era a estrutura epistemológica de África. É via o Egito e territórios afins, como nos leva a reconhecer Bobutaka Bateko (2014) e a literatura sobre a história das inscrições, que repertoriamos a construção de nossas ideias em torno da escrita, do registro do conhecimento, de sua preservação, da sua organização e, centralmente, de seu poder político nas relações de circulação dos saberes. Em outras palavras, a epistemologia e a economia política no campo dos registros do conhecimento têm em África parte fundamental de suas primeiras fontes de metarreflexão e de práxis para o exercício cartográfico das ideias. Não se trata, pois, de lançar e/ou de enumerar uma frente nascitura. O exercício histórico está aqui, à escuta, por exemplo, de Joseph Cimbanga Mulamba (2014), reconhecer fontes de nossa formação científica de África para o mundo, incluindo a co-constituição no e para o século XX nos estudos biblioteconômico-informacionais.

A epistemologia em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) tem, pois, em suas bases estudadas em diferentes partes do mundo, uma constituição epistemológica a partir de e sobre África. Sua repercussão e a força do pensamento desenvolvidas em milhares de anos até a produção africana no século XXI é, no entanto, gradativamente apagada, século a século, até a última virada de milênio. Estudos de epistemologia histórica e a práxis de teoria crítica e decolonial, por exemplo, podem contribuir para redimensionar o espírito cartográfico de ideias no campo. Por exemplo, encontramos, segundo Dominique Hado Zidouemba (2013), o papel revolucionário de Al-Kalkashandi. Com o trabalho bibliográfico deste pesquisador tem-se, no século XV, a existência de uma geral teoria da bibliologia em seu trabalho intitulado *Sobh al'achá fi sin'at al-incha* (*Le matin de l'héméralope ou l'art de la rédaction* – “A manhã da ‘cegueira’ [ou cegueira noturna] ou a arte da redação). (Hado Zidouemba, 2013). Esse

movimento de redimensionamento cartográfico é o exercício epistemológico-histórico proposto nesse texto.

A pesquisa responde pelo projeto “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação: cartografias narrativas das teorias da informação do século XXI para ciência, sociedade e inovação”, pesquisa científica sob fomento da Chamada CNPq Nº 04/2021 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – Nível 1 – C - do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto realiza uma incursão teórica, conceitual e bibliográfica sobre a filosofia da informação (ou seja, a construção de ideias e de conceitualidades para o plano epistemológico de reforma contínua de nossa *episteme*) constituída em BCI no século XXI, com vistas à compreensão de seu impacto aplicado nos âmbitos social, cultural e político na realidade contemporânea via suas transformações sociotécnicas.

As “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação” procuram tecer o mapa teórico-conceitual de construção de nosso pensamento sobre a informação via a produção científica em BCI orientada para os aportes filosóficos e epistemológicos. O objetivo geral do projeto em curso é constituir a cartografia narrativa filosófica e epistemológica, sob a base da historicidade das ciências humanas e sociais, da filosofia da informação tecida em BCI no contexto do século XXI.

Os caminhos desse recorte do estudo nos levam ao “coração” de África, mais centralmente ao Congo, e à metodologia bibliográfica da colonialidade como parte da reflexão para os estudos decoloniais e antiepistemicidas. Como aponta Cimbalanga Mulamba (2014), a bibliografia geológica e da mineração do Congo Belga como ciência da escrita constitui uma das ciências semiológicas do signo da escrita. Do mesmo modo, sua teoria e sua expressão sistemáticas representam uma das ciências documentais e midialógicas que abordam o suporte. No território da escrita como uma categoria específica de sistemas de signos, a bibliografia geológica e da mineração construiu historicamente os índices dos diferentes recursos minerais através dos símbolos e fórmulas, como os quatro minérios, a saber: minério de ouro (Au), minério de cobre (Cu), minério de estanho (Sn) e minério de zinco (Zn).

A cartografia da epistemologia biblioteconômico-informacional aqui tecida segue os pressupostos de Cimbanga Mulamba (2014) e Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014) de que toda a produção do conhecimento em seus registros antevê as estruturas econômicas, ideológicas e políticas que a conformam. Nesse sentido, como expressão econômico-política da realidade, a bibliografia, antes de se constituir como estrutura para formação do Instituto Internacional de Bibliografia, uma das bases da Liga das Nações e da futura Organização das Nações Unidas (ONU), como potencial instrumento de paz em seu pretense renascedouro na segunda metade do século XIX, ou, ainda, como solo para o desenvolvimento epistemológico em BCI, ela, a bibliografia, é um método objetivo, científico, empírico, de colonialidade.

## **2 PLANO TEÓRICO-METODOLÓGICO DAS CARTOGRAFIAS**

[...] si la bibliologie est une part intégrante des SIC, tout chercheur se réclamant de ce champ est obligé de prendre en compte les acquis épistémologiques des SIC; plus concrètement, il faudrait s'imprégner de l'ensemble des acquis théoriques généraux de ce domaine. (Tambwe Kitenge, 2014, p. 129)

O corpus desta atual etapa da pesquisa é constituído a partir das consultas ao Fundo Meyriat e ao Fundo Estivals, com foco na *Revue de Bibliologie* e sua doxografia. O primeiro responde pela coleção que tem Viviane Couzinet como legatária, disponível na *École Nationale Supérieure de Formation de l'Enseignement Agricole* (Ensfea), em Toulouse, França. Completa o primeiro levantamento os dados coletados no *Centre de documentation et de recherche en sciences humaines et sociales* (CDRSHS-UPS) do *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* (Lerass).

O segundo Fundo consultado responde pela visita e coleta de dados na *Maison de l'Écrit*, em Noyers-sur-Serein, França, instituição criada por Robert Estivals, Danièle Estivals e os teóricos ativistas do movimento crítico no campo informacional francês a partir dos anos 1960, de tradição marxiana, com grande repercussão no Leste Europeu e nas nações africanas

francófonas. Essa corrente procura trazer o confronto e as relações entre as obras, por exemplo, de Nicolas Roubakine e de Karl Marx, para um modelo de diagnóstico informacional dos fenômenos sociais. Como lembra Bob Bobutaka Bateko (2010), da Université de Kinshasa, Congo, a *Maison* representa o legado de uma vasta produção epistemológica constituída ao longo de cinquenta anos pelo trabalho de Estivals e o grupo de vanguardistas esquematológicos.

Do ponto de vista dos *corpora*, o recorte das fontes retiradas dos Fundos Jean Meyriat e Robert Estivals, a noção de África nesse estudo está centrada no quadro da colonialidade francófona que nos revela o exercício crítico da decolonialidade, ou seja, já parte do recorte dos cerca de 40 (quarenta) países e territórios do continente que comungam do idioma francês. O desenvolvimento da perspectiva de recorte nos leva, por questões econômico-políticas na formação do pensamento epistemológico colonialista em BCI no mundo, para a questão da República Democrática do Congo, como um entreposto (não único) arquetípico para refletir, na “outra margem do rio”, a frente teórico-metodológica decolonial e anti-epistemicida. De todo modo, aponta-se como parte do mapeamento do corpus, a produção em BCI em Egito, Argélia, Madagascar, Camarões, Tunísia, Costa do Marfim, Senegal, Mali. Como parte do ativismo bibliográfico de objeto e conteúdo dessa pesquisa, optamos aqui por trabalhar apenas e tão somente com autorias oriundas e dedicadas à África.

No plano terminológico, uma questão relevante no âmbito do corpus da pesquisa está na compreensão dos estudos comparados e na perspectiva do olhar sobre o outro, especificamente, no uso macroconceitual da disciplina em diferentes tradições. A produção africana, em diálogo com o histórico da colonialidade do vocabulário internacional, nesse caso, centralmente, a francofonia oriunda, de um lado, da terminologia de Gabriel Peignot, Nicolas Roubakine e, de outro lado, a terminologia da teoria do conhecimento de Paul Otlet, bem como os modelos de institucionalização do campo biblioteconômico-informacional na França, responde por conceitos na linha da historicidade como, respectivamente, *bibliologie*, *documentation* e *sciences de l'information et de la communication*, *science de l'écrit*, na direção (na medida

em que o processo de formalização institucional da pós-graduação avança) dos estudos de *information scientifique et technique* (IST).

Ainda no plano terminológico, em razão da tradição da colonialidade co-fundadora de tradições em África, tais termos encontrarão lugar de representante terminológico da macroárea ou área ou subárea do conhecimento em cada país de África, representando, guardadas as condições sociopolítico-pedagógicas de cada país, aquilo que no Brasil se constituiu entre graduação e pós-graduação sob os termos “biblioteconomia”, “ciência da informação”, “documentação” ao longo do século XX. As verossimilhanças, não sendo identitárias, guardam, nas diferentes demarcações para estudos comparados, o desenvolvimento aproximado em seu conjunto de relações institucional, pedagógico e científico do campo a partir dos estudos em Biblioteconomia. Como observa Eddie Tambwe Kitenge (2014, p. 129), “cette prédominance de la bibliothéconomie n’est pas un travers typiquement congolais: elle trahirait un travers historique général que connaissent la plupart des pays (France, Belgique, Canada, pays du Maghreb, etc.)”. Essa posição, da formação a partir de grupos de docentes, de departamentos e de escolas de Biblioteconomia e também da própria titulação de “bibliotecário(a)”, pode ser vista igualmente em Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014).

Como aponta Bob Bobutaka Bateko (2014) para o caso do Congo, os termos *bibliologie*, de origem epistemológica vinculada aos usos de Gabriel Peignot, Nicolas Roubakine e Paul Otlet, e a expressão *sciences de l’information et de la communication*, vinculada à tradição colonial francesa de institucionalização do campo, demonstram os usos de cobertura das ações acadêmico-científico-profissionais na tradição congoleza.

La formation universitaire et la recherche scientifique constituent les piliers fondamentaux pour la survie et la pérennisation d’une Entreprise scientifique. C’est ainsi que la Bibliologie qui est un domaine des sciences de l’information et de la communication a aussi comme point d’ancrage pédagogique « l’Institut Supérieur de Statistique de Kinshasa » en République Démocratique du Congo. (Bobutaka Bateko, 2014, p. 137)

Em outras palavras, a vastidão das expressões macro-epistêmicas de nomenclaturas do campo representa em África também parte de sua pluralidade, abrangendo um conjunto estável, porém localmente reconstituído, de conceitos e de práticas em torno de noções como livro, documento, informação, a partir das institucionalizações da Biblioteconomia.

### **3 PRIMEIRAS CARTOGRAFIAS DE UM ITINERÁRIO DECOLONIAL: CONTORNOS DO MAPA DE UMA “ESCOLA CRÍTICA” DESDE ÁFRICA ATRAVÉS DOS FIOS DA BIBLIOGRAFIA**

*L'histoire des sciences montre en effet que le destin d'une discipline scientifique ne tient pas uniquement à la cohérence de son programme intrinsèque: elle montre qu'il dépend également de la capacité personnelle des chercheurs à organiser la recherche au plan institutionnel. Eddie (Tambwe Kitenge, 2014, p. 130).*

Do ponto de vista epistemológico, para quem e além das expressões terminológicas, como nos permite problematizar Tambwe Kitenge (2014), a compreensão das “escolas” em “Ciências da Informação e da Comunicação”, com foco em BCI (quando observadas as verossimilhanças das matrizes curriculares e, não, identidades), permite-nos identificar que a existência de espaços de construção e de registro de ideias (de “escolas” em formação) não depende apenas da presença de pessoas pesquisadoras em um dado contexto histórico. A formação de uma “escola” está subordinada à produção e à partilha de um mesmo paradigma, de um conjunto de forças de resistência epistêmica e política, dentro de um contexto social mais amplo, ou seja, político, econômico, cultural. Essas forças virão determinar os princípios e os conceitos fundamentais de uma dada corrente epistemológica, ou de uma escola a ser constituída.

Com Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), nós podemos observar o olhar crítico na formação de ideias de tais “escolas” de África na epistemologia em BCI dos estudos biblioteconômico-informacionais. Para Manuana-Nseka (2014), o denominador comum da formação do pensamento a partir do Congo está na teoria da bibliologia política, centralmen-

te a relação entre poder e comunicação, desdobramento crítico do horizonte da presente cartografia, ou seja, uma perspectiva crítica e decolonial.

O debate deste olhar sobre as escolas epistemológicas africanas no espelho do Congo nos leva à reflexão histórico-materialista acerca da estrutura epistemológica epistemicida, entre o ouro e a escrita, que sustentou a própria criação do discurso materializado em BCI no século XIX e no século XX, a partir do processo colonizador e das práticas de massacre, de saque, de extermínio dos saberes (como exemplo, pode-se rememorar as riquezas que virão sustentar o desenvolvimento das coroas europeias no século XIX, como Reino Unido e Bélgica, França e Alemanha, sustentando a constituição de projetos democráticos liberais e ditaduras do território informacional para o universo macropolítico internacional). Nesse sentido econômico-político, pode-se observar forças que estruturaram a constituição de organizações como Instituto Internacional de Bibliografia – IIB –, a Liga das Nações, de 1919, e a ONU, de 1948, frutos diretos do acúmulo do capital oriundo de África (dentre outros territórios coloniais) e, em particular, como aqui debatido, do Congo.

O caminho crítico encontra diferentes abordagens dialéticas para uma decolonialidade não só da perspectiva de África para África, mas África-mundo. Centralmente, encontramos em Joseph Cimbalanga Mulamba (2014), a perspectiva de construção de uma dada *episteme* e suas escolas na Europa claramente sustentadas pela posição da bibliografia da mineração (integrando dialeticamente uma aparente distância empírica entre ouro e urânio, de um lado, palavra e palavras sistematizadas – bibliografias –, de outro lado). Em termos objetivos, via a bibliografia geológica e da mineração do Congo Belga de 1885 a 1960 encontramos, no plano econômico-político, uma ferramenta de informação e comunicação para as potências coloniais europeias, incluindo para as políticas multilaterais, como a que refletirá a futura construção da ONU.

Como demonstra Cimbalanga Mulamba (2014), a Bibliografia Geológica de Mineração do Congo Belga de 1885 a 1960 constitui-se um instrumento de informação e comunicação para as potências coloniais europeias. Essa bibliografia serviu ao poder colonial em suas mais distintas formas. A bibliografia econômico-política aqui lançada desde a primeira

bibliografia malgache (ou relativo à República Malgache, ou seja, a atual República Democrática de Madagascar, ou, ainda, referente a quem é seu natural ou habitante; o povo madagascarense, sua cultura, sua formação social) serviu a missionários e cientistas estrangeiros, pelas necessidades de evangelização e pelas descobertas de novas terras do espírito colonialista.

Cimbalanga Mulamba (2014) argumenta que, em todos os momentos, o setor da mineração é sempre apresentado como uma alavanca privilegiada para o crescimento e a redução da pobreza pelas instituições financeiras internacionais. A literatura histórica e econômica sobre este tema que demonstra a importância da economia mineira na estruturação das sociedades modernas – do ouro aos recursos minerais que sustentam as revoluções cibernéticas a partir de 1930 – ou seja, essa posição vai dar sustentação econômica da estrutura informacional do Estado na Modernidade Tardia do século XIX com o ouro e outros metais, às cibernéticas de primeira e segunda ordem, no século XX e na virada para o século XXI, com o urânio, por exemplo.

No mesmo argumento dialético, Eddie Tambwe Kitenge (2014) aponta que, dentro de sua meta-análise crítica da formação de uma “escola epistemológica” em BCI em África, centralmente, em seu corpo sócio-epistêmico-empírico no contexto da República Democrática do Congo, é necessário que toda a comunidade vinculada aos estudos biblioteconômico-informacionais reconheça a produção congoleza como conquista epistemológica no período de 1980 à década de 2010. Esse exercício nos leva ao mergulho nos marcos de formação do pensamento em BCI de África ao Congo, do Congo ao mundo.

### **3.1 DA FORMAÇÃO DE PESSOAS À CONSTRUÇÃO DE IDEIAS DESDE A COLONIALIDADE**

Sob o olhar de Bob Bobutaka Bateko (2014), compreendemos que a formação universitária e a investigação científica são os pilares fundamentais para a sobrevivência e sustentabilidade de uma tradição científica. É assim que a Bibliologia, segundo a terminologia epistêmica da BCI no Congo, virá se constituir entre pessoas, sistemas, instituições. No plano

histórico, segundo o autor, alguns marcos são fundamentais nesse processo de formação das escolas africanas em BCI, como

- Em 1953, em Ibadan, Nigéria, durante o “Seminário sobre o Desenvolvimento de Bibliotecas Públicas em África”, foi levantada a necessidade de proporcionar formação profissional tendo em conta as especificidades das bibliotecas africanas;
- Em 1961, em Adis Abeba, na Etiópia, durante a “Conferência dos Chefes de Estado Africanos sobre o Desenvolvimento da Educação em África”, a Unesco insistiu na criação de centros regionais e nacionais;
- Em 1962, foi criado no Senegal o *Centre Régional de Formation des Bibliothécaires* (CRFB);
- Em 1967, o CRFB passará a ser desenvolvido via o decreto n. 67 / 1.235 de 15 de novembro de 1967, tornando-se a *École des Bibliothécaires, Archivistes et Documentalistes*, com status de instituto universitário;
- Em 1970, durante a “Reunião sobre o Planeamento Nacional dos Serviços de Documentação e Bibliotecas em África”, realizada em Kampala, na Uganda, de 7 a 15 de dezembro, sob a direção da Unesco, constatou-se que o número de bibliotecários qualificados em África era insuficiente;
- Em 1977, a República Democrática do Congo, após a formação desta disciplina científica organizada pela primeira vez no Departamento de História das Universidades de Kinshasa e Lubumbashi com os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, começou a organizar estudos académicos e a formação *les Sciences de l'Information et de la Documentation* no *Institut Supérieur de Statistique* de Kinshasa;
- Em Camarões, na *Ecole Supérieure des Sciences et Technologies de l'Information et de la Communication* (ESSTIC), criada em 1982, organiza-se formação em documentação e arquivística.

- Na Costa do Marfim, em 1987, ocorre a abertura do *Département des Sciences de l'Information Documentaire*, com sede em Abidjan. (Bobutaka Bateko, 2014)

O recorte bobutaka-batekiano acima demonstra parte dos marcos do percurso de cerca de 70 (setenta) anos de institucionalização em BCI na África, sob o fomento da colonialidade de fruto histórico (pré-século XX) e da presença da Unesco em sua organização e desenvolvimento já no decorrer do “Novecentos”. Outras travessias acadêmico-científicas revelam caminhos semelhantes (ainda que não identitários). Por exemplo, no contexto da Argélia, Rabah (2015) aponta que a criação, sob a tutela do Ministério da Informação e Cultura da época (1964), do Diploma Superior de Bibliotecários-Assistentes (DTBA) constitui a primeira experiência no país para a formação no domínio da formação em Biblioteconomia. Em 1975, tem-se, na *Université d'Alger*, o primeiro Departamento de Biblioteconomia destinado à formação de bibliotecários, documentalistas e arquivistas no nível “licença”. Até a metade da década de 2010, 11 (onze) dos 63 (sessenta e três) estabelecimentos de ensino superior (universidades, centros universitários e *grandes écoles*, ou seja, instituições acadêmicas fora do sistema universitário geral que se desenvolvem via concursos de estudantes) listados ao nível nacional ensinavam Biblioteconomia. Até 2015, Rabah (2015) aponta, o Departamento de Biblioteconomia da *Université d'Alger* já havia diplomado 6.987 (seis mil novecentos e oitenta e sete) pessoas profissionais bibliotecárias, documentalistas ou arquivistas.

No âmbito desse itinerário histórico-institucional, segundo Eddie Tambwe Kitenge (2015), na abordagem da bibliologia política, o estudo do modelo educativo, ou da instituição “de ensino”, é crucial: permite-nos apreender os processos de criação das necessidades de consumo da escrita num espaço histórico e dado nacional. A comunicação escrita tem, de facto, uma particularidade: pressupõe uma capacidade de descodificação da escrita. A travessia aqui passa pelo problema de aprender o código, de estabelecer um modelo educativo de acordo com a ideologia dominante. Estas razões tornam o estudo do sistema educativo, de cada regime político

estudado, uma condição *sine qua non* para a análise do modelo bibliológico correspondente em África e de África para o mundo.

Como aponta o pesquisador, a compreensão epistemológica dos fatores sociais de construção do pensamento congolês em BCI não depende de um olhar “de dentro do campo”. Trata-se de observar a formação sócio-histórica de uma dada ciência, nesse caso, a complexidade da constituição das ciências sociais, dentro das quais está inserida a BCI. Os fundamentos políticos que têm sustentado o funcionamento do sistema educativo e os modos como um dado modelo educativo determinada as condições favoráveis ao modelo dominante, colonialista, são claramente observados na formação do campo, segundo Tambwe Kitenge (2015).

### **3.2 ROTAS AFRICANAS DA DECOLONIALIDADE EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: AS CARTAS DO EPISTEMICÍDIO**

Com Arab Abdelhamid (2014), podemos observar o princípio colonial de formação e deformação do discurso local. Segundo o pesquisador, os primeiros trabalhos de investigação sobre a Argélia realizados pelos franceses nos vários domínios remontam ao desembarque da força expedicionária em 1830, quando uma constelação de estudiosos se interessou pela primeira vez pelos estudos árabes, como a expedição ao Egito. No domínio da escrita, foram realizadas pesquisas com o objetivo de localizar, inventariar e explorar qualquer escrita suscetível de fornecer elementos de informação ou de informação que permitisse a subjugação da “colônia recém-conquistada”. Nas instruções elaboradas para a seção oriental da “Escola Superior de Letras” de Argel, a “Academia de Escrita e Belas Letras” recomendou a criação de um catálogo completo e, na medida do possível, fundamentado das bibliotecas e coleções privadas da Argélia.

Como exemplo, como lembra Hado Zidouemba (2014), encontramos o Senegal, um dos nove países da África Ocidental francófona, sendo os outros 8 (oito), o Benin, o Burkina Faso, a Costa do Marfim, a Guiné, o Mali, a Mauritânia, o Níger e o Togo. Anteriormente sob domínio colonial francês, estes territórios, que se tornaram independentes a partir de 1960, têm atualmente como objetivo principal a liquidação do subdesenvolvi-

mento e da construção de Estados modernos. Para conseguir isso, uma luta central estava vinculada ao combate ao analfabetismo – sendo epistemologia e práxis em BCI forças centrais para a transformação. É a partir deste foco que o nível científico, tecnológico e cultural dos povos conseguirá elevar-se através da criação (ou transferência) e difusão de conhecimento, saber-fazer e culturas mútuas. Como aponta Hado Zidouemba (2014), neste processo, a comunicação escrita (especialmente livros e publicações) tem um grande papel a desempenhar. Promover os livros e disponibilizá-los às pessoas nas bibliotecas torna-se, a partir de então, uma prioridade, junto aos dilemas da liberdade criativa das autorias e da reabilitação das culturas e línguas nacionais para torná-las línguas literárias. Esse é o contexto sociopolítico das condições nos territórios dos registros do conhecimento para o desenvolvimento em BCI em cenários africanos.

### **3.3 UMA ESCOLA EPISTEMOLÓGICA CONGOLESA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Em um movimento epistemológico decolonial, Eddie Tambwe Kitenge (2014) busca se questionar sobre a constituição de “escola congoleza” em BCI – ou seja, da República Democrática do Congo (ou, ainda, do Zaire – nomenclatura do território no período de 1971 a 1997 –, contexto da ditadura de Mobutu Sese Seko, que se sucedeu à independência da coroa Belga na década de 1960). Para compreender as possibilidades de um coletivo em torno de uma dada teoria do conhecimento, o pesquisador nos convida, de um lado, a revisitar a Revolução Industrial na Europa e a construção do discurso do “espírito científico”, donde parte a construção das ciências sociais. Por outro lado, o autor aponta para os dilemas da comunidade científica em torno do fenômeno dos meios de comunicação que, durante o século XIX, assumiu uma magnitude sociológica sem precedentes (nomeadamente após o desenvolvimento da imprensa de grande circulação e a reflexão teórica sobre o mesmo fenômeno diante de seus impactos políticos). Esta era, que marca o nascimento da Sociologia, vê, portanto, a “comunicação de massa” e as instituições informacionais se tornarem um “problema social”. O próprio fenômeno resulta dos factos conjugados da industrialização, do aumento dos processos intensivos de

urbanização, da explosão demográfica, da diversificação dos fluxos migratórios. Muitas pessoas pesquisadoras viriam, neste contexto, delinear as bases teóricas sobre as quais se baseariam os primeiros estudos sobre os meios de comunicação.

Ao buscar uma escola em BCI na República Democrática do Congo, Eddie Tambwe Kitenge (2014) aponta para os primeiros trabalhos de “essência bibliológica”, vinculados à história da escrita no período pré-colonialidade, centralmente demonstrados pelo trabalho de Kibanda Mutungila, que dedicou uma tese de doutoramento ao assunto e o curso sobre “História do livro”, em Kinshasa, *Institut Facultaire des Sciences de l'Information et de la Communication* (IFASIC), 1988-1989, investigando os sistemas de escrita e as formas de escrita.

Segundo Eddie Tambwe Kitenge (2014), três textos de acadêmicos do país parecem prefigurar o que poderia ser definido como a “pré-história da bibliologia” na República Democrática do Congo. Alguns notarão a coincidência histórica: os três textos foram publicados no mesmo ano (1979). O pesquisador lamenta que as pessoas bibliotecárias congolenses prestem pouca atenção aos três textos, que são, de várias formas, os fundadores da disciplina da formação e da epistemologia em BCI no país. O primeiro texto é o livro de Pius Ngandu N’Kashama, sobre o fenômeno literário no Zaire. As obras deste autor – que formalmente se enquadram na crítica literária – abrem, no entanto, perspectivas para o estudo sistemático da escrita, na medida em que objetivam de certa forma “o livro” como material a ser analisado. Esta concepção levou Pius Pius Ngandu N’Kashama, então professor de literatura na Universidade de Lubumbashi, a interessar-se pela situação da edição de livros no Zaire. Tambwe Kitenge (2014) afirma que Ngandu N’Kashama é o primeiro acadêmico congolês a formular temas desta natureza.

O segundo texto fundacional, apontado por Tambwe Kitenge (2014), é de Kangafu Gudumbana, pesquisador da Universidade de Kinshasa e diretor do Instituto Makanda Kabobi (escola do partido único, o Movimento Popular da Revolução). Kangafu Gudumbana – que cita constantemente Pius Ngandu N’Kashama – dedica o seu estudo, como este, à edição zairense do livro. O estudo começa com uma bibliografia de

livros publicados no país, desde a época colonial até os anos de publicação do estudo (1979). Através dos títulos publicados, Kangafu Gudumbana conseguiu identificar os principais centros editoriais do livro no Zaire. Na sua conclusão, o estudo tenta priorizar os problemas da edição no Zaire, numerosos e inextricáveis: dizem respeito ao circuito de distribuição do livro, à política de publicidade, ao aspecto técnico da impressão (ou seja, a qualidade e a tipologia do papel, as máquinas, os recursos humanos), mas também a todo um contexto social de difusão da cultura.

Ainda de acordo com Eddie Tambwe Kitenge (2014), Lukomo Bivatu Nsundi apresenta a tentação permanente de mergulhar os fatos descritos nas teorizações macroeconômicas, sob o risco de distanciar o sujeito da realidade social local. Sua obra lançou uma nova luz sobre os problemas da publicação de livros no país. Os dados produzidos pelo estudo de Lukomo Bivatu Nsundi são numerosos e sistematizados. Suas conclusões apontam para a identificação da raiz do problema da construção dos estudos do livro, da escrita e de sua organização no âmbito do nível da formação de um pessoal qualificado, com domínio perfeito das técnicas editoriais.

Conforme Eddie Tambwe Kitenge (2014), o final da década de 1980 foi marcado por reuniões de pessoas especialistas africanas, chamadas a refletir sobre a situação do livro no continente. Os eventos técnico-pedagógico-científicos deram origem ao *Colloque Internationalsur l'édition du livre en Afrique*, em Bamako, no Mali. Como extensão do encontro, um grupo de trabalho, composto por pessoas cientistas africanas, projetou a criação de um *Centre africain de formation aux métiers du livre*. Ainda no mesmo contexto, a *Association Nationale des Editeurs zairois du Livre* (Anedil), cujo presidente participou ativamente das reuniões, deveria publicar o relatório das atividades.

Conforme Eddie Tambwe Kitenge (2014), em 1988, o governo do então Zaire virá propor uma formação no domínio do livro e da bibliologia, em parceria com a Unesco (que fornecerá o financiamento) e o *Centre Wallonie - Bruxelles* (instituição diplomática e cultural da comunidade francófona da Bélgica), que dará o apoio acadêmico, com presença de docentes da *l'Université de l'Etat de Liège*. Com isso, sob a direção de

Etienne Ngangura Kasole, a formação se inicia na entrada universitária de 1988-1989, no *Institut Facultaire des Sciences de l'Information et de la Communication* (IFASIC), de Kinshasa.

O currículo complementou outros cursos de formação em ciências e técnicas da comunicação (Jornalismo, Imprensa Escrita, Imprensa Audiovisual e Relações Públicas) que esta universidade vinha organizando desde a sua criação em 1973. Aberto a partir do ano letivo 1988/1989, a opção foi articulada como especialização em Bibliologia, após três anos (o chamado diploma de graduação, corresponde ao chamado “bacharelado 3” no modelo educacional vigente no Zaire) de estudos gerais em ciências e técnicas da informação e da comunicação. O foco era formar, ao final do estágio “bacharelado 5”, pessoas “técnicas e investigadoras nas áreas do livro e da bibliologia”, ou seja, profissionais e cientistas. (Tambwe Kitenge, 2014)

Ao todo, no âmbito pedagógico, 3 (três) foram os grandes objetivos traçados pelas pessoas promotoras desta formação. O primeiro era centralmente acadêmico: tratava-se de formar rapidamente, no mais alto nível (ou seja, doutoramento), um corpo docente em BCI para substituir a comunidade docente de origem belga. O segundo objetivo era estritamente científico: estruturar as bases para o surgimento, no Zaire, de uma tradição de pesquisa em BCI. Foi necessário estabelecer o nicho de investigação em Bibliologia, ao lado dos canais de Comunicação Social já existentes (rádio, televisão, relações públicas, etc.) e onde existiam tradições de investigação, apesar das dificuldades estruturais. Finalmente, o terceiro e último objetivo, particularmente apoiado pela Unesco, era ao nível prático e profissional. Esperava-se, através da investigação empírica a realizar, dotar os profissionais do livro, e toda a indústria da comunicação escrita nacional (imprensa periódica, edição de livros, bibliotecas, etc.), de elementos de valorização do mercado. A investigação consistia em fornecer dados técnicos suscetíveis de conduzir a aplicações concretas e, potencialmente, contribuir para superar os obstáculos ao desenvolvimento da comunicação no país. (Tambwe Kitenge, 2014)

Conforme Eddie Tambwe Kitenge (2014), ao implementar a formação nesta área, o IFASIC criaria uma dinâmica geral em torno da bibliologia e permitiria a difusão de sua estrutura epistemológica e aplicada

nos meios universitários. Os mimetismos ocorreram em várias direções. O plano educacional se propagou por instituições que organizam o ensino de “biblioteconomia” e/ou “ciências documentais”: os casos da *Université de Kinshasa* (Unikin), da *Université Protestante du Congo* (UPC), do *Institut supérieur des statistiques* (ISS). Essas instituições introduziram cursos de Bibliologia em seus currículos. Houve também criações de cursos “bibliológicos”, ainda que o currículo cubra apenas parcialmente a área bibliológica (conforme a nomenclatura adotada no país em BCI), como no caso da *Université catholique de Kinshasa* (FCK), de 1993. Observa-se, ainda, a criação de centros de investigação e sociedades científicas portadoras do conceito de “bibliologia”, como o *Centre africain de bibliologie* (Cab), criado por Kibanda Mutingila; o *Comité Zaïrois de l’Association Internationale de Bibliologie*, sob a direção de Etienne Ngangura Kasole.

Segundo Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), pode-se mapear as tendências de uma escola congolosa em Bibliologia, ou a construção dos estudos em BCI na República Democrática do Congo, a partir das relações entre formação acadêmico-científica e as estruturas políticas. Seu olhar parte da chamada “bibliologia política”, ou seja, da teoria do campo em BCI que parte das relações entre poder e comunicação.

Para Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), pode-se compreender a formação em BCI na República Democrática do Congo a partir de 4 (quatro) gerações:

Il y a d’abord ceux de la première génération, à savoir : des enseignants bibliologues. Il s’agit des Professeurs Etienne Ngangura Kasole et Obadée Kibanda Matungila.

Parmi les acquis de cette première génération, ils ont créé en 1990 une Section Zaïroise de l’Association Internationale de Bibliologie (Sezaib). Celle-ci a rayonné en produisant des travaux bibliologiques qui ont révolutionné l’enseignement et la recherche bibliologique en République Démocratique du Congo.

La deuxième génération des bibliologues congolais est venue renforcer la première avec l’arrivée du Professeur François-Xavier Budim’Bani Yambu et la présence de trois jeunes bibliologues confirmés avec des thèses de doctorat en SIC : Eddie Tambwe, Denis Nzonkatu Et Jean-Pierre Manuana. Monsieur François-

Xavier Budim'Bani a amené des recherches sur la scribalité et s'est intéressé également à l'éditologie.

En ce qui concerne la génération des jeunes chercheurs, celle-ci a fait élargi le champ d'études en bibliologie. Les recherches d'Eddie Tambwe ont été centrées sur la bibliologie politique tandis que celles de Denis Nzonkatu et Jean-Pierre Manuana respectivement sur l'archivistique et la sociologie de la bibliographie.

La troisième génération est constituée des étudiants faisant partie de l'Association des Amis de Robert Estivals pour le développement de la Bibliologie en Afrique, en sigle ARES. Je peux signaler avec bonheur l'émergence de deux chercheurs en phase de terminer leurs recherches doctorales. Ceux-ci se distinguent avec des publications dans la revue Schéma et Schématisation. Il s'agit de Bercky Kitumu et Bob Bobutaka.

La quatrième génération est en cours de finalisation de leurs travaux de DEA au Département des Sciences et Techniques documentaires de l'Université de Kinshasa et à la Faculté des Communications Sociales de l'Université Catholique du Congo. Les travaux de Paul Tete Wersey, Joseph Cimbanga Mulamba et Farida Eliaka Bombende peuvent être signalés. (Manuana-Nseka, 2014, p. 132-133)

A longa citação permite, cronologicamente, a partir das gerações, observar o percurso da construção epistemológica que, sob o olhar de Manuana-Nseka (2014), manifesta-se através de um denominador comum: a teoria bibliológica política. Trata-se, pois, da construção - e da compreensão de tal construção - de um olhar crítico sobre a epistemologia histórica em BCI oriundo da República Democrática do Congo.

#### **4 DENTRO DA MINA DO EPISTEMICÍDIO: DOS USOS COLONIAIS À CRÍTICA DECOLONIAL DA BIBLIOGRAFIA**

La bibliographie géologique et minière du Congo belge comme science de l'écrit, constitue l'une des sciences sémiologiques à partir du critère du signe d'écriture et en même temps l'une des sciences documentologiques et médiologiques par son support. L'écrit étant une catégorie spécifique des systèmes de signes. En effet, la bibliographie géologique et minière comme son nom l'indique

régie des indices de différentes ressources minérales au travers des symboles et formules étudiés dans le cours de chimie (ou de physique) que l'on appelle écriture chimique. Prenons un exemple en passant de quatre minerais, à savoir : le minerai de l'Or (Au), le minerai de Cuivre (Cu), le minerai de l'Étain (Sn), et le minerai de Zinc (Zn). (Cimbalanga Mulamba, 2014, p. 161)

Como nos relata Joseph Cimbalanga Mulamba (2014), no século XIX, através do Rio Congo, as expedições colonizadoras de cunho econômico-político-científica avançaram em território africano, de oeste a leste adentro pela via do regime colonial belga. As publicações de estudos geológicos e mineiros do Regime Colonial Belga desde a fundação do Estado Independente do Congo até o período do Congo sob a administração colonial da Bélgica, incluindo a conferência geográfica em 1876 convocada pelo Rei Leopoldo II, em Bruxelas, permitiram aos colonizadores europeus explorar conjuntamente a África Central.

Segundo Cimbalanga Mulamba (2014), destacam-se aqui as expedições de Burton e Speke, em 1857, que alcançaram o Lago Tanganica; Baker, em 1864, que chegou ao Lago Albert; Schwinfurt que, saindo de Cartum em 1869, penetrou no interior até ao Rio Uélé. Foi a partir de 1816 que o inglês Tuckey inaugurou assim o período das explorações científicas do século XIX na África Central. De 1874 a 1878, o Congo foi explorado por Henry Morton Stanley por conta própria e depois pela Associação Internacional do Congo.

Como demonstraram-nos Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014) e Eddie Tambwe Kitenge (2014), os estudos em BCI em África se constituíram a partir desses dados de construção da colonialidade. Trata-se, como Arab Abdelhamid (2014) aponta sobre o caso da Argélia, o princípio colonial de formação e deformação do discurso local, via o massacre dos corpos e epistemicídio, o massacre dos saberes. Como aponta Cimbalanga Mulamba (2014), todas essas expedições e explorações fizeram parte da pesquisa e os resultados apresentados durante as diversas reuniões técnicas. Eles constituíram no conjunto dos escritos elaborados pela Bélgica para a exploração e comercialização de recursos minerais, o exemplo de escritos sobre a bibliografia geológica do Congo Belga de 1885 a 1960, abundante

bibliografia escrita por vários geólogos exploradores, principalmente, o geólogo Jules Cornet, que realizou o primeiro estudo científico dos recursos minerais de Katanga, de 1891 a 1893.

A partir de 1904, inicia-se a extração do ouro; em seguida, os minérios de cobre, diamante, estanho, zinco, urânio. Em termos estatísticos, a exploração mineral se desenvolveu a um ritmo acelerado: 141 milhões de francos em 1920, 1.012 milhões de francos em 1930, quase 6 mil milhões de francos em 1947. Ainda no período colonial, o Congo Belga era o maior país do mundo produtor de urânio, diamantes e cobalto. Partindo deste quadro sinótico, a história diz-nos que a riqueza do subsolo de Katanga e Kasai em particular constituiu, como já foi dito, “um escândalo geológico”. Deste modo, é, pois, sob e sobre esses dados, como nos conduz Cimbanga Mulamba (2014), que uma dada “ciência da escrita” virá se constituir via colonialidade no território do Congo, partindo do setor mineral do regime colonial belga.

#### **4.1 COMPREENDENDO O REGIME DA CONSTRUÇÃO GEOPOLÍTICA HISTÓRICA DO CONGO A PARTIR DO OLHAR DE TAMBWE KITENGE**

Sobre a especificidade do regime do Congo Belga, para compreender o regime colonial, faz-se necessário partir das ambições pessoais do rei belga Leopoldo II (1835-1909) (filho de Leopoldo I). Pouco depois da sua entronização, Leopoldo II organizou a “Conferência Internacional de Geografia” em Bruxelas (12 a 19 de setembro de 1876), que levou à criação da “Associação Internacional para a Exploração e Civilização da África Central”). Cada Estado participante é representado por um Comitê Nacional. A ideia era delimitar uma zona de comércio livre no centro de África. (Tambwe Kitenge, 2015)

De acordo com Tambwe Kitenge (2015), podemos observar a construção de um regime que leva, de um lado, à construção da epistemologia e da práxis em BCI, de outro, em paralelo, à construção de uma estrutura informacional (a teoria em BCI co-constituída para fundamentar um regime político propriamente dito) para o desenvolvimento de uma colonialidade. Esse regime é observado, de modo claro, em suas estruturas de po-

der, simbólica, linguística e técnica, teológica, econômica e jurídica. Essa construção, como a seguir aprofundaremos com Cimbanga Mulamba (2014), é uma das formas sociotécnicas de compreensão do epistemicídio como método e do exercício decolonial via epistemologia histórica como revelação crítica dos regimes de massacre dos saberes.

Para o Estado Leopoldino, a utilidade de formar agentes subordinados eficazes e dedicados justapõe-se a um duplo programa: por um lado, difundir o “amor ao nome belga, o respeito e a simpatia pelo empreendimento da colonização”, e, por outro lado, “ampliar o reino de Cristo e proceder à conversão dos pagãos”. Em junho de 1890, o próprio Governador Geral do Congo definiu a finalidade das colônias escolares a serem criadas no Estado, orientadas para definir o futuro da mão de obra local via recrutamento regular de soldados e de artesãos, criando colônias educacionais (agrícolas e industriais) para crianças nativas. (Tambwe Kitenge, 2015)

Deste modo, o regime constituído via o Estado do Congo Belga, nascido em outubro de 1908, herdará – do Estado Independente do Congo – esta filosofia educativa, marcada pela Convenção de 1906, entre a Santa Sé e o Estado do Congo Belga. Na mesma linha, as missões católicas criaram, em 1913, um programa de formação de catequistas nativos. O regime colonial se estabelece através de uma educação de base religiosa em postos centrais, em capelas/escolas. Em 1919, é criado um projeto específico de ensino para o Congo Belga via o Ministério das Colônias Belgas. O objetivo era propor métodos administrativos de controle das instituições de formação organizadas e geridas pelas Missões Nacionais. (Tambwe Kitenge, 2015)

A proposta, emanada do Estado colonial, foi rejeitada pela Igreja Católica - através da Assembleia de superiores eclesiásticos reunidos em Kisantu - cidade da província do Baixo Congo – no mês de julho de 1919. A igreja exigia independência e liberdade de ação. Na prática, estes desejos traduzir-se-ão nestas três inovações principais: definição de política linguística na educação; generalização do ensino pós/primário ou secundário; e introdução do ensino superior e universitário. Portanto, definição da política linguística no sistema educativo. Para compreender o alcance de tal medida, é necessário reconsiderar todo o contexto da questão linguística

no Congo Belga. Isto porque a natureza utilitária do sistema educativo tem estado na origem das dificuldades das autoridades em levar a cabo uma política linguística coerente. (Tambwe Kitenge, 2015)

Assim como nos demonstra o olhar crítico de Manuana-Nseka (2014) e Cimalanga Mulamba (2014), Tambwe Kitenge (2015) nos convida a observar, nas colônias francesas, seguindo a chamada “política assimilacionista”, o ensino destinado às populações originárias, desde o primeiro ano do ensino primário, em francês, língua do colonizador, como parte do projeto epistemicida. Nas colônias portuguesas, o mesmo princípio é observado em todos os níveis de ensino. Por outro lado, os britânicos, através da sua filosofia colonial, a regra indireta, aplicaram uma política de ensino baseada nas línguas indígenas nas escolas primárias. O inglês é reservado para casos que exijam seu uso: os casos de escolas de ensino fundamental, profissional e superior (Tambwe Kitenge, 2015).

#### **4.2 A DIALÉTICA LINGUÍSTICA DO EPISTEMICÍDIO**

Os regimes que conformam a construção do duplo (epistemologia e práxis em BCI) bem como a próxima estrutura do metarregime do projeto da colonialidade belga, a partir do domínio via linguagem, virão constituir a futura teorização e a formação em BCI na República Democrática do Congo, bem como sua própria condição crítica epistemológico-histórica, conforme os passos legados, por exemplo, por Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014) e Eddie Tambwe Kitenge (2014), Arab Abdelhamid (2014) Cimalanga Mulamba (2014).

De acordo com Tambwe Kitenge (2015), o regime do Congo Belga hesita entre as duas concepções coloniais vinculadas a políticas de gestão linguística. A primeira é que apenas as línguas locais são veículos de educação. O argumento apresentado pelos defensores desta visão está relacionado à ideia de que o desenvolvimento cultural de uma “raça humana” de acordo com sua própria condição só pode ser feito na linguagem da comunidade e, portanto, negligenciar o desenvolvimento da linguagem de uma comunidade seria esterilizar uma parte importante de sua vida social

e causar um efeito deprimente em sua cultura geral em sua manifestação externa.

Ao lado da concepção que visava a manutenção das línguas indígenas na difusão do conhecimento, uma segunda tendência procurava importar a língua europeia em todos os níveis de educação e da vida social. Existem várias razões para esta tendência: primeiro, uma aplicação prática; o movimento de industrialização levantaria necessariamente a questão de a mão-de-obra entregue nas fileiras dos nativos e, por isso, de um elevado nível de formação correspondente a este requisito. Este tipo de formação só poderia - pensando-se - ser ministrado na língua europeia. (Tambwe Kitenge, 2015)

No plano de uma dialética da dominação, o aparato da opressão pela via da linguagem constitui-se, dadas as observações de Eddie Tambwe Kitenge (2014, 2015), Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014) e Arab Abdelhamid (2014), um modo claro de operacionalização do regime de informação opressor. Não há, em um sentido de consolidação da colonialidade, a possibilidade de dominação, do espírito à cultura, da cultura às relações socioeconômicas, sem o domínio da língua, a extinção conveniente das expressões da cultura para massacre das identidades locais e a imposição de limites de outras manifestações originárias da cultura do território para fins de controle e assimilação.

Em 1948, explica-nos de modo claro Tambwe Kitenge (2015), uma reforma educacional aponta para línguas dos povos originários como veículos de instrução nas escolas de ensino fundamental e ensino médio. Da multidão de línguas locais, porém, o legislador manteve as quatro línguas nacionais dominantes, a saber, Swahili, Linguala, Kikongo, Tshiluba, abrangendo todo o território nacional. As quatro línguas vernáculas serviriam ao poder colonial como instrumento de comunicação com as massas.

O regime na construção não só do campo BCI no Congo, como da própria fundamentação do Estado Colonial Belga sobre o Congo, estruturou-se, pois, como demonstra Tambwe Kitenge (2015), como sistema político de condicionamento mental para o projeto de exploração econômica

da colonialidade, onde linguagem e metalinguagem são co-constituidoras (ferramentas e alimento) do epistemicídio.

#### **4.3 DO NASCIMENTO DA BIBLIOGRAFIA DO SETOR MINERAL DO REGIME COLONIAL BELGA OU DO NASCIMENTO DO REGIME COLONIAL BELGA COMO PARTE DE CONSTRUÇÃO DOS REGIMES EPISTEMOLÓGICOS EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO, NO E PARA O MUNDO**

Como explica Cimbalanga Mulamba (2014), vários séculos depois da “descoberta” europeia da foz do Rio Congo, em 1482, por Diego Cão, o século XIX permitiu que outros exploradores revelassem as potencialidades da bacia fluvial de um dos maiores rios do mundo. Em 1860, o Duque de Brabant, regressando da Grécia, trouxe como lembrança da viagem a Sière-Orban, um pequeno pedaço de mármore, vindo da galeria de arengas de Atenas, onde colocara o seu retrato em miniatura, rodeado das palavras: “A Bélgica precisa de uma colónia”. O que o Duque de Brabant sonhou, Leopoldo II realizou com energia indomável. O Rei Leopoldo I já tinha pensado na criação de estabelecimentos belgas em países ultramarinos. Por sua vez, Leopoldo II procurou vários pontos do planeta onde pudesse, em benefício da Bélgica, concretizar esta ideia de dinastia.

Em setembro de 1876, a sua escolha recaiu sobre a África Central, território ainda não explorado até ali pelos massacres europeus. Nos mapas, havia um grande espaço em branco em seu lugar – o centro africano, conforme observado acima em Tambwe Kitenge (2014), apresentar-se-ia, pois, ao projeto colonial belga.

Interessado nas riquezas minerais do Congo, em contato com o jornalista, explorador e viajante anglo-americano Henry Morton Stanley, o Rei Leopoldo II, durante o mesmo ano, convocou uma conferência geográfica internacional em Bruxelas, que levou à criação da *Association Internationale Africaine* (AIA), cujo objetivo era abrir a África à “civilização” e abolir o comércio de escravos. Esta conferência, realizada em Bruxelas, define uma área de ação dentro do continente africano, limitada a norte pelo Sudão e pelo Egito, a sul pela bacia do Rio Zambeze, a leste e a oeste pelos oceanos. Neste contexto, a história contemporânea considera que foi a viagem do

explorador português Diego Cão que introduziu o Ocidente na foz do Rio Congo. (Cimbalanga Mulamba, 2014)

Segundo Cimbalanga Mulamba (2014), dois anos depois, em 30 de outubro de 1878, Leopoldo II concluiu um acordo com Henry Morton Stanley para a criação de postos no Congo e a negociação de tratados com os chefes locais em nome da *Association Internationale Africaine* (AIA), que mais tarde se tornou o *Comité d'Etudes du Haut Congo* na sigla CEHC.

O regime nas estruturas de metalinguagem já estava dado em território europeu – método e aplicação em BCI para o epistemicídio. Mapas de África disponíveis na Europa, junto de relatórios de viagens, bibliografias e outras fontes documentais, incluindo minerais *in natura* e suas descrições, demonstram o modo como os regimes sustentados pela documentação, centralmente a bibliografia da área geológica, orientam o processo de exploração, de invasão, de massacre e de saque, como etapas de construção do poder colonial. Com base em dados empíricos oriundos de uma cientificidade documentalista, as decisões para concepção da complexificação dos regimes de poder para sustentação da colonialidade se constituem, sendo a formação de uma escola congoleza em BCI parte do olhar crítico da própria formação do estado colonial belga estruturado em dinâmicas teóricas, metodológicas e empíricas em BCI, como os princípios de descrição bibliográfica e tomadas de decisão a partir de sistemas de classificação (de pessoas, de lugares, de artefatos, de fontes minerais).

#### **4.4 BIBLIOGRAFIA E COLONIALIDADE: CO-CONSTITUIÇÕES NO FUNDAMENTO CRÍTICO DA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA RELAÇÃO MUNDO- ÁFRICA-MUNDO**

Tomado como base o pensamento epistemológico de Bobutaka Bateko (2013), afirmamos com o pesquisador que palavra escrita é um fato social e, conseqüentemente, um fato político. Os diferentes sistemas políticos procederam ao controle e transmissão de saberes através de recursos gráficos. Nos modelos de regulação da sociedade, a palavra escrita sempre desempenhou um papel capital. Deste modo, a intrínseca e imbricada rela-

ção entre formação epistemológica em BCI e formação dos estados modernos, chegando até as formações coloniais e o método epistemicida, aponta para a fundamentação política da formação do campo biblioteconômico-informacional. Assim, em seu vocabulário epistemológico, Bobutaka Bateko (2013) aponta para “bibliologia política” como um ramo da bibliologia e uma teoria bibliológica cuja quintessência é a explicação dos modelos bibliológicos envolvendo exclusivamente dados relativos ao sistema de escrita, suas relações entre poder e política. Em termos diretos, objetivos, segundo Bobutaka Bateko (2013), a bibliologia política, ou seja, a construção de uma lente para compreensão da epistemologia em BCI passa pela via política e é verdadeiramente explicada sob o rigor científico da relação entre o Estado e a comunicação escrita. Esse é o fundamento do campo que pode ser observado na relação de co-constituição do Estado Colonial Belga a partir da foz do Rio Congo e da própria escola congoleza em BCI.

Cimbalanga Mulamba (2014) explica-nos que, atraído pelas potencialidades do Congo, o Rei dos Belgas, Leopoldo II, criou, em outubro de 1882, a *Association Internationale du Congo* (AIC), transformada, em 1883, num *Etat Indépendant du Congo* (EIC). Isto recebeu consagração internacional na Conferência de Berlim em 1885. E, em 26 de fevereiro de 1885, foi a Ata Final da Conferência de Berlim que estabeleceu o Estatuto Convencional da Bacia do Rio Congo.

O plano de ação, adotado pela conferência, incluía o estabelecimento de postos permanentes na África Central com vistas a desenvolver o conhecimento do continente africano (logo, produção intensa de documentação de e sobre o Congo para exploração, colonialidade, epistemicídio) e a trazer ali “paz e civilização”. Como nos demonstra Cimbalanga Mulamba (2014), um complexo plano de trabalho para organização do regime de informação colonial se constitui na esfera documental – como a Ata supracitada e metadocumental, ou seja, o conjunto bibliográfico para formação do regime. Examinando o plano da conferência, a ideia de desenvolver o conhecimento do continente africano faz-nos pensar, segundo o pesquisador, num artigo publicado em 1951 intitulado: “*Une vaste entreprise de prospection minière au Congo belge*”, que define as grandes linhas do programa previsto por um grupo de concessionários e pela colônia, para o estudo

geológico e mineiro da bacia central. Uma bibliografia para colonialidade se constitui como ferramenta fundamental para exploração. Documentos escritos para estrangeiros para dar a conhecer a imensa riqueza do Congo Belga, por exemplo, com a publicação, em 1895, de *Les Richesses minérales du Congo*, são publicados. É por isso, aponta Cimalanga Mulamba (2014) em diálogo com Jean-Pierre Manuana-Nseka, que os bibliógrafos coloniais estavam sujeitos às estruturas da política colonial e que era comum tais bibliógrafos criarem modelos bibliológicos que respondessem aos interesses da colonização.

Face a este processo histórico, político e econômico através das explorações e operações de mineração do Congo Belga, somos levados a afirmar, como Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), que os estudos publicados pelo coletivo *Papier blanc, encre noire* atestam, desde 1876, data da *Conférence Géographique de Bruxelles*, a existência de uma abundante produção editorial sobre o Congo que continuou até o fim do império colonial belga. Esta atividade editorial era regularmente listada por reconhecidos bibliógrafos coloniais. (Cimalanga Mulamba, 2014). Em outras palavras, a bibliografia se constitui como um construto teórico e metodológico para elaboração preliminar – o plano de edificação – do regime colonial na bacia do Rio Congo, regime este que, por sua vez, será fundamental para a construção de um regime global, incluindo as macroestruturas de multilateralidade geopolítica do Instituto Internacional de Bibliografia, da Liga das Nações e da futura Organização das Nações Unidas.

Essa co-construção bibliográfica, revela Cimalanga Mulamba (2014), por exemplo, do período de 1885 a 1908, testemunha a origem do modelo bibliológico do sistema econômico no setor geológico e da mineração do regime colonial belga. A partir daí, pode-se dizer, segundo o pesquisador, que a bibliografia também se apresenta como uma técnica de informação do leitor, parte da bibliologia, supondo uma coleta e uma classificação dos documentos impressos agrupados em diretórios com o objetivo de facilitar a leitura – e, assim, estabelecer as bases para a formalização do regime de informação colonial do local para o global, do Rio Congo ao Oceano Atlântico, do Oceano Atlântico à Bruxelas, nas relações Mundo-África, África-Mundo.

Neste sentido, a bibliografia geológica e da mineração nasceu da vontade política colonial belga que fez com que o estatuto político do Estado do Congo Belga derivasse do primeiro artigo da Constituição Belga, revivida em 1893, que estipula as colônias, as possessões de outros mares ou protetorados ultramarinos que a Bélgica possa adquirir são regidos por leis especiais. Dentre estas, a lei que legisla sobre a investigação e exploração de substâncias minerais para todo o território nacional, demarcado por decreto de 16 de dezembro de 1910, território esse bibliografado anteriormente e, a partir dos dados bibliográficos, passível de se tornar lei, de chegar à Constituição. (Cimbalanga Mulamba, 2014)

No plano da documentação como estrutura para o regime colonial, Cimbalanga Mulamba (2014) aponta para existência de mapas de jazidas de minério no Congo Belga, imagens de prospecção e exploração, ou seja, toda uma plataforma científica para evidências de introdução de outras formas científicas, da Geologia à Política, do ouro ao poder, no território massacrado – a bibliografia como arma epistemicida.

Se a bibliografia constituiu essa estrutura, esta é, pois, mecanismo para promoção da interação e uma garantia importante para o apoio político e de comunicação. Na visão de Bobutaka Bateko (2013), numa sociedade, os governantes e os governados devem interagir para o seu bom funcionamento. Desde que os agrupamentos humanos se organizaram em sociedade, em comunidade, a comunicação sempre foi muito útil. Este processo de troca vertical de informações ocorre de cima para baixo para a gestão e de baixo para cima para a população; ou ainda este processo é horizontal entre os povos. A bibliografia se constituirá, pois, no plano da colonialidade, papel central na formação vertical da estrutura de poder belga no Congo.

O regime colonial procurará, pela via da verticalidade, reestruturada pelas políticas da linguagem, via uma metalinguagem já permitida pela teoria e pela metodologia bibliográficas, em falsa horizontalidade, estabelecer as relações de poder e de segregação. A escrita e a escrita da escrita (a metaprodução de dados gráficos ou a bibliografia propriamente dita, da sua estrutura descritiva mínima ao complexo de suas classificações), serão estratégicas para as bases desse regime.

Com demonstra Tambwe Kitenge (2014), a reflexão sobre a construção dos sistemas de escrita sob o regime colonial traz à tona duas épocas bibliológicas, ou duas etapas de conformação da epistemologia e da práxis em BCI no Congo, ambas dependentes dependendo das condições políticas e econômicas. A primeira época, que vai de 1885 a 1940, é a da dualidade bibliológica: educação rudimentar para pessoas negras; ausência do quadro legislativo da escrita, para melhor reprimir os elementos independentes; ausência de atividades em torno do livro, existência de uma imprensa de evangelização para as pessoas negras, e de uma imprensa tradicional para as pessoas assentadas, brancas; bibliotecas apenas para a comunidade de colonos.

Conforme Tambwe Kitenge (2014), a segunda fase da construção em BCI no contexto da colonialidade se dá entre 1940 e 1960, via o regime colonial do Congo Belga no modelo nacionalista. Consagra-se aqui a mutação política que vê a “elite negra”, historicamente colocada subjugada pelo poder colonial e, portanto, conformista, desenvolvendo um modo de oposição. É o surgimento de uma nova configuração bibliológica: a padronização do ensino pela generalização do ensino secundário e pela instituição de ensino superior e universitário; estabelecimento do quadro legislativo para a escrita; surgimento do livro como política no território congolês; declínio dos periódicos missionários e coloniais; ascensão de uma imprensa de protesto e independência, acesso às bibliotecas pela elite das populações originárias. Essas mudanças no quadro de relações entre linguagem e metalinguagem fazem parte das alterações de estruturas que virão conduzir à queda, em junho de 1960, do regime colonial do Congo Belga e consagrar o advento do Estado conhecido como República Democrática do Congo.

Como lembra Bobutaka Bateko (2013), a palavra escrita como meio social e político desempenha um papel importante na regulação da sociedade. Se o primeiro uso da escrita foi mágico-religioso, a partir de então a escrita desempenhou um papel importante na socialização dos textos jurídicos. O fundamento, pois, da epistemologia em BCI, desde suas raízes bibliográficas clássicas, como forma de conhecimento pré e pós-formação de uma escola congoleza de estudos biblioteconômico-informacionais está,

pois, diretamente vinculado à política, à informação como parte constituída e construtora da política. Da colonialidade à decolonialidade, a bibliografia estará, pois, presente como infraestrutura e estrutura, ferramenta epistemicida e ferramenta de autonomia, de luta anti-epistemicida.

Bobutaka Bateko (2013) recorre ao princípio político da fundamentação da bibliografia na invenção da Modernidade Europeia para a compreensão das relações de poder que permitem ao plano teórico e aplicado da bibliografia constituir-se como base para colonialidade e como construto para sua derrocada. A “obra de referência”, segundo o epistemólogo, no campo da bibliografia política (e, dizemos nós, da bibliografia como política), está em *Bibliographia politica*, de Gabriel Naudé, publicada em 1633. Como afirma Bobutaka Bateko (2013), trata-se de um tratado para compreendermos a expressão da edificação do campo bibliográfico na e para política. Junto da obra, lembra-nos o epistemólogo, no mesmo contexto temporal do século XVII, surgem outras bibliografias críticas de obras dedicadas à política, ou seja, ao imbricamento da bibliografia ao poder. A experiência de conformação da epistemologia em BCI na República Democrática do Congo é um outro modelo dessa força. A organização social é o ambiente preferido para estimular a pesquisa em bibliologia política. Como diz-nos Bobutaka Bateko (2013), é evidente que o poder político, ao utilizar a palavra escrita, procura assegurar o controle do aparelho de dominação política, impondo a sua hegemonia. Mas também é sobre esse mesmo modo metalinguístico que as estruturas poderão vir a ruir.

Como afirma Cimbalanga Mulamba (2014), a bibliografia geológica e da mineração do Congo Belga de 1885 a 1960 constituiu um instrumento de informação e comunicação para as potências coloniais europeias, na medida em que esta bibliografia serviu à potência colonial em todas as suas formas. O mesmo acontece com a primeira bibliografia malgaxe, que serviu aos missionários e cientistas estrangeiros, movidos respectivamente pelas necessidades de evangelização e pelas descobertas de novas terras.

## **5 UM ARQUÉTIPO DA ECONOMIA POLÍTICA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O CICLO EPISTEMICIDA DOS REGIMES DE PODER, DO MUNDO AO CONGO, DO CONGO AO MUNDO**

Ainsi, pour conclure, la Bibliographie Géologique Minière du Congo Belge de 1885 à 1960 est un instrument d'information et de communication pour les puissances coloniales européennes dans la mesure où cette bibliographie a servi le pouvoir colonial sous toutes ses formes. (Cimbalanga Mulamba, 2014, p. 168)

De acordo com Eddie Tambwe Kitenge (2014), a tradição interpretativa é considerar o livro como “uma ferramenta de desenvolvimento” da mesma forma que a agricultura e a indústria. Pensava-se, então, que não era possível conceber qualquer política de desenvolvimento coerente sem integrar uma política cultural de comunicação escrita. Pode-se, aqui, recordar, segundo o teórico, os papéis de instrumento privilegiado desempenhados pela escrita, nas atividades intelectuais, na vida social (educação, cultura, saúde pública), na política, na economia. É neste contexto que, no âmbito da ação da Unesco, serão publicados dois relatórios: o primeiro, de 1977, editado pelo americano Datus Smith sobre todos os países africanos; o outro elaborado pelo francês Jean-Michel Sivry, de 1986, dedicado especificamente ao Zaire (República Democrática do Congo). As conclusões a que chegaram os dois especialistas não poderiam ser mais alarmistas.

Para Datus Smith, no relatório de 1977, Eddie Tambwe Kitenge (2014), “nos países africanos, os problemas da edição de livros não dizem necessariamente e diretamente respeito à economia. Também entram em jogo fatores sociais, políticos, ideológicos e psicológicos que, em muitos casos, exercem uma influência maior na indústria do livro do que os fatores económicos tradicionais”. Em 1986, no relatório de Jean-Michel Sivry, aponta-se que os obstáculos enfrentados pela indústria livreira zairense dizem respeito a quase todo o processo de comunicação escrita: analfabetismo; o baixo poder aquisitivo da população; o desinteresse do Estado em relação ao livro; a falta de pessoal qualificado; a inadequação e desorganização dos circuitos de distribuição. (Tambwe Kitenge, 2014)

As observações de Tambwe Kitenge (2014) demonstram como a colonialidade é constituída pela via da opressão da linguagem, incluindo o uso da sistemática bibliográfica, assim como reconstrói a partir de usos e reusos da palavra escrita, em regimes de informação que circulam entre saquear formações culturais e depois reconstituí-las à luz de um fomento que, por sua vez, advém de recursos econômicos retirados do próprio território, como toda a exploração mineral do vale do Rio Congo e a sustentação de modelos econômicos do capitalismo ocidental.

Esse exercício de compreensão dialética, com foco em uma decolonialidade pela via da compreensão política da bibliografia, pode ser visto na própria reflexão epistemológico-histórica da escola congoleza em BCI. Conforme Eddie Tambwe Kitenge (2014), mais de trinta anos após o seu surgimento no ambiente universitário congolês, pode-se argumentar que a República Democrática do Congo constitui um campo propício ao desenvolvimento de uma ciência da comunicação escrita no contexto institucional (com universidades que organizam expressamente cursos em BCI). No Congo, o pesquisador destaca a produção teórica oriunda da cidade de Kinshasa, via instituições universitárias principais como *Institut Facultaire des Sciences de l'Information et de la Communication, Université de Kinshasa, Institut Supérieur des Statistiques e Université catholique du Congo*.

Segundo Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), os trabalhos resultantes das gerações em BCI na República Democrática do Congo revolucionaram a bibliologia e constituem hoje conquistas em um modelo de expressão internacional, incluindo seu papel epistemológico-histórico-crítico. O denominador comum, como já citado, na visão teórica de Manuana-Nseka (2014), está justamente na reflexão crítica que a perspectiva do arquétipo-Congo em BCI é trabalhada: a política. Conforme nos trouxe Cimbanga Mulamba (2014), no plano de desenvolvimento teórico, metodológico e profissional em BCI, a República Democrática do Congo caracterizou-se pela coexistência de dois modelos: o da antiga potência colonial que se manifesta em dois níveis: o primeiro relativo ao período das expedições e explorações de jazidas geológicas e da mineração, e o segundo do período da mineração industrial.

A partir de cartografias contemporâneas do pensamento em BCI oriundo de África, como aquelas de Bobutaka Bateko (2013), Cimalanga Mulamba (2014) e Tambwe Kitenge (2015), atingimos uma reflexão epistemológico-histórica, de ordem crítica, sobre o epistemicídio na formação do pensamento em BCI, assim como na própria constituição de estados, com uso, dentre outras armas, do próprio ferramental tecido em BCI no Ocidente, como a bibliografia (a bibliografia aqui compreendida como arma epistemicida de táticas de guerra e de extinção para formação da colonialidade).

A evidência da reflexão sobre epistemicídio na construção da colonialidade belga na África Central pode ser vista nas afirmações de Tambwe Kitenge (2015), para quem o significado político de um modelo do desenvolvimento colonial belga sobre o Congo sustentou um modelo educativo fundado em um “minimalismo” que o encolheu no universo intelectual e cultural das populações originárias. A ação do poder político se voltou para manutenção das sociedades locais em um isolamento intelectual propício ao projeto global de exploração econômica, com e a partir dos sistemas de escrita, com toda a caixa de ferramentas bibliográficas como aparato de dominação.

Por outro lado, os mapas do conhecimento epistemológico em BCI de África, a partir do arquétipo da República Democrática do Congo, apontam para fundamentos do pensamento africano sobre as teorias da escrita, desde Alexandria, até as configurações modernas, pós-independência, orientadas para uma compreensão do lugar emancipatório da bibliografia via a construção de uma epistemologia em BCI do Congo para o mundo. Essa riqueza teórica é-nos apresentada de modo decolonial e anti-epistemicida em pesquisas epistemológico-históricas e econômico-políticas em BCI a partir de fontes como Bobutaka Bateko (2013), Cimalanga Mulamba (2014) e Tambwe Kitenge (2015).

O percurso da presente cartografia nos leva a resultados (também estes, bibliográficos, via as condições empíricas permitidas pela produção do conhecimento de África para o mundo) sobre como com e pela bibliografia, regimes de informação coloniais foram constituídos e, ao mesmo tempo, a própria estrutura de um regime global de poder se co-constituiu

sobre o dorso de cada território massacrado. É justamente em uma relação África-mundo, no arquétipo do Congo ao planeta, que parte de relevância geopolítica internacional enorme se constitui. Em outras palavras, entre o Congo e a Bélgica de Leopoldo II, temos evidências manifestas de constituição de um modelo de Modernidade pós-Iluminista fundada na proposta de globalização do conhecimento como estrutura de dominação na virada do século XIX para o XX. Estamos a tratar sobre, justamente, a possibilidade econômico-política de financiamento e de desenvolvimento dos projetos de Paul Otlet para construção do Instituto Internacional de Bibliografia, da Bélgica para o mundo, na década de 1890, bem como das bases político-econômicas para futura constituição da Liga das Nações e Organização das Nações Unidas, ainda tendo o território belga como uma de suas sedes de configuração discursiva e bélica multilateral.

Em termos objetivos, é com os recursos minerais e com o dinheiro dos territórios explorados, sendo o Vale do Rio Congo e suas sociedades violentamente dominadas, que

- a) o regime de informação global do século XX se estrutura;
- b) as grandes potências multiplicam seu poder político, econômico e bélico;
- c) a cibernética de primeira ordem se elabora (não podemos projetar a cibernética dos anos 1930 sem a presença dos recursos minerais, da economia gerada por esses recursos e, centralmente, da exploração da classe trabalhadora congoleza) a partir de tal epistemicídio no contexto da colonialidade belga;
- d) a formação do poderio bélico ocidental no âmbito da Segunda Guerra Mundial, centralmente dos Estados Unidos da América, com a bomba atômica como signo da força e da violência, esta, a bomba, só possível diante de recursos minerais dentre os quais, parte considerável é oriunda do Vale do Rio Congo;
- e) a política internacional multilateral de centralidade europeia e, posteriormente, americano-europeia, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, cria modelos de financiamento controlado e vi-

giado para países dizimados pela colonialidade, como o Congo (e o Brasil);

f) a cibernética tecida entre a rede mundial de computadores e o capitalismo de plataforma nas últimas duas décadas do Século XX, igualmente dependentes de minerais como aqueles presentes nas minas congolezas ainda hoje, ou seja, de um buraco no coração da África, advém, diretamente, da parte central de invenção de toda a tradição do Vale do Silício nos Estados Unidos da América.

Estamos a apontar, objetivamente, para o dinheiro que sustentou a manutenção das coroas europeias no século XX e o desdobramento da Revolução Industrial na corrida colonial tardia, bem como do alicerce para Segunda Guerra Mundial, para Cibernética, para a Rede Mundial de Computadores, dos componentes básicos de aviões, de aeronaves espaciais, de foguetes, de usinas nucleares, turbinas, aos dispositivos eletrônicos, de suas baterias, das peças de computadores pessoais aos *smartphones*, chegando aos carros elétricos. Nas duas pontas (por exemplo, de um lado, o massacre colonial com a invasão da Bacia do Rio Congo no século XIX e, de outro, o fomento para o desenvolvimento das terras massacradas, via recursos da Unesco para criação de uma escola em BCI no Congo), a bibliografia constitui, como arma política e científica, social e tecnológica, lugar central de formalização e de funcionamento dos regimes de poder, entre o global e o local, de opressão e de controle.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toutes ces recherches des explorations et des exploitations du secteur géologique et minier du Congo belge ont donné lieu à une production éditoriale importante étudiée par les bibliographes coloniaux. (Cimbalanga Mulamba, 2014, p. 166)

A abertura para estudos comparados e internacionais na produção do pensamento de África no campo biblioteconômico-informacional representa uma das fontes da pesquisa. As cartografias da construção episte-

mológica em BCI no século XXI nos apontam caminhos para reconstituir formações discursivas de nossa historicidade em um plano crítico. O pensamento africano em BCI torna-se, nesse contexto, elemento-chave para a reflexão sobre decolonialidade e anti-epistemicídio no olhar epistemológico biblioteconômico-informacional. Esse ponto de observação de nossa construção permite-nos não apenas repensar os discursos de formação de uma teoria do conhecimento em BCI, suas escolas, suas tradições teóricas e metodológicas, seus cânones bibliométricos ocidentais e suas efemérides coloniais.

Esse ângulo nos leva à compreensão de outra linha de debate para além de uma dada *episteme* – como a constituição no campo biblioteconômico-informacional de e a partir de África. Com o prisma proposto e aplicado ao estudo, constituiu-se uma reflexão sobre a própria constituição econômico-política da sociedade dos séculos XIX e XX, de formação e de reformulação de estados nacionais ocidentais às grandes transformações do século XX, na geopolítica internacional e na revolução informacional, chegando ao plano do liberalismo de plataformas digitais no contexto do século XXI. O olhar sobre o arquétipo do Congo demonstra como construtos macropolíticos do século passado, como a Organização das Nações Unidas e a Internet têm, em África, sua estrutura, seu passado, seu presente, seu futuro.

Nas cartografias epistemológicas em BCI do século XXI, os *corpora* visitados na pesquisa, em fontes como Bobutaka Bateko (2013), Cimbalanga Mulamba (2014) e Tambwe Kitenge (2015), demonstram-nos a construção em corrente epistemológica crítica, de abordagem decolonial, sob o conceito de bibliologia política, a partir do diálogo com a tradição francesa, evocando, porém, a autonomia do pensamento de África. Reafirmado, por exemplo, o olhar crítico de Cimbalanga Mulamba (2014), a bibliografia geológica e de mineração do Congo Belga de 1885 a 1960, constituiu um instrumento de informação e comunicação para as potências coloniais europeias, na medida em que esta bibliografia serviu a potência colonial em todas as suas formas. Estabelece-se, pois, uma bibliografia econômico-política, conforme Cimbalanga Mulamba (2014), que sustenta o próprio regime colonial de informação nascedouro e seus desdobramentos políticos e tecnológicos. A

revelação das bases coloniais e seus métodos é apontada por obras como de Arab Abdelhamid (2014), Joseph Cimbanga Mulamba (2014) e Eddie Tambwe Kitenge (2015). Por sua vez, a esfera decolonial, no plano epistemológico histórico, com foco em uma epistemologia política, como crítica historiográfica à formação de escolas africanas, como o caso da tradição congoleza, é observada em Dominique Hado Zidouemba (2013, 2014), Bob Bobutaka Bateko (2013, 2014), Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), Eddie Tambwe Kitenge (2014).

O movimento decolonial e anti-epistemicida é observado, metodologicamente, na crítica de Eddie Tambwe Kitenge (2014). Na procura do epistemólogo pela formação de uma escola congoleza em BCI, tendo em conta as experiências internacionais, descritas através da evocação da história das “escolas”, as pessoas pesquisadoras congolezas em BCI deverão ser capazes de estabelecer “um programa de organização”. A criação de um tal programa só pode ser o resultado de uma reflexão coletiva. Na visão de Tambwe Kitenge (2014), este programa de organização deveria incluir não apenas um programa de investigação, mas um sistema geral de organização de investigação.

A ênfase de compreensão do lugar da política na construção crítica de uma epistemologia em BCI no Congo e sua escola autônoma é claramente manifestada pela tradição visitada no século XXI, tradição esta capaz de repensar as dinâmicas de colonialidade e epistemicídio a partir dos massacres empreendidos no Vale do Rio Congo, e apontar para os caminhos remotos e contemporâneos de emancipação. As cartografias epistemológicas do século em curso, no plano Brasil-África, são um convite crítico à reconstrução epistemológico-histórica de nosso passado e de nosso futuro em BCI.

## REFERÊNCIAS

ABDELHAMID, Arab. La recherche bibliologique en Algérie sous le Régime colonial français. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 35-50, 2014.

BOBUTAKA BATEKO, B. Bibliographie politique, bibliologie politique et communication politique. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 79, p. 55-70, 2013.

BOBUTAKA BATEKO, B. La bibliologie à l'Institut Supérieur de Statistique de Kinshasa. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 137-154, 2014.

BOBUTAKA BATEKO, B. Noyers-sur-Serein: centre de la Bibliologie et la Maison du Schématisation. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 72, p. 65-76, 2010.

CIMBALANGA MULAMBA, J. La bibliographie géologique et minière du Congo belge de 1885 à 1960: un instrument d'information et de communication pour les puissances coloniales européennes. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 155-170, 2014.

HADO ZIDOUEMBA, D. Histoire de la bibliologie: de l'école médiévale arabomusulmane à l'école francophone, jusqu'aux années 1980. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 79, p. 71-94, 2013.

HADO ZIDOUEMBA, D. La politique du livre et de la lecture au Sénégal (1960-1990). *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 95-113, 2014.

MANUANA-NSEKA, J-P. Les tendances de l'école congolaise en bibliologie. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 131-135, 2014.

RABAH, A. L'enseignement de la Bibliothéconomie à L'université D'alger: Quelle formation? Pour quel métier? *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 81, p. 63-78, 2015.

TAMBWE KITENGE, E. Le système éducatif comme élément de reproduction du modèle colonial: cas du Congo belge. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 81, p. 81-99, 2015.

TAMBWE KITENGE, E. Une école bibliologique en RD Congo?: interrogations critiques et méthodologiques sur une (possible) existence d'une « école » congolaise. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 117-130, 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à Regina Marteleto, Viviane Couzinet, Daniele Estivals, Robert Estivals pelo acesso à documentação dos fundos Meyriat em Toulouse, França, e Noyers-sur-Serein, França.

## **FINANCIAMENTO**

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

PARTE II

**INFORMAÇÃO,  
ÉTICA INFORMACIONAL E  
FAKE NEWS**



5

**PERSPECTIVAS ETIMOLÓGICAS  
SOBRE A VERDADE E SUAS  
RELAÇÕES COM AS FAKE NEWS**

*ETYMOLOGICAL PERSPECTIVES ON  
TRUTH AND ITS RELATIONSHIP  
WITH FAKE NEWS*

*Maria Lívia Pachêco de OLIVEIRA*

*UFPB*

*maria.livia@academico.ufpb.br*

*<https://orcid.org/0000-0003-2945-7656>*

**Resumo:** O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a formação de novas redes de relacionamento impactam as dinâmicas dos fenômenos informacionais, como é o caso das fake news. Apesar da disseminação de notícias falsas estar presente na história da humanidade, os recursos tecnológicos atuais em conjunto com as mudanças sociais têm alterado o poder de influência das fake news. Para contribuir com o debate, realiza-se uma discussão sobre as origens etimológicas do termo verdade, reunindo as três concepções mais influentes para o significado ocidental do que se entende por verdade. Ao analisar as definições etimológicas, elabora-se uma análise de como tais fundamentos da verdade estão presentes nas notícias falsas, em uma tentativa de destacar elementos danosos utilizados de forma a gerar um simulacro da verdade. Os achados indicam que o excesso de evidência e de confiança devem ser explorados em torno de iniciativas de contenção das fake news.

**Palavras-chave:** Fake News; Verdade; Etimologia; Desinformação; Competência em informação.

**Abstract:** The development of information and communication technologies and the formation of new social networks have affected the dynamics of information phenomena, such as fake news. Although the dissemination of fake news has been present in human history, current technological resources along with social changes have altered the influential power of fake news. To contribute to this debate, a discussion is held on the etymological origins of the term truth, bringing together the three most influential conceptions of what is meant by truth in the West. By analyzing the etymological definitions, an analysis is made of how these foundations of truth are present in fake news, in an attempt to highlight harmful elements used to generate a simulacrum of truth. These findings indicate that the excess of evidence and trust should be explored in initiatives to prevent fake news.

**Keywords:** Fake News; Truth; Etymology; Disinformation; Information competence.

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação em torno da capacidade de lidar com o volume informacional, e sobre os desdobramentos sociais das relações humanas em decorrência do excesso de informação, tem sido uma discussão permanente entre diversas áreas do saber. Isto porque os fenômenos informacionais são capazes de alterar as dinâmicas sociais em duas direções distintas: tanto é possível que tais fenômenos possam fomentar a construção e a partilha do conhecimento com vias ao progresso social, quanto podem se tornar força motriz na geração da desordem e do caos social.

Dentre tais fenômenos, destaca-se a desinformação, que significa “[...] uma informação falsa, enganosa e/ou imprecisa, que pode ser criada propositalmente com prejuízo a alguém [...].” (Moura; Furtado; Beluzzo, 2019, p. 38). Nessa mesma linha, Fallis (2015) afirma que a desinformação se caracteriza como informação do tipo enganosa e deliberadamente assim constituída. Dentre as possibilidades de formatação da desinformação, tem-se a circulação de informação em um simulacro de notícias jornalísticas e similares, nomeada de *fake news*. Além da necessidade preeminente do uso da informação e da comunicação para a manutenção das redes de relacionamentos que formam a tessitura social, há um interesse genuíno entre os indivíduos de receber, elaborar e partilhar informações sobre o mundo e seus elementos, sejam eles concretos ou abstratos. Para tal, compartilha-se informações obtidas por meio da experiência, da observação, da reprodução de discursos ou até mesmo da imaginação. Possuir informação torna-se uma necessidade humana, tanto por ser um meio que conecta o mundo tangível ao mundo conceitual, quanto por satisfazer o intrínseco desejo humano da busca por novos saberes.

Nesta movimentação da informação, não há limite para a quantidade de combinações possíveis entre fatos, dados, opiniões, pensamentos, mentiras, distorções, entre outros. Quando tratamos sobre boatos e rumores, é possível observar que suas estruturas não são baseadas apenas em mentiras e falsidades, mas também no acesso e na exposição de informações pessoais e sigilosas que estão ligadas a dinâmicas de poder. Isto pode ter repercussões não apenas em termos de moralidade e dignidade humana, mas também em relações políticas e econômicas.

No que tange às especificidades da linguagem humana, ressalta-se que, para além da capacidade de transmitir informações sobre o mundo concreto, a aptidão em falar sobre coisas, entidades e ideias é a característica mais marcante desta linguagem (Harari, 2015). A habilidade de criar narrativas fictícias, acreditar em lendas, deuses e mitos contribui para a formação de imaginários coletivos e para a disseminação de informações específicas, promovendo crenças compartilhadas pertinentes para determinadas comunidades.

A formação de redes de narrativas é comumente identificada como ficções, construções sociais ou realidades imaginadas. A realidade imaginada não é uma mentira, pois ela “[...] é algo em que todo mundo acredita e, enquanto essa crença partilhada persiste, a realidade imaginada exerce influência no mundo.” (Harari, 2015, p. 38). Todavia, a realidade imaginada também pode não ser verdadeira em termos factuais e lógicos, e isto permite que a informação esteja em uma zona de suspeição, afastando a possibilidade de uma classificação dual entre verdade e mentira.

É neste conjunto de conceitos que debatemos o fenômeno das *fake news*. Pretende-se estabelecer uma discussão que permita entender, em nível inicial, como as concepções etimológicas do termo “verdade” afetam as problemáticas em torno das notícias falsas. Sugere-se que a base que fundamenta a ideia da verdade deve ser explorada como elemento importante na discussão das *fake news*, visto que as características que forjam o conceito de verdade podem servir como elementos ambíguos, tornando a incumbência da identificação da mentira, do erro, da falsidade e da distorção em uma tarefa complexa que requer frentes de intervenção especializadas.

Há um extenso espaço de observação entre a dicotomia verdade/mentira, em que se reconhece a impossibilidade do oposto de uma das partes significar exatamente a outra. Explorar tais conceitos é um esforço teórico em torno do fenômeno informacional das *fake news* e da desinformação como um todo, pois visa apreender as características que fortalecem e mantêm as notícias falsas em evidência.

## 2 EXPLORANDO A ETIMOLOGIA DO TERMO VERDADE

O entendimento da verdade move filósofos e suas correntes teóricas em busca da compreensão das questões humanas, sendo este um problema primário a partir do qual outras discussões podem ser contempladas. Pensar a verdade requer considerar fatores objetivos e subjetivos presentes em dinâmicas culturais, sociais e emocionais. Compreender a etimologia da palavra “verdade” é uma oportunidade para perceber as dificuldades relacionadas à informação quando se pretende classificá-la na dicotomia verdadeiro/falso.

A compreensão da verdade na tradição ocidental é derivada de três concepções principais, originárias do grego, do latim e do hebraico. A primeira origem etimológica da verdade remonta à língua grega:

Em grego, verdade se diz *aletheia*, significando: não-oculto, não-escondido, não dissimulado. O verdadeiro é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito; a verdade é a manifestação daquilo que é ou existe tal como é. O verdadeiro se opõe ao falso, *pseudos*, que é o encoberto, o escondido, o dissimulado, o que parece ser e não é como parece. O verdadeiro é o evidente ou o plenamente visível para a razão. (Chauí, 2000, p. 123).

Na concepção grega, a verdade reside nas coisas, na maneira como elas são apresentadas e na forma como podem ser examinadas pela razão. O que se contradiz a isto é considerado falso, oculto e não sujeito à verificação. O legado desse conceito de verdade é a exigência de concretude: algo é verdadeiro porque se apresenta como tal; é verdadeiro porque a evidência física confirma sua veracidade; é verdadeiro porque todas as partes estão reveladas e não há necessidade de justificativas adicionais.

Quando a concepção de verdade derivada da *aletheia* predomina, a evidência se torna elemento central na determinação da verdade, fundamentada em uma lógica racional da realidade, assim, “uma ideia é verdadeira quando corresponde à coisa que é seu conteúdo e que existe fora de nosso espírito ou de nosso pensamento” (Chauí, 2000, p. 124). Reconhece-se que a evidência é a principal qualidade da verdade *aletheia*, um princípio profundamente enraizado na cultura ocidental.

A segunda origem etimológica provém do latim, apresentando uma característica distinta daquela encontrada no grego.

Em latim, verdade se diz *veritas* e se refere à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato, no qual se diz com detalhes, pormenores e fidelidade o que aconteceu. Verdadeiro se refere, portanto, à linguagem enquanto narrativa de fatos acontecidos, refere-se a enunciados que dizem fielmente as coisas tais como foram ou aconteceram. Um relato é veraz ou dotado de veracidade quando a linguagem enuncia os fatos reais. (Chauí, 2000, p. 123).

A linguagem influencia a verdade, posto que a precisão não está nas próprias coisas, como na *aletheia*, mas sim no relato, no discurso e na narrativa. A veracidade do relato é alcançada quando a linguagem ordena os eventos, encadeando-os de forma lógica à razão, especialmente quando se trata de eventos passados ou observações feitas após o fenômeno em questão. A verdade se fundamenta na coerência da sequência de informações, fatos e situações. Ao passo que *aletheia* preza pela evidência, buscando a transparência das coisas como elas se apresentam, *veritas* constrói sua verdade na lógica argumentativa, enunciando de modo a expressar a verdade (Chauí, 2000).

Por fim, a terceira origem etimológica da verdade aqui estudada é hebraica, chamada de *emunah*.

Em hebraico verdade se diz *emunah* e significa confiança. Agora são as pessoas e é Deus quem são verdadeiros. Um Deus verdadeiro ou um amigo verdadeiro são aqueles que cumprem o que prometem, são fiéis à palavra dada ou a um pacto feito; enfim, não traem a confiança. (Chauí, 2000, p. 123).

A verdade é pautada na confiança em uma primeira instância, podendo ser mais considerada que os próprios fatos (como em *aletheia*) ou na narrativa que a expressa (na concepção de *veritas*). A confiança em uma autoridade superior pode ser suficiente para determinar a verdade, seja essa autoridade encontrada na fé religiosa, no carisma de líderes influentes ou na confiança em um amigo. As convenções universais ilustram a prevalên-

cia de *emunah*, como os acordos científicos que estabelecem a validade de um fenômeno dentro de um conjunto de conceitos e regras universalmente reconhecidas. Assim, verdade em *emunah* é fundamentada no consenso estabelecido por autoridades reconhecidas em um determinado grupo (Chauí, 2000).

Reunindo as três origens etimológicas apresentadas, o entendimento do termo verdade é uma síntese destas três concepções. Como afirma Chauí (2000, p. 124): “*Aletheia* se refere ao que as coisas são; *veritas* se refere aos fatos que foram; *emunah* se refere às ações e às coisas que serão.” A verdade é formada pelos critérios de realidade (*aletheia*), linguagem (*veritas*) e confiança (*emunah*).

Chauí (2000) acrescenta a este apanhado de definições a teoria pragmática, em que a verdade é determinada por critérios práticos. Resultados e aplicações práticas são verificadas na experiência, isto é, a verdade pragmática necessita da verificabilidade dos seus resultados. Esta perspectiva se aproxima da *aletheia*, tendo como adicional a necessidade de constatação factual, pois, partindo desta concepção da verdade, as coisas são passíveis de experimentação, essência esta do pragmatismo.

Já *veritas* e *emunah* se aproximam por meio da coerência dos enunciados, sendo possível chegar a consensos. As concepções fundantes sobre a verdade são diferentes, mas podem corroborar entre si (*aletheia/pragmatismo* e *veritas/emunah*) ou se contraporem (*aletheia/pragmatismo* ou *veritas/emunah*).

Sintetizando as concepções apresentadas, Chauí (2000, p. 125) afirma:

Na primeira teoria (*aletheia*/correspondência), as coisas e as ideias são consideradas verdadeiras ou falsas; na segunda (*veritas*/coerência) e na terceira (*emunah*/consenso), os enunciados, os argumentos e as ideias é que são julgados verdadeiros ou falsos; na quarta (pragmática), são os resultados que recebem a denominação de verdadeiros ou falsos.

Refletir sobre as origens etimológicas da verdade permite que os elementos identificados como essenciais em cada vertente possam servir de base para a análise das características que consolidam o entendimento coletivo sobre o que é verdade. Também, pode-se analisar como as *fake news* utilizam dessas mesmas perspectivas para construir “verdades alternativas”, expressão esta, inclusive, utilizada para validar distorções e opiniões infundadas.

Sintetizando os conceitos, tem-se as seguintes possibilidades: a verdade é passível de constatação; a verdade é validada pela ciência; a verdade leva à transparência e a lucidez; a verdade é produzida pela natureza; a verdade é o que se crê e o que se experimenta. A oposição de tudo isto descreve as características que remetem à mentira: falta de dados, evidências ou experimentos; não é autêntico nem genuíno, não contribui para a transparência ou clareza. Todavia, no mesmo raciocínio sobre a verdade, a mentira pode representar o que se acredita, considerando crenças pessoais e experiências de vida.

A intersecção entre verdade e mentira também ocorre no domínio das ideias, dos sentimentos e das emoções. É nesse lugar que a desinformação, a mentira e as *fake news* podem assumir proporções universais. Embora seja viável categorizar fatos com base em valores, não é possível classificar crenças, emoções e sentimentos usando os mesmos métodos e rótulos.

Chauí (2000) aponta três opostos à verdade: a ignorância, a incerteza e a insegurança. A ignorância reside no completo desconhecido, em que não há consciência da ausência do conhecimento de algo, devido à sua incompreensão total ou à falta de percepção de sua existência. As crenças pessoais e coletivas são responsáveis por manter tal estado de ignorância, sendo úteis em desempenhar uma função de preservação da ordem. A incerteza vai além da ignorância, pois traz consigo dúvida e desconfiança, manifestando-se como um estado de hesitação diante do que antes era considerado verdadeiro ou do que foi recém-descoberto pela ausência de ignorância. A condição seguinte é a insegurança. Quando confrontados com a percepção de que o conhecimento e a experiência acumulada não são suficientes para satisfazer uma nova necessidade de entendimento, os

indivíduos são lançados em um estado de insegurança tão profunda que desperta a vontade de retornar à estabilidade, buscando sentir-se menos incertos e mais próximos da verdade.

A aspiração por transcender a incerteza representa a busca pela verdade. Essa “vontade de verdade<sup>1</sup>” (Camargo, 2008) persiste no ser humano ao longo de toda a vida, em uma incessante necessidade de discernir entre o que é verdadeiro e o que não é, relativizando o que é percebido como real e o que é imaginário.

Desde a infância, as distinções feitas pelas crianças entre “a mentira” e “de mentira” sugerem que elas conseguem discernir que “de mentira” refere-se a uma “realidade imaginada”, um mundo de criações, que é distinto de “a mentira”, a qual envolve uma violação séria da confiança e da segurança em relação aos seus pontos de referência de verdade. Fatalmente, as pessoas se deparam com situações de decepção enquanto tentam distinguir a verdade da mentira, o que as coloca em um estado de busca pela verdade (Chauí, 2000).

A decepção, a incerteza e a insegurança são estados inerentes ao desejo de conhecer. Sem essas instabilidades, o indivíduo conservar-se-ia em um estado de certeza, independentemente de corresponder (ou não) a algum tipo de verdade. Chauí (2000) enfatiza que uma das maiores dificuldades na busca da verdade é paradoxalmente um elemento que deveria ser um aliado: a informação. O excesso de informação é um fator que neutraliza o processo de busca pela verdade, já que a tendência natural do indivíduo é assumir que a informação é intrinsecamente legítima e verdadeira. Vale ressaltar que a autora fez essa observação há mais de vinte anos, antes da presença significativa da internet na comunicação em massa.

Ao considerar o contexto atual, podemos fortalecer a tese de Chauí (2000), ajustando-a para incluir as dimensões da realidade virtual, da comunicação instantânea e da multiplicidade de atores sociais que desempenham papéis simultâneos como produtores, disseminadores e espectadores da informação. É importante notar a dificuldade do indivíduo em dedicar

---

<sup>1</sup> Segundo Camargo (2008, p. 95), Nietzsche entende que a “vontade de verdade” decorre de uma “vontade de engano”. A vontade de engano seria a necessidade de se alçar um determinado valor à categoria de verdade para fazê-lo mais forte e mais poderoso a fim de que se possa acreditar nele.

tempo para verificar e comparar diferentes fontes de informação, tornando-o vulnerável à desinformação, mesmo quando a fonte é um especialista ou uma autoridade reconhecida.

Apesar dos desafios enfrentados na busca pela verdade, ou mesmo na prévia intenção de iniciar esse processo, os problemas informacionais podem ativar uma força contrária à apatia. Isso pode levar o indivíduo a agir com obstinação, contestação e demandar explicações, sentindo liberdade para buscar o conhecimento. Essa segunda forma de busca da verdade, que não surge necessariamente da frustração ou decepção, é a busca da verdade na atitude filosófica (Chauí, 2000).

Assim, o sujeito necessita passar pelas situações de decepção<sup>2</sup>, incerteza<sup>3</sup> e insegurança<sup>4</sup> para que sua vontade pela verdade seja despertada. Na abordagem filosófica, a busca pela verdade transcende a supressão da incerteza; envolve também questionar as próprias verdades estabelecidas, tornando-se assim um processo que requer um alto nível de criticidade. Pode-se afirmar que não há possibilidade de um estado de verdade permanente, uma vez que a percepção humana é influenciada pelas experiências individuais, e, portanto, está sujeita a mudanças.

No entanto, é importante reforçar que o erro, a mentira e a falsidade não precisam, necessariamente, substituir uma verdade em suspeição. Quando se questiona ou debate uma verdade estabelecida, não é prudente apressar-se para substituí-la por uma “nova” verdade, pois isso pode resultar igualmente em erro, falsidade e engano, especialmente se a substituição for baseada em uma percepção superficial.

Movidas pelo anseio por “liberdade de expressão”, “democracia” e “participação social”, ou ainda, pela “vontade da verdade”, conforme Nietzsche (1888), as pessoas têm buscado ocupar espaços de fala, assumindo papéis de autoridade, na tentativa de satisfazer o desejo de per-

---

<sup>2</sup> Decepção, no sentido aqui referido, diz respeito a uma frustração em relação ao que se tinha como verdade instituída, e que, em algum momento, a mesma não mais se confirmou.

<sup>3</sup> A incerteza se assemelha a um estado de dúvida, momento este em que se racionaliza a necessidade de reafirmar ou contestar uma determinada verdade.

<sup>4</sup> A insegurança desperta a busca por evidências, provas e novos discursos possíveis para que o estado de segurança na verdade seja reestabelecido.

tencimento à sociedade como um todo (ainda que de forma superficial), ecoando discursos que repetem seus próprios pontos de vista, muitas vezes sem verificar as informações ou questionar a “verdade” que individualmente construíram, situada em um contexto específico, diferente daquele em que é aceita.

### **3 AS CARACTERÍSTICAS FUNDANTES DO TERMO VERDADE E SUAS RELAÇÕES COM AS *FAKE NEWS***

Ao considerar a necessidade das práticas informacionais para a construção e manutenção de redes de informação que sustentam a tessitura social, admite-se a pluralidade de formas e interlocutores em que tais práticas estão implicadas. Neste sentido, o fator da desordem da informação (Wardle; Derakhshan, 2017) aparece como um elemento desafiador, sobretudo nos espaços virtuais. Participar das práticas informacionais é uma necessidade e também um desejo dos indivíduos, visto seu intrínseco anseio de atuação social.

Partindo do letramento básico até as mais complexas habilidades para o trato da informação, muitos são os obstáculos para o sujeito, desde as questões de desigualdade social que o impede de participar efetivamente dos processos coletivos que envolvem a informação, até a dificuldade que surge a partir do excesso informacional, entre elas a desinformação. Esta, atualmente personificada e atuante através das *fake news*, torna ainda mais inatingível o objetivo de que a informação seja um elemento de desenvolvimento humano e social.

Dentre muitas definições possíveis, sintetiza-se as *fake news* como um tipo de informação elaborada com o intuito de ludibriar, enganar, contradizer e confundir, geralmente estruturadas em um simulacro de informação jornalística, como as notícias. Elas são consideradas um tipo de desinformação, e diferenciam-se de gêneros como sátiras, charges, paródias e outras manifestações pautadas no humor ou na ironia. O impacto das *fake news* consiste em sua rápida propagação, sua produção desafixada de um ponto central e da dificuldade em identificar sua ilegitimidade (Oliveira, 2020).

Os esforços para a identificação e contenção das *fake news* exige a reunião de várias frentes de atuação, desde as soluções tecnológicas quanto às punitivas, com o estabelecimento de leis e penas. Contudo, reconhece-se que é necessário pensar em contrapartidas em longo prazo, que envolvam uma mudança comportamental dos sujeitos em torno do excesso informacional. As modificações nos currículos acadêmicos são exemplos de atitudes concretas em torno dos fenômenos informacionais.

Na ciência da informação e áreas afins, as habilidades para o manejo da informação são tratadas pelo conceito de competência em informação, que representa o “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessárias à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.” (Dudziak, 2008, p. 143). As pesquisas sobre competência em informação, abordando suas dimensões e características, têm como objetivo entender as habilidades necessárias para que os indivíduos ajam de forma autônoma no ambiente da informação. A competência em informação deriva do termo central *information literacy*, que de acordo com a *American Library Association (ALA)*<sup>5</sup> é um conjunto de habilidades que demanda dos indivíduos a capacidade de reconhecer quando a informação é necessária e ter a competência de localizar, avaliar e utilizar as informações necessárias de maneira eficaz (ALA, 2020).

Atualmente, não basta possuir um nível moderado de competência em informação para detectar notícias falsas produzidas com alta qualidade técnica. Identificar fontes e verificar referências antes de conferir credibilidade à informação tornou-se uma tarefa desafiadora. A disseminação de informações falsas bem elaboradas é acompanhada por uma rede de desinformação, incluindo o uso de sites enganosos, imagens manipuladas, autores e instituições respeitáveis usados como recurso de autoridade para enganar o leitor (Oliveira, 2020).

---

<sup>5</sup> A *American Library Association (ALA)* é um grupo que promove internacionalmente as bibliotecas e a educação literária. É a maior e mais antiga organização do gênero no mundo inteiro, com mais de 64.600 membros. Foi fundada em 1876 em Filadélfia e registrada em 1879 em Massachusetts. A sua sede é atualmente em Chicago.

Os indivíduos estão desafiados a transitar entre inúmeras possibilidades de fontes de informação, que se apresentam em uma variedade de formas. Essa capacidade de discernimento refere-se a um conjunto de habilidades que permitem ao sujeito compreender, pelo menos de forma básica, os processos de criação, distribuição e reformulação da informação, o que é conhecido como atuação autônoma para o trato com a informação. Entretanto, essa autonomia não deve ser interpretada como individualismo; é fundamental destacar a importância da capacidade de cooperação entre os indivíduos e da construção colaborativa da informação.

A autonomia que se entende como necessária para o uso da informação em contextos complexos liga-se ao conceito de protagonismo social a que se refere Gomes (2019). Trata-se de uma resposta à desinformação e à disseminação de informações falsas; não há solução para esses problemas que não envolva a necessidade de criticar, contextualizar e reinterpretar as “verdades” que circulam, em um esforço coletivo para superar as injustiças sociais, a alienação e a manipulação em massa por meio da (des) informação.

Além de considerar a complexidade do desenvolvimento de competência em informação e de outras habilidades intelectuais, aponta-se, também, que o próprio senso comum, reforçado culturalmente pelas trocas interpessoais e pelo sistema educacional, possui força de atuação na concepção do que é verdadeiro e falso. Desse modo, relaciona-se as três origens etimológicas aqui apresentadas com algumas características encontradas nas *fake news*.

Quando se examina a verdade em *aletheia*, percebe-se que a evidência é a sua base. Em uma rápida análise, seria possível concluir que a evidência é indispensável para a análise de uma determinada situação, todavia, a evidência em excesso é um complicador para a manifestação de um pensamento crítico por meio do estado de dúvida (Bezerra; Scheneider; Brisola, 2017). O ato de duvidar, no sentido de estabelecer um momento reflexivo diante das evidências expostas, permite que o sujeito inicie um ciclo de questionamentos, expondo suas necessidades informacionais que serão úteis para se chegar a uma nova ideia, em um movimento relativamente autônomo diante da informação.

Considerando isto, o excesso de evidência pode se tornar um impeditivo para a autonomia, visto que quanto mais elaborada for a evidência, menor será a intensidade do questionamento e da busca investigativa, e conseqüentemente, da instauração da dúvida. Assim, as pessoas passam a atuar com menor grau de autonomia, visto que tudo que se julga necessário já está posto, sendo este um lugar propício para manipulações de dados e informações, tornando mais fácil a inserção da desinformação.

As notícias falsas frequentemente são apresentadas com um alto nível de evidência, utilizando elementos como imagens, vídeos, áudios, referências a leis e declarações de autoridades, entre outros. Esses elementos, devido à sua aparência de veracidade, muitas vezes dificultam a instauração do estado de dúvida. Como resultado, a evidência tem sido cada vez mais uma informação que não provoca ação crítica por parte do indivíduo, mas sim o impulsiona a compartilhar a mesma, acreditando estar contribuindo para o debate coletivo como um cidadão consciente.

Em se tratando da verdade advinda do termo *veritas*, a precisão de um relato, com uma a narração detalhada de um acontecimento, interfere no grau de veracidade sobre determinado fato. A coesão interna dos fatos narrados pode ser realizada de modo a preencher as lacunas formadas pelos questionamentos básicos, a saber, questões sobre os sujeitos envolvidos, o tempo, o lugar, as circunstâncias, etc. Pode-se ter como exemplo, uma versão dada a partir de uma observação sobre um acontecimento qualquer. Quanto mais coesão e coerência linguística, somadas à argumentação de ideias, mais provável que este relato pareça ser uma espécie de tradutor da verdade.

A linguagem se torna uma influente ferramenta para descrever a “verdade”, e a “realidade”, visto que o uso de uma coerência lógica da narração dos fatos faz com que se deixe de questionar detalhes, ou que se ignore episódios alheios que não se adequam à narrativa. Uma síntese bem construída, especialmente quando se utiliza a linguagem apropriada a determinado caso – como a linguagem técnica, faz com que o interlocutor se sinta convencido do fato contado. Durante crises sociais, como a mais recente pandemia mundial enfrentada entre 2019 e 2022, muitas *fake news* circularam em simulacro de artigos científicos, estudos e similares,

demonstrando o poder da linguagem bem articulada na propagação das *fake news*.

As sínteses prontas, sejam elas narradas textual ou verbalmente, também reduzem a capacidade crítica e a instauração da dúvida, ainda mais quando tais narrativas sofrem “recortes”, são descontextualizadas ou conectadas com outros assuntos dos quais não foram originalmente conectadas.

Considerando que as *fake news* são, em geral, motivadas por emoções, crenças pessoais e teses aceitas coletivamente, retornamos ao sentido em *emunah* para tecer algumas colaborações. *Emunah* remete à confiança instituída no outro, visto que este apresenta características ou *status* que por si só representa fidelidade, confiança e segurança. Dá-se tal confiança a partir dos papéis estabelecidos nas relações, como na força dos líderes políticos ou sobre entidades abstratas presentes em crenças religiosas. Porém, em uma perspectiva particular, tal confiança pode ser conferida a um amigo, um professor, ou a alguém em que deposita admiração e respeito.

A verdade em *emunah* lida com sentimentos, emoções e percepções. O papel do outro é fundamental enquanto um porta-voz da verdade, ou um mediador confiável da mesma. Nisto, substitui-se facilmente evidências e narrativas, como em *aletheia* e *veritas*. *Emunah* possui um viés de fé, de convicção e de esperança na verdade. Nota-se que este componente pode tanto ser válido para reforçar evidências e narrativas consideradas honestas, como pode se sobressair contrariamente diante de fatos comprovados, levando ao descrédito instituições renomadas, como à ciência.

Ao reunir as características da verdade em *aletheia*, *veritas* e *emunah*, pode-se presumir quanto a concepção de verdade ocidental é multifacetada. Envolve uma combinação de fatores capazes de relativizar os fatos mesmo diante de verdades universalmente aceitas. Por um lado, tais características são oportunas quando utilizadas em prol do desejo de conhecer, como um incentivo à busca pelo conhecimento. Em contrapartida, tais componentes fundantes do conceito de verdade podem ser explorados contrariamente a ela.

Ao compreender a lógica que fundamenta a verdade, permite-se que as informações falsas, a mentira e a desinformação como um todo, sejam expostas de modo a se assemelhem à verdade. As características apresen-

tadas nas três origens do termo verdade podem ser combinadas em graus diferenciados, para atingir com mais eficácia determinado grupo.

Onde houver baixo letramento e competência informacional, *emunah* certamente será considerada em primeira instância. Considerando a dificuldade de decodificar e de analisar informação, apela-se para a fé no outro, na confiança estabelecida previamente e que fortalece os vínculos entre os sujeitos. *Emunah* repousa na segurança gerada em algo que se diz honesto, digno e confiante.

*Aletheia* é bem explorada em evidências que não exigem espaço para questionamentos, como as imagens, sejam elas descontextualizadas, alteradas ou construídas, especialmente sob o uso de inteligência artificial. O crivo da razão é substituído pela força semântica da imagem, da síntese posta com rapidez e alto impacto. Já *veritas* pode fundamentar uma explicação que aparentemente faz sentido, e quanto mais recursos e argumentos, menos se pensará em reunir novas informações. *Veritas* é capaz de ludibriar o sujeito em uma falsa sensação de aprofundamento e de criticismo, preenchendo a lacuna da incerteza pautada numa racionalização vazia e falsa.

*Fake news* elaboradas com alto grau de conhecimento de tais fatores, muitas vezes combinando todos eles, dificultam o acesso à decepção, à incerteza e à insegurança, elementos estes que estimulam a busca pela verdade. Quanto mais se conhece sobre a verdade, mais recursos podem ser explorados em prol da desinformação.

Adiciona-se a isto elementos que definem a sociedade contemporânea considerada pós-moderna, como a tendência à desconfiança nas instituições, o individualismo acentuado e o hedonismo, a fragmentação do tempo e do espaço e o excesso de relativismo. Essas motivações são enraizadas na cultura específica de cada sociedade, sujeitas a uma rápida avaliação lógica pelos indivíduos, com base em suas experiências passadas e no contexto particular e coletivo em que estão inseridos.

O reconhecimento de tais características torna-se oportuno para a reflexão sobre possibilidades de intervenção sobre as *fake news*. Destaca-se que um único método de checagem de fatos, por exemplo, dificilmente

será capaz de intervir em termos tão complexos descritos nas três vertentes etimológicas da verdade apresentadas no texto.

De igual modo, as barreiras tecnológicas criadas tendem a estar em descompasso com a quantidade de inovação em inteligência artificial; isto impulsiona os métodos punitivos de combate às *fake news*, os quais têm dilemas éticos a percorrer. Afastando-se desta visão pouco otimista, acredita-se que a via educativa desponta como uma espécie de solução adaptativa, que embora requeira tempo, deverá ser capaz de contornar o fenômeno *das fake news* e outros mais advindos da desinformação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As *fake news* não se resumem a mentiras que desaparecem quando os dados e as evidências são verificadas. Elas têm o poder de influenciar mobilizações sociais, estimular aglomerações, instigar sentimentos de medo e caos social, bem como difamar, caluniar e destruir reputações, e, em casos extremos, mas não raros, podem incitar ações criminosas. Este fenômeno tem fundamento em questões emocionais e afetivas, e ganham forma e impulso nas redes sociais, tornando-se difícil de ser combatido.

Opiniões formadas com base em experiências individuais podem ser consideradas como informação relevante, criando uma disparidade entre a divulgação de informações de qualidade, embasadas em fatos, pesquisas e dados, e a divulgação apenas para expressar opiniões pessoais e ser validado por outros com pontos de vista semelhantes. Isso evidencia ainda mais a urgência no desenvolvimento de competências em informação e na promoção de um discurso mais profundo sobre como desenvolver tais habilidades para além dos ambientes educacionais formais (Oliveira, 2020).

Os elementos recorrentes que legitimam informações falsas variam em termos de manipulação e sofisticação, podendo ser facilmente identificados em algumas situações e exigir expertise técnica em outras. No entanto, simplesmente identificar esses elementos não é o bastante para conter a disseminação de desinformação, pois geralmente estão inseridos em uma estrutura complexa de outros dados que não se baseiam na verdade, mas

que, deliberadamente, utilizam os princípios fundamentais do conceito de verdade em sua construção.

O desejo das pessoas de participar ativamente das redes de informação, especialmente como produtores e disseminadores de conteúdo, é um sinal promissor para a criação de uma cultura de colaboração e engajamento social. Embora isso não seja novo para os campos da informação e comunicação, quando visto em relação às *fake news*, requer uma análise mais criteriosa de novos elementos cruciais, especialmente na complexa interação entre informação, competência e protagonismo.

Com base na literatura examinada, destaca-se a importância de dois elementos atuantes na propagação das *fake news*: o excesso de evidência e o excesso de confiança. À primeira vista, o excesso de evidências pode parecer ser benéfico para a verificação da informação, proporcionando uma sensação de maior precisão e profundidade. Isso porque, quanto mais dados disponíveis, mais detalhada e esclarecedora a informação aparenta ser, eliminando dúvidas e abordando minúcias.

Em casos de informações mal estruturadas, típicas de *fake news*, com erros evidentes e falhas perceptíveis até mesmo para pessoas minimamente alfabetizadas em diferentes áreas, a falta de evidência é um indicador de alerta para questionamentos. No entanto, os formatos de desinformação têm se tornado cada vez mais complexos, e esses, justamente, são reforçados por uma variedade de evidências, o que reduz a disposição do indivíduo para reflexão e debate, pois o apresentado parece ser suficiente para validar a narrativa proposta.

O excesso de evidências contribui para um estado passivo por parte do sujeito, tornando a autonomia no uso da informação dependente de uma reconfiguração tanto da postura crítica individual quanto coletiva. Esse problema é agravado pela falta de uma cultura educacional que promova a autonomia, especialmente diante da entrada abrupta em um ambiente hiperconectado e saturado de informações.

O segundo elemento complicador identificado é o excesso de confiança. Nesse caso, a confiança na autoridade de quem fala torna-se difícil de ser contestada. Embora esse não seja um fenômeno novo, uma vez que

a confiança sempre foi essencial para a sobrevivência, sendo a base da comunicação entre os indivíduos, é preciso reconhecer que sem ela a sociedade não teria conseguido enfrentar os desafios impostos pelo clima, pelo ambiente e pela organização social.

Mais uma vez, a atenção se volta para a concepção de verdade *emunah* e para um desafio adicional: a multiplicidade de autoridades de fala. Com a internet, a produção e o compartilhamento de informações tornaram-se acessíveis a um grande número de pessoas, independentemente de sua autoridade socialmente reconhecida por meio de títulos, cargos ou habilidades. A confiança no que é apresentado pelo outro, sem um exame crítico, amplifica as chances de disseminação da desinformação, e é neste ponto que os elementos subjetivos devem ser considerados nas tentativas de combate a esse fenômeno.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*. Chicago: ALA, 2020. Disponível em: <https://alair.ala.org/server/api/core/bitstreams/ce62c38e-971a-4a98-a424-7c0d1fe94d34/content>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; BRISOLA, A. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 7-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/31114>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- CAMARGO, G. A. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. *Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 93-112, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/tragica/article/view/24137>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade da informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/1704>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- FALLIS, D. T. What is disinformation? *Library Trends*, Baltimore, v. 63, n. 3, 401-426, Apr. 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/579342>. Acesso em: 29 nov. 2024.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21728/logcion.2019v5n2.p10-21>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 29 nov. 2024.

HARARI, Y. N. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, maio 2019. DOI: <https://doi.org/10.28998/cirev.%25y637-57>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7063>. Acesso: 29 nov. 2024.

NIETZSCHE, F. W. *Fragments posthumes: automne 1887 – mars 1888*. Paris: Galimard, 1888. (Oeuvres Philosophiques Complètes, 13).

OLIVEIRA, M. L. P. *Competência crítica em informação e fake news: das metodologias de fact-checking à auditabilidade do sujeito comum*. 2020. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disordertoward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 29 nov. 2024.

# 6

## **O CENÁRIO DE DISRUPÇÃO NA ESFERA PÚBLICA MEDIADA POR SISTEMAS AUTOMATIZADOS: DESINFORMAÇÃO E EROSÃO DA CONFIANÇA**

*THE SCENARIO OF DISRUPTION IN  
THE PUBLIC SPHERE MEDIATED  
BY AUTOMATED SYSTEMS:  
DISINFORMATION AND EROSION OF  
TRUST*

*Renata MIELLI*

*MCTI/CGI.br*

*renatavmielli@gmail.com*

*<https://orcid.org/0000-0002-4513-6214>*

*Anderson Vinicius ROMANINI*

*USP*

*vinicius.romanini@usp.br*

*<https://orcid.org/0000-0001-6558-0550>*

**Resumo:** O capítulo examina as transformações no debate público a partir da mediação algorítmica nas plataformas sociodigitais. A análise se baseia em uma abordagem semiótica e no conceito de esfera pública de Habermas, discutindo como o uso de algoritmos de aprendizagem de máquina direciona a produção e circulação de informações. Os autores exploram a influência de discursos morais e emocionais na formação de crenças, ressaltando o impacto da microsegmentação de conteúdos e o aumento da desinformação. Referenciando também em autores como Bourdieu e Castells, o artigo aborda como a estruturação das plataformas digitais reconfigura as relações de poder e a confiança pública, gerando fragmentação e intensificando o discurso de ódio. A análise crítica dos autores destaca como essas dinâmicas afetam negativamente a democracia e a vida social, ao mesmo tempo em que levantam desafios éticos relacionados à manipulação informacional por sistemas automatizados.

**Palavras-chave:** Desinformação; Comunicação; Plataformas Sociodigitais; Internet; Semiótica.

**Abstract:** This chapter examines the transformations in public debate as a result of algorithmic mediation on socio-digital platforms. The analysis is based on a semiotic approach and Habermas' concept of the public sphere, discussing how the use of machine learning algorithms directs the production and circulation of information. The authors explore the influence of moral and emotional discourses on the formation of beliefs, highlighting the impact of content microsegmentation and the increase in disinformation. In addition, by referencing authors such as Bourdieu and Castells, this chapter addresses how the structuring of digital platforms reconfigures power relationships and public trust, generating fragmentation and intensifying hate speech. The authors' critical analysis highlights how these dynamics negatively affect democracy and social life, while raising ethical challenges related to the manipulation of information by automated systems.

**Keywords:** Disinformation; Communication; Sociodigital Platforms; Internet; Semiotics.

## **1 INTRODUÇÃO**

Nós somos uma espécie comunicacional. Um dos fatores chave que determinaram o desenvolvimento da humanidade é a nossa capacidade muito particular de nos comunicarmos através de palavras organizadas a partir da estrutura racional do nosso pensamento. De acordo com Deacon (1997), a evolução humana está profundamente vinculada à essa nossa habilidade de manipular símbolos e significados através da linguagem, o que nos diferencia de outras espécies. É exatamente a possibilidade de expressar ideias, opiniões, perspectivas, pontos de vista, sentimentos, emoções, por quaisquer meios (corporal, linguagem, sensorial) o que permite a interrelação entre sujeitos, garantindo tanto a preservação da singularidade, quanto da diversidade, seja no contexto da busca de unidades e continuidades ou em processos de transformações e rupturas.

Este é o papel central da comunicação na sociedade, ser um processo de trocas simbólicas e mediações que organizam nossa ação no mundo.

A complexidade da evolução humana e, portanto, das relações entre os sujeitos, acompanhada do desenvolvimento de novos dispositivos tecnológicos para intermediar essas relações, trouxeram novas possibilidades para realizar a comunicação como ação e objeto, como na definição formulada por Sodré (2014, p. 15):

[...] o fazer organizativo das mediações imprescindíveis ao comum humano, a resolução aproximativa das diferenças pertinentes em formas simbólicas. As coisas, as diferenças aproximam-se como entidades comunicantes porque se encadeiam no vínculo originário (uma marca de limites, equiparável ao sentido) estabelecido pelo símbolo.

Esta perspectiva se sobressai no contexto de uma sociedade hipermediatizada, em que o surgimento de novos aparatos sociotécnicos altera profundamente as formas de organização dos processos comunicacionais. McLuhan (1964) destacava que as mudanças nos meios de comunicação impactam diretamente a maneira como a informação é percebida e como os sujeitos interagem. Com a ascensão da era digital e das redes de comu-

nicação em massa, Castells (1996) argumenta que os fluxos de informação, mediados por redes eletrônicas, reestruturam as interações sociais, políticas e culturais. Estes novos mecanismos de mediação não apenas alteram a forma como as pessoas enviam e recebem informações, mas também desafiam a construção de parâmetros comuns para o debate público, criando novas dinâmicas de poder e participação social.

A superexposição de mensagens a que estamos submetidos pode gerar o que Houser (1992) denomina “desagregação da mente social”, um fenômeno no qual as estruturas simbólicas que sustentam a coesão social começam a se fragmentar. Essa fragmentação pode levar à desintegração da esfera pública, conforme a multiplicidade de discursos e informações contraditórias mina os mecanismos de confiança que, embora frágeis, ainda sustentavam o debate público. Nesse cenário, o colapso dos referenciais comuns torna cada vez mais difícil a construção de diálogos e consensos sobre temas de interesse social, contribuindo para uma crise de significado e uma crescente polarização.

Além disso, o surgimento de novas e mais sofisticadas técnicas de manipulação de imagens, sons e textos, potencializadas pela Inteligência Artificial, aprofunda o cenário de insegurança informacional. Segundo Coeckelberg (2023), essas tecnologias ampliam a incerteza sobre “no que e em quem acreditar”, criando um ambiente em que a autenticidade das informações se torna cada vez mais difícil de verificar. Nesse contexto, não apenas a dúvida é fomentada, mas também o fortalecimento de interações baseadas na validação de perspectivas individuais e em estímulos cognitivos que respondem a conteúdos de caráter moral e emocional.

Esse cenário é ideal para a proliferação da desinformação, definida como conteúdos criados com o propósito de causar danos e obter benefícios específicos, de acordo com a conceituação da Unesco (2019, p.7):

[...] tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas. Isso geralmente é combinado com estratégias de comunicação paralelas e cruzadas e um conjunto de outras táticas, como hackear ou comprometer pessoas,

frequentemente elaborada com recursos e acentuada pela tecnologia automatizada.

Essa desinformação não é aleatória, é produzida em escala industrial e com o intuito de atingir um alvo de forma milimétrica, a partir dos dados e metadados que são coletados pelas plataformas sem nosso consentimento e, muitas vezes, sem o nosso conhecimento.

Coeckelbergh (2023) destaca que a coleta e o uso de dados por sistemas de inteligência artificial, voltados para maximizar a eficiência e o controle sobre o comportamento dos usuários, permitem que os alvos sejam atingidos de maneira calculada e eficaz. Sublinha os dilemas éticos dessa prática, ressaltando que, em um ambiente digital onde a automação e o aprendizado de máquina moldam a distribuição de informações, os indivíduos tornam-se cada vez mais vulneráveis à manipulação. Esse processo desafia as bases da confiança e da autonomia no espaço informacional, com consequências profundas para a democracia e a vida social.

Diante disso, um dos desafios mais importantes da sociedade contemporânea é encontrar os mecanismos mais adequados para enfrentar o atual contexto de desinformação, discurso de ódio, e desintegração da esfera pública trazidos pelos novos modelos de produção e distribuição da informação.

## **2 A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SEU IMPACTO SOCIAL**

Ao longo da história, o controle sobre os instrumentos de comunicação tem sido um elemento central na disputa de ideias e na manutenção do poder político na sociedade. Segundo Bourdieu (1997), o domínio sobre os meios de comunicação é uma forma de capital simbólico, o que significa que aqueles que controlam esses aparatos tecnológicos exercem influência decisiva sobre a construção das representações sociais e políticas. Historicamente, esse controle foi exercido tanto pelo Estado quanto pelo setor privado, frequentemente associado ao poder político dominante.

A cada salto tecnológico, a forma como a comunicação se estruturava ditava um padrão de uso que reforçava a hegemonia das ideias na

sociedade. O rádio, por exemplo, foi crucial para os objetivos culturais e políticos do nazismo na Alemanha, atuando como um meio de difusão massiva da ideologia do regime. Bourdieu (1997) argumenta que os meios de comunicação funcionam como mecanismos de perpetuação das relações de poder, organizando os discursos hegemônicos em diferentes momentos históricos.

Em cada ciclo evolutivo das tecnologias de comunicação, surgia a ideia de que um novo suporte técnico substituiria os anteriores. Temia-se, por exemplo, que o rádio acabaria com os jornais, ou que a televisão iria suplantá-lo, e mais recentemente, que a internet enterraria os jornais e revistas. Na realidade, como aponta Bourdieu, o que ocorre é uma reacomodação dos papéis desses veículos dentro de um ecossistema comunicacional que se retroalimenta, ampliando as formas de exercício da dominação política e cultural, ao invés de eliminá-las.

O ecossistema atual é composto tanto pelos antigos meios de comunicação de massa quanto pelas novas plataformas sociodigitais. Nos meios tradicionais, a informação fluía de um único pólo emissor para muitos receptores. No entanto, com as plataformas digitais, a produção de conteúdo se tornou de muitos para muitos, mediada por algoritmos de aprendizado de máquina e inteligência artificial. Segundo Romanini e Mielli (2021), essa mediação algorítmica intensifica a superabundância informativa e redefine o processo de relevância e visibilidade dos conteúdos, sem necessariamente considerar a qualidade da mensagem.

Anteriormente, as instituições tradicionais (como empresas de jornalismo e partidos políticos) conferiam credibilidade e autoridade às informações. Porém, no novo padrão de comunicação de muitos para muitos, o protagonismo do debate público foi transferido para influenciadores digitais. Romanini e Mielli (2021) destacam que, nesse ambiente, o conteúdo perde relevância em detrimento de fatores externos, como a popularidade do emissor e os critérios algorítmicos que determinam a distribuição. A superabundância informativa e a ação dos algoritmos, frequentemente opaca, moldam o fluxo das mensagens, promovendo a circulação de conteúdos que atendem a interesses econômicos e aumentam a alienação dos usuários.

Neste novo ambiente, o próprio conteúdo da mensagem perde cada vez mais relevância. O que importa são um conjunto de fatores externos a ele: o porta voz da mensagem (sua popularidade digital), os critérios algoritmos para segregar o público e distribuir a mensagem, o *design* da plataforma e a dinâmica do fluxo de circulação dos conteúdos que ocorre num ambiente de superabundância informativa. Nas plataformas sociodigitais, estes fatores todos se imbricam num contexto no qual o tempo de exposição do usuário aos conteúdos é cada vez menor.

Lang (2013) alerta que a percepção das mensagens é influenciada por vários fatores, dentre os quais relevância motivacional, as características estruturais que despertam a atenção, o ritmo, o ambiente, e o tempo em que se dá a interação entre uma mensagem e um ser humano inserido em um ambiente. Assim, a comunicação não é a mensagem e não é o que o ser humano recebeu, mas sim um conjunto de fatores determinado pela interação do tempo extra da mensagem, do ser humano e do meio ambiente.

A variação da relevância motivacional, ou as características estruturais que despertam a atenção, ou o ritmo em que a mensagem é apresentada, ou o ambiente no qual é percebida influenciam quais aspectos da mensagem são selecionados para processamento posterior, quão bem esses aspectos são armazenados e sua acessibilidade, relevância e influência no tempo, quando uma pessoa está tomando uma decisão sobre como agir. (Lang, 2013, p. 219, tradução nossa).

Essa abordagem tem relevância particular para compreender os processos de produção de sentido no atual cenário do ecossistema informacional, no qual além dos meios de comunicação tradicionais (jornais, revistas, rádio, televisão), há também um conjunto novo de fontes informativas digitais a partir da internet: sites, ferramentas de buscas, aplicações variadas, plataformas de redes sociais, serviços de mensageria, assistentes virtuais baseados em IA (Siri, Alexa) e agora os Large Language Models (LLMs) de Inteligência Artificial como o Lhama, ChatGPT entre outras IA's generativas como MidJourney e Gemini.

### 3 GATILHOS EMOCIONAIS PARA AMPLIFICAR A DESINFORMAÇÃO E FORMAR CRENÇAS

A circulação de informação e notícias nas plataformas sociodigitais é mediada por mecanismos de direcionamento de conteúdos estruturados por dados pessoais, que perfilizam<sup>1</sup> os usuários com base em seus hábitos de navegação e em um modelo desenvolvido para avaliar indivíduos a partir de cinco traços de personalidade mapeados por estudos de comportamento: (i) extroversão, (ii) amabilidade, (iii) consciência ou confiabilidade, (iv) estabilidade emocional, (v) intelecto (Goldberg, 1992).

Esses cinco fatores – Big Five – favorecem exatamente a disseminação de conteúdos de caráter moral-emocional de acordo com cada perfil. Esse processo tem se sofisticado a partir das tecnologias digitais de captura de dados pessoais, particularmente com a ubiquidade das redes sociais, que reúnem bilhões de usuários em suas plataformas, interagindo de forma permanente.

Uma das consequências disso é a fragmentação do debate público, no qual as crenças são formadas por vieses de confirmação de posições pré-estabelecidas, conceitos e preconceitos. Sem choque de posições a partir de pluralidade e diversidade de ideias, as opiniões das pessoas são validadas e alimentadas principalmente a partir dos métodos da autoridade e da tenacidade, conforme descrito por Peirce<sup>2</sup> (1992, p. 109, EP1).<sup>3</sup>

Esse ambiente concorre para a corrosão das premissas clássicas de uma esfera pública de debates, baseada em processos comunicativos que

---

<sup>1</sup> De acordo com (Doneda, 2020, p. 148, 149) *profiling* são técnicas voltadas à elaboração de perfis de comportamento de uma pessoa ou grupos a partir de informações disponibilizadas direta ou indiretamente. Essas informações são tratadas com auxílio de métodos estatísticos e de técnicas de inteligência artificial, para obter dados sobre os hábitos, preferências pessoais, interesses, desejos de consumo, localização geográfica, posições políticas ou outras características assemelhadas. Esse perfil pode ser utilizado para traçar um quadro das tendências de futuras decisões e comportamentos.

<sup>2</sup> Os quatro métodos de fixação das crenças desenvolvidos por Peirce em seu texto de 1877, *The Fixation of Belief* (EP 1:109), são os métodos da tenacidade, da autoridade, *a priori* e o científico. O método da tenacidade é o mais primitivo para fixar crenças, o mais individual. O método da autoridade é determinado pela palavra de uma autoridade constituída (instituição ou pessoa), que usa da sua posição de liderança para impor uma crença coletiva. O método *a priori* apela ao gosto individual, ao sentimento, e transforma a crença em capricho. O método científico é aquele alcançado a partir do diálogo de uma comunidade de interessados, que se aproxima da verdade como ideal normativo.

<sup>3</sup> Neste trabalho EP é citação para *The Essencial Peirce* - v.1 (EP 1, 1992).

buscam, a partir de critérios de validade, chegar a um consenso social. Usamos o conceito de esfera pública oferecido por Habermas, como sendo os espaços sociais onde ocorrem os processos de comunicação e debate sobre temas de interesse público, para estabelecer as relações de pressão entre a sociedade e o Estado. (Habermas, 2011, 2019).

As plataformas de redes sociais se orientam funcionalmente para a acumulação de capital, numa nova economia política que tem a mineração de dados como meio de negócio. O que se opõe ao conceito de esfera pública habermasiana, que deveria ter como orientação normativa a produção de um entendimento sobre questões da vida em comum. E, sem esfera pública, a política democrática não é possível.

O *design* imposto pelas plataformas agrava este cenário, porque desloca de uma forma radical o que poderíamos chamar de ato de fala (para usar o termo de Habermas), para as imagens (fotos, memes e cada vez mais os vídeos curtos). Ao determinarem de forma impositiva a forma que a comunicação precisa ter: textos de 280 caracteres (Twitter), vídeos de 15 segundos (stories Instagram) ou 60 segundos (Reels) essas plataformas vão desenhando também conteúdos que se adaptam a esses formatos.

Os tipos de conteúdos que se adequam a esses formatos efêmeros são aqueles que acionam a atenção e estimulam uma reação de forma instântânea, sem a necessidade de uma reflexão mais larga, conteúdos de disparo rápido no sistema cognitivo que são as emoções. Peirce refletiu sobre o papel da atenção como fator fundamental para colocar ênfase sobre os elementos objetivos da consciência, produzindo efeitos sobre ela e afetando o nosso conhecimento e influenciando o pensamento, porque

[...] ela afeta fortemente a memória, um pensamento sendo lembrado por um tempo maior quanto maior for a atenção originalmente dada a ele. [...] quanto maior a atenção, mais estreita a ligação e mais exata a sequência lógica do pensamento. (Peirce, 1992, p. 46, EP 1, Tradução nossa)

É exatamente assim que nos conectamos com os conteúdos que circulam nas plataformas de redes sociais: memes, vídeos curtos, fotos, pe-

quenos textos vão sendo “carregados” nos nossos *feeds/timelines*, com base em decisões algorítmicas. Vamos rolando esses feeds e reagimos aos conteúdos que capturam a nossa atenção.

A captura da atenção pela disseminação desses conteúdos também se favorece pela repetição provocada pelo compartilhamento das mesmas postagens ou por mensagens semelhantes, gerando mecanismos de associação por indução.

A atenção é levantada quando o mesmo fenômeno se apresenta repetidamente em ocasiões diferentes, ou o mesmo predicado em diferentes sujeitos. Vemos que A tem certa característica, que B tem a mesma, C tem a mesma; e isso excita nossa atenção, de modo que dizemos: “Estes têm essa característica.” Assim, a atenção é um ato de indução; mas é uma indução que não aumenta nosso conhecimento, porque nosso “estes” não cobrem mais do que as instâncias experimentadas. Em suma, é um argumento baseado na enumeração. (Peirce, 1992, p. 46, EP 1, Tradução nossa)

Esse mecanismo de associação pela captura da atenção, repetição e reforço é um dos recursos que favorece a desinformação. Mielli e Romanini (2022) apontam como esses conteúdos são favorecidos pelo *design* que impõem a abundância e a velocidade, onde nossa atenção é capturada por estímulos morais/emocionais – de disparo rápido no sistema cognitivo – que acionam nossa percepção essencialmente a partir dos elementos icônicos e indiciais das mensagens, nos levando a reagir por reflexo e nos prendendo num ciclo que desloca o equilíbrio do processo semiótico no sentido dos elementos de primeiridade e secundidade<sup>4</sup>. Esse modelo limita as possibilidades de reflexão, que nos permitiria extrair os elementos de terceiridade das trocas simbólicas. Nesse ambiente, as crenças são formadas por viés

---

<sup>4</sup> Para Peirce, o signo é alguma coisa que professa representar outra coisa de maneira a determinar um efeito, que é o resultado da representação. Na semiótica peirceana esse processo é triádico: algo que representa, algo que é representado e algo que se coloca como efeito dessa representação. Ícones, índices e símbolos passam a ser derivados dos três diferentes tipos de relação que um signo pode ter com seu objeto. O ícone tem uma relação monádica, por semelhança, quando signo e objeto possuem a mesma propriedade, ou por exemplificação, quando o objeto é uma propriedade que o signo possui. O índice apresenta uma relação diádica com seu objeto, por possuir uma conexão real com ele. Apenas o símbolo possui uma relação genuinamente triádica e, portanto, intrinsecamente lógica, tendo um poder de representação que se dá por convenção arbitrária. Peirce estrutura, a partir dessas relações, 3 categorias elementares: a primeiridade (ícone), a secundidade (índice) e a terceiridade (símbolo). (Romanini, 2016).

de confirmação de posições pré-estabelecidas, conceitos e preconceitos. Prevalece o desentendimento. Sem o choque de posições a partir de pluralidade e diversidade informativas, as crenças são validadas e alimentadas principalmente a partir da autoridade e da tenacidade.

A distribuição de conteúdos por seleção algorítmica, descritos por Pariser (2011) como “bolhas de filtro”, conectam pessoas com valores semelhantes, isolando grupos em bolhas de afinidade. Esse fenômeno impede um debate público saudável, no qual ideias diferentes podem se confrontar e levar a consensos racionais. Em vez disso, reforçam-se preconceitos e opiniões pré-existentes, criando uma “guerra de posições”. Como os usuários não compreendem as regras de mediação dos algoritmos, suas crenças são moldadas de maneira opaca, limitando a exposição a conteúdos divergentes e tornando o ambiente de informação controlado e previsível.

Ao estudar como as dinâmicas sociais estão se estruturando na rede, Castells (2003) já afirmava que o poder atua sobre a mente humana por meio de mensagens comunicativas (informação). Por isso a importância em compreender como se processam essas mensagens e como isso se traduz em ações na esfera pública, na dimensão política individual e coletiva. Analisando as relações entre emoção, cognição e política, ele apontava que a mudança social tem sua raiz na motivação emocional, individual ou coletiva, e afirmava que um dos “gatilhos” sociais para a mobilização pode ser a raiva, constantemente aumentada pela percepção de uma injustiça e pela necessidade da identificação do responsável pela situação. A partir do compartilhamento e da descoberta de outras pessoas com o mesmo sentimento, a interação e a ação comunicativa crescem e induzem ações coletivas.

Estudo publicado em 2017 no periódico norte-americano *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS) dos Estados Unidos mostrou como as mensagens de cunho moral e emocional têm mais reações por parte dos usuários e são mais compartilhadas em redes sociais. Analisando uma amostra de *tweets*, o artigo mostrou como a presença de palavras morais-emocionais nas mensagens aumentaram sua transmissão em aproximadamente 20% por palavra.

O efeito da linguagem moral-emocional foi observado além da linguagem distintamente moral e distintamente emocional, assim como outros fatores conhecidos por aumentar a difusão de mensagens online. Este trabalho é consistente com explicações da psicologia moral que destacam a natureza social e emocional do discurso moral. Ele também amplia as teorias atuais ao identificar um processo de transmissão social da difusão de informações. Ao fazer isso, este trabalho levanta questões relacionadas ao papel da influência social no domínio da moralidade, como a forma que as mensagens online podem afetar atitudes morais. Essas questões são mais importantes do que nunca, dado o crescente uso das mídias sociais para fins políticos. (Brady *et al.*, 2017, p. 7316. Tradução nossa<sup>5</sup>.)

Com a centralidade das redes sociais na intermediação do debate público, controladas por algoritmos e dados, as emoções passaram a ser o principal mecanismo de captura da atenção. Segundo Floridi (2010), o impacto ético da desinformação é amplificado nesse ambiente digital, onde as interações emocionais moldam comportamentos dentro e fora das redes. Já Capurro (2013) destaca que a manipulação da informação digital intensifica o discurso de ódio e a desinformação, cujos efeitos são potencializados pela rapidez e profundidade com que atingem a sociedade, ameaçando a democracia e a vida das pessoas.

Por isso a desinformação e o discurso de ódio ganham tanta potência atualmente. Apesar do uso de discursos morais, com forte apelo emocional, não ser novidade no debate político e de narrativas que recorrem ao medo e que reforçam preconceitos como mecanismos de persuasão sempre terem sido, com maior ou menor intensidade, utilizadas para influenciar a tomada de decisão das pessoas, hoje eles geram impactos muito mais rapidamente e de forma ainda mais profunda e perigosa para a democracia e para a vida das pessoas.

---

<sup>5</sup> “The effect of moral-emotional language was observed over and above distinctly moral and distinctly emotional language as well as other factors that are known to increase online diffusion of messages. This work is consistent with accounts of moral psychology that highlight the social and emotional nature of moral discourse. It also extends current theories by identifying a social transmission process of information diffusion. In doing so, this work fosters questions pertaining to the role of social influence in the domain of morality such as how online messages can affect moral attitudes. These issues are more important than ever, given the growing use of social media for political purposes.” (Brady *et al.*, 2017, p. 7316).

#### **4 REGULAR PLATAFORMAS PARA GARANTIR DIREITOS E FORTALECER A DEMOCRACIA**

Os vários escândalos envolvendo o papel das plataformas em processos políticos e eleitorais, os impactos da desinformação na pandemia de Covid, entre outros, aprofundaram a urgência de se debruçar sobre mecanismos de regulação das plataformas e produção de parâmetros para recuperar a qualidade da informação.

No Brasil, as eleições e os acontecimentos de 08 de janeiro reacqueram o debate em torno do projeto de lei 2.630/2020 (Brasil, 2020) que tramita na Câmara dos Deputados e propõe medidas regulatórias para a operação das Plataformas de Redes Sociais, Serviços de Mensageria e Ferramentas de Busca no país.

Essas plataformas tornaram-se o espaço onde bilhões de pessoas privadas passaram a se expressar de forma pública. No entanto, ao invés de terem qualificado o debate na sociedade – possibilitando o choque de opiniões distintas num contexto democrático – elas se tornaram um ambiente fértil para a proliferação de desinformação, discurso de ódio e conteúdos antidemocráticos.

Isso ocorre diante de uma perigosa omissão das plataformas para conter a disseminação desses conteúdos, tanto na aplicação de suas políticas próprias, quanto na observância da legislação nacional e nos poucos compromissos que firmaram para garantir que conteúdos de desinformação, de ódio e antidemocráticos não ganhassem o alcance que tiveram durante a pandemia e nos processos eleitorais.

Contudo, o debate sobre regulação das *Big Techs* (os cinco maiores conglomerados empresariais de tecnologia: Alphabet, Meta, Apple, Microsoft e Amazon) e criação de instrumentos de enfrentamento à desinformação é repleto de nuances e desafios. Seja pelo dilema em se apontar o que é ou não um conteúdo desinformativo, a quem caberia esse papel, se isso de fato é desejável e que outras consequências negativas poderiam trazer, qual a responsabilidade das plataformas nesse processo, o papel do Estado etc.

A discussão precisa ser precedida de definições de escopo regulatório, que obrigações e outras medidas adotar, sanções, responsáveis pela implementação e fiscalização da regulação entre outros. Esses aspectos são importantes porque o objetivo da regulação é conter e não dar mais poder para empresas que já são poderosas demais. O valor de mercado da Alphabet (Google/YouTube, e etc), Meta (Facebook/WhatsApp/Instagram), Apple, Microsoft e Amazon somados, chegam a impensável cifra de US\$ 7 trilhões (Maia, 2024), o que as colocaria na posição de 3ª maior economia do mundo, atrás de China e EUA.

Esse debate precisa contar com um processo de ampla escuta da sociedade: terceiro setor, academia, setor empresarial e inclusive agentes públicos variados. O Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014) é um exemplo de como uma participação ampla pode gerar uma lei que se transformou em referência internacional.

Além disso, é preciso tomar cuidado para não transpor automaticamente modelos de responsabilidade de outros meios de comunicação para as plataformas. Quando se discute que é necessário responsabilizar civilmente as *Big Techs* pelos conteúdos postados por seus usuários, o que se tem em mente é a ideia de equiparar as plataformas às empresas jornalísticas. Mas tratam-se de modelos totalmente distintos. Nas empresas jornalísticas a produção é própria, daí fazer todo sentido que esta se responsabilize pelos conteúdos gerados. No caso das plataformas, não. Quem produz os conteúdos somos nós. A ideia de criar obrigações de monitoramento e exclusão de conteúdos e contas, e vincular essas obrigações a multas, pode gerar efeitos negativos, ao conferir a empresas privadas o papel de decidir o que circula (ou não) de conteúdo de forma ainda mais discricionária para evitar sanções.

Por outro lado, as plataformas digitais não podem ser consideradas neutras, pois o modelo de negócios dessas empresas define o que cada usuário recebe, com que velocidade e o alcance do conteúdo. Dantas (2020) argumenta que essas decisões são moldadas por relações de poder econômico, como o impulsionamento de anúncios, além de mecanismos automatizados de seleção e recomendação. Assim, o controle dessas empresas

sobre a circulação de informações está diretamente relacionado à exploração econômica da audiência e à maximização do valor informacional.

Vale lembrar que elas já tomam decisões sobre conteúdos e contas a partir de suas políticas próprias. Porém, todos estes aspectos da operação das plataformas são opacos. A sociedade não conhece claramente os critérios utilizados, os mecanismos usados para moderar conteúdos, o volume de conteúdos que sofreram moderação, etc. Todas informações indispensáveis para se propor um modelo regulatório que não gere incentivo para que as plataformas sejam mais proativas na remoção de conteúdos, o que pode trazer graves perigos à liberdade de expressão.

Outro cuidado é não cair na tentação de transpor de forma automática soluções regulatórias encontradas em outros países, com contextos jurídicos, sociais, culturais e econômicos diferentes dos nossos. O que pode ser adequado para a Alemanha, por exemplo, pode não ser adequado para o Brasil.

Ao lado dos aspectos regulatórios, também é fundamental que a sociedade encontre mecanismos para promover e valorizar os conteúdos jornalísticos. A queda da tiragem e venda de jornais e revistas, a redução de audiência em telejornais, o fechamento de alguns veículos, o aumento de demissões, entre vários outros indicadores mostram uma retração da atividade econômica de empresas jornalísticas. O aspecto econômico que envolve a crise no modelo de negócios da indústria do jornalismo se agravou nos últimos anos com a migração tanto da audiência quanto das verbas de publicidade para as *Big Techs*.

A preocupação é internacional e tem mobilizado empresários do setor e jornalistas a buscarem alternativas de financiamento para a atividade jornalística, bem como medidas para promover um jornalismo de qualidade que possa fazer frente aos impactos da disseminação de desinformação.

Muitas iniciativas legais têm sido debatidas e aprovadas em muitos países para impor obrigações das plataformas remunerarem os conteúdos jornalísticos como forma de balancear a assimetria econômica entre empresas de jornalismo e *Big Techs*. Este caminho até o momento tem tido consequências diversas. Em alguns países, algumas das plataformas des-

continuaram serviços voltados à circulação de notícias, como no Canadá. Em outros países, há a preocupação dos modelos adotados gerarem ainda mais concentração econômica nas grandes empresas de comunicação.

Ao lado disso, organismos internacionais têm procurado produzir guias, padrões e recomendações voltadas ao enfrentamento à desinformação e à literacia digital. Com este objetivo, a Unesco lançou a publicação “Jornalismo, Fake News e Desinformação: Manual para a produção e treinamento em jornalismo” (Unesco, 2019). Em junho de 2023 foi lançado um “*Policy Brief*” (United Nations, 2023) sobre Integridade da Informação em Plataformas Digitais, que propõe uma agenda comum e medidas para criar um ambiente digital mais inclusivo, seguro e transparente. Em dezembro de 2023, Canadá e Holanda publicaram a Declaração Global sobre integridade da informação (SECOM, 2023), assinada por muitos países, inclusive o Brasil.

## 5 CONCLUSÃO

As redes sociais desintegraram a esfera pública. Muitos especialistas consideram que estamos vivendo num cenário de caos ou insegurança informacional. Isso porque a distribuição automatizada de conteúdo é feita não com base na premissa de criar um ambiente democrático e de diálogo para o debate público, mas com base nos fatores que determinem a maior permanência do usuário conectado e interagindo na plataforma. Isso gera um sistema de direcionamento de conteúdos para bolhas de eco, e as pessoas reagem, interagem e compartilham mais intensamente os conteúdos por viés de confirmação e afinidade de grupo.

A partir dos métodos de fixação das crenças elencados por Peirce e uso das emoções para direcionamento algorítmico de conteúdos em plataformas sociodigitais, favorecem a recepção em chave emocional (primeiridade) e a reação irrefletida (segundidade) sem a possibilidade de uma mediação racional (terceiridade), que permita checar a razoabilidade das opiniões por meio da experiência com a realidade e o debate justificado e fundamentado. As opiniões são formadas pelos métodos da tenacidade e autoridade, trazendo consequências nocivas à democracia, motivados pelo

discurso de ódio e desinformação. Estamos presos num ambiente de produção de crenças emotivo-reativas em bolhas de ressonância digital.

Ou seja, há uma tendência à polarização, onde você não fala mais, não se comunica com um público amplo, como se fazia na tevê, rádio, jornal ou revista. Agora você fala para a sua audiência que é segmentada por perfilamento psicométrico – parâmetros psicológicos que estruturam os algoritmos para manter as pessoas mais tempo conectadas e engajadas por estímulos emocionais e condicionamento cognitivo.

No mundo fabricado das aparências temos a impressão que estamos falando ou que podemos falar para muitas pessoas, basta usarmos melhor as redes sociais e enfrentar o cenário de desinformação, esforço que têm sido buscado em muitos países do mundo. Contudo, o problema é sistêmico e está relacionado com o modelo de negócios das *Big Techs*, cujo design e o estímulo à interação são usados como fator de captura da atenção, para maximizar o extrativismo de dados que orienta a dinâmica de distribuição e recomendação algorítmica de forma personalizada. Também com a absurda concentração econômica em torno dessas empresas. As questões regulatórias e de governança apontadas acima são urgentes e essenciais, mas, medidas estruturantes mais profundas para reduzir a dependência tecnológica dos países em relação a essas empresas são indispensáveis para conter a máquina que dá vazão à desinformação, bem como os discursos de ódio e os antidemocráticos.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRADY, W. J. *et al.* Emotion shapes the diffusion of moralized content in social networks. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, Washington, DC, v. 114, n. 28, June 2017, p. 7313-7318. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1618923114>. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1618923114>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Lei no 12.965, de 23 abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 4 dez. 2024.

- BRASIL. Projeto de Lei 2630 de 13 de maio de 2020. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1909983&filename=PL%202630/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1909983&filename=PL%202630/2020). Acesso em: 4 dez. 2024.
- CAPURRO, R. Ethics of information. *Annual Review of Information Science and Technology*, White Plains, v. 37, p. 493-541, 2013.
- CASTELLS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. 2nd. ed. Oxford: Blackwell, 1996.
- COECKELBERGH, Mark. *Ética na Inteligência Artificial*. São Paulo: UBU, 2023.
- DANTAS, M. O valor da informação: um estudo sobre o trabalho informacional e a exploração da audiência nas plataformas digitais. *Revista Eptic*, Aracajú, v. 22, n. 1, p. 123-141, 2020.
- DEACON, T.W. *The symbolic species: the co-evolution of language and the brain*. New York: W. W. Norton, 1997.
- DONEDA, D. *Da privacidade à proteção de dados pessoais: fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.
- FLORIDI, L. *The Philosophy of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- GOLDBERG, L. R. The development of markers for the big-five factor structure. *Psychological Assessment*, Washington, DC, v. 4, n. 1, p. 26-42, Mar. 1992. Disponível em: <https://awspntest.apa.org/doi/10.1037/1040-3590.4.1.26>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019. v. 1.
- HOUSER, Nathan. The disaggregation of the social mind. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Indiana, v. 28, n. 3, p. 507-535, 1992.
- LANG, A. Discipline in crisis?: the shifting paradigm of mass communication research, *Communication Theory*, Washington, dc, v. 23, n. 1, p. 10-24, Feb. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/comt.12000> . Acesso em: 17 nov. 2024.
- MAIA, L. As 10 maiores empresas do mundo em valor de mercado em 2024. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/06/07/as-10-maiores-empresas-do-mundo-em-valor-de-mercado-em-2024.ghtml> Acesso em: 17 nov. 2024.
- MIELLI, R.; ROMANINI, V. A virada emotiva da Comunicação: uma análise semiótico-cognitiva do papel das plataformas de redes sociais na eleição presidencial de 2018. In: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. et al. (org.). *Estudos do texto e do discurso: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: FFLCH-USP, 2022. p. 259-279.

MCLUHAN, M. *Understanding media: the extensions of man*. New York: McGraw-Hill, 1964.

PARISER, E. *The filter bubble: how the new personalized web is changing what we read and how we think*. New York: Penguin Press, 2011.

PEIRCE, C. S. *The essential Peirce: selected philosophical writings*. Bloomington: Indiana University, 1992. v. 1.

ROMANINI, A.V. A Contribuição de Peirce para a teoria da Comunicação. *CASA: cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 13-56, 2016.

ROMANINI, A. V.; MIELLI, R. A comunicação dominada pelas “big techs” digitais: superabundância informativa, espetáculo, alienação e fabricação de sentido no mundo algorítmico. *Revista Eptic*, Aracaju, v. 23, n. 1, p. 143-160, 2021.

SECOM. Brasil subscreve Declaração Global sobre integridade da informação online. *Secom*, Brasília, DF, 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/09/brasil-subscreve-declaracao-global-sobre-integridade-da-informacao-online#integra>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SODRÉ, M. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO. *Jornalismo, Fake News & Desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo*. Paris: UNESCO, 2019. (Série Unesco sobre Educação em Jornalismo).

UNITED NATIONS. *Our common agenda: policy Brief 8 Information Integrity on Digital Platforms*. New York, 2023.



7

**UM CONVITE À ÉTICA  
INFORMACIONAL**

*AN INVITATION TO  
INFORMATIONAL ETHICS*

*João Antonio de MORAES*

*UFU*

*moraesunesp@yahoo.com.br*

*<https://orcid.org/0000-0001-6057-5138>*

*Rafael Rodrigues TESTA*

*UNICAMP*

*rafaeltesta@gmail.com*

*<https://orcid.org/0000-0002-7052-1376>*

**Resumo:** O presente capítulo é um convite ao leitor e à leitora para adentrar às discussões atuais em Ética Informacional. Para tanto, estruturamos essa apresentação em duas partes: na primeira explicitamos o contexto e a fundamentação teórica a partir das quais têm sido estruturadas as bases desse novo ramo de investigação filosófica. Em seguida, dentre o grande número de problemas que compõem a agenda da Ética Informacional, selecionamos alguns que julgamos relevantes para a compreensão dos impactos da inserção de tecnologias digitais na vida cotidiana dos indivíduos. Sem a pretensão de abarcar todas as discussões existentes em Ética Informacional, esperamos contribuir para despertar no leitor e na leitora um olhar ético acerca dos caminhos futuros da sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Ética Informacional; Sociedade da Informação; Tecnologias digitais; Complexidade; Internet.

**Abstract:** This chapter is an invitation to the reader to the current debate on Informational Ethics. To do so, we structured this presentation in two parts: first we explain the context and the theoretical basis on which the foundations of this new branch of philosophical research have been structured. Subsequently, among the large number of problems that comprise the Informational Ethics agenda, we have selected some that we believe are relevant to understanding the impacts of the insertion of digital technologies into the daily lives of individuals. Without pretending to cover all the existing discussions in Informational Ethics, we hope to contribute to awakening the reader an ethical perspective on the future paths of contemporary society.

**Keywords:** Information Ethics; Information Society; Digital technologies; Complexity; Internet.

## 1 INTRODUÇÃO: O PORQUÊ DE UMA ÉTICA INFORMACIONAL<sup>1</sup>

De enciclopédias compostas por inúmeros volumes ao *Wikipedia*. De máquinas de escrever aos computadores. Dos orelhões aos celulares. Das fitas cassete ao *Spotify*. Das locadoras de VHS ao *Netflix*. Das filas para pagar contas aos aplicativos de banco. Das máquinas fotográficas analógicas aos filtros do *Instagram*. Dos mapas em papel aos sistemas de GPS. A depender da idade do leitor e da leitora, alguns dos exemplos mencionados não são sequer conhecidos, sendo necessária uma pesquisa no *Google* para esclarecê-los<sup>2</sup>. Essas mudanças ilustram a revolução informacional que vem ocorrendo na organização da sociedade nas últimas décadas.

Atualmente é comum denominar os dias atuais por “era da informação” e a sociedade que vivemos por “sociedade da informação”. Esses rótulos decorrem do papel que as tecnologias de comunicação e informação (TICs) assumiram na rotina cotidiana dos indivíduos. O elemento catalisador das mudanças provocadas na sociedade foi o surgimento e popularização da internet<sup>3</sup>. Popularização essa que se iniciou com a geração dos computadores pessoais (PC, do inglês *personal computer*), por volta dos anos 2000: o computador deixou de ser utilizado apenas em setores militares, pesquisa, indústria e comércio e começou a fazer parte do dia a dia dos indivíduos. Ainda, tal popularização avançou à medida que as tecnologias, agora digitais<sup>4</sup>, se tornaram menores, mais potentes e mais baratas<sup>5</sup>.

A “sociedade da informação” se configura a partir de dois momentos. O primeiro ocorre quando as tecnologias digitais tornam os indivíduos participantes ativos da nova estrutura social. Enquanto que nas tecnologias

---

<sup>1</sup> Este capítulo consiste em uma versão revisada e atualizada das ideias sobre Ética Informacional apresentadas nos livros *Implicações éticas da virada informacional na filosofia* (2014) e *O paradigma da complexidade e a Ética Informacional* (2019), ambos de autoria de João Antonio de Moraes.

<sup>2</sup> Exemplos do choque cultural entre crianças de hoje e tecnologias antigas podem ser observados nos vídeos <https://www.youtube.com/watch?v=mkt1uZ9DYok> e <https://www.youtube.com/watch?v=OwqplfETr2E>.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o surgimento e evolução da internet ver <https://www.youtube.com/watch?v=S7d371Wslr0>.

<sup>4</sup> Distingue-se entre dois tipos de tecnologias, as pré-digitais e as digitais, sendo que o limiar entre elas é, essencialmente, a internet (Floridi, 2014). As tecnologias pré-digitais seriam o telégrafo, jornal, máquina fotográfica, televisão, entre outros artefatos informacionais tradicionais em seu formato anterior ao surgimento da internet. Já as tecnologias digitais são os *notebooks*, *smartphones*, *tablets*, câmeras de vigilância, etc., os quais podem estar conectados em rede.

<sup>5</sup> Cf. Lei de Moore (Moore, 1998).

pré-digitais os usuários eram, em sua grande maioria, apenas receptores de informação; com as tecnologias digitais esses mesmos usuários também podem contribuir com informação para a rede (eles podem gerar e compartilhar informação, em tempo real). Daí, o segundo momento: as novas possibilidades de (inter)ação via tecnologias digitais têm promovido mudanças profundas nos hábitos coletivos dos indivíduos, especialmente em virtude da relação de dependência dos usuários com esse tipo de tecnologia para desempenhar ações cotidianas. O que até então era apenas uma ferramenta se tornou *essencial* em diversas formas de expressão humanas: trabalho, educação, entretenimento, relacionamento, cidadania, entre outras. Atualmente, não é exagero afirmar que é praticamente impossível viver em sociedade sem a utilização de tecnologias digitais.

Durante a pandemia do COVID-19 (nos anos 2020 e 2021) foi possível observar o grau de dependência e a forma como as tecnologias digitais costuram o tecido social: a necessidade do distanciamento social ressaltou a mediação tecnológica para algumas ações e acelerou a digitalização de outras. No trabalho, ampliaram-se situações de *home office* ou regime híbrido com o uso de ferramentas como *Microsoft Teams* ou *Google Meet*; na educação surgiram diversos cursos de Graduação a distância (EaD), além de faculdades optarem por fornecer parte da carga horária nesse formato, amparada em novas leis<sup>6</sup>, com a utilização de *Moodle* e *Google Workspace*; no entretenimento houve o crescimento<sup>7</sup> no uso de uma variedade de aplicativos, seja para troca de mensagens (*Whatsapp*), compartilhamento de situações ao longo do dia (*Instagram*), acesso e compartilhamento de vídeos curtos (*TikTok*) e/ou longos (*Youtube*), acesso a filmes (*Netflix*, *Disney+*, *HBOmax*, entre outros), ou, até mesmo, para acompanhar a programação de um canal de televisão (o que evidencia a tecnologia nas situações mais triviais); para relacionamentos afetivos os indivíduos utilizam, por exemplo, aplicativos como *Tinder* e *Grinder*; em relação a expressões da cidadania foram criados aplicativos como *Meu INSS*, *ConectSUS*, *e-Título*, *CNH Digital*, *RG Digital*, e, em virtude da pandemia, o *Auxílio Emergencial*.

<sup>6</sup> Cf. Portaria nº 2.177, de 6 de dezembro de 2019.

<sup>7</sup> Conforme a pesquisa *State of App Marketing 2021*, em 2021 houve um aumento de 55% no número de downloads de aplicativos no Brasil em relação a 2019 (AppsFlyer; AppAnnie, 2021). Vale ainda ressaltar que o Brasil figura em 2º lugar entre os países em que os usuários passam mais tempo *on-line* (Andrade, 2024).

Nos exemplos mencionados destacamos dois tipos de relação entre indivíduos e tecnologias digitais: as dos usuários que podem optar por utilizá-las e aquelas em que a dinâmica da vida em sociedade (da informação) impõe seu uso. No segundo tipo podemos situar os usos para expressar a cidadania, relações de trabalho e de educação; situações que independem da vontade do usuário, sendo necessário se submeter ao uso das tecnologias para poder usufruir desses âmbitos (durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, a dificuldade de algumas pessoas em utilizar o aplicativo Auxílio Emergencial, criando barreiras significativas para acessar o suporte financeiro do governo, evidenciou claramente a problemática da divisão digital e ressaltou a persistente desigualdade no acesso à tecnologia).

Já o primeiro tipo engloba os aplicativos de entretenimento e relacionamento; os usuários podem, por exemplo, escolher participar (ou não) das redes sociais *on-line*. No que diz respeito aos de entretenimento, essa escolha do usuário merece nossa atenção. Os algoritmos empregados em tais aplicativos, como os de reprodução automática (*autoplay*<sup>8</sup>) e de rolagem infinita, são projetados no intuito de aumentar o engajamento dos usuários, mantendo-os mais tempo nas plataformas. Esses aplicativos se aproveitam de ferramentas como filtros bolha e câmaras de eco para direcionar o conteúdo que será apresentado ao usuário a partir de suas preferências pessoais, amparadas no histórico de uso. Dada uma seleção de conteúdo precisamente adequada às crenças pessoais do usuário, tais aplicativos capturam sua atenção, incentivando a continuidade do consumo de conteúdo, contribuindo para uma dependência digital comparável a outros tipos de vícios. Ao influenciarem sutilmente o comportamento do usuário, esses aplicativos destacam um ponto crítico: não apenas o acesso e a competência tecnológica são desiguais, mas também a vulnerabilidade dos usuários aos mecanismos ocultos de engajamento digital. A autonomia dos usuários em rede é colocada em xeque (Calvo *et al.*, 2020) (adiante essa questão fará parte do problema da privacidade informacional). Assim, diante dos mecanismos de funcionamento desses aplicativos, em que medida podemos, de fato, dizer que é possível não utilizá-los em atividades cotidianas?

---

<sup>8</sup> Cf. Felipe Neto (2023).

Outro fator que evidencia a complexidade dessa questão é o rápido crescimento do número global de usuários de internet. Conforme o *Digital 2023: Global Overview Report*<sup>9</sup> (2023), na última década (2013-2023) houve um crescimento de 103,5% no número de pessoas conectadas em rede, representando atualmente 5.15 bilhões de pessoas (68% da população mundial). Desse rápido crescimento, ainda destacamos que 92,3% do acesso é realizado por dispositivos móveis, um dado relevante, pois, por estar na “palma da mão”, os usuários manipulam informação (recebendo e compartilhando) de forma “imediate”, “espontânea” e “em tempo real”, se tornando cada vez mais imersos no ambiente digital<sup>10</sup> (e, assim, mais vulneráveis aos mecanismos de Economia da atenção<sup>11</sup>). Assim, conforme discutiremos adiante, escolher não participar do ambiente digital não é algo simples, além do que também implica em estar alheio a benefícios culturais, econômicos, educacionais, dentre as outras camadas da sociedade essencialmente mediadas por tecnologias digitais.

É justamente a partir do grau de imersão tecnológica dos indivíduos decorrente da digitalização do cotidiano que entendemos a “sociedade da informação”. Essa sociedade é fruto da relação íntima entre indivíduos e tecnologias digitais que culmina na reformulação do entendimento que os indivíduos possuem de si e de suas interações com outros indivíduos e com o ambiente (Moraes, 2019)<sup>12</sup>. Devido à influência que as informações disponíveis no meio exercem no direcionamento das ações, novas possibilidades de agir no mundo estariam surgindo, as quais não parecem ser passíveis de análise segundo as perspectivas éticas tradicionais. Questões sobre o que é “certo” e “errado”, sobre “o que fazer” e “como agir” se colocam.

<sup>9</sup> Cf. <https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>.

<sup>10</sup> Uma pesquisa realizada na Inglaterra em 2017 constatou que 1/3 das pessoas que responderam à pesquisa disseram olhar seus smartphones em até cinco minutos após acordarem, enquanto 55% admitiram fazê-lo em até 15 minutos. A pesquisa indicou, ainda, que 79% dos envolvidos relataram utilizar seus smartphones uma hora antes de dormir (Chapman, 2017). No Brasil, de acordo com o relatório *Digital 2023: Global Overview*, os cidadãos dedicam, em média, nove horas diárias ao uso de *smartphones* e outros dispositivos eletrônicos. Esse dado revela que mais da metade do período em que os brasileiros estão acordados é consumido pelo engajamento com telas digitais.

<sup>11</sup> Cf. Bhargava e Velasquez (2021).

<sup>12</sup> Há uma diversidade de definições acerca da expressão “sociedade da informação”. Conforme Webster (2006), cada uma delas é desenvolvida com um enfoque num cenário específico, mas compartilham do pressuposto segundo o qual a informação está produzindo alterações quantitativas na dinâmica dos indivíduos, promovendo também um tipo de organização social qualitativamente nova.

Ao descompasso entre novas possibilidades de ação e teorias éticas tradicionais, Moor (1985) denomina *policy vacuum*. Neste contexto, a *Ética Informacional* se apresenta como uma alternativa para fornecer às teorias éticas tradicionais “novos” princípios morais para avaliação de uma ação, uma vez que possui um universo de problemas ampliado.

## **2 ÉTICA INFORMACIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E MODELOS**

Uma vez que trata de questões de cunho moral, a *Ética Informacional* pode ser concebida como uma teoria moral para a “sociedade da informação”, lidando com problemas práticos da denominada Filosofia da Informação.

Brevemente, a Filosofia da Informação pode ser caracterizada como uma área filosófica que investiga a natureza conceitual e princípios básicos da informação, além de metodologias teóricas-informacionais e computacionais aplicadas a problemas filosóficos (Floridi, 2011; Adams; Moraes, 2016). Ela resulta de uma “virada informacional” na Filosofia (Adams, 2003) em que a informação é admitida como ingrediente fundamental para a análise de certos problemas filosóficos através de uma perspectiva mecanicista e representacionista. Destaca-se, aqui, o artigo *Computing Machinery and Intelligence*, no qual Turing (1950, p. 436) propõe a tese segundo a qual “pensar é calcular”. Dado que computadores digitais operam a partir de cálculos e manipulam regras para organização de símbolos; se considerarmos que pensar consiste, principalmente, na atividade de manipulação de símbolos, de acordo com um conjunto de regras lógicas, constituindo algoritmos; então computadores digitais, pretensamente, poderiam pensar.

O impacto da tese de Turing gerou uma aproximação entre Filosofia e Ciência, mais especificamente a Ciência Cognitiva, de modo que uma vez entendido o pensamento inteligente de forma mecânica, seria possível a construção de modelos mecânicos da estrutura e dinâmica deste tipo de pensamento. Esse entendimento fomentou o desenvolvimento de modelos mecânicos da mente, dando origem a diversas abordagens como a Inteligência Artificial (IA), as Redes Neurais Artificiais, a Cognição

Incorporada e Situada, a Robótica Social, entre outras (Frankish; Ramsey, 2014). Dado o papel dos computadores no desenvolvimento de teorias, a produção teórica (filosófico-científica), ocorreu concomitante ao aprimoramento tecnológico, durante a segunda metade do século XX.

A Filosofia da Informação possui, dentre outros, o seguinte conjunto de problemas: “o que é informação?”, “qual a relação entre informação, conteúdo informacional e significado?”, “qual a relação entre informação e verdade?”, “qual a relação entre estados mentais e estados informacionais?”, “a realidade poderia ser reduzida a termos informacionais?”, “o conhecimento pode ser explicado via informação?”, e, por fim, a que motiva nossa discussão: “a informação pode fundamentar uma teoria ética?”.

Antes, porém, de explicitar as principais características da Ética Informacional, convém questionar: seria realmente necessária uma nova Ética para compreender os impactos das tecnologias digitais na sociedade? Uma vez que a Ética Informacional está inspirada em modelos éticos tradicionais<sup>13</sup>, por que não analisá-los, por exemplo, segundo a tradicional perspectiva deontológica<sup>14</sup>? A avaliação de uma teoria é realizada a partir do grau de satisfação quando os princípios que a sustentam fundamentam uma decisão confiável para a ação moral (Timmons, 2013). Quando essa decisão é comprometida, surgem limitações promovendo a carência de aplicabilidade da teoria. Entendemos que é justamente essa carência que está presente nas propostas de teorias éticas deontológicas quando situadas no contexto das novas possibilidades de ação geradas pelas tecnologias digitais, próprias da “sociedade da informação”.

Quilici-Gonzalez *et al.* (2014, p. 170) destacam que segundo o Deontologismo os indivíduos não deveriam mentir, pois se assim o fizessem a sociedade humana entraria em colapso. Kant (2002, p. 3) sustenta tal recomendação na seguinte passagem: “Pois, ela [a mentira] sempre

---

<sup>13</sup> Denominamos éticas tradicionais as correntes clássicas da Ética em História da Filosofia, tais como: Ética das Virtudes, Deontologismo e Consequencialismo.

<sup>14</sup> Os adeptos da teoria deontológica, ilustrada principalmente pela teoria ética kantiana (Kant, 2003, 2004), propõem princípios morais fundamentados no que *deve ser*, ou *não deve ser*, feito. Nesse âmbito, ao invés das ações dos indivíduos serem guiadas por escolhas individuais, elas devem se pautar em obrigações morais, denominadas por Kant “máximas” e “leis universais”, que configuram princípios de conduta que perdem seu aspecto subjetivo para se aplicarem a quaisquer tipos de ação, a qual passa a ser regida pelo que o filósofo chama *imperativo categórico*.

prejudica outrem, mesmo que não a um outro homem, pelo menos sim à humanidade em geral, na medida em que torna inutilizável a fonte do direito”. Dado que as tecnologias digitais possibilitam aos indivíduos o desempenho de ações no ambiente *on-line* em modo anônimo, no contexto da ética deontológica, este tipo de ação seria moralmente errado. Porém, esta prática poderia ser positiva em regimes totalitários, uma vez que os indivíduos seriam forçados a esconder suas preferências políticas de modo a poder contestar o regime e, eventualmente, combatê-lo.

Holgate, em diálogo com Capurro (2017, nota de rodapé 4), argumenta que a realidade digital contemporânea é substancialmente diferente da que Kant conheceu, sugerindo que o filósofo teria dificuldades para entender e se adaptar aos “sapatos cibernéticos” da era atual. Holgate (2017) observa que as normas éticas e etiquetas tradicionais não se aplicam integralmente ao mundo digital, onde as regras são distintas e estão constantemente evoluindo. Ele exemplifica essa distinção ao mencionar casos como o de Edward Snowden<sup>15</sup> e as atividades do *Wikileaks*<sup>16</sup>, argumentando que, no contexto cibernético, tais ações representam uma forma de redistribuição de acesso e controle da informação, diferenciando-se significativamente dos crimes tradicionais de roubo de propriedade material. Estes atos são vistos como contribuições positivas para a comunidade e a sociedade em termos de informação.

Assim como as transformações sociais ocorridas durante a segunda metade do século XX contribuíram para a constituição de um cenário informacional, acadêmico e social, a partir do qual se tornou possível a delimitação de uma Filosofia da Informação, Capurro (2015) destaca que transformações sociais tiveram, também, grande importância para o início do surgimento de reflexões que motivaram propostas para uma Ética Informacional. Seu surgimento, portanto, pode ser caracterizado como um movimento “de baixo para cima” (*bottom-up*), de problemas práticos a teorias, no contexto da “sociedade da informação”. Capurro destaca duas motivações.

---

<sup>15</sup> Cf. Greenwald (2015).

<sup>16</sup> Cf. Assange (2015).

A primeira motivação remonta ao contexto pós-Segunda Guerra Mundial, no qual inicia-se um movimento crítico acerca dos avanços tecnológicos na sociedade. Isso ocorre, segundo Capurro (2015), amparado no “pecado” cometido pelos físicos que, sem tal reflexão ética, promoveram a criação da bomba atômica. Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Weizenbaum (1976) e Wiener (1968): o primeiro ao criticar seu próprio software *Eliza* (que desempenhava as funções de um terapeuta) e o segundo ao entender que “as novas tecnologias informacionais situaram os seres humanos na presença de outra potencialidade social de importância desconhecida para o bem e para o mal” (Wiener, 1968, p. 27). A segunda motivação diz respeito à organização de debates sobre a crise ecológica em virtude do avanço das tecnologias e do modo como essas afetam o meio ambiente (e.g., para produzir um PC de mesa com um monitor CRT de 17 polegadas são necessários 1.500 litros de água, enquanto que o consumo de energia do *Facebook* é similar ao da Alemanha) (Moraes, 2019).

Capurro (2015) considera que há um atraso nos estudos filosóficos acerca do debate interdisciplinar da Ética Informacional, em virtude da complexidade presente nas discussões provenientes dessa área, uma vez que envolvem diversas causas distintas: economia, política, legislação, entre outras. Embora não se estabeleça uma concepção única de Ética Informacional, há um consenso segundo o qual ela é caracterizada como uma *área filosófico-interdisciplinar que visa refletir sobre questões éticas relacionadas aos impactos da inserção de tecnologias digitais na vida cotidiana*.

Três vertentes se destacam na tentativa de fundamentação de parâmetros que delimitam as fronteiras dessa nova área de investigação filosófico-interdisciplinar. Num viés antropocêntrico destaca-se a teoria de Capurro (2006, 2010): a avaliação de uma ação moral é considerada a partir da relação do digital com o ambiente e apenas seres humanos seriam capazes de desempenhar tal relação de juízo moral. Representada por Quilici-Gonzalez *et al.* (2010, 2014) está a abordagem biocêntrica: ampliando o escopo de análise, os autores desenvolvem sua reflexão considerando os seres vivos a partir de relações informacionais que possibilitam a disposição para ação no ambiente (denominadas *affordances*), também digital. Em uma terceira perspectiva, Floridi (2013, 2014) desenvolve sua teoria ética pautada na informação como elemento fundamental para a

análise de questões morais. Com uma abordagem mais radical, na teoria ética proposta por Floridi (2014) passa-se de uma ontologia materialista, na qual os objetos, processos físicos e indivíduos situados e incorporados exercem um papel central na concepção de mundo, para uma ontologia informacional, na qual a informação (imaterial) é o elemento central. Em tal perspectiva, as formas de vida natural dos indivíduos, assim como os artefatos, envolvem relações informacionais inseridas em um mundo de dados, conhecimento e comunicação. Nesse contexto, as tecnologias digitais e os organismos compartilhariam de uma mesma ontologia informacional. Em outras palavras: no primeiro viés, Capurro (2006, 2010) desenvolve uma teoria ética com uma proposta intercultural, entre as sociedades humanas; os autores do segundo viés consideram que os seres vivos em geral, e não apenas os seres humanos, podem ser considerados agentes morais em algum grau; e Floridi (2013, 2014) caracteriza a *Ética Informacional* como uma proposta infocêntrica, extrapolando as duas perspectivas supracitadas.

Diante das vertentes indicadas, Moraes e D'Ottaviano (2018, p. 321, *italico dos autores*) propõem a seguinte caracterização geral de *Ética Informacional*: “*Uma Ética Informacional é uma extensão de um subsistema de princípios morais de um sistema ético tradicional*”. Um sistema  $S'$  estende um sistema  $S$  quando todos os princípios de  $S$  são preservados (válidos) em  $S'$ , sendo que neste podem ser incorporados novos princípios. Os autores utilizam as noções de sistema e subsistema no sentido proposto por Bresciani Filho e D'Ottaviano (2000). De um modo geral, um sistema é uma estrutura com funcionalidade, uma estrutura considerada como um universo não vazio de elementos munido de relações. Assim, uma teoria ética é entendida como um sistema ético, no qual os princípios morais que compõem tal sistema formam a base dos elementos que caracterizam o universo da estrutura. A organização dos elementos e relações entre eles caracterizam a funcionalidade do sistema ético, isto é, o modo como sua aplicação contribui para a ordenação social. Portanto, um sistema ético informacional é gerado por um subconjunto dos princípios morais que constituem o sistema ético original.

A caracterização geral de *Ética Informacional* preserva, ao menos, o princípio da regra de ouro – “Faze aos outros todas as coisas que desejas que os outros te façam” (Hertzler, 2005, p. 161) – presente nas vertentes

centrais da ética tradicional, como um princípio moral aplicável à complexidade da nova dinâmica da “sociedade da informação”. Considerando as três vertentes mencionadas, na proposta ética de Capurro (2006, 2010), a noção de “outro” da regra de ouro é o ser humano, enquanto no viés de Quilici-Gonzalez (2010, 2014) o papel do “outro” pode ser ocupado pelos seres vivos como um todo. Já em relação à ética informacional de Floridi (2013, 2014) a expressão da regra de ouro requer uma reformulação da noção de “outro” considerando a mudança de perspectiva ontológica do filósofo: neste caso, referir-se ao “outro” diz respeito a qualquer entidade informacional, que pode extrapolar o âmbito dos seres vivos.

Sendo assim, a partir da caracterização geral mencionada, a Ética Informacional pode ser analisada como constituída a partir de alguns princípios morais de teorias éticas tradicionais, mas que pode também apresentar novos princípios para avaliar moralmente as possibilidades de ação que surgem da relação entre o indivíduo e as tecnologias digitais. Caso a Ética Informacional preserve todos os princípios da ética tradicional na qual está inspirada, temos um caso de uma extensão do próprio sistema ético.

### 3 ALGUNS PROBLEMAS DA ÉTICA INFORMACIONAL

A agenda de problemas da Ética Informacional é constituída por questões de cunho moral que emergem da análise das relações entre indivíduos e tecnologia digitais e das novas possibilidades de (inter)ação entre eles e deles com o mundo. O caráter de novidade desses problemas se expressa tanto em sua originalidade, como na reformulação (atualização) de problemas já existentes em função de um contexto social digital. Ainda, por um lado, as tecnologias digitais moldam e influenciam o modo como os indivíduos interagem com o mundo, possibilitando novas formas de interpretação e, por outro, criam novos ambientes com os quais os indivíduos não estão habituados.

O grau de complexidade dos problemas tratados pela Ética Informacional reflete a complexidade da “sociedade da informação”. Em especial, no que tange a imbricação dos “mundos” *on-line* e *offline*: o “mundo” *on-line* (digital) estaria “transbordando” no “mundo” *offline* (analógi-

co) e se misturando a ele. Para os jovens (nascidos após os anos 2000) essa imbricação constituiria vivências indiferenciadas, dado que a distinção entre as experiências subjetivas de ambas viria a se tornar única (Sorj, 2016). Nesse contexto, explicitaremos alguns problemas da Ética Informacional considerando, principalmente, as questões que eles apresentam, de modo que o leitor e a leitora possam compreender a complexidade mencionada.

### **3.1 CENSURA (NO SENTIDO OPOSTO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO)**

Sobre a censura poderíamos indagar: todo tipo de informação é passível de publicação na rede ou precisaríamos de uma norma reguladora do que poderia ser disponibilizado em ambiente *on-line*? No caso da adoção da segunda posição, quem seria o responsável pela demarcação dos limites desse conteúdo? Na *Constituição* brasileira (Art. 5º, inciso IX) entende-se a liberdade de expressão como um direito fundamental do indivíduo, porém seguindo alguns parâmetros: a presença de mensagens ofensivas, com conteúdo de homofobia, pedofilia, racismo, entre outras, é tida como uma infração à *Constituição* (Lei 7.716/89<sup>17</sup>).

Um aspecto deste tópico constitucional passível de discussão num ambiente *on-line* é o inciso IV do artigo quinto, Capítulo I do Título II (“Dos Direitos e Garantias Fundamentais”): “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (Brasil, 1988). Em outras palavras, diz Tavares (2010): “A Constituição banuiu o anonimato e a censura. Não há qualquer abrigo para esses dois comportamentos sob o manto do ordenamento jurídico brasileiro”. Neste contexto, destaca-se um dos impactos das tecnologias digitais na organização social, uma vez que um certo grau de anonimato é uma das possibilidades de interação do indivíduo no ambiente *on-line*, para acessar e produzir conteúdo (que, como vimos, pode ser fazer necessário em contextos de repressão ditatorial, ou em situações sociais permeadas por preconceitos). De modo a adequar a atuação dos indivíduos neste ambiente à *Constituição* seria “correto” proibir o anonimato? Uma resposta positiva a esta questão seria um passo a caminho da constituição da *sociedade da vigilância*; por outro lado, uma resposta negativa implicaria o desrespeito

---

<sup>17</sup> Cf. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm)

ao inciso mencionado<sup>18</sup>. Em situações *on-line*, quando se desrespeita os parâmetros constitucionais e as leis específicas vigentes (as Leis 12.737/12<sup>19</sup> e 12.965/14<sup>20</sup>), ocorrem *crimes cibernéticos* (outros exemplos são: roubo de identidade, espionagem industrial, *cyberbullying* e, recentemente, a emergência de ambientes de guerra cibernética).

### 3.2 PRIVACIDADE INFORMACIONAL

O problema da *privacidade informacional* consiste na dificuldade de se analisar os limites daquilo que pode ser considerado privado por um indivíduo, ou grupo, dadas suas ações cotidianas mediadas por tecnologias digitais (Moraes, 2014). Há três expressões deste problema. A primeira refere-se ao aumento do grau de dificuldade gerado pela inserção de tecnologias digitais na vida cotidiana dos indivíduos no que diz respeito à proteção da privacidade. Uma vez que os hábitos comuns dos indivíduos têm se constituído no ambiente *on-line*, há um crescente fornecimento de informação por meio de tais tecnologias como, por exemplo, em suas redes sociais. Informações que usualmente não seriam divulgadas antes da presença das redes sociais *on-line* são agora compartilhadas sem uma reflexão crítica. Isto ocorre devido a aceitação tácita das tecnologias digitais e a familiaridade que tais indivíduos, em especial os mais jovens, possuem com tais tecnologias; além, dos mecanismos de rolagem automática e reprodução automática que fazem com que os usuários permaneçam por mais tempo em uso. Considerando que tal conduta parece fazer parte da identidade pessoal dos indivíduos desta nova geração, destaca-se a segunda expressão do problema da privacidade informacional: a reformulação da própria noção de privacidade.

Tradicionalmente caracterizada como a informação pessoal que é passível de acesso apenas ao próprio indivíduo ou a quem ele considere confiável (Schoeman, 1984), atualmente a privacidade possui caráter

<sup>18</sup> Em âmbito nacional, há uma crescente discussão acerca da possibilidade de aplicação da *Constituição* de 1988 em assuntos do meio *online*. Novos projetos de lei têm sido propostos, os quais são acompanhados de perto por grupos (e.g., CGI.br) que lutam para que os direitos dos usuários não sejam colocados em risco em prol de uma sociedade da vigilância.

<sup>19</sup> Cf. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm)

<sup>20</sup> Cf. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm)

múltiplo: “Tipos diferentes de informação são vistos como mais ou menos privados; escolher o que guardar ou revelar é um processo intenso e contínuo” (Marwick; Murgia-Diaz; Palfrey, 2010, p. 13). A internet passa a ser concebida como um espaço “semipúblico”, ponderado a partir de benefícios sociais que podem fornecer. Dentre os benefícios alcançados por tal exposição está a possibilidade de se *diferenciar* dos demais usuários das redes sociais, conseguindo, assim, superar a sensação de ansiedade gerada pela tipificação dos indivíduos no ambiente *on-line* – alimentando, também, a “cultura narcisista” (Alex Primo, 2009). Tal tipificação decorreria da redução dos indivíduos (e de suas identidades pessoais) a bits de informação: dado que a constituição da identidade pessoal envolve também o reconhecimento de diferenças, uma vez que os indivíduos são digitalizados em bits, as diferenças são diluídas e as identidades pessoais tipificadas (Capurro; Eldred; Nagel, 2013).

A terceira expressão do problema da privacidade informacional extrapola o mero acesso à informação pessoal sem autorização e se situa no debate acerca de vigilância e poder. Conforme Greenwald (2015), preservar algum grau de privacidade é um fator componente da liberdade e felicidade humanas. Também por isso, a privacidade foi declarada um direito fundamental da humanidade reconhecida pelas Nações Unidas no Art. 12 da *Declaração dos Direitos Humanos* (United Nations General Assembly, 1948). Quando o indivíduo desconfia que sua privacidade esteja em risco, ele deixa de agir espontaneamente, uma vez que pode estar sendo observado. A vigilância é mantida tanto por organizações privadas como pelo Estado e, em grande parte das vezes, por meio da colaboração entre eles (conforme divulgado por Edward Snowden em Junho de 2013<sup>21</sup>). Mas qual seria o problema de ter informações pessoais obtidas pelo Estado ou por organizações privadas? No âmbito do senso comum, a justificação de tal vigilância (e, conseqüentemente, de casos de invasão de privacidade) dá-se pela defesa do bem comum e da soberania; porém, Greenwald (2015, p. 173) nos propõe outra resposta a essa questão na seguinte passagem: “se a pessoa não consegue fugir ao olhar atento de uma autoridade superior, não há escolha senão seguir os ditames que a autoridade impõe”.

---

<sup>21</sup> Cf. Greenwald, MacAskill e Poitras (2013).

Por conseguinte, quando se está em constante observação e julgamento, o indivíduo não é realmente livre.

No que tange aos riscos à privacidade dos indivíduos frente a situações de vigilância e poder, é fundamental considerar o impacto das leis de proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD<sup>22</sup>) no Brasil, na configuração da privacidade informacional (Doneda, 2019). Essas leis estabelecem diretrizes rigorosas para a coleta, uso e armazenamento de informações pessoais, reforçando o direito à privacidade e oferecendo aos indivíduos maior controle sobre seus dados. Sob tais regulamentações, as entidades que coletam dados devem garantir transparência na gestão dessas informações e fornecer meios para que os usuários possam acessar, corrigir ou excluir seus dados pessoais. Este marco legal representa um passo significativo na luta contra a invasão de privacidade e o uso indevido de dados em ambientes digitais, contribuindo para uma maior segurança e confiança dos indivíduos nas tecnologias digitais, apesar dos desafios persistentes relacionados à vigilância e ao poder exercido tanto por entidades privadas quanto pelo Estado.

### 3.3 IA GENERATIVA E IA CONFIÁVEL

As ações da vida cotidiana dos indivíduos estão repletas de uso de ferramentas e sistemas que envolvem IA: *Siri* (da *Apple*) e *Alexa* (da *Amazon*), como assistentes de voz; o *Google Translator* como ferramenta de tradução; e algoritmos presentes em ferramentas de *streaming* como *Netflix*, *Spotify* e *Youtube* realizam sugestões de conteúdo a partir da aprendizagem de comportamentos do usuário. A presença da IA no processo de digitalização da vida humana já não é novidade e, é neste ambiente familiar, que sistemas de GPT-4 (*Generative Pre-trained Transformer 4*) como o *chatbot ChatGPT* se inserem.

Modelos computacionais de IA de linguagem natural como o GPT-4, apresentado por meio de sistemas de fácil uso como o *ChatGPT*, aumentam o grau de interatividade do usuário, pois este não necessitará conhecer

---

<sup>22</sup> Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Cf. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

uma linguagem de programação para se relacionar com o sistema; essa interação se dará por meio de uma conversa. Assim, o sistema computacional se torna “parceiro de discurso”, apresentando um alto grau de refinamento nas respostas fornecidas às perguntas feitas por humanos.

O recente impacto do *ChatGPT* em setores importantes da sociedade e seu uso potencial levantam pontos de reflexão: esclarecer o deslumbre que a novidade tecnológica produz; pensar formas de letramento digital para seu uso eficiente (Grizzle; Calvo, 2016); e definir parâmetros éticos para direcionar o desenvolvimento desta tecnologia e balizar as ações dos usuários. Esses pontos contribuem para enfrentar questões éticas que surgem do uso de tecnologias de IA generativa, tais como: i) viés nos dados de treinamento – os modelos generativos são treinados a partir de um grande conjunto de dados, no caso GPT-4 esses dados são oriundos do que há disponível na internet (desde artigos e livros a fóruns de internet), de modo que conteúdos discriminatório, injusto ou ofensivo podem estar presentes nas respostas geradas (Hernandes, 2023); ii) desinformação e manipulação de informação – o *ChatGPT* tem potencial para constituir cenário de produção massiva de *fake news* que podem ser amplamente criadas e divulgadas, ocasionando impacto profundo na formação de crenças dos indivíduos, além de influenciar suas tomadas de decisão (Kaufman, 2022); iii) propriedade intelectual e plágio – a quem pertence o conteúdo gerado pela IA? O jornal *The New York Times* processou a *OpenAI* (criadora do *ChatGPT*) por violação de direitos autorais dado que a empresa utilizou artigos do jornal para alimentar seu modelo de IA (France Presse, 2023); e iv) impacto nos mercado de trabalho – a automação alimentada por IA generativa pode levar à substituição de certos trabalhos humanos (e.g., Jornalismo, Marketing, Recrutamento e Recursos Humanos, Programação), o que levanta questões éticas sobre como lidar com a perda de empregos e garantir a transição suave para uma sociedade mais automatizada (Belli; Hora, 2023).

Questões éticas referentes à IA Generativa ilustram a preocupação com o futuro da IA e sua presença na sociedade. Em 2021, a UNESCO publicou o documento *Recomendações sobre a Ética da Inteligência Artificial*, (UNESCO, 2021) o qual sugere o fomento de ações concretas que pautem eticamente o desenvolvimento de sistemas de IA, mitigando possíveis efeitos danosos. À guisa de tal discussão, a noção de IA Confiável (*Trustworthy*

AI) ganha destaque (European Commission, 2019). Este conceito se refere ao desenvolvimento e uso de sistemas de IA que são seguros, justos, transparentes e responsáveis. A ideia central é que, além de ser tecnicamente eficiente e comercialmente viável, a IA deve ser eticamente alinhada com valores humanos e princípios morais. Isso envolve garantir que a IA seja utilizada de maneira a respeitar a privacidade dos indivíduos, promover a não-discriminação, manter a transparência nas decisões automatizadas e assegurar a responsabilidade dos desenvolvedores e usuários desses sistemas.

Em um mundo onde a IA está cada vez mais presente em aspectos críticos da vida cotidiana, a confiabilidade torna-se um imperativo ético, assegurando que tais tecnologias sejam utilizadas de forma a beneficiar a sociedade como um todo, ao invés de causar danos inadvertidos ou reforçar desigualdades existentes. A IA Confiável representa, portanto, um esforço para harmonizar o avanço tecnológico com as necessidades e direitos humanos, almejando um futuro no qual a tecnologia é moldada e restringida por considerações éticas, tanto quanto por inovações técnicas.

### 3.4 GOVERNANÇA DA INTERNET

Os debates sobre a *governança da internet* consistem no estabelecimento de leis e políticas que regem o fornecimento e uso da internet (Dubois; Dutton, 2014, p. 238). Este debate é complexo, pois a internet se configura como um ambiente de cooperação instantânea, de alcance global, relativamente barato, podendo ser acessada por diversos tipos de dispositivos e compreendendo a relação entre indivíduos de forma descentralizada, i.e., em rede. Ou seja, não há um governo ou entidade específica que se configure como autoridade central para deliberar sobre o que ocorre no ambiente digital. Ainda, nesse cenário, o elemento que se destaca é o próprio indivíduo, usuário da internet, que adquire um novo potencial de expressão no mundo, podendo, em certa medida, participar ativamente de assuntos de interesse global.

Um dos problemas recentes analisados no contexto da governança da internet é o da *cidadania digital*. Mossberger, Tolberg e Mcneal (2007, p. 1) caracteriza a cidadania digital como: “a capacidade de participar em

sociedade online”. Em outras palavras, de modo a se expressar enquanto cidadão digital, o indivíduo necessita possuir a habilidade de interagir na “sociedade da informação” de forma responsável, utilizando as tecnologias digitais com um *know-how* básico em suas ações cotidianas. Isto, pois apenas assim seria possível que o indivíduo incorporasse os padrões de conduta apropriados para o ambiente *on-line*. Mas haveria uma diferença entre ser um cidadão no ambiente *offline* e no ambiente *on-line*? Conforme indicamos, esses dois ambientes seriam duas realidades que não estão separadas, mas que também não podem ser confundidas (Sorj, 2016). Em outras palavras, *offline* e *on-line* seria duas formas de expressão do indivíduo, duas faces da mesma moeda, na qual o papel de cidadão digital poderia ser desempenhado, de modo a usufruir das tecnologias digitais para promover conhecimento cultural e/ou bem-estar econômico.

### **3.5 DIVISÃO DIGITAL**

O tópico da divisão digital<sup>23</sup> estaria relacionado, de modo geral, a situações em que lacunas se constituem entre “ter” e “não ter” no que diz respeito às tecnologias digitais. Porém, ela extrapola o mero ter e não ter tais tecnologias, podendo também ocorrer em relação às diferenças nas possibilidades de acesso à informação, ou acesso a dispositivos apropriados para o uso das tecnologias digitais (*hardware* e *software*), níveis de alfabetização, habilidades de manipulação sobre as tecnologias digitais, entre outros (Himma; Bottis, 2014). Três níveis de análise contextual se destacam neste cenário: i) global, referente à desigualdade entre nações; ii) nacional, quando há desigualdade entre estados; e iii) local, no caso de desigualdade entre pessoas e/ou grupos. Além disso, a caracterização da divisão digital é realizada a partir de fatores como: idade, gênero, status econômico e social, educação, etnia, tipo de família (rural ou urbana), etc.

Himma e Bottis (2014) argumentam que o ponto central da constituição da divisão digital está nas lacunas que surgem da possibilidade, ou não, de um acesso *significativo* das tecnologias digitais, de modo que os indivíduos possam obter vantagens culturais e econômicas a partir de sua uti-

---

<sup>23</sup> Este tópico da Ética Informacional também pode ser encontrado na literatura expresso nos termos “brecha digital”, “abismo digital” e “exclusão digital”.

lização (conforme a noção de cidadania digital). Em outras palavras, considera-se na parte excluída da divisão digital aquela parcela da população que utiliza as tecnologias digitais apenas para entretenimento superficial (e.g., realizar o *download* de músicas ou assistir vídeos por *streaming*), no sentido de tais indivíduos não serem capazes de utilizar a informação obtida para promoção de conhecimento cultural e/ou bem-estar econômico. O fato de a parcela mais pobre da população mundial compor a maior parte daqueles que estão excluídos da “sociedade da informação”, não possuindo acesso às tecnologias digitais e ao seu uso de modo significativo, faz com que um círculo vicioso se mantenha em relação às desigualdades sociais em âmbito mundial. A seguir, ampliamos esta análise.

Moraes e Testa (2020) argumentam que a divisão digital pode ser caracterizada como *sistêmica*. É sistêmica pois (i) está presente em todo o ciclo de vida das tecnologias digitais – com impactos éticos relativos ao desenvolvimento, desenho e uso de tais tecnologias, e (ii) afeta deliberadamente todos os usuários, tendo em vista os mecanismos elaborados pelos desenvolvedores para manter os usuários utilizando as plataformas e se beneficiar econômica e politicamente de tal uso. A “divisão digital sistêmica” é relativa não apenas ao acesso e à alfabetização digital, mas também à habilidade de pensamento crítico sobre os impactos das tecnologias digitais sobre nossa forma de entender e agir nos ambientes *on-line* e *offline*. Uma vez situados no lado “excluído” da divisão digital, os indivíduos não possuem ferramentas ou habilidades eficazes para reivindicar seu direito à participação na sociedade da informação (classificada pela ONU como um Direito da Humanidade): por um lado, eles têm sua voz menosprezada por aqueles que detêm os recursos tecnológicos e consideram que a divisão digital não é um problema (i.e., empresas desenvolvedoras de tecnologia que se apoiam no avanço tecnológico incessante); por outro, quando considerados no desenvolvimento da “sociedade da informação”, os indivíduos “excluídos” ficam reféns dos direcionamentos que lhe são impostos, sem a possibilidade de manifestação contrária, nem conhecimento crítico e técnico para isso.

Enfim, discutimos questões éticas que compõem a agenda da Ética Informacional oriundas da remodelagem que as tecnologias digitais têm gerado nas interações humanas. Os tópicos apresentados evidenciam a

complexidade da sociedade da informação e a necessidade de se criar alternativas para que os indivíduos mantenham sua autonomia e desenvolvam pensamento crítico ao lidar com as tecnologias que permeiam sua realidade; dois atributos individuais que os problemas da Ética Informacional colocam em análise.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A era da informação trouxe consigo uma revolução na forma como interagimos com o mundo ao nosso redor. Com o advento da internet e das tecnologias digitais, o acesso e a disseminação de informações tornaram-se instantâneos e onipresentes. Embora esses avanços tenham trazido benefícios inegáveis, eles também apresentam desafios éticos complexos que precisam ser compreendidos e abordados. A Ética Informacional surge como um campo de estudo dedicado a explorar esses desafios.

Conforme argumentamos, a Ética Informacional é uma área de investigação filosófico-interdisciplinar dinâmica e em constante evolução, refletindo as mudanças rápidas na tecnologia e na sociedade. O convite ao leitor e à leitora para adentrar à complexidade da Ética Informacional, e iniciar um entendimento acerca de suas características, princípios e problemas, corrobora a colocação de Capurro expressa em entrevista à Marefat e Sangari (2014), segundo a qual um aspecto importante de se compreender a Ética atual é a “responsabilidade individual e social em relação ao impacto das nossas escolhas à luz da influência da ciência e da tecnologia”. Isto é, estar consciente não apenas dos impactos das tecnologias digitais na sociedade, mas também das consequências que nossas escolhas podem gerar em relação a tais tecnologias.

A Ética Informacional oferece uma base para entender melhor as complexidades da nossa era digital e para desenvolver soluções que sejam éticas, justas e benéficas para todos. É uma área que desafia, mas também inspira a continuarmos a explorar o vasto potencial das tecnologias digitais em nossa vida cotidiana. Mais uma vez apoiados em Capurro (*apud* Küchemann, 2015) concluímos com a seguinte metáfora: o ambiente digital pode ser entendido como o mar, cabendo a nós aprender a “nadar” no caos digital, ainda

assim correndo o risco de “nos afogarmos”. A Ética Informacional se situa como um guia que nos permite agir com habilidade e integridade neste ambiente de modo a construir uma sociedade democrática.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, F. The informational turn in philosophy. *Minds and Machines*, Netherlands, v. 13, p. 471-501, Nov. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1026244616112>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1026244616112>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- ADAMS, F.; MORAES, J. A. Is There a Philosophy of Information?. *Topoi*, Dordrecht, v. 35, p.161-171, Apr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11245-014-9252-9>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11245-014-9252-9>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- ALEX PRIMO. A busca por fama na web: reputação e narcisismo na grande mídia, em blogs e no Twitter. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. *Anais [...]* Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/r4-1950-1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- ANDRADE, G. Brasil é o 2º país em que usuários passam mais tempo on-line. *Metrópoles*, Brasília, DF, 4 abr. 2024. Disponível em: [https://www.metropoles.com/colunas/m-buzz/brasil-e-o-2-pais-em-que-usuarios-passam-mais-tempo-on-line#google\\_vignette](https://www.metropoles.com/colunas/m-buzz/brasil-e-o-2-pais-em-que-usuarios-passam-mais-tempo-on-line#google_vignette). Acesso em: 18 nov. 2024.
- APPSFLYER; APPANNIE. *Brasil 2021 state of app marketing*. 2021. Disponível em: <https://dataai.infogram.com/pt-brazil-state-of-app-marketing-brazil-2021-1h7k230dg18pg2x>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- ASSANGE, J. *Quando o Google encontrou o WikiLeaks*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 18 nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em: 18 nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm). Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 18 nov. 2024.

BELLI, L.; HORA, N. ChatGPT: o que anima e o que assusta na nova inteligência artificial. *Folha de São Paulo*, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/01/chatgpt-o-que-anima-e-o-que-assusta-na-nova-inteligencia-artificial.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BHARGAVA, V. R.; VELASQUEZ, M. Ethics of the attention economy: the problem of social media addiction. *Business Ethics Quarterly*, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 321-359, July 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/business-ethics-quarterly/article/ethics-of-the-attention-economy-the-problem-of-social-media-addiction/1CC67609A12E9A912BB8A291FDFFE799>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRESCIANI FILHO, E.; D'OTTAVIANO, I. M. L. Conceitos básicos de sistêmica. In: D'OTTAVIANO, I. M. L.; GONZALEZ, M. E. Q. (org.). *Auto-organização: estudos interdisciplinares*. Campinas: UNICAMP, 2000. p. 283-306. (Coleção CLE, v. 30).

CALVO, R.A. *et al.* Supporting human autonomy in ai systems: a framework for ethical enquiry. In: BURR, C.; FLORIDI, L. (ed.). *Ethics of digital well-being: a multidisciplinary approach*. Oxford: Springer, 2020. p. 31-54. (Philosophical Studies Series, v. 140).

CAPURRO, R. Towards an ontological foundation of Information Ethics. *Ethics and Information Technology*, Netherlands, v. 8, n. 4, p. 175-186, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10676-006-9108-0>. Acesso em: 12 nov. 2024

CAPURRO, R. Desafíos teóricos y practicos de la ética intercultural de la información. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA INFORMAÇÃO, 1., 2010, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Idea, 2010. p. 11-51. Disponível em: [https://lti.pro.br/uploads/posts\\_files/148/5174bcdc63b1722a7b0a923f3f8fe63f.pdf](https://lti.pro.br/uploads/posts_files/148/5174bcdc63b1722a7b0a923f3f8fe63f.pdf). Acesso em: 12 nov. 2024

CAPURRO, R. *Notas de orientação de João Antonio de Moraes durante Período Doutorado-Sanduiche no Exterior (CAPES/PDSE)*, Alemanha, fevereiro-maio, 2015.

CAPURRO, R. Citizenship in the digital age. In: SAMEK, T.; SCHULTZ, L. (ed.). *Information Ethics and Global Citizenship*. Jefferson NC: McFarland, 2017. p. 11-30.

CAPURRO, R.; ELDRED, M.; NAGEL, D. *Digital whoness: identity, privacy and freedom in the cyberworld*. Frankfurt: Ontos-Verlag, 2013.

CHAPMAN, B. UK a nation of smartphone addicts with more than half saying they use theirs too much, research shows. *Independent*, 20 Sept. 2017. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/business/news/uk-a-nation-of-smartphone-addicts-with-more-than-half-saying-they-use-theirs-too-much-research-shows-a7955701.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

- DONEDA, D. *Da privacidade à proteção de dados: elementos da formação da Lei geral de proteção de dados*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.
- DUBOIS, E.; DUTTON, W. H. Empowering citizens of the Internet age: the role of a fifth estate. In: GRAHAM, M.; DUTTON, W. H. (ed.). *Society & the Internet*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 238-254.
- EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for Communications Networks, Content and Technology. *Ethics Guidelines for Trustworthy AI*. Brussels: European Commission, 2019. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2759/346720>. Acesso em: 12 nov. 2024
- FELIPE NETO. A armadilha do autoplay nas redes sociais. *JOTA*, 2 maio 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/artigos/a-armadilha-do-autoplay-nas-redes-sociais>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- FLORIDI, L. *The Philosophy of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- FLORIDI, L. *The ethics of information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- FLORIDI, L. *The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- FRANCE PRESSE. The New York Times processa OpenAI, criadora do ChatGPT, e Microsoft por violação de direitos autorais. *G1*, 27 dez. 2023. Tecnologia. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/12/27/the-new-york-times-processa-openai-e-microsoft-por-violacao-de-direitos-autorais.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- FRANKISH, K.; RAMSEY, W. *The Cambridge handbook of artificial intelligence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- GREENWALD, G.; MACASKILL, E.; POINDEXTER, L. Edward Snowden: the whistleblower behind the NSA surveillance revelations. *The Guardian*, London, 9 June 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- GREENWALD, G. *No place to hide: Edward Snowden, the NSA & the surveillance state*. New York: Penguin Books, 2015.
- GRIZZLE, A.; CALVO, M. C. T. (ed.). *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. Brasília, DF: UNESCO, 2016.
- HERNANDES, R. O que você precisa saber sobre ChatGPT, OpenAI e inteligência artificial na linguagem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/02/o-que-voce-precisa-saber-sobre-chatgpt-openai-e-inteligencia-artificial-na-linguagem.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- HERTZLER, J. The Golden Rule and Society. In: GENSLER, H. J.; SPURGIN, E. W.; SWINDAL, J. C. (ed.). *Ethics: contemporary readings*. New York; London: Routledge, 2005. p. 158-166.

- HIMMA, K. E.; BOTTIS, M. The digital divide: information technologies and the obligation to alleviate poverty. In: SANDLER, R. L. (ed.). *Ethics and emerging technologies*. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 333-346. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137349088\\_22](https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137349088_22). Acesso em: 11 nov. 2024.
- KANT, I. Sobre um pretenso direito de mentir por amor aos homens. In: PUENTE, F. R. (org.). *Os filósofos e a mentira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 73-81.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KAUFMAN, D. A linguagem natural dos humanos e a linguagem matemática das máquinas. *Época Negócios*, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/colunas/IAgora/noticia/2022/08/linguagem-natural-dos-humanos-e-linguagem-matematica-das-maquinas.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- KÜCHEMANN, F. Gespräch mit dem Info-Ethiker Rafael Capurro: Schwimmen im digitalen Chaos. *Frankfurter Allgemeine*, 28 Mars. 2015. Disponível em: <http://www.faz.net/aktuell/feuilleton/familie/gesprach-mit-dem-info-ethiker-rafael-capurro-13509739.html>. Acesso em: 18 nov, 2024.
- MAREFAT, R.; SANGARI, M. Information ethics and Internet research ethics: an interview with Rafael Capurro. *Webology*, v. 11, n. 2, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.webology.org/2014/v11n2/a128.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- MARWICK, A.; MURGIA-DIAZ, D.; PALFREY, J. *Youth, privacy and reputation*. Cambridge: Berkman Center Research Publication, 2010. (Harvard Law School Public Law & Legal Theory Working Paper Series Paper, Research Publication, n. 5).
- MELTWATER; WE ARE SOCIAL. Digital 2023: Global Overview Report. *Datareportal*, 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- MOOR, J. What is computer ethics? *Metaphilosophy*, v. 16, n. 4, Oct. 1985. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9973.1985.tb00173.x>. Disponível em: <http://www.cs.ucdavis.edu/~rogaway/classes/188/spring06/papers/moor.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- MOORE, G. E. Cramming more components onto integrated circuits. *Proceedings of the IEEE*, New York, v. 86, n. 1, Jan. 1998. Reprinted from *Electronics*, p. 114-117, Apr. 19 1965). Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/658762>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- MORAES, J. A. *Implicações éticas da “virada informacional na Filosofia”*. Uberlândia: EdUFU, 2014.
- MORAES, J. A. *O paradigma da complexidade e a ética informacional*. Campinas: UNICAMP, 2019. (Coleção CLE, v. 85).

- MORAES, J. A.; D'OTTAVIANO, I. M. L. On Information Ethics. In: GUIZI, E. B. *et al.* (org.). *Sementes do Pragmatismo na contemporaneidade*. São Paulo: FiloCzar, 2018. p. 309-336.
- MORAES, J. A.; TESTA, R. A sociedade contemporânea à luz da Ética Informacional. *Acta Scientiarum: human and social sciences*, Maringá, v. 42, n. 3, e56496, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v42i3.56496>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/56496>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- MOSSBERGER, K.; TOLBERG, C. J.; MCNEAL, R. S. *Digital citizenship: the Internet, society, and participation*. Cambridge: MIT Press, 2007.
- QUILICI-GONZALEZ, J. A.; KOBAYASHI, G.; BROENS, M. C.; GONZALEZ, M. E. Q. Ubiquitous computing: any ethical implications? *International Journal of Technoethics*, Pennsylvania, v. 1, n. 3, p. 11-23, 2010.
- QUILICI-GONZALEZ, J. A. *et al.* Complexity and information technologies: an ethical inquiry into human autonomous action. *Scientiae Studia (USP)*, São Paulo, v. 12, p. 161-179, 2014. Número Especial. Disponível em: <https://journals.usp.br/ss/article/view/98113/96949>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- SORJ, B. Prefácio. In: SORJ, B.; FAUSTO, S. (org.). *Activismo político en tiempos de internet*. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2016.
- TAVARES, R. F. Liberdade de expressão, a definição constitucional. *Observatório da Imprensa*, Campinas, n. 574, 26 jan. 2010. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/liberdade-de-expressao-a-definicao-constitucional>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- TIMMONS, M. *Moral theory: an introduction*. New York: Rowman & Littlefield, 2013.
- TURING, A. M. Computing machinery and intelligence. *Mind*, Oxford, v. 59, n. 236, p. 433-460, out. 1950. DOI: <https://doi.org/10.1093/mind/LIX.236.433>. Disponível em: <https://academic.oup.com/mind/article/LIX/236/433/986238>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- UNESCO. *Recomendação sobre a ética da Inteligência Artificial*. [S.l.]: UNESCO, 2021. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_por). Acesso em: 18 nov. 2024.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. *Universal Declaration of Human Rights*. United Nations: Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021/03/udhr.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- WEBSTER, F. *Theories of the information society*. New York: Routledge, 2006.
- WEIZENBAUM, J. *Computer power and human reason: from judgment to calculation*. New York: W. H. Freeman, 1976.
- WIENER, N. *Cybernetics*. 2nd. ed. Cambridge: MIT Press, 1965.

**PARTE III**  
**INFORMAÇÃO E**  
**LINGUAGEM**



8

**PROCESSAMENTO DA  
INFORMAÇÃO E PRAGMÁTICA  
DA LEITURA DA FICÇÃO:  
IMAGINAÇÃO, HABITUAÇÃO,  
AFETO**

*INFORMATION PROCESSING AND  
THE PRAGMATICS OF READING  
FICTION: IMAGINATION,  
HABITUATION, AFFECTION*

*Pedro Ramos Dolabela CHAGAS*  
*UFPR*  
*dolabelachagas@gmail.com*  
*<https://orcid.org/0000-0003-0336-489X>*

**Resumo:** Discuto a leitura da narrativa do texto ficcional como o processamento de informações articuladas para a produção, no leitor, de efeitos mentais e afetivos de vários tipos. Inicialmente, trato da construção imaginária dos entes ficcionais durante a leitura; em seguida, falo do texto ficcional como um mundo possível estruturado de acordo com princípios internos de coerência, e apresentado ao leitor através de enunciados produzidos para orientar seus processos cognitivos de várias maneiras. Abordo as maneiras como o processamento mental da informação textual é afetivizado, o que determina a qualidade da relação do leitor com o enredo e o mundo ficcional. Ao estruturar o percurso está a distinção entre duas acepções do termo “informação” que são importantes para a teoria da leitura: a informação como unidade que demarca uma diferença em relação ao contínuo do mundo ficcional, e como a redução do espectro de alternativas na compreensão dos entes ficcionais.

**Palavras-chave:** Imaginação; Ficção; Pragmática; Leitura; Afeto.

**Abstract:** I discuss the reading of the fictional text narrative as the processing of information articulated for the production, in the reader, of mental and affective effects of various kinds. Initially, I deal with the imaginary construction of fictional entities during reading; then, I talk about the fictional text as a possible world structured according to internal principles of coherence, and presented to the reader through enunciations produced to guide their cognitive processes in diverse possibilities. I address the ways in which the mental processing of textual information is affectivized, which determines the quality of the reader's relationship with the plot and the fictional world. By structuring this discussion pathway, two meanings of the term “information” that are important for reading theory emerges: information as a unit that demarcates a difference in relation to the continuum of the fictional world and as the reduction of the spectrum of alternatives in understanding fictional entities.

**Keywords:** Imagination; Fiction; Pragmatics; Reading; Affection.

## **1 INTRODUÇÃO**

Caracteriza o interesse pela leitura da ficção – e pela arte, em geral – a expectativa da novidade; tudo que parecer previsível ou redundante num conto, novela ou romance receberá um juízo negativo. Mas o termo “novidade” deve ser entendido com comedimento, pois aquilo que nos parece novo emerge sobre um fundo de redundância: se algo é radicalmente diferente do que já conhecemos, a falta de familiaridade, o excesso de estranhamento – da linguagem, dos personagens, da lógica do enredo – podem tornar o mundo ficcional impenetrável, diminuindo o prazer e o envolvimento na leitura. Alguma capacidade de mapeamento do texto é necessária para que o leitor processe o mundo ficcional, a evolução do enredo, a textura da linguagem, os temas e valores evocados. Veremos que essa capacidade é determinada pelo seu conhecimento do mundo real – cuja experiência lhe fornece esquemas de pessoas, lugares, situações –, e pelo seu conhecimento da literatura, que o familiariza com esquemas de personagens, mundos e conflitos tradicionalizados na história da ficção.

Esse é o tema deste capítulo: discutir como o leitor da narrativa ficcional escrita processa as informações textuais, para vivenciar um mundo desconhecido. Quanto mais diversificada for sua experiência de vida, e quanto mais literatura ele tiver lido, maior será seu repertório interpretativo. Munido de esquemas relativamente pessoais e compartilhados em variadas medidas, com o avanço da leitura ele chega à sensação de conhecer com intimidade o mundo ficcional, o que revela duas implicações do conceito de informação para a atividade da leitura. Inicialmente, informação é toda unidade que demarca sua diferença no fluxo da leitura, distinguindo-se do fundo formado pelos estados regulares – comparativamente estáticos – do mundo ficcional; é o que acontece quando o leitor adquire consciência inicial dos elementos mais salientes do enredo. Com o desenrolar da leitura, a compreensão desses elementos adquire robustez pela progressiva redução do espectro de alternativas relativo à sua interpretação, permitindo que o leitor a eles se habitue, sentindo conhecê-los suficientemente bem – é o segundo processo informacional determinante para a leitura.

No decorrer da leitura, informações geram informações: a organização sintática e semântica das palavras grafadas no papel tem um valor

informativa potencial, que só será efetivada em processos mentais de atribuição de relevância (à informação textual) por cada leitura, em cada processo de leitura: o processamento mental do texto estrutura a experiência imaginativa, enativa (relativa à evocação de experiências perceptuais e sensações corpóreas) e afetiva (relativa aos estados de ânimo e ao envolvimento emocional) da leitura, gerando as experiências da compreensão, imaginação cinestésica e sensorial, empatia e aversão no acompanhamento dos personagens. Resultante da *poiesis* autoral, o texto articula símbolos linguísticos para orientar a atividade mental de um leitor que, à sua maneira, esquematizará as informações textuais em produtos imaginários, éticos e esteticamente valorados, com os quais ele se envolverá afetivamente.

É um processo complexo, cujos elementos principais buscarei descrever sem ambição de completude: falarei da condição imaginária dos efeitos da linguagem, da composição de mundos ficcionais em textos construídos para a comunicação com o leitor, dos modos básicos e culturalizados de afetivização – i.e. de produção de envolvimento emocional – da leitura, cada tema recebendo seu subcapítulo específico. Ao final, retomarei as acepções de informação que se fertilizam mutuamente na experiência da leitura: a diferença que demarca uma unidade, a redução de alternativas no processo interpretativo. Em conjunto, elas permitem conhecer, habituar-se, fazer inferências interpretativas e prever estados futuros dos mundos ficcionais. Começamos pela linguagem.

## 2 A IMAGINAÇÃO COMO PRODUTO DA LEITURA

Em certa língua, alguém escreve coisas; num nível elementar, um texto de ficção é uma prática cultural linguística – é o seu meio semiótico. Que efeitos o texto produz, quais são seus poderes causais? Num nível fundamental, isso é perguntar sobre os efeitos da linguagem: pela proposição de Daniel Dor (2015), podemos entender a linguagem como uma tecnologia de instrução da imaginação. Estimular a imaginação humana explicaria sua função evolutiva e, de roldão, as motivações da escrita e os efeitos da leitura da ficção.

Para identificar a importância original da linguagem, Dor (2015) descreve a experiência humana como um fenômeno privado. Sim, nossas vidas mentais são intersubjetivas e determinadas pela socialização, mas nossa experiência abrange tudo que nos acontece como criaturas mentais – sentir, pensar, compreender, ver, ouvir, imaginar, desejar, agir, reagir, movimentar-se integram a vida consciente, a experiência de sermos nós mesmos em seus aspectos bioculturais constitutivos. Esses vários aspectos da experiência são interligados holisticamente, de maneira dinâmica, gerando estados mentais em transições contínuas, que formam uma experiência individualmente específica – enquanto a linguagem, como um sistema de manipulação de símbolos, opera de outra maneira. Categorizações experienciais e categorizações linguísticas são bem diferentes; na experiência corporificada do mundo, cada um traz suas lembranças e histórias de interação, usa estratégias diferentes de compreensão, tem capacidades diferentes de atenção e percepção, diferentes concepções sobre as coisas; temos idade, gênero, status social, força física, desenvolvimento emocional, curiosidades por coisas diferentes. Por isso vivemos em mundos experienciais diferentes, incomensuravelmente mais numerosos do que a quantidade de palavras e construções sintáticas que a linguagem oferece. Experiências não podem, ademais, ser diretamente comunicadas a outras mentes; não podemos comunicar nossos estados mentais diretamente uns aos outros. Mas Dor (2015) propõe que a linguagem reduz a solidão epistêmica que caracteriza a experiência humana, e essa é sua função evolutiva: a lacuna experiencial entre os falantes não desaparece, mas a linguagem evoluiu para reduzi-la ao possibilitar a instrução da imaginação alheia.

O recurso à metáfora da tecnologia visa descrever como a linguagem opera: como toda tecnologia, ela não tem função geral, tendo se desenvolvido para uma função específica; no caso, ela teria surgido para permitir que falantes instruísem ouvintes a imaginar conteúdos distantes da experiência presente, e/ou que os ouvintes não poderiam ter conhecido diretamente. O falante manipula um código, um esquema de coordenadas que leva o ouvinte a revolver conteúdos de memória, que serão reconstruídos e recombinaados numa experiência imaginária. Essa é a função para a qual a linguagem evoluiu: instruir-nos a imaginar certas coisas, de acordo com intenções de comunicação.

Originalmente, sua evolução teria sido motivada pela função comunicativa baseada na confiança: ao acreditarmos nos interlocutores, podíamos experimentar uns para os outros. Mas essa mesma tecnologia pôde ser usada para a mentira e, logo, para a ficção, que estão livres dos limites da experiência. Nelas, o falante imagina artificialmente uma intenção experiencial, um mundo diferente daquele que ele experiencia: os primeiros mentirosos e os primeiros ficcionistas não imaginavam ao ouvir, mas imaginavam para falar. Dor (2015) sugere que os primeiros mentirosos provavelmente eram bons ouvintes, pois mentir requer uma boa compreensão do mundo experiencial da vítima. Eles provavelmente sabiam controlar e suprimir suas emoções, e impedir que seus sistemas de comunicação trássem suas intenções. É claro que ficções não são mentiras, mas é evidente que essas capacidades são importantes para o ficcionista: imaginar conteúdos inexistentes antes de falar sobre eles, compreender o mundo experiencial do ouvinte para antecipar os efeitos mentais da comunicação, controlar a própria expressão para manejar as reações emocionais dos ouvintes. Com a linguagem, as pessoas podem se comunicar não apenas sobre experiências pessoais que elas tenham identificado mutuamente, mas sobre combinações inovadoras dessas experiências. Elas podem inventar entidades imaginadas e falar sobre elas: mitigada a dependência da experiência, desenvolveram-se dissociados da experiência, baseados na imaginação e mundos comunicados pela linguagem – ou melhor, existentes apenas na linguagem que os comunica.

De posse da linguagem, podemos, portanto, usá-la para inúmeras coisas, mas a ideia é que as funções para as quais ela evoluiu permanecem as mesmas, incluindo a escrita. A função de instrução da imaginação é exercida pela fala e pelo texto, que também trabalha intencionalmente para instruir a imaginação do leitor – de várias maneiras, como acontece numa sequência como esta:

Na semana anterior à partida para Arrakis, quando a agitação dos últimos preparativos chegara a um furor quase insuportável, uma velha veio visitar a mãe do menino, Paul.

Era uma noite quente no Castelo Caladan, e as pedras antigas que serviam de lar à família Atreides havia vinte e seis gerações exalavam

aquela sensação de suor resfriado que costumavam adquirir pouco antes do tempo virar. [...]

À meia-luz de uma luminária suspensa que pairava perto do chão, o menino, acordado, viu uma volumosa forma feminina parada à porta, um passo à frente de sua mãe. A velha era a sombra de uma bruxa: os cabelos eram um emaranhado de teias de aranha a cobri-lhe as feições obscuras, e os olhos cintilavam feito joias.

– Ele não é pequeno para a idade, Jéssica? – perguntou a velha. Sua voz chiava e arranhava como um baliset desafinado.

A mãe de Paul respondeu, com seu suave contralto: – É fato conhecido que os Atreides começam a crescer tarde, Vossa Reverência. [...]

– Está acordado e nos ouve – disse a velha. – O tratantezinho dissimulado – ela riu disfarçadamente.

– Mas a realza precisa ser dissimulada. E se ele for realmente o Kwisatz Haderach... bem... (Herbert, 2015, p. 6)

Eles partirão para Arrakis; uma senhora que parece uma bruxa, de cabelos semelhantes a uma teia de aranha e voz de baliset desafinado vai ao castelo de pedra em que os Atreides moravam há vinte e seis gerações; a mãe de Paul fala num contralto suave que os Atreides demoram para crescer; “sua Reverência” percebe que o jovem entreouvia a conversa e é simpática à sua astúcia – pois talvez ele fosse o Kwisatz Haderach. Com tanta coisa nova, o valor informacional da passagem é elevado e seu estímulo à imaginação é evidente, para estimular a curiosidade pela estória. Mas não se pode dizer que haja menos instrução da imaginação na prosa realista:

Na planície rasa, sob a noite sem estrelas, de uma escuridão e espessura de tinta, um homem caminhava sozinho pela estrada real que vai de Marchiennes a Montsou, dez quilômetros retos de calçamento cortando os campos de beterraba. A sua frente, não enxergava nem mesmo o solo negro e somente sentia o imenso horizonte achatado através do sopro do vento de março, rajadas largas como sobre um mar, geladas por terem varrido léguas de pântanos e terras nuas. Nem sombra de árvore manchava o céu; a estrada desenrolava-se reta como um quebra-mar em meio à cerração ofuscante das trevas.

[...] Percorrera uma distância aproximada de duzentos passos quando, bruscamente, numa volta do caminho, os fogos

reapareceram próximos dele sem que o homem chegasse a compreender como podiam elevar-se tão alto no céu morto, iguais a luas enevoadas. [...] Era uma massa pesada, um amontoado de construções de onde se levantava a silhueta da chaminé de uma fábrica. Raros clarões saíam das janelas sujas, cinco ou seis lampiões tristes pendiam do lado de fora das vigas de madeira enegrecidas do edifício, alinhando vagamente perfis de cavaletes gigantescos. [...]

Só então o homem se deu conta de que aquilo era uma mina e a vergonha tomou conta dele. Para que tentar? Não haveria trabalho... [...]

(Zola, 1979, p. 5)

Nossa imaginação não trabalha menos, ela não é menos solicitada por um texto como esse: temos que imaginar a planície, o caminhante solitário, campos de beterraba, vento de março, as metáforas da escuridão de tinta, da estrada como um quebra-mar, dos fogos subindo como luas enevoadas, dos lampiões tristes. Em *Duna* (Herbert, 2015) e *Germinal* (Zola, 1979), a linguagem instrui a imaginação do leitor pela manipulação dos seus dois componentes centrais: na terminologia de Dor (2015), eles são a “paisagem simbólica”, com palavras que estabilizam modelos coletivamente codificados do mundo, e o “protocolo de comunicação” (a sintaxe), conjunto de regras normativas para o uso da linguagem. Esses componentes foram construídos lentamente, num investimento coordenado de mapeamento e demarcação das formas de falar compartilhadas: longos históricos de uso comum tornaram os efeitos das palavras controláveis por falantes e ouvintes, enquanto sintaxes – como normas de uso das palavras – se consolidavam. Do protocolo sintático e da identificação mútua do significado emergem modelos mutuamente identificáveis do mundo, permitindo a instrução da imaginação.

Mas palavras se correlacionam apenas parcialmente com os conteúdos que emergem nas mentes de cada leitor ou ouvinte. Seus significados são flexíveis, ambíguos, variáveis e sensíveis ao contexto. Dor (2015) comenta que a propriedade “frágil”, por exemplo, é semanticamente conectada a certos objetos, propriedades e antônimos (“robusto”, “forte”), mas no mundo analógico da experiência corporificada, os objetos nunca são simplesmente frágeis ou robustos, com linhas claras de demarcação. A rede semântica emergiu e evolui em processos de identificação experiencial

mútua, à medida que os falantes chegam a acordos sobre distinções e relações entre elementos dignos de comunicação. É um processo não planejado, em que sinais e relações são acrescentados à paisagem simbólica, para atender as necessidades dos falantes, em suas redes de comunicação. Esse processo não produz definições claras dos conceitos, mas apenas relações relativamente contextuais e convencionais entre eles e seus objetos típicos de referência. Isso basta, na maioria das comunicações, como definição aproximativa: se queremos que os outros imaginem um objeto com determinadas propriedades, o modelo simplificado da paisagem simbólica nos oferece pontos de referência discretos, fixados por identificação mútua, com os quais podemos fazê-lo.

Não há apenas lacunas experienciais entre indivíduos; há lacunas em nós mesmos, como usuários da linguagem. Se um mesmo símbolo funciona como instrutor da imaginação para indivíduos diferentes, podem variar as redes de relações que os indivíduos estabelecem entre os símbolos e os fatos da experiência. A identificação mútua é sempre uma questão de grau; um ouvinte ou um leitor podem imaginar algo diferente daquilo que o falante pretendia. Na mediação entre a experiência privada e o mundo social, o falante manipula a linguagem para socializar uma intenção privada, enquanto o ouvinte privatiza essa mensagem socializada. Idealmente, uma instância de instrução é bem-sucedida na medida em que o ouvinte tem uma experiência imaginativa semelhante à intenção do falante, mas todo sucesso é relativo: a lacuna experiencial permanece, e toda comunicação é uma aproximação. A função da linguagem não é dizer o que as coisas são, mas direcionar o ouvinte a um conjunto de distinções, indicando, em geral ou nos limites daquela comunicação, quais coisas devem ser apreendidas como diferentes e quais estão ligadas entre si. A influência da linguagem sobre a experiência será maior quando a experiência só for possível pela linguagem, ou seja, quando o domínio experiencial existir apenas como imaginação instruída pela linguagem – como acontece na leitura da ficção.

Neste ponto vale perguntar como opera a imaginação. Farei esse esclarecimento apelando a uma definição compatível à teoria de Dor, mas de maior extensão: falo da proposição de Stephen Asma e Rami Gabriel (2019), que retornarão adiante em nossa discussão. Segundo eles, a ima-

ginação tem uma arquitetura cognitiva intermediária entre os sentidos e a percepção, o juízo e a avaliação, produzindo novas combinações de representações e/ou propriedades – incluindo representações contrafactuais – no cruzamento de domínios diferentes de pensamento e experiência. Ela pode ser limitada pela compreensão (pela cognição governada por regras) ou ocorrer como “jogo livre” (não limitado pela teleologia e pela racionalidade). Ela é dotada de intencionalidade nos seus componentes e em suas motivações, ou seja, é direcionada a elementos presentes e a resultados futuros. Ela é capaz de subsumir tokens em tipos, estimular inferências baseadas ou não na linguagem (baseadas em imagens, por exemplo), recrutar sistemas afetivos e emocionais, podendo ocorrer voluntária ou involuntariamente (em sonhos, na divagação). Mas ela emerge de uma base pré-proposicional, da qual produz significado ao criar realidades virtuais compostas de elementos recordados e/ou construídos, a priori não comprometidas com o estabelecimento de símbolos ou conceitos correspondentes a fatos e experiências reais.

Operamos no nível mais elevado de construção imaginativa quando temos controle voluntário sobre a sua composição, conduzindo simulações de resultados. Representações ricas em informação envolvem associações, protótipos, conceitos em representações offline (i.e. dissociadas da experiência sensorial imediata), construídas sob o controle executivo que, no nosso caso, toma um sistema de símbolos linguísticos como um repertório organizável intencionalmente. O resultado é que os produtos da imaginação não são registros do real, mas modos de avaliação; mesmo quando não são proposicionais, eles podem produzir conhecimento não declarativo – relativo, por exemplo, à produção musical, à execução de atividades físicas, à organização do espaço, entre outros exemplos de práticas que comportam e acolhem uma atividade imaginativa não necessariamente mediada pela linguagem. De maneira geral, a imaginação é uma capacidade ativada continuamente em nossa experiência do mundo e em nossas trocas linguísticas; num sentido específico, certas produções humanas são concebidas pela estruturação intencional de produções imaginativas – como a literatura.

Voltando a Dor (2015), ele propõe que quanto mais a experiência é determinada por aquilo que as palavras me forçam a imaginar, maior

valor informacional as palavras terão. O valor comunicativo da linguagem se manifesta em seu grau máximo quando alguém é instruído a construir imaginativamente uma experiência que ele jamais teve, algo que a leitura da ficção se notabiliza por proporcionar. A linguagem é mais decisiva quando a comunicação experiencial é impossível, e é secundária quando a comunicação experiencial é eficaz: uma emoção, por exemplo, pode ser suficientemente comunicada pelo olhar, tom de voz ou movimento corporal, mas para instruir a imaginação sobre uma experiência emocional, a linguagem deve dissecar o contínuo analógico da experiência real, dando nomes a pontos daquele contínuo que possam ser mutuamente identificados pelo ouvinte – usando palavras como “felicidade”, “tristeza”, “raiva”, “ciúme”, “confiança”.

Fica, então, este rendimento desta discussão: durante a leitura, nossos estados conscientes são direcionados à imaginação de conteúdos instruídos pelo texto. O efeito mental das informações textuais é a imaginação personalizada de um mundo singular, instruído por um texto cujo valor informacional vem da combinação de símbolos linguísticos para envolver e orientar a atenção do leitor – vejamos, a partir de agora, como o texto estrutura seu potencial de comunicação.

### **3 O TEXTO: MUNDO FICCIONAL, ENREDO, PRAGMÁTICA DA COMUNICAÇÃO**

Iniciar a leitura é mapear um mundo desconhecido, uma construção operada não exatamente no texto, mas pelo texto: não se trata de um mundo “representado no texto” – como se um mundo existisse fora do texto, mesmo que apenas na mente do autor –, mas de um mundo construído textualmente, e que, portanto, existe com as propriedades que nos são dadas a conhecer, apenas no meio semiótico que o veicula. Uma noção de mimese pressuporia a existência de um único mundo real como domínio de referência, do qual as entidades ficcionais seriam derivadas. É certo que todo autor toma como base elementos do real (tipos, categorias, estruturas, fatos culturais). Mas também é certo que todo autor, mesmo no registro realista, adapta e recombina esses elementos para as finalidades da construção de mundo que está a empreender: por isso prefiro basear minha com-

preensão da ficção numa teoria como a de Lubomir Dolezel (1998), que, fundamentada no diálogo com teorias de mundos possíveis, trata ficções como trabalhos de poiesis autoral, cujas propriedades e elementos constituintes são, em princípio, independentes das propriedades, estruturas e modos de ser da realidade. Isso faz com que os componentes potenciais dos mundos ficcionais sejam ilimitados (ou inscritos nos limites da própria imaginação humana), sob a influência de fatores estéticos e culturais variáveis. Isso não implica que limites não existam: uma vez construídos, mundos ficcionais são moldados por restrições globais internas, incluindo critérios de veracidade e plausibilidade que delimitam um número finito de entes possíveis e possibilidades de desenvolvimento do enredo. Essa autolimitação é uma propriedade central para a nossa discussão; vejamos o que ela significa.

Dolezel (1998) fala de mundos narrativos, que têm o enredo e sua corrente causal de eventos como um elemento central. Cada mundo apresenta propriedades estáveis – cidades, paisagem natural, normas e leis –, além de personagens antropomorfizados, com vida mental, intenções e capacidade de ação. Em regra, há vários personagens em interação, cujas motivações e ações definem “eventos” (a transformação de um estado inicial em um estado final, ao longo de determinado tempo). Ações pressupõem e revelam a intencionalidade dos agentes, mas acidentes, tentativas, omissões e falhas podem ser importantes, assim como operações mentais sem conexão com ações práticas (personagens contemplam, interpretam, pensam, sonham). Mas é a estruturação das possibilidades modais que confere possibilidades de ação aos agentes, permitindo a elaboração de enredos. Um regime de modalidades rege as restrições (globais e pessoais) internas ao mundo, que são de quatro tipos principais: aléticas, deônticas, axiológicas e epistêmica.

Restrições aléticas ditam o que é possível, impossível e necessário, incluindo relações de causalidade, tempo-espaço e capacidade de ação dos personagens. Pode ser que leis e normas do mundo real determinem o que é possível, impossível, e necessário, pode ser que o mundo ficcional tenha elementos fisicamente impossíveis, mágicos, sobrenaturais. O operador alético opera nos níveis físico, instrumental e mental; suas restrições

podem regular o mundo como um todo ou variar de acordo com o personagem – elas podem impor limitações e possibilidades de existência e ação que serão globais naquele mundo, ou variáveis de acordo com as dotações individuais dos agentes.

Restrições deônticas determinam o que é proibido, permitido e obrigatório; restrições axiológicas determinam o que é valorizado e desvalorizado no mundo ficcional (assim como as condições para alterar valorações). Mais uma vez, ambas podem ser globais ou variáveis entre os agentes. Por fim, modalidades epistêmicas regulam a distribuição desigual de conhecimento entre os personagens, identificando mentiras, rumores, falsas constatações, de acordo com a extensão da ignorância e do conhecimento dos agentes sobre o próprio mundo ficcional, e moldando intenções e as interações entre eles. Nesse ponto, em convergência com Dolezel, Marie-Laure Ryan (1991) propõe que enredos abordam as discrepâncias e conflitos entre o mundo real textual e os mundos privados dos personagens. Se o “mundo do conhecimento” de um personagem inclui um sistema de proposições conhecidas, acreditadas e ignoradas por ele, isso estabelece para ele um domínio prospectivo, antecipando desdobramentos possíveis a partir da sua situação atual, em maior ou menor conflito com os domínios prospectivos dos demais personagens e daquilo que é verdadeiro no próprio mundo ficcional (o “mundo real textual”). Pode ocorrer que o personagem esteja enganado ou iludido sobre coisas que ele considera reais, pode ocorrer que seu conhecimento seja limitado. O mesmo vale para o “mundo das obrigações” e seu sistema de compromissos e proibições sociais e morais (que especificam ações como permitidas, obrigatórias e proibidas), para o “mundo dos desejos” (que define, para cada personagem, o que é “bom”, “mau” e “neutro”), para “mundos fingidos” (personagens que enganam os outros ou a si mesmos), e para “mundos de fantasia” (sonhos, alucinações, fantasias e histórias inventadas pelas personagens).

Em regra, Ryan (1991) propõe que os personagens querem fazer com que o mundo real textual coincida com seus mundos privados, agindo para que isso aconteça: o enredo começa quando ocorre com um conflito entre mundos do universo narrativo, e termina com o final dos conflitos produtivos (aqueles que os agentes agiam para solucionar). Um conflito

se dá entre o mundo real textual e um dos mundos de um domínio privado, ou entre mundos de um mesmo domínio privado, ou dentro de um mesmo mundo privado, ou entre os mundos privados de diferentes personagens – sempre pressupondo algum conflito básico com o mundo real textual. Os conflitos mais frequentes envolvem o mundo real textual e os mundos de desejo das personagens (quando o desejo do agente não é satisfeito no mundo real textual, gerando alguma demanda pessoal). Um conflito ocorre dentro do domínio da própria personagem quando a satisfação de um dos seus mundos exige a não satisfação de outro: ela pode ter desejos contraditórios, pode manifestar fidelidade a regras incompatíveis, ou pode ser incapaz de delinear fronteiras entre os próprios mundos (ela pode ser mentalmente instável ou confusa, por exemplo). Conflitos entre os mundos privados de diferentes personagens ocorrem quando a realização de um deles exige a não satisfação do outro. Conflitos podem existir objetivamente, ou envolverem um conflito epistêmico (quando alguém identifica um conflito onde não há conflito algum).

Da perspectiva deste capítulo, todos esses elementos descritos por Ryan e Dolezel integram o quadro estruturado de informações textuais pelo qual o leitor aprenderá a conhecer e interpretar o mundo ficcional. Tendo falado do texto, passemos agora à leitura.

#### **4 O TEXTO E A LEITURA**

Mundos ficcionais e as suas estruturas, modalidades, agentes e conflitos: o leitor passa a conhecê-los apenas ao iniciar a leitura. Ele não entra desarmado na leitura, porém; seu conhecimento prévio é decisivo para o processamento do texto. Mais do que isso, o texto é construído para estimular sua atividade mental: são mundos concebidos para serem comunicados pelos enunciados de narradores e personagens – enunciados de fontes ficcionais, mas que, pelos pressupostos da pragmática linguística, o leitor processará como processa enunciados de fontes reais. Toda a apresentação do mundo ficcional transcorre em atos de comunicação que visam caracterizar os elementos do mundo ficcional, articular diálogos, especificar “estilos mentais” dos personagens, afetivar a leitura.

A leitura é um processo semiótico, em que – pela teoria de Paul Kockelman (2012) – o leitor aplica, à informação textual, esquemas individualizados, mas sempre socialmente compartilhados nalguma medida. Kockelman (2012) propõe que, imerso em modos de vida, normas sociais e práticas culturais, todos temos “ontologias”, i.e. conjuntos de pressuposições relativas à constituição subjacente do mundo e seus padrões salientes. São pressupostos relativamente contextuais, flexíveis e adaptáveis, adquirindo maior ou menor força e explicitação em cada situação, com graus variados de coerência lógica, normativa e causal. Ontologias podem ser mais ou menos aplicáveis em contextos diferentes; seus pressupostos podem basear-se em categorias, teorias, experiências pessoais, conectando-se a valores morais, políticos, existenciais, à dimensão primária do afeto e da experiência corporal, às práticas e justificações de tradições e instituições.

Para os nossos interesses, importa entender que ontologias orientam a seleção das informações às quais o leitor atribuirá maior relevância, estruturando as relações do leitor com as relações que os símbolos textuais estabelecem entre si. Pressupostos ontológicos esquematizam a seleção, valoração e ordenação (hierárquica, causal) das informações textuais, substanciando o conhecimento e a interpretação dos entes ficcionais: os pressupostos que o leitor traz à leitura determinam como ele lerá um texto que é, por sua vez, estruturado como um longo ato de comunicação (com os tipos de leitor que o autor imagina alcançar, em seu contexto de produção).

Para entendermos como essa intenção de comunicação é articulada no texto, sumariarei algumas conclusões de um bom compêndio recente de pragmática da ficção (Locher; Jucker, 2017). Seguindo Culpeper e Fernandez-Quintanilla (2017), comecemos pela caracterização das personagens – que, num texto de ficção, são estruturadas pelos aportes do narrador, pela apresentação do personagem por si mesmo ou por outros personagens, e por índices textuais explícitos ou implícitos. Embora o leitor recorra ao conhecimento de pessoas reais ao processá-los, suas características não são inferidas como as de pessoas reais. Os comportamentos dos personagens são completos: pessoas reais seguem vivendo além dos nossos encontros com elas, enquanto o texto nos dá acesso a todo o quadro comportamental existente de um personagem, substanciando nossas infe-

rências com completude. Assim os comportamentos têm mais significado: em relação a pessoas reais, sabemos que há ocasiões em que elas agem de maneira consistente com suas personalidades e disposições típicas, e outras em que seu comportamento tem uma causa contextual; quanto aos personagens, se todo comportamento é um ato ostensivo de comunicação com o leitor e, por isso, supostamente relevante, isso tende a fazer que o leitor a presuma que todo comportamento seu será significativo, indicando traços de personalidade. Com isso, mais esforço interpretativo é dedicado aos comportamentos de personagens ficcionais, cujas ações são sempre interpretadas como relevantes para a sua caracterização.

Ao processar a informação textual para construir mentalmente o personagem, o leitor emprega “esquemas sociais” que, adquiridos na sua experiência de vida, sintetizam conhecimento sobre o mundo, eventos, pessoas e ações. Os próprios autores recorrem a tais esquemas, esperando que os leitores produzam inferências sobre os personagens a partir de esquemas que eles esperam que os leitores possuam (podendo manipulá-los para efeitos imprevistos). Isso permite economia de expressão, pois os autores, ao apelarem ao conhecimento tácito compartilhado com os leitores, induzem-nos a inferir muita informação não codificada no texto – “*implicaturas*”, no vocabulário da pragmática de inspiração griciana. O mesmo vale para esquemas de personagens consolidados na história da ficção, os tipos de personagens com os quais os leitores terão se familiarizado em seus históricos de leitura: eles também são manipuláveis pelos autores, para economia de expressão. Mas esquemas não são estáticos ou normativos: a qualquer momento o leitor pode acessar um subesquema que se adapte melhor às informações textuais, recategorizar essas informações, ou combiná-las de maneira *ad hoc*, produzindo um esquema novo.

Paralelamente, diálogos e falas sugerem os estilos mentais e visões de mundo dos personagens, formando conjuntos de informações que oferecem indícios cumulativos dos seus enquadramentos do – ou daquilo que eles projetam como – real: a “visão de mundo” engloba suas representações mentais recorrentes da realidade que ele habita; o “estilo mental” agrupa seus processos mentais, incluindo pensamentos, memórias, intenções, desejos, avaliações, sentimentos, emoções, ainda que nem sempre seja fácil

distinguir o estilo mental da visão de mundo (pois o estado psicológico de um personagem geralmente influencia sua visão de mundo e vice-versa). Como tudo mais, diálogos e falas são feitos para o leitor, situando os personagens na estória, indicando regimes modais, comunicando relações de causalidade, encenando eventos, guiando interpretações e juízos, dirigindo a atenção a elementos do enredo, fazendo revelações sobre os personagens, aderindo a convenções de gênero (Bednarek, 2017). Diálogos podem ter funções estéticas, de persuasão ideológica, explorar o humor, a ironia, a inovação linguística, a intertextualidade, o comentário, a alegoria – além da função básica de estruturar a continuidade da narrativa.

Diálogos são fundamentais, em especial, para a expressão da postura (*stance*) avaliativa, epistêmica e afetiva de narradores e personagens, diante de elementos pontuais do enredo ou como estilo mental próprio. Expressa-se postura através de expressões avaliativas, epistêmicas e afetivas que influenciam como a estória é percebida e avaliada (Landert, 2017). Posturas afetivas expressam emoções (em verbos como “amar”, adjetivos como “feliz”, advérbios como “infelizmente”); posturas epistêmicas tratam do grau de certeza ou confiabilidade da informação (em expressões como “tenho certeza”, “certamente”, “duvido”). Posturas podem ser expressas de forma implícita, pela representação de gestos, expressões faciais e posturas corporais; meios paralinguísticos incluem o tom, intensidade e duração da fala, além do uso de fontes especiais e letras maiúsculas; posturas em relação aos conteúdos podem também ser sugeridas implicitamente, mediante o apelo a avaliações culturais difundidas. Na comunicação entre as personagens, expressões de postura sobre as pessoas, as situações e as coisas ajudam a caracterizar as relações entre eles: eles avaliam a si mesmos e aos outros, dizendo o que acham bom, ruim, desejável, belo, correto ou apropriado, e por esses meios revelando as características das suas relações uns com os outros.

Por fim, o texto traz representações de emoções (Langlotz, 2017), mais uma vez de função comunicativa, oferecendo informações sobre personagens, contextos e situações. Elas devem ser compreendidas a partir do conhecimento desenvolvido sobre o mundo ficcional e o contexto do enredo, sendo importantes na indexação das posturas dos personagens em

relação a outros personagens, a objetos de interação e a situações específicas. Emoções podem ser descritas, enunciadas ou expressas através da linguagem emotiva; um vasto repertório de indicadores de emoção pode envolver, ademais, canais comunicativos variados. O corpo é um canal comunicativo, com suas expressões faciais, gestos, movimentos; a prosódia e o ritmo da fala são outros canais, incluindo a altura da fala, seu timbre e duração, a qualidade da voz, a repetição de vocábulos. No discurso ficcional, emoções tipicamente envolvem objetos, causas ou eventos provocadores: elas são causadas por estímulos construídos e posicionados para capturar a atenção do leitor. E elas são quase sempre avaliativas, envolvendo algum processo cognitivo que leva em consideração os objetivos do agente numa situação específica, bem como a relevância da situação para a sua vida e bem-estar; tal como emoções reais, elas variam na valência, intensidade e duração. A representação textual de emoções ficcionais costuma enfatizar as alterações fisiológicas e corpóreas dos personagens, indicando suas tendências de ação, reação e expressão. Ficções também exploram os modos como as expressões de emoção são reguladas pelos personagens, sob motivações pertinentes ao enredo e a parâmetros determinados pelas modalidades narrativas.

Da perspectiva deste capítulo, todos esses são tipos de informação que o texto oferece ao mapeamento do leitor, seja de maneira ostensiva, seja como apelo à sua capacidade inferencial. Segmentos textuais são lidos sequencialmente, motivando a construção imaginativa de entes dotados de propriedades estáveis, integrados em mundos ficcionais progressivamente coerentes, e envolvidos em relações conflitivas cuja evolução dá forma ao enredo. Esse processo de conhecimento e relação com a ficção é afetivamente modulado: a leitura é afetivizada desde o primeiro instante, o que condiciona a intensidade e qualidade do interesse do leitor pelos personagens, pelo enredo e pelo próprio mundo ficcional. A afetivização da experiência condiciona, afinal, o enquadramento da informação textual em toda a extensão da leitura – passemos a ela.

## **5 AFETO E VALOR**

As proposições sobre a “mente emocional” de Asma e Gabriel (2019) nos permitem entender como a afetivização da experiência é coextensiva à leitura, efetivando-se de maneira infraconsciente e apenas ocasionalmente gerando efeitos emocionais conscientes. Eles situam os afetos num nível funcional básico, anterior aos processos cognitivos e comportamentais conscientes, mas com poderes causais sobre a motivação comportamental, a atenção e a ação. A valência afetiva codetermina o conteúdo dos processos mentais: na origem, valores afetivos são sinais internos que manifestam fenomenicamente certas necessidades corporais, manifestando-se como sensação corporal de fundo, tendência de resposta e recompensa, afeto central e emoção inconsciente; essa atividade elementar faz com que a mente seja saturada de sentimentos. Sentimentos e afetos fornecem molduras semânticas elementares para a experiência corporificada do mundo: parte substancial da experiência humana não produz significados, e os significados que emergem dela raramente estabelecem correspondência entre um signo e um referente, mas sim uma relação afetivizada com o ambiente físico, a interação social e os artefatos culturais.

O que mais interessa à teoria da leitura é o processamento secundário, que inclui emoções sociais (moldadas pela aprendizagem e pelo condicionamento social) e emoções de processamento terciário (sustentadas pela linguagem, pelo controle executivo e pelo planejamento do futuro), entrelaçadas a capacidades cognitivas superiores. Essas emoções são avaliativas, mesmo quando não associadas a representações (crenças, julgamentos), e mesmo quando envolvem apenas certa categorização das coisas pela associação a imagens de memória (e não a um conceito formal abstrato). Asma e Gabriel (2019) propõem que categorias sem afetos são vazias; afetos sem categorias são cegos: certa organização categorial avaliativa motiva as emoções; ao mesmo tempo, emoções estão implicadas na avaliação, como categorias, dos objetos da experiência. Afetos desempenham um papel importante na estrutura semântica das representações e permeiam a relação com os conceitos linguísticos – que não existem para nós como formas platonianas, mas como representações que nos ajudam a navegar no ambiente físico e social: a linguagem permite explorar analogicamente os afetos, dis-

sociando-os das suas funções primárias e secundárias. Nesse domínio cognitivo de símbolos e conceitos, cognição e capacidade de simulação, o afeto é dissociado do aqui-e-agora da experiência real, mas permanece funcional como impulso motivacional – pois ele é anterior e mais básico do que as capacidades cognitivas superiores, incluindo a linguagem. A linguagem permite, sim, uma dissociação entre conceitos e afetos reais. Ao fomentar a imaginação, porém, na comunicação simbólica o domínio conceitual não constitui um sistema (sintático e semântico) totalmente dissociado do corpo, da percepção, da emoção, pois representações linguísticas são marcadas pela valência afetiva: um grau substancial de afeto colore nossas palavras, permeando nossos exercícios de simulação. É assim que emoções morais, por exemplo, desenvolvidas como modo de regulação das relações sociais – incluindo as reações às normas sociais, compreendidas como formas de gestão dos afetos no convívio interpessoal –, são mediadas conceitualmente, i.e. motivam certa associação entre conceitos e emoções: os conceitos, nesse caso, podem ser descritos como domesticações (de nível secundário e terciário) de afetos de nível primário, que levam ao “embaraço”, “angústia”, “orgulho”, e assim por diante. Essas palavras pressupõem a influência modeladora de mecanismos de habituação promovidos pela deliberação racional e pelo contexto cultural, apresentando-se como conceitos afetivos e culturalizados em igual medida.

Tem-se, então, que na escrita do texto de ficção a escolha das palavras é motivada pela antecipação dos seus efeitos afetivos. A informação textual é afetivamente processada: o leitor não apenas “entende” o texto, pois seu engajamento com a leitura é condicionado pelo envolvimento afetivo com os elementos do enredo e do mundo ficcional que viemos discutindo. A afetivização permeia cada frase, enquadrando a percepção dos conflitos, a interpretação das motivações, a caracterização dos lugares e personagens, a valoração das ações. De acordo com o comentário anterior sobre a representação textual das emoções, nada garante que haverá coincidência entre elas e as emoções que elas motivarão no leitor: a representação ficcional de uma emoção, como fonte de informação sobre o personagem, pode ser processada afetivamente de maneiras diferentes, por leitores diferentes (a disjunção pode até atender a intenções autorais; um autor pode

querer provocar riso pelo sofrimento do personagem, ou vice-versa). Mas o que mais nos interessa a esta altura é estabelecer que, na leitura da ficção, “informação” e “afeto” se condicionam mutuamente, estruturando não apenas a compreensão do mundo e a relação com o enredo, mas também, e especialmente, o mapeamento do texto e a atribuição de relevância às informações textuais.

## **6 COMENTÁRIOS FINAIS**

Instrução à imaginação, ficção como construção de mundo, o texto como comunicação com o leitor, a leitura como experiência afetiva: todos esses processos pressupõem os efeitos cognitivos do processamento da informação textual. Antecipei que duas acepções do termo “informação” são particularmente importantes na atividade da leitura: a informação como unidade que demarca uma diferença em relação a um “fundo” menos saliente; a informação como redução do espectro de alternativas na cognição de certo elemento.

No primeiro caso, a atribuição de relevância e a aplicação de esquemas mentais pelo leitor é decisiva para o conhecimento e a afetivação da relação com os entes ficcionais. É um processo em que sequências de símbolos linguísticos são agregados na imaginação de entes relativamente complexos – lugares, personagens, conflitos, dotados de várias propriedades sincronicamente atuantes. A identificação de elementos relevantes é concomitante à projeção de regularidade e estabilidade ao mundo em que eles despontam, que é assim posicionado como “fundo” em que eles se destacam como “figura”. Cada leitor imagina e afetiviza esses elementos de maneira diferente, mas para todos chega o momento da habituação – em que os entes inicialmente desconhecidos se tornam familiares. Isso é resultado do segundo processamento informacional indicado, pelo qual o leitor afunila possibilidades alternativas até chegar, intuitivamente, a uma construção pessoal dos entes ficcionais dotada de estabilidade.

Um tipo de processamento da informação complementa o outro: inicialmente, o leitor adquire consciência de elementos salientes, focando neles a sua atenção; daí ele refina progressivamente sua imaginação des-

ses elementos, conferindo maior granularidade à sua fisicalidade, psicologia, poder modal, e tudo mais que lhe for pertinente. Inúmeros símbolos serão processados imediatamente como novidade – Arrakis, Kwisatz Haderach, campos de beterraba. Outras unidades demandarão maior poder de inferência do leitor, como na construção do perfil psicológico de um personagem complexo. Os produtos da leitura são mentais, resultante da cognição corporificada do texto: o leitor imagina gestos, movimentos corporais, pontos de vista, lugares e paisagens; ele compreende estruturas, motivações, intenções e ações; ele afetiviza suas relações com os personagens. Informações codificadas no texto instruem o leitor a conhecer os elementos (estáticos e dinâmicos) e modalidades narrativas que estruturam o mundo ficcional, a compreender o enredo e detectar elementos a serem acompanhados, permitindo-lhe habituar-se àquelas novidades.

Esse padrão básico pode ser manipulado de inúmeras maneiras. Há textos que estimulam o terror, o suspense, o humor, ou mesmo a indecidibilidade, a ambiguidade, a polissemia, a indeterminação – como em Melville, Kafka, Cortázar. Mas entendo que o jogo informacional é sempre o mesmo, sejam quais forem os efeitos visados.

## REFERÊNCIAS

- ASMA, S. T.; GABRIEL, R. *The emotional mind: the affective roots of culture and cognition*. Boston: Harvard University Press, 2019.
- BEDNAREK, M. The role of dialogue in fiction. In: LOCHER, M. A.; JUCKER, A. H. (ed.). *Pragmatics of fiction*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2017. p. 129-158.
- CULPEPER, J.; FERNANDEZ-QUINTANILLA, C. Fictional characterisation. In: LOCHER, M. A.; JUCKER, A. H. (ed.). *Pragmatics of fiction*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2017. p. 93-128.
- DOLEZEL, L. *Heterocosmica: fiction and possible worlds*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.
- DOR, D. *The instruction of imagination: language as a social communication technology*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- HERBERT, F. *Duna*. São Paulo: Aleph, 2015.
- KOCKELMAN, P. *Agent, person, subject, self: a theory of ontology, interaction, and infrastructure*. New York: Oxford University Press, 2012.

LANDERT, D. Stance in fiction. *In: LOCHER, M. A.; JUCKER, A. H. (ed.). Pragmatics of fiction*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2017. p. 489-514.

LANGLOTZ, A. Language and emotion in fiction. *In: LOCHER, M. A.; JUCKER, A. H. (ed.). Pragmatics of fiction*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2017. p. 515-552.

LOCHER, M. A.; JUCKER, A. H. (ed.). *Pragmatics of fiction*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2017.

RYAN, M. *Possible worlds, artificial intelligence, and narrative theory*. Indiana: University Bloomington & Indianapolis Press, 1991.

ZOLA, É. *Germinal*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.



9

**TEORIA DA INTERPRETAÇÃO:  
PERCURSO ENTRE A EXPRESSÃO E  
O CONTEÚDO**

*THEORY OF INTERPRETATION: A  
PATHWAY BETWEEN EXPRESSION  
AND CONTENT*

*Alexandre Robson MARTINES*  
*UNESP*  
*alexandre.martines@unesp.br*  
*<https://orcid.org/0000-0002-4524-0978>*

**Resumo:** A linguagem materializa a informação, dando a esta sentido. A informação ganha forma passível de interação à medida que elementos semânticos são vinculados e, assim, são constituídos enunciados. Frente a isso, o objetivo deste estudo é analisar algumas teorias da linguagem com o fito de explorar seus fundamentos para apontar caminhos que corroborem a constituição de uma teoria da interpretação, ao menos debater sobre alguns primeiros fundamentos e, assim, demonstrar as diferenças de análise direcionadas a explorar o plano da expressão e o plano do conteúdo. Para tanto, aplicou-se uma metodologia de natureza qualitativa, exploratória, já que busca evidenciar os fundamentos teóricos das teorias exploradas, assim também se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, cujo direcionamento é constituir o estudo da arte sobre interpretação através de análises críticas. A linguagem atua como dínamo de significação, possibilitando que uma mente amplie sua compreensão sobre objetos, fenômenos e eventos, graças ao conjunto sígnico em sua complexidade de semiose, portanto a linguagem é constituída de signos, os quais ativam a cognição, gerando significação para alguém, devido à sua capacidade e funcionalidade de estar no lugar dos objetos, dos fenômenos e dos eventos tratados. Portanto, o plano da expressão, através do composto semântico que lhe compõe, é capaz de gerar sentido, já que seus componentes manifestam um conteúdo imediato através da imanência do seu significado, porém, sem o processo de discursividade, não é possível acessar o plano do conteúdo de modo pleno, direcionado às substâncias presentes, total ou parcial.

**Palavras-chave:** Tratamento da informação; Plano da Expressão; Análise conceitual; Modelo de Interpretação; Discurso.

**Abstract:** Language materializes information and gives meaning to it. Information takes a form that is susceptible to interaction because semantic elements are bounded; thus, utterances are constituted. In this perspective, the aim of this study is to analyze some theories of language with the aim of exploring their foundations to show ways to corroborate the constitution of a theory of interpretation, at least to debate some initial foundations and thus present the differences in analysis aimed at exploring the expression and content. To achieve this, a qualitative, exploratory methodology was applied, since it seeks to highlight the theoretical foundations of the theories explored. It is also characterized as a bibliographical research, whose aim is to constitute the state of the art of interpretation through critical analysis. Language acts as a dynamo of signification, enabling a mind to broaden its understanding of objects, phenomena and events, as a result of the sign set in its complexity of semiosis. Therefore, language is made up of signs, which activate cognition, generating meaning for someone due to its capacity and functionality to be in the place of objects, phenomena and events. Therefore, expression, through the semantic compound that composes it, is capable of generating meaning, since its components manifest an immediate content through the immanence of its meaning; however, without the process of discursivity, it is not possible to access the perspective of content to the fullest, directed at the substances present, in whole or in part.

**Keywords:** Information processing; Expression; Conceptual analysis; Interpretation model; Discourse.

## **I INTRODUÇÃO**

A linguagem materializa a informação, dando a esta sentido. A informação ganha forma passível de interação à medida que elementos semânticos são vinculados e, assim, são constituídos enunciados. Os enunciados são a comunhão de elementos linguísticos, em níveis de articulação, que constituem a base estrutural de um texto, como os aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos. O texto é o resultado discursivo, que engloba as camadas de saberes que inter-relacionam fatores temáticos e figurativos, em sua aspectualização, somado aos fatores de intencionalidade, fatores de pragmática, intertextualidade e interdiscursividade, além da possível presença de marcas de poder, de controle ou de ideologia. Com isso, a interpretação é a interação contínua com a informação e, principalmente, com os discursos que geram a significação dessa informação, a qual se realiza através de uma jornada cognitiva, explorando a vivência e a experiência da mente que interpreta na configuração de seu *background* – conjunto de saberes de uma mente decorrente à experiência e à capacidade cognitiva de representar a realidade.

A linguagem assume um papel fundamental na consolidação da informação enquanto esta se perfaz em unidades de sentido até alcançar a complexidade de constituir conhecimento. Assim, para que haja instrumentos de representação e mediação que estabeleçam confluência entre informação, cognição e conhecimento, estabeleceu-se a teoria do conceito, inicialmente como logopeia disposta semanticamente para estudar como o conceito espelha a realidade e afeta a mente.

Nessa perspectiva, para compreender as relações semânticas, os efeitos de sentido, a distinção entre os efeitos oriundos da expressão e o percurso gerativo, ou a ação do signo que se executam para alcançar o conteúdo, é preciso que se aplique teorias da linguagem, sejam da linha da linguística, sejam acerca dos fundamentos da filosofia. Com isso, para que se possa analisar as camadas de saberes que se perfazem na constituição de um texto e explorar os fatores que efetivem a significação, é preciso que se apresente uma teoria da interpretação.

A interpretação é resultante da correlação entre informação e conhecimento, já que a informação ativa o conhecimento, e o conhecimento, por sua vez, amplia a potência de sentido e significação da informação. Porém, esse processo não é simples, tampouco deve ser entendido como uma atividade superficial, pois entre a mente e a realidade há percalços bastante complexos para que a atividade de representação, mediação, descrição, ação e de comunicação possam ocorrer.

Desse modo, a interpretação requer a aplicação de conceitos, os quais não devem ser confundidos com nomes, já que os conceitos são complexos cognitivos, oriundos da experiência social-cultural com a realidade (Lakoff, 1998, 2018; Lakoff; Johnson, 2009), que expressam cenas, práticas, condutas, comportamentos, ações, métodos, técnicas, estratégias, objetos, fenômenos, eventos, formas de vida, sendo esses elementos compreendidos por conjuntos de linguagem, que possam ser entendidas como jogos de linguagem (Wittgenstein, 2014), os quais, muitas vezes, são sistematizados através de terminologia (Barros, 2006; Almeida, 2003, 2006), já que esta atua como um registro formal, técnico-científico em uma língua, com a função de especificar determinado conhecimento (Cabré, 1999, 2003, 2010).

A interpretação, portanto, não se limita a uma atividade de reconhecimento dos elementos linguísticos que constituem a materialização da informação, tampouco pode ser considerada fluente por indicar fundamentos conceituais na superfície do texto como indicadores do conhecimento, através de revocação temática. A interpretação é um processo complexo, que projeta a informação como ativadora de *backgrounds*. Para tanto, a linguagem é o instrumento para analisar essa ativação.

Sendo assim, é preciso destacar que os aspectos linguísticos estão alinhados à expressão, desse modo é possível, através de seus elementos, estabelecer efeitos de sentido, todavia a relação linguagem, *background*, realidade permite que esses fenômenos sejam discursivizados, assim promovendo a significação resultante de combinações de possibilidades, de outras informações, de conhecimentos já experienciados. Frente a isso, o acesso ao conteúdo é uma atividade de interpretação que não se realiza no

imediatismo, mas, sim, através de análises profundas das manifestações de sentido que um texto possa promover.

Diante desses aspectos, o objetivo deste estudo é analisar algumas teorias da linguagem com o fito de explorar seus fundamentos para apontar caminhos que corroborem a constituição de uma teoria da interpretação, ao menos debater sobre alguns primeiros fundamentos e, assim, demonstrar as diferenças de análise direcionadas a explorar o plano da expressão e o plano do conteúdo.

Para a realização deste estudo, aplicou-se uma metodologia de natureza qualitativa, exploratória, já que busca evidenciar os fundamentos teóricos das teorias exploradas, assim também se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, cujo direcionamento é constituir o estudo da arte sobre interpretação através de análises críticas, tendo em vista que a análise se realiza a partir dos conceitos que circundam aspectos de interpretação e, dessa forma, permitindo a realização de inferências e a constituição dos resultados.

Desse modo, esta pesquisa busca tratar dos elementos mínimos da constituição do texto, além dos aspectos que configuram a construção do texto como enunciado, enunciação e discurso, como também os fundamentos que evidenciam as características da expressão em sua forma linguística e as características do conteúdo em sua condição de interação, de experiência e ação, de conhecimento e de *background*.

## **2 ELEMENTOS MÍNIMOS DA LINGUAGEM: FATORES ESTRUTURAIS E SUA EXPRESSÃO**

A informação é o elo entre uma mente e o objeto, o fenômeno, ou o evento, assim sua função é dar forma à percepção, à apreensão e ao entendimento das coisas que circundam aquelas mentes que interagem com a realidade e, desse modo, ativa o processo de cognição. A informação permite que a mente compreenda a realidade, visto que constrói elementos significativos através da linguagem, os quais estabelecem a representação

dessas coisas do mundo, por conseguinte a mediação necessária para ganhar sentido e realizar raciocínios.

Diante disso, a informação é atuante quando ganha sentido (Capurro, 1991; Buckland, 1991, 1997; Capurro; Hjørland, 2003; Araújo, 2018). Sendo assim, o reconhecimento da informação em uma atividade de compreensão entre humanos ou entre humanos e máquinas ocorre mediante à materialidade em linguagem, pois a linguagem é o recurso simbólico capaz de representar, mediar, descrever, apontar ações e comunicar sobre a realidade.

A linguagem atua como dínamo de significação, possibilitando que uma mente amplie sua compreensão sobre objetos, fenômenos e eventos, graças ao conjunto sógnico em sua complexidade de semiose, portanto a linguagem é constituída de signos, os quais ativam a cognição, gerando significação para alguém, devido à sua capacidade e funcionalidade de estar no lugar dos objetos, dos fenômenos e dos eventos tratados (Silveira, 2007; Santaella, 2008, 2020; Peirce, 2017).

Nessa disposição, a linguagem viabiliza o acesso ao conhecimento através da constituição de conceitos (Dahlberg, 1978a, 1978b; Hjørland, 2009), pois estes são capazes de fundamentar o significado das coisas do mundo e estabelecer uma espécie de modelo nuclear que, atuando como construtos, viabilizam práticas, cenas, estratégias, definições, atributos, que, quando recuperados através da correlação de signos na constituição de enunciados, promovem um efeito mental (Lakoff, 1998, 2018; Lakoff; Johnson, 2009) capaz de revelar e demonstrar como comunidades socialmente construtoras de discursos compreendem os objetos e os fenômenos e, assim, criam elementos simbólicos para representá-los aos integrantes do grupo e àqueles que se aproximam para conhecer mais sobre a dinâmica de seus construtos (Fontanille, 2008, 2016; Hjørland, 2009; Smiraglia, 2015; Barité, 2015).

A linguagem pode ser verbal e não-verbal. Por sua vez, a linguagem verbal se apresenta nas dinâmicas sociais, pois está presente na atividade corriqueira dos indivíduos (Fiorin, 2007; Mussalim; Bentes, 2011), ou seja, a relação entre sujeitos ou a relação entre sujeitos e máquinas é norte-

ada pela presença constante da linguagem verbal, pois somente ela é capaz de descrever as coisas do mundo, assim acaba sendo essencial para afetar as ações e estabelecer a comunicação (Searle, 2002). Nessa linha, a linguagem verbal se caracteriza por efetivar traços peculiares referentes à cultura de grupos sociais, assim sua manifestação ocorre através de línguas (Câmara Júnior, 1975).

Nesse propósito, as línguas são sistematizadas em estruturas basilares – perfazendo uma gramática – responsáveis pela articulação, consequentemente responsáveis pela transmissão e compreensão da informação (Neves, 2018). Assim, os elementos que fazem parte dessas estruturas pertencem à expressão de uma língua, evidenciando sua forma. Desse modo, a gramática de uma língua é constituída por fonologia, morfologia, sintaxe, as quais isoladas ou articuladas geram aspectos de significado, explorados na semântica (Bechara, 2006).

Durante muito tempo, os estudos formais acerca da estrutura da linguagem foram fundamentados em gramáticas. A gramática surge com os gregos, porém é na gramática de Port-Royal (Arnauld; Lancelot, 2001), que se estabelecem modelos de tratamento dos elementos mínimos da linguagem, assim gerando estudos à base de tradições, as quais, a partir do século XIX, foram norteadas pelos modelos de vernáculos oriundos da literatura Romântica, que refletiam os usos da língua pela burguesia e não registravam as variações linguísticas de outros grupos sociais (Faraco, 2006, 2016; Fiorin, 2007; Mussalim; Bentes, 2011).

Com o fortalecimento da linguística no cenário científico – decorrente da publicação do *Curso de Linguística Geral*, assinado por Ferdinand de Saussure, em 1916, material organizado pelos discípulos do mestre genebrino, já que Saussure não publicou em vida, deixando anotações e registros decorrentes de suas aulas – as preocupações acerca de uma abordagem científica da linguagem ganharam força (Fiorin, 2007). Saussure apresenta sua tese sobre a semiologia e qual relação esse campo do saber teria com a linguística e com a psicologia, assim apontando um elemento que merecia a atenção de seus estudos: a *langue* (Saussure, 2006).

Saussure desenvolveu, inicialmente, estudos acerca da fonética do Indo-Europeu, assim sua preocupação estava centrada em tratar a língua como sistema, pouco se dedicou a tratar sobre o processo de sentido e significação, porém evidencia o signo como ponto central da constituição de uma língua e dedica momentos do *Curso* para tratar do valor linguístico (Milani, 2016). Apresentando a dicotomia: significante – a imagem acústica mental – e o significado – o conceito – (Saussure, 2006), a semiologia estabeleceu parâmetros iniciais que se tornariam precursores para tratar os fundamentos da gramática de forma científica (Milani, 2016).

Estudos vieram na sequência, muitos voltados para os aspectos formalistas da língua, como o caso de Leonard Bloomfield (1973). Contudo, é a partir de Louis Hjelmslev, na década de 1930, que os aspectos formais da língua são vistos como condutores para se acessar o conteúdo, sendo apresentado como *funtivos* (Hjelmslev, 2013).

Hjelmslev (2013) apresenta o plano da expressão e o plano do conteúdo, assim a junção dos planos proporcionaria uma semiótica, ou seja, Hjelmslev (2013) reconhece que há a necessidade de apontar uma ação, uma evolução, uma ampliação da expressão para se chegar ao conteúdo, ou seja, a interpretação não deve se limitar à expressão, por mais que esta, consoante Hjelmslev (2013), apresente uma substância; o acesso ao conteúdo é doravante um processo semiótico.

É válido destacar que Émile Benveniste (1999, 2014, 2020) realizou um importante estudo sobre as formas mínimas da linguagem. Assim como ele, Ullmann (1966); Martinet (1968); Coseriu (1981, 1986); Fillmore (1987); Meillet (2021) apontaram contribuições importantes para que os elementos mínimos fossem estudados como objetos científicos e, assim, deixassem de ser tratados à base da tradição da gramática. Outrossim, Benveniste (1999, 2014, 2020), ao recuperar os elementos mínimos e sua atuação na sistematização de uma língua, evidenciou que há diferenças importantes entre significado e sentido, visto que este ocorre na manifestação do enunciado, bem como fatores morfológicos, como pronomes, verbos e advérbios são fundamentais para marcar a presença da enunciação na construção do discurso, de acordo com as marcas dêiticas, que posicionam na enunciação os actantes, o tempo e o espaço.

Frente a esses fatores de cunho epistemológicos, é válido destacar que não é intenção desta investigação tratar dos fatores formais das unidades mínimas, discutindo aqui fundamentações sobre fonologia, morfologia e sintaxe, mas, sim, tratar de estratégias de interpretação que envolvem as unidades mínimas, já que elas são a base para a construção do enunciado.

Além disso, é necessário ressaltar o porquê a informação se materializa em linguagem, já que entre o fenômeno e a interação entre mentes para a sua compreensão, há a incidência de sons, que determinam oralmente a diferença entre um signo e outro, até alcançar merismas, características mínimas da articulação vocal de um fonema (Benveniste, 1999, 2014), visto que a diferença entre [pato] e [bato] é a substituição do fonema [p] pelo fonema [b], uma mudança em que há fatores de ordem morfológica e sintática, já que substitui um objeto pelo outro e esses se encaixam na organização da sentença, no caso, da palavra. Por outro lado, o que diferencia [p] de [b] como fonemas são merismas, já que [p] é um fonema de característica oclusiva bilabial voseada, enquanto [b] é oclusiva bilabial não voseada (Bechara, 2006).

Além disso, os aspectos da forma atrelados à fonologia possibilitam efeitos de sentido, sejam decorrentes ao registro variacional do falante que caracteriza fatores culturais, sociais na constituição linguística de sua expressão comunicacional, sejam as figuras de linguagem do campo da harmonia, em destaque a aliteração de consoantes, assonância de vogais, a paronomásia, o eco e a onomatopeia, somado aos efeitos rítmicos presentes em poesias, bem como a rima. Outro fator importante nos aspectos da sonoridade responsável por criar efeitos de sentido na expressão é a melopeia, situação em que a combinação de sons é capaz de criar uma imagem.

Frente a isso, observa-se a seguinte situação:

I. tique-taque.

A onomatopeia tique-taque é uma expressão cujo conteúdo imediato, ou melhor, a forma do conteúdo (Hjelmslev, 2013) é o som de um relógio, porém não é possível evidenciar qual relógio, quais são as circuns-

tâncias desse som, se o som é apenas resplandecente no ambiente, ou há sujeitos interagindo com o som, entre tantas outras possibilidades que é impossível resgatar, visto que a informação não está discursivizada.

Os recursos sonoros presentes na composição de sua expressão remetem à passagem do tempo, porém esse aspecto está atrelado às sensações oriundas do som proferido pela engrenagem do relógio, como também a mudança do fonema vocálico [i] para o [a]. A vogal [i] é uma vogal alta, posterior e fechada, enquanto a vogal [a] é uma vogal baixa, central e média (Bechara, 2006), ou seja, quando os fonemas que compõem “tique-taque” são proferidos, há uma sensação de boca fechada, decorrente da vogal [i], para a sensação de boca aberta, devido à vogal [a], assim o próprio movimento da boca faz analogia a uma engrenagem se mexendo em uma transformação de movimento, devido à sensação de um movimento mecânico de abrir e fechar do maxilar.

Nessa outra ocorrência:

II. “ao longe, o vento vai falando de mim”.

Nesse verso, da poesia *4º motivo da rosa* (Meyreles, 2001, p. 71), da poetisa brasileira Cecília Meyreles, reconhece-se uma aliteração advinda dos fonemas consonantais [l], [v], [f], [n] e [m], os quais promovem uma melopeia, ou seja, o som efetiva a sensação imagética do vento. É válido destacar que a assonância das vogais [a], [o], [e] e [i] oferecem a sensação de leveza, como se a vogal [a] representasse um objeto leve flutuando para cima, enquanto a nasalização das vogas [o] e [e] em sequências criam a imagem de voo e, por sua vez, a vogal [i] representa uma extensão, uma projeção ao infinito.

Nesse conjunto sonoro, dividido em quatro seguimentos rítmicos: 1. [ao longe]; 2. [o vento]; 3. [vai falando]; 4. [de mim], as consoantes [l] e [n] presentes no primeiro seguimento e repetidas no terceiro provocam a sensação de leveza e extensividade. Além disso, nos seguimentos dois e três, em que ocorre a apresentação do tema do verso “vento”, a aplicação dos fonemas [v] e [f] – fricativas linguodentais vozeada [v] e não-vozeada

[f] (Bechara, 2006), efetivam a melopeia do vento, enquanto o conjunto de vogais e o verbo no gerúndio criam a sensação do vento passando.

Por mais que a expressão sonora promova grandes contribuições para a leitura e interpretação do poema, é preciso a correlação do enunciado e dos discursos para explorar com mais profundidade o conteúdo da poesia, pois essa análise viabiliza a forma e a substância do plano da expressão.

No próximo seguimento:

III. “seus lábios são labirintos”.

Nesse verso, da canção *Refrão de um Bolero* (Refrão..., 1991), do grupo musical *Engenheiros do Havai*, reconhece-se a aliteração dos fonemas consonantais [s], [l], [b], como também o eco [labi-] e a assonância das vogais [a] [e/i], [o/u]. Essa sequência permite que a frase que apresenta como sujeito a palavra *lábios* crie uma melopeia em que ocorre a sensação imagética de um beijo, devido a posição do aparelho fonador enquanto os fonemas são pronunciados. De fato, os fatores sonoros contribuem para a composição morfossintática, já que há uma informação metafórica de que os lábios são labirintos, permitindo a interpretação parcial de que os beijos pertencentes a quem o eu-lírico canta a canção, representam uma aventura e um desafio, pois, depois dessa entrega, o eu-lírico não sairá ileso.

Entretanto, realizar esse tipo de interpretação, sem estabelecer critérios de verificação de como o plano da expressão percorre até o conteúdo, é estabelecer uma análise parcial, característica de uma abordagem heurística, estágio inicial dos processos de interpretação, marcado pela construção de hipóteses e necessidade de fundamentação da coerência entre estágio virtual da significação e o estágio real.

Os exemplos evidenciam casos recorrentes na linguagem literária, em que o uso do plano da expressão vinculada à sonoridade corrobora a construção dos efeitos de sentido do poema, porém é importante destacar que, por se tratar de uma linguagem plurissignificativa, a literatura permite vários estágios de interpretação e, por isso, torna-se interessante estabelecer critérios para destacar as marcas da expressão e quais fundamentos permi-

tem alinhá-los ao conteúdo, que transita do estágio da heurística para a hermenêutica, aplicação filosófica que verifica os fundamentos aplicados à significação que possibilita acesso ao conteúdo (Gadamer, 1997).

De todo modo, é importante evidenciar que analisar as partes de um texto amplia a abordagem heurística, direcionando às práticas da hermenêutica, contudo não significa que a interpretação é plena, ou melhor, não assegura o acesso ao conteúdo, pois é necessário explorar o enunciado, o contexto e os elementos discursivos presentes na produção da significação (Gadamer, 1997).

Ademais, a partir da oralidade, os grupos sociais desenvolveram a escrita, assim surgiram as palavras. As palavras pertencentes a uma língua são denominadas léxicos (Dubois *et al.*, 1998). Os estudos sobre os léxicos são conduzidos pela lexicologia, lexicografia e morfologia (Dubois *et al.*, 1998). Por sua ordem, a lexicologia estuda a natureza da palavra, seu registro, sua posição no estrato social e, alinhado à etimologia, a origem da palavra, assim permitindo compreender como se constitui o significado (Dubois *et al.*, 1998). A lexicografia é responsável pela dicionarização da palavra, assim permitindo seu agrupamento, seja através da correlação semântica, seja devido à composição da família cognata (Dubois *et al.*, 1998). Já a morfologia estuda a função das palavras, ou seja, a qual classe de palavras pertence, como substantivo, verbo, pronome etc., além de analisar seu desenvolvimento, ou seja, aspectos vinculados à derivação e à composição das palavras (Dubois *et al.*, 1998).

Evidentemente que toda palavra apresenta uma forma e um conteúdo. Essa forma é constituída de fonemas e letras, e o conteúdo é o significado (Hjelmslev, 2013), ou seja, uma descrição inicial sobre a representação da realidade, isto é, funções semânticas estabelecidas social e convencionalmente para que uma determinada palavra cumpra em seu estado latente.

Por mais que semanticamente o significado apresente um conteúdo, este não deve ser confundido com o conteúdo que a palavra assume quando inserida em um enunciado, o qual devido à aplicação de um contexto, de uma intencionalidade e de uma correlação entre as palavras, promovendo uma aspectualização temática e/ou figurativa projetada em um discurso

(Fontanille, 2008, 2015), permite o efeito de sentido e a constituição da significação, os quais não são resultados imediatos de elementos mínimos, mas, sim, resultantes de um processo discursivo-semiótico.

Destaca-se, como exemplo, o léxico *maçã*. *Maçã* é um substantivo simples, comum, concreto e primitivo (Bechara, 2006). É um léxico que nomeia uma espécie de fruto, oriundo da macieira, uma árvore cuja denominação é derivada da palavra *maçã*. É possível estabelecer relações semânticas com suas propriedades, como casca, polpa, sementes, ou ainda com a cor de sua casca: vermelha, verde; bem como seu tipo: argentina, fuji, royal, gala etc. Também é possível aplicar o denominado campo semântico e estabelecer *maçã* como fruta, como alimento, como bebidas etc., ou ainda, como meronímia, relacionar *maçã* a produtos de limpeza, devido ao aroma, ou como elementos que se vendem no mercado, por exemplo.

Esses fatores apresentados podem ser estudados pela lexicologia, lexicografia e morfologia. Entretanto, o conceito *maçã* pode remeter-se à tecnologia, à física, à mitologia, à religião, pois o objeto *maçã* foi inserido em contextos diversos ampliando a significação do conceito, ou seja, a expressão *maçã* não representa, sem o advento do discurso, o conteúdo, pois somente as marcas contextuais podem evidenciar qual dos diversos sentidos está sendo aplicado.

Desse modo, fica claro que organizar a informação utilizando apenas formas mínimas, como o léxico, é passível de não efetivar os traços de sentido e significação suficientes para evocar o conceito, pois o apontamento do léxico vem a evidenciar o significado decorrente do plano da expressão e do plano do conteúdo constituído de modo genérico, dicionarizado, perdendo, assim, os diversos desdobramentos da significação.

No seguinte exemplo:

#### IV. Confidência do Itabirano

Alguns anos vivi em Itabira.  
Principalmente nasci em Itabira.  
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.

Noventa por cento de ferro nas calçadas.  
Oitenta por cento de ferro nas almas.  
E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.

A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,  
vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.

E o hábito de sofrer, que tanto me diverte, é doce herança itabirana.

De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:  
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil,  
este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;  
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;  
este orgulho, esta cabeça baixa...

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.  
Hoje sou funcionário público.  
Itabira é apenas uma fotografia na parede.  
Mas como dói! (Andrade, 2010, p. 66)

Nessa poesia, escrita pelo poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, observa-se que as palavras *Itabira* e *ferro* são as que aparecem com mais frequência ao longo do corpo do texto. Há a recorrência de seis aparições da palavra *Itabira* ou de suas derivações como *itabirano* ou *itabirana* e há quatro aparições da palavra *ferro*, entretanto o texto não tem como tema central o *ferro*, e *Itabira*. Embora seja parte do assunto, é, na verdade, o contexto para que o eu-lírico apresente sua condição de vida, assim o tema central é a vida do eu-lírico, morador de Itabira, que é reconhecido pela desinência número-pessoal dos verbos, isto é, não há a presença no enunciado de palavras que marquem o eu-lírico, assim na contagem de frequência de palavras que aparecem na expressão, não seria contabilizado o tema central.

Frente a isso, reconhece-se que o plano da expressão apresenta as palavras, porém não é a frequência de sua aparição no enunciado que estabelece o tema central ou efetiva o acesso ao conteúdo. Evidentemente que esses fatores recuperados no plano da expressão são fundamentais para estabelecer o percurso dos estágios da heurística e hermenêutica para acessar o conteúdo, todavia não se pode entender como um ato imediato.

Outro elemento mínimo, pertencente à gramática de uma língua é a sintaxe. A sintaxe é responsável pela organização dos termos em uma frase, assim constituindo uma sentença. Somado a isso, é na sintaxe que ocorre a cópula, aspecto da lógica em que há a ampliação semântica do objeto devido à relação entre o sujeito e o predicado, ou melhor, a valência verbal articula a ação da informação fazendo que o predicado, também visto como atributo, seja alinhado à referência do objeto, ampliando seu sentido.

Especialistas alinhados à lógica, como Carnap (1937, 1943, 1948); Frege (1984, 2002, 2009); Wittgenstein (2014); Peirce (2017) apontam a importância da construção sintática para constituição da informação, pois efetiva a proposição, ou seja, há mecanismos linguísticos para efetivar o raciocínio. De fato, desde Aristóteles, a lógica é marcada pela relação sintática, efetivando os fundamentos e os atributos presentes nas sentenças e a aplicação de uma síntese cruzando os resultados, como ocorre em: *Todo homem é mortal*, em que o predicado ‘mortal’ constitui um atributo ao sujeito ‘homem’.

Em sua linha, Chomsky (1976, 1979, 2009a, 2009b, 2014, 2018a, 2018b) evidenciou a sintaxe como elemento fundamental da construção do processo gerativo da gramática universal, assim apontou que o fundamento sintático é um recurso inato, portanto ontogenético da raça humana, sendo responsável pelo diferencial na construção do sentido.

De todo modo, a sintaxe é um recurso linguístico fundamental para a complexidade da informação, portanto há a incidência da lógica, por isso é um fundamento tão explorado na filosofia da linguagem.

Por outro lado, estudos tradicionais construíram uma noção equivocada acerca da sintaxe, ou seja, tratando esse processo linguístico como gerador máximo do sentido, além de entender a frase como unidade fundamental da proposição. De fato, os estudos de Chomsky (1976, 1979, 2009a, 2009b, 2014, 2018a, 2018b) e Frege (1984, 2002, 2009) corroboraram esse equívoco, pois leituras superficiais das teorias apontaram coincidências no tratamento da sintaxe. Em sua concepção sobre a linguagem, Chomsky (1976, 1979, 2009a, 2009b, 2014, 2018a, 2018b), ao apresentar a concepção do *parsing*, aponta a sintaxe como recurso transformacio-

nal na geração do sentido, e Frege (1984, 2002, 2009) estabelece a relação entre sentido e referência, porém as duas teorias são bastante complexas e não devem ser vistas de modo reduzido alinhado à constituição da frase.

Assim, observa-se o exemplo:

V. O rei da França é careca.

Nesse exemplo famoso nas discussões sobre sentido e referência, apresentados por Frege (1984, 2002, 2009), sob aspectos da gramática gerativa, há a incidência da informação careca para ampliar a intensividade informacional sobre o rei da França, possibilitando que o leitor saiba que um dos atributos desse rei é ser careca. Já na teoria do Frege (1984, 2002, 2009), essa frase não pode ser entendida como uma expressão passível de sentido, pois a referência não existe, isto é, a França por ser uma república, não possui rei. Assim, enquanto uma abordagem está vinculada ao sentido proposto pelos aspectos linguísticos, a outra não se satisfaz, pois em confronto com o extralinguístico percebe que não é possível haver sentido, já que a construção não corresponde à realidade.

Estudos sobre o enunciado, encabeçados por Beaugrande e Dressler (1997); Van Dijk (2019, 2020); Drucot (2020) demonstram que a sintaxe é importante para a geração do sentido, como apontaram Chomsky (1976, 1979, 2009a, 2009b, 2014, 2018a, 2018b) e Frege (1984, 2002, 2009), cada um a seu modo, todavia há uma relação entre as frases na composição do enunciado, que as teorias lógica e transformacional não levaram em consideração. Van Dijk (2019, 2020) estabelece a diferença entre microestruturas e macroestruturas, ou seja, microestrutura estaria para os elementos mínimos: fonologia, morfologia e sintaxe; macroestrutura, por sua vez, volta-se para a composição dos parágrafos e do texto como um todo, ou seja, o sentido construído no bojo do enunciado.

Frente a esses apontamentos, os elementos que compõem a frase são pertencentes à expressão, o resultado da sintaxe, como mecanismo gerativo apresenta acesso ao conteúdo, contudo esse conteúdo é particular, pois caracteriza a compreensão de uma frase, ou seja, há acesso somente ao con-

teúdo da sentença e isso não deve servir como suficiente para representar o conteúdo de texto como o todo.

A frase, por seu turno, não é empregada sozinha, isolada, marcada apenas pelos elementos presentes na sua estruturação. Se assim fosse, o fluxo informacional construído poderia produzir resultados incompatíveis com a realidade. De fato, a frase, como sentença, constitui um enunciado e, assim, está inserida em um discurso, ancorada em um contexto e marcada por registros de intencionalidade e aspectualização. Portanto, os resultados semânticos advindo de uma análise da proposição sob viés sintático não deve ser interpretado como o conteúdo pleno.

Em suma, os elementos mínimos são necessários e fundamentais para a composição do texto, visto que como elementos mínimos são responsáveis por sistematizar a estrutura textual que consolida o enunciado para que este possa atuar como arena da significação, já que estabelece as articulações entre os elementos e ampliando o sentido, pois, nessa correlação que cresce, ocorre a tessitura dos elementos, através da progressão temática, ou seja, as unidades estabelecem redes semânticas mais complexas, atualizando os sentidos e dinamizando sua aplicação conforme contexto, intencionalidade, focalização e aspectualização, fator que, alinhado ao contexto, gera cadeias semânticas.

Desse modo, uma proposta de interpretação deve articular ferramentas, práticas e métodos para averiguar os elementos da expressão nos seus estágios de imanência, conforme aponta Hjelmslev (2013) para criar um recurso hermenêutico de verificação das condições significativas do enunciado, para, assim, sistematizar as camadas de saberes que se aplicam a esse enunciado na configuração da enunciação e na construção dos discursos.

### **3 O ENUNCIADO E A CONSTRUÇÃO SEMÂNTICA: OS ELEMENTOS DA EXPRESSÃO E DO CONTEÚDO**

A informação é conduzida para a interpretação na consolidação de um enunciado, pois é no enunciado que o fluxo informacional ganha direcionalidade, visto à constituição de sentenças, à base de elementos lin-

guísticos, responsáveis pela dinâmica da tessitura de um texto, ou seja, a constituição de enunciado conduz a informação para a construção do sentido, ou seja, sem o enunciado, a informação não se sistematiza para que uma mente possa apreendê-la.

De fato, muitas informações podem ser transmitidas ao se utilizar apenas uma frase, na formatação de um período simples, todavia é importante destacar que essa frase isolada na enunciação compõe um conjunto maior de informações que é o contexto. Desse modo, a informação sozinha não compõe o sentido, mas, sim, o sentido é decorrente de um conjunto informacional já articulado e presente na constituição da experiência dos interlocutores. Por isso, a produção do sentido no fluxo informacional depende de fatores cognitivos, os quais ativam conhecimentos que compõem o *background* de uma mente (Lakoff, 1998, 2018; Lakoff; Johnson, 2009).

Nesse sentido, é importante refletir sobre os fundamentos linguísticos e conceituais que consistem na efetivação de um enunciado, por conseguinte como este se configura em texto. Pode-se compreender texto como conjunto de elementos de sentido e de recursos em que ocorrem os procedimentos de significação, isto é, o texto é a complexa organização dos saberes necessários para que os interlocutores se posicionem e, assim, possam manifestar a condução de fatores linguísticos, extralinguísticos, discursivos para promover a semiose, por conseguinte a significação. Para Fontanille (2019, p. 85), texto é “[...] aquilo que se dá a apreender, o conjunto dos fatos e dos fenômenos que ele presta a analisar”, assim ocorre a identificação das “[...] primeiras microfiguras do plano da expressão”, as quais “[...] não são ainda unidades discursivas, porque elas não são necessariamente pertinentes de uma interpretação semântica”, visto que essa camada textual apenas oferece a forma do conteúdo semântico advindo da imanência de suas partes.

Esse conjunto de microfiguras apresenta uma união de fenômenos ao mesmo tempo. Sendo a aplicação de elementos linguísticos para fundamentar a sua base, os fatores na manifestação da enunciação e a construção de fatores manifestados e manifestantes que permitem o reconhecimento daquilo que está na tessitura do texto. Esses elementos também emitem marcas daquilo que é implícito, pois há elementos lógicos que perfazem

o entendimento acerca do que é pertencente à realidade, à ficção ou à construção de hipóteses sobre a existência das coisas, as quais podem ser pensadas, pois são discursivizadas.

Diante disso, o discurso é “[...] um conjunto de proposições organizadas; o discurso concebido como o produto de uma enunciação”, ou melhor, a complexidade da substância do conteúdo ocorre na semiose doravante ao discurso, pois este trata-se de “[...] um conjunto cuja significação não resulta da simples adição ou combinação da significação de suas partes” (Fontanille, 2019, p. 86).

Desse modo, o texto não deve ser entendido como mero conjunto de frases e de sentenças, constituídos pela aplicação dos elementos mínimos da gramática de uma língua. Outrossim, o texto é a materialização da informação, sistematizando as diretrizes do fluxo informacional, tanto o que está manifestado no enunciado, como aquilo que é manifestante na enunciação e nas camadas de saberes que perfazem o contexto e o discurso.

Sendo assim, há o enunciado, uma das esferas que compõem o texto, ou melhor, a esfera em que se manifesta o linguístico e o lógico, por isso, muitas vezes, texto e enunciado são tratados como sinônimos, além da confusão de que a expressão do enunciado é o próprio conteúdo.

O enunciado é a esfera em que ocorre a tessitura textual, por conseguinte a progressão temática é uma camada na qual os aspectos semânticos são constituídos decorrentes da sistematização morfossintática, ou seja, é a camada em que se configuram as sentenças e ocorre a construção das proposições, exposições, descrições e dos argumentos, estabelecendo a coesão e a coerência, permitindo a conexão entre os elementos linguísticos e constituir campos semânticos ou rede semânticas dependendo dos modais presentes no enunciado.

Observando o exemplo a seguir:

VI. Além, muito além daquela serra, que ainda azulada no horizonte, nasceu Iracema.

Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira.

O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado.

Mais rápida que a corça selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara. O pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas.

(Alencar, 2006, p. 26)

Esse excerto pertence ao livro *Iracema*, do escritor brasileiro José de Alencar. Trata-se do início do capítulo II, onde ocorre a apresentação da protagonista da obra que leva como título o seu nome *Iracema*. Esse recorte (Alencar, 2006, p. 26) apresenta a composição de um enunciado, composto por elementos mínimos da gramática da língua portuguesa. Esse exemplo apresenta um conjunto de informações que são reconhecidas nas marcações linguísticas, porém há fatores que são recuperados devido ao contexto e ao conhecimento de mundo do leitor. Explorando os fatores linguísticos presentes no enunciado, é possível reconhecer de imediato que há a apresentação da personagem devido a composição da primeira sentença, em que evidencia o nascimento, fazendo uso do verbo, e finaliza com a apresentação do nome: *Iracema*.

O segundo parágrafo é iniciado pelo nome *Iracema* e, na sequência, utilizando-se de apostos e símiles – figura de linguagem que efetiva a comparação -, *Iracema* é comparada à natureza. Assim, a rede semântica se constitui com a correlação de palavras como *mel, asa da graúna, talhe de palmeira, favo da jati, baunilha, bosque, corça selvagem, sertão, matas do Ipu e verde pelúcia*. Além disso, na composição sintática, além dos apostos, há o uso recorrente de oração subordinada adjetiva explicativa: ambos os recursos sintáticos são aplicados com a função de ampliar a caracterização do sujeito.

Nessa dinâmica, a rede semântica construída efetiva uma extensividade informacional sobre *Iracema*, somada ainda à informação de que ela pertencia a uma guerreira tribo, a *grande nação tabajara*. Frente a isso, observa-se que o enunciado é responsável por direcionar as práticas de interpretação, no entanto não o é suficiente, pois é necessário distinguir as figuras e os temas presentes e como se estabelecem no contexto para efetivar a

significação, ou seja, como esses fatores são discursivizados para possibilitar o reconhecimento da aspectualização, da focalização e da intencionalidade.

Desse modo, fica claro que uma análise presa ao enunciado, é, portanto, uma análise que se apega ao sentido manifestado apenas no plano da expressão. Nessa linha, deve-se entender que, ao realizar a leitura do excerto, é possível entender um pouco sobre *Iracema* personagem, mas não expressa praticamente nada do que acontece em *Iracema* livro, ou seja, analisar o enunciado e sua expressão é recuperar informações importantes, contudo não são suficientes para compreender o livro como um todo.

Nessa perspectiva, é válido refletir melhor sobre o plano da expressão e o plano do conteúdo. Inicialmente, trata-se de uma construção conceitual de Hjelmslev, na década de 1930, desenvolvida em sua obra *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, Hjelmslev (2013) busca discutir sobre a semiótica, como efeito de significação, assim explorando em sua Glossemática processos denominados metassemiótica, a qual é constituída por dois *funtivos*: plano da expressão e plano de conteúdo.

De fato, Hjelmslev (2013) indica que esses *funtivos* são uma evolução da concepção de Saussure sobre o signo, ou seja, o plano da expressão seria a evolução do significante e o plano do conteúdo, do significado. No entanto, não se deve entender como uma correlação imediata, já que Hjelmslev (2013) apresenta uma discussão sobre a forma e a substância, assim efetivando a forma e a substância da expressão e a forma e a substância do conteúdo.

Nessa construção, Hjelmslev (2013) indica a necessidade de se analisar esses elementos no nível de imanência de cada um. Somado a isso, é possível estabelecer o plano da expressão como elementos da fonologia e do conteúdo como elementos associados à semântica, pois a forma da expressão está para os fonemas, e a substância da expressão para a formação das palavras; já a forma do conteúdo seria a composição morfológica, enquanto a substância do conteúdo seria o resultado da interpretação advinda da metassemiótica (Hjelmslev, 2013).

Outrossim, esses fundamentos foram aplicados à semiótica de linha francesa através dos estudos de A. J. Greimas. Assim, Greimas (1966) apre-

senta o percurso gerativo do sentido, o qual através da análise dos três planos: profundo – em que ocorre a aplicação do quadrado semiótico, através de uma composição lógica e aplicabilidade sintática, chega-se a um resultado semântico -, o qual é atrelado ao segundo plano: narrativo – em que ocorre a modelização dos elementos da narrativa, destacando os fatores de manipulação e competência, em que os modais *saber, fazer, querer, poder* e *ser* são diretrizes para os aspectos tímicos na performance dos sujeitos e objetos que desencadeiam a sanção final (Fiorin, 2007). Desse modo, esses modais perfazem o processo de aspectualização apresentando o terceiro nível: o discursivo, as figuras e os temas que, ao serem discursivizados, apresentam o conteúdo do texto analisado.

Nessa linha, Greimas e Fontanille (1993) buscam sistematizar a concepção de expressão como recursos gerais que compõem a informação, e conteúdo como o resultado realizado da significação. Fontanille (2008, 2015, 2016) apresenta o percurso gerativo da expressão, o qual é através das cenas práticas que se evidenciam as formas de vida, ou seja, trata-se de um percurso composto por seis níveis de pertinência: signo-figura, texto-enunciado, objeto, prática, estratégica e formas de vida. Cada nível é analisado pelo nível de imanência correlativa ao conjunto de elementos presentes na expressão de cada nível, assim permitindo que em um processo de aspectualização das figuras e dos temas em congruência na configuração discursiva seja possível alcançar o conteúdo.

Frente a essas abordagens, fica claro que a análise imediata das informações permite o acesso à expressão, por mais que explore diversos fatores de sua imanência, contudo esses objetos figurativos iniciais não são discursivizados, portanto não alcançam o conteúdo, ou ainda, esses resultados semânticos não são suficientes para promover a semiose, já que não apresentam todos os fatores que constituem o raciocínio, conseqüentemente não permitem que uma mente tenha acesso a todos os fatores informacionais que poderiam ativar conhecimentos, em outras palavras, o *background* do texto não foi explorado.

Apontados esses fatores, deixa clara a importância de pensar o processo de interpretação como camadas de saberes, pois a dinâmica entre recursos que provocam sentido e geram a significação é bastante complexa.

A conexão entre enunciado e discurso é fundamental para a constituição da valência das figuras e dos temas que compõem a aspectualização, ou seja, a conexão entre esses elementos consiste um cinturão semântico na esfera do enunciado, permitindo que se aplique fundamentos da coesão e da coerência, os quais são responsáveis pela efetividade da isotopia.

Greimas e Courtés (2016, p. 276) definem isotopia como “a iteratividade, no decorrer de uma cadeia sintagmática”, proporcionando atributos semânticos, “[...] que garantem ao discurso-enunciado a homogeneidade”, assim possibilitando uma “[...] leitura uniforme do discurso, tal como resulta das leituras parciais dos enunciados que o consistem, e da resolução de suas ambiguidades que é orientada pela busca de uma leitura única” (Greimas; Courtés, 2016, p. 276). A aplicação da isotopia no propósito de interpretação é fundamental para estabilizar a informação em um fluxo temático ou figurativo que garanta a sua uniformidade.

Entretanto, antes de aprofundar como a concepção de isotopia promove a relação de congruência na análise do enunciado na relação com o discurso, é importante destacar como a Linguística Textual analisa os elementos de coesão e de coerência.

Assim, entende-se que coesão é o mecanismo linguístico, manifestado na superfície do enunciado, responsável por garantir que a progressão temática e argumentativa se efetue decorrente de uma união, promovendo uma unidade capaz de efetivar as partes do enunciado na construção do fluxo informacional. Sendo assim, a coesão está atrelada aos fatores linguísticos, pois sua dinâmica está vinculada aos fatores morfossintáticos, ou seja, a correlação entre substantivos, a substituição de referentes pelo pronome, a condução da frase pelas conjunções e pelos operadores argumentativos, fatores que podem interferir na constituição da enunciação, já que revela fatores dêiticos na relação enunciado, enunciador, enunciatário e discurso.

Segundo Koch (2018a, p. 45), coesão é vista como “[...] o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos”. A coesão é responsável pela unidade linguística que se perfaz no enunciado

e que permite que a informação se interlaça através dos direcionamentos pelos aspectos referenciais e sequenciais.

Outrossim, a coesão pode ser classificada como coesão referencial e coesão sequencial. A coesão referencial é responsável pela manutenção do tema durante a progressão temática e pode acionar mecanismos como substantivos, pronomes, adjetivos, desinências verbais para garantir que os referentes apresentados nas sentenças sejam recuperados nas frases que seguem, apresentando fatores de relação de anáfora e catáfora para a projeção ao correferente, ou seja, um termo que se efetiva como referente em momentos distintos na construção do enunciado (Koch, 2018a, 2018b). Desse modo, ocorre o fenômeno de anáfora quando o enunciado apresenta um referente e um remissivo; enquanto o fenômeno de catáfora ocorre uma disposição inversa, ou melhor, há a presença de um remissivo, depois há a presença do referente (Maingueneau, 1996).

Analisando o seguinte exemplo:

VII. Dario vinha apressado, guarda-chuva no braço esquerdo e, assim que dobrou a esquina, diminuiu o passo até parar, encostando-se à parede de uma casa. Por ela escorregando, sentou-se na calçada, ainda úmida de chuva, e descansou na pedra o cachimbo.

Dois ou três passantes rodearam-no e indagaram se não se sentia bem. Dario abriu a boca, moveu os lábios, não se ouviu resposta. O senhor gordo, de branco, sugeriu que devia sofrer de ataque. (Trevisan, 2001, p. 272)

Esse excerto compõe o conto *Uma vela para Dario* (Trevisan, 2001, p. 272), de Danton Trevisan, escritor brasileiro. Esses dois parágrafos demonstram a aplicação da coesão em progressão anafórica, em que Dario, protagonista da história, inicia o primeiro parágrafo, portanto há a presença do referente, na sequência um conjunto de informações atuam como remissivo, em destaque o verbo *dobrou*, visto que a frase em que esse verbo é núcleo não possui sujeito marcado no enunciado, mas devido à desinência número-pessoal – terceira pessoa do singular – e a progressão temática, permite reconhecer uma elisão do sujeito, que no caso é Dario, assim como ocorrem com os verbos *diminuiu* e *encostando-se*.

No final do primeiro período do primeiro parágrafo, surge a informação de uma parede de uma casa, na sequência de progressão anafórica, no segundo período ainda no primeiro parágrafo, a parede é recuperada pelo pronome pessoal remissivo *ela*, enquanto *Dario* é recuperado pelos verbos *escorregando* e *sentou-se*. No segundo parágrafo, em seu primeiro período, é o pronome pessoal *no* que atua como remissivo de *Dario*. Já no segundo período, *Dario* se repete com a finalidade de ajustar o referente na progressão temática, e o verbo *moveu* efetiva uma nova elisão do referente, como também ocorre na frase seguinte, já que o termo *dele* cuja função é complemento nominal de *resposta* não está marcado no enunciado.

A coesão também pode ser aplicada em construções mais complexas, explorando interdiscursos, ou seja, trazer para o enunciado a presença de algo que não está mencionado no cotexto, mas é possível inferir devido ao contexto, assim quando há fatores presentes no cotexto suficientes para promover a análise da expressão é denominado de endofórico e quando é necessário recuperar na extensão do contexto, mas não vem marcado no enunciado é denominado de exofórico (Koch, 2018a, 2018b; Maingueneau, 1996)

Por exemplo:

VIII. Corrida pra vender cigarro  
Cigarro pra vender remédio  
Remédio pra curar a tosse  
Tossir, cuspir, jogar pra fora

Corrida pra vender os carros  
Pneu, cerveja e gasolina  
Cabeça pra usar boné  
E professar a fé de quem patrocina

Eles querem te vender  
Eles querem te comprar  
Querem te matar a sede  
Eles querem te sedar

(Terceira..., 2001)

Nesse excerto, da canção *Terceira do Plural* (Terceira..., 2001), da banda Engenheiros do Havai, há um cinturão semântico constituído com a ajuda da coesão. Na primeira estrofe, a palavra que aparece no final do verso é repetida no início do verso seguinte. Além disso, é preciso fazer uso da catálise – fenômeno linguístico-discursivo que recupera todo um discurso construído em outro momento através de uma palavra ou sentença – para saber que se trata de produtos comercializáveis e símbolos do capitalismo, visto que estão relacionados a negócios que giram em torno de corridas de automóveis, em que os principais patrocinadores são empresas de cigarro e de fármacos.

De fato, para que esse efeito exofórico seja compreendido é preciso explorar a construção do discurso, já que as figuras são tematizadas, como *corrida, cigarro e remédio* (figuras) representando os interesses capitalistas nas propagandas (tema). Outro ponto que merece destaque na construção do sentido, é que o enunciado apresenta, na terceira estrofe, a constante presente do pronome pessoal *eles*, que devido ao fato de não ter sido mencionado no enunciado faz crer que se trata de uma catáfora, no entanto o referente não aparece no enunciado ao longo da canção, deixando a interpretação para os elementos discursivizados.

Por sua vez, a coerência é o cinturão semântico responsável pela constituição de uma cadeia de sentidos no plano da expressão e é responsável por iniciar sua transição para o plano do conteúdo, ou melhor, a coerência permite compreender a relação entre as partes do enunciado e a relação do enunciado com o contexto, efetivando a congruência entre enunciado, enunciação e discurso. Consoante com Koch, (2018a, p. 52) coerência é como “[...] os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”.

Além disso, é graças à coerência que a aspectualização ganha forma e na relação sintaxe-semântica se efetiva a isotopia. Assim, elementos como conhecimento de mundo e partilhado, focalização, intertextualidade, aspectualização, relevância, consistência direcionalidade, intencionalidade, inferência e aceitabilidade são fundamentais para que a coerência se realize.

Analisando o seguinte exemplo:

XIX. MAR PORTUGUÊS

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!  
Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu. (Pessoa, 1993, p. 76)

Nesse poema do poeta português Fernando Pessoa, há uma construção semântica que efetiva a progressão temática e, por conseguinte, a coerência. Observa-se que há a relação *Mar Português* com as Grandes Navegações portuguesas dos séculos XV e XVI, isso evidencia o conhecimento de mundo. Inicialmente, o eu-lírico clama pelo mar, chamando-lhe de *mar salgado*, na sequência questiona metaforicamente a porção de *sal* que o constitui, sendo esse decorrente das *lágrimas* daqueles que sofreram, sejam as *mães*, as *noivas*, os *filhos*, sejam os marinheiros, fator que está presente no conhecimento compartilhado.

Nessa construção do enunciado, *sal* conecta semanticamente às palavras *mar* e *lágrimas*, assim como o substantivo *lágrimas* e o verbo *chorar* constituem um campo semântico, bem como o substantivo *noivas* e o verbo *casar*. Na sequência, a frase *passar além do Bojador* faz alusão ao Cabo da Boa Esperança, um dos primeiros lugares conquistados pela coroa portuguesa no processo de expansão marítima. Ademais, o substantivo *dor* estabelece uma relação semântica com *lágrimas* e, assim, a cadeia semântica frente às conquistas além-mar vai se construindo.

Somado a isso, a presença das palavras *perigo* e *abismo* constituem uma relação de intertexto por alusão às histórias medievais de fim do mun-

do, onde havia grandes perigos e monstros marinhos nos confins do mundo, mais uma vez o elemento de conhecimento partilhado, além de várias figuras, estabelecem critérios para aspectualização temática das conquistas de Portugal, como sofrimentos e descontentamentos dos portugueses.

Por fim, como menção à vitória, a relação semântica entre Deus e céu, propondo já no plano do conteúdo que valeu a pena passar pela dor, pelos perigos e pelo Bojador, pois o mar é espelho do céu, uma metáfora para demonstrar o grande alcance dos portugueses, demonstrando a intencionalidade do poeta, bem como aspectos da focalização e do direcionamento da poesia em que retrata a dor (portugueses na condição humana), os desafios, a coragem e as conquistas portuguesas (portugueses na condição divina, como retratado por Camões em *Os Lusíadas*).

Outro ponto essencial para o estudo do enunciado é a progressão temática e como, na construção de sua tessitura, ocorre a disposição dos temas e sua sequenciação. Trata-se de como a informação amplia sua referencialidade, ou melhor, é através da progressão temática que as informações sobre um determinado tema ampliam a potencialidade semântica desse mesmo tema, através de outros temas, que, devido à aplicação ao tema inicial, são chamados de remas (Van Dijk, 2019, 2020). Portanto, na terminologia da Linguística Textual, tema é o referente da sentença, o sujeito da frase; enquanto o rema é a informação, logo o predicado.

A relação tema e rema pode apresentar alguns modelos de construção do enunciado, assim chamados de sequencial, de linear, de série, de espiral e de radial. A organização do enunciado não segue uma regra fixa, mas reconhecer a orientação da progressão temática colabora para a identificação dos temas, para a construção dos campos e redes semânticas, bem como a constituição de proposições e, assim, a construção dos recortes informacionais na apresentação dos conceitos, visto que o enunciado oferece, em sua tessitura, a possibilidade de demarcação dos atributos do conceito na apresentação das sentenças (Van Dijk, 2019).

Nesse sentido, o enunciado apresenta duas possibilidades: a) apresentar recortes dos aspectos de intensividade do conceito, ou seja, consoante às informações que já afetaram o produtor textual na confecção de

sua experiência, tal enunciado tem a função de delimitar a abrangência do conceito conforme à necessidade informacional e ao contexto incidentes na produção textual; b) permitir que a predicação seja instrumento para ampliar a extensividade do conceito, ou seja, diante da percepção e dos mecanismos de representação e mediação da realidade e da informação. O produtor do texto diante da consolidação da experiência que se desenvolveu frente à interação com os objetos relacionados ao tema ou figuras, promove a tal enunciado a função de ampliar os atributos pertinentes ao conceito, renovando sua composição como simulacro de fluxos informacionais, ou seja, cenas mentais em que se é possível efetivar a compreensão desse conceito, afetando, assim, a mente para a construção do conhecimento decorrente de um processo cognitivo.

Destacando a organização do enunciado, é válido afirmar que os seguimentos de progressão temática podem vir misturados, ou seja, como depende das estratégias de construção informacional, o fato de ser sequencial, linear, série, espiral e radial não é uma norma, porém há a possibilidade de interferir no sentido. Diante disso, estruturalmente, uma progressão linear apresenta um tema e uma sequência de remas; já a serial apresenta algumas séries de conjuntos informacionais, cada qual iniciada por um tema diferente, ao qual há a conexão de alguns remas; por fim, na sequência radial, a relação tema e rema se expande, ou seja, os remas podem, nos períodos ou parágrafos seguintes, tornarem-se temas (Van Dijk, 2019, 2020).

Observa-se o exemplo a seguir:

X. O todo sem a parte não é todo,  
A parte sem o todo não é parte,  
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,  
Não se diga, que é parte, sendo todo.

Em todo o sacramento está Deus todo,  
E todo assiste inteiro em qualquer parte,  
E feito em partes todo em toda a parte,  
Em qualquer parte sempre fica o todo.

(Matos e Guerra, 2005, p. 42)

Nesse excerto do soneto barroco (Moisés, 2005, p. 42), do poeta brasileiro Gregório de Matos e Guerra, é possível notar a aplicação de fundamentos da lógica para debater a relação entre todo e parte. Explorando fundamentos da retórica, o poeta busca aplicar esses fundamentos à atuação de Deus. Destacando a construção da progressão temática, observa-se que, no primeiro verso da primeira estrofe, *todo* é tema, na sequência *parte* e *todo* são remas. Já no segundo verso, inverte-se, *parte* é tema, enquanto *todo* e *parte* são remas. Assim, os dois versos são apresentados em uma progressão linear, contudo construindo uma organização serial, já que evidencia a definição de cada tema.

Na sequência do soneto, nos versos três e quatro da primeira estrofe, observa-se a distinção de *parte* em relação ao *todo*, desse modo o tema é *todo* e a troca entre *todo* e *parte* constituem uma grande sequência de remas. Já na segunda estrofe, há a retomada do *todo* para associá-lo ao tema *Deus*, com isso a progressão se formata em uma estrutura radial, visto que na sequência *todo* e *parte* formam um espiral trocando as funções de tema e de rema na construção da informação.

Nessa abordagem, entende-se que a validação do tema no enunciado é um mecanismo de exposição do conceito, visto que o conceito é um fenômeno que envolve definições linguísticas de seus predicados e atributos com fundamentações mentais constituintes de *frames*, responsáveis pela designação do ser, de modo ontológico, como suas aplicações, sejam práticas, cenas, estratégias, formas de vida, *epistemas*, métodos, de natureza teleológica, portanto o conceito é um simulacro entre signos que atuam como fenômenos linguísticos e signos que indicam a representação e mediação daquilo que está na realidade, na composição do extralinguístico.

Desse modo, o enunciado é responsável pela tematização e figuratização dos conceitos para que, na construção das sentenças, estabeleça-se a isotopia e permita que os conceitos sejam discursivizados e, assim, transitem da esfera da ontologia para a esfera dos argumentos, sob a qual recai os fundamentos lógicos na construção do raciocínio.

Sendo assim, a construção do enunciado é o primeiro estágio da evocação dos fundamentos de intensividade e extensividade do conceito

em princípios linguísticos para atender a necessidade decorrente dos fluxos informacionais, os quais apenas são produzidos consoante o *background* que uma mente possui sobre a linguagem e sobre a realidade para poder efetivar o simulacro.

Assim, entre linguagem, realidade, conceito e ativação dos conhecimentos para efetivar os simulacros que permitem a expressão alcançar o conteúdo, há um contexto que, motivado pelos objetos, fenômenos, eventos, actantes, tempo e espaço, canaliza esse simulacro para a discursivização e, assim, aplica diversas camadas de saberes na consolidação do conteúdo.

Antes de debater o ponto ápice da interpretação, é importante destacar que contexto pode ser entendido como ambientação para localizar ou explicar as coisas de uma realidade, ou seja, quando se busca “[...] indicar que algum fenômeno, evento, ação ou discurso tem que ser estudado em relação ao seu ambiente, isto é, com as condições e consequências que constituem o seu entorno” (Van Dijk, 2020, p. 19), assim evidencia-se as características formais do contexto. Desse modo, ao efetivar que o enunciado está ancorado na realidade e esta dialoga com um conjunto informacional responsável pela constituição de uma cadeia de enunciados e enunciações que permita transitar do fenomenológico para o discursivo na construção do simbólico

Frente a isso, destaca-se o seguinte exemplo:

XI. Áporo

Um inseto cava  
cava sem alarme  
perfurando a terra  
sem achar escape.

Que fazer, exausto,  
em país bloqueado,  
enlace de noite  
raiz e minério?

Eis que o labirinto  
(oh razão, mistério)  
presto se desata:

em verde, sozinha,  
antieclidiana,  
uma orquídea forma-se.

(Andrade, 2010, p. 260)

Essa poesia, do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, apresenta um processo de construção de sentido bastante complexo. Primeiramente, é necessário recuperar o significado do léxico áporo, o qual pode ser sinônimo de inseto que cava a terra, uma espécie de orquídea verde e, o mais usual, uma ação que requer grande desafio, de difícil solução.

De fato, essa informação é fundamental para a construção do contexto. Somado a isso, no primeiro verso, o inseto é apresentado; já a orquídea, no último; por sua vez, uma ação de difícil resolução é a própria expressão da poesia, pois explorando os aspectos sonoros, a palavra inseto é constituída por três sílabas: [in-se-to]. Um inseto normalmente emite sons, os quais podem ser representados pelo som sibilante, nesse caso [se], que na formação da palavra, já está entre outras sílabas, criando a melopeia do inseto preso.

Não obstante, ao longo da poesia, palavras como *sem*, *escape*, *fazer*, *exausto*, *país*, *enlace*, *raiz*, *eis*, *mistério*, *presto*, *se*, *desata*, *sozinha*, *forma-se*, representam, no plano da expressão, o caminho que o inseto faz ao cavar a terra, o qual ao passar pelo labirinto, palavra que por si só forma uma melopeia, *presto se desata*, para que no último verso, através da palavra *forma-se*, haja o surgimento de um novo ser, que se formou decorrente à trajetória, além da presença do pronome *se*, posterior ao um hífen demonstrando liberdade.

Em suma, o enunciado é fundamental para relação entre os elementos mínimos para efetivar toda a força e potencial da semântica, além de ser no enunciado que os elementos que constituem a enunciação e o discurso são marcados. O enunciado não deve ser confundido com o texto, pois o texto é a junção de todos esses elementos, contudo o enunciado é a bússola para encaminhar as estratégias de interpretação.

De fato, há muito material semântico na construção do enunciado. Muitas vezes, o enunciado oferece quase todos os elementos, chegando a

ser bem próximo daquilo que será manifestante no discurso, todavia é fundamental evidenciar que todo desdobramento produzido no enunciado pertence ao plano da expressão, ou seja, o plano da expressão tem muito a oferecer em relação ao sentido, mas a significação apenas se efetiva no discurso e, somente analisando o discurso, é possível verificar percursos de significação, evolução dos signos até a semiose e, assim, alcançar o conteúdo.

É importante destacar que há muita informação oriunda do plano da expressão, já que sua resolução explora fundamentos da imanência de cada nível analisado, assim acessando pequenas frações do conteúdo, contudo é necessário evidenciar que ainda não é o conteúdo pleno, já que no discurso há tantas outras camadas de saberes.

#### **4 O DISCURSO E SUAS CAMADAS INFORMACIONAIS: ARTICULAÇÕES DOS SABERES PARA ALCANÇAR O CONTEÚDO**

O discurso é linguístico. A manifestação discursiva é decorrente daquilo que se efetiva no enunciado e na enunciação. A informação é modelizada e já não está necessariamente vinculada aos fatores lógicos que constituem a relação com a realidade. Ela não depende apenas da lógica para a verificação da verdade; o discurso pressupõe a existência de um *ethos* que garanta a veridicção e a fidedignidade (Greimas; Fontanille, 1993).

O enunciado e a enunciação são níveis responsáveis por textualizar os elementos responsáveis pela interação linguagem e extralinguístico. O discurso, é bem verdade, pode se conectar a outros discursos, mas suas marcas de conexão são viabilizadas pela construção do enunciado e da enunciação, ou melhor, pelas marcas linguísticas que se perfazem no enunciado e revelam diretrizes na enunciação (Van Dijk, 2019; Ducrot, 2020).

Sendo assim, o discurso é o nível de manifestação da informação e, assim, permite que esta seja disponibilizada para a comunicação (Maingueneau, 1996). Frente a isso, é no discurso que os conceitos se alinham aos outros, com isso a informação delimita sua aplicação e seus aspectos de intensividade; por outro lado, é graças ao discurso que os aspectos de extensividade acontecem e se conectam a outros saberes e, assim,

a informação gera informatividade, possibilitando a interação cognitiva e a aquisição de conhecimentos.

Além disso, o discurso permite a manifestação da retórica, enquanto é no enunciado que se perfaz a semântica, através dos adverbos da isotopia, bem como é no enunciado que se configura a presença da lógica, pois é nesse nível que se efetivam as proposições e as sínteses. Por sua vez, é na enunciação que fatores da pragmática se efetuam como elementos manifestantes, pois nesse nível há as marcas de dêixis, apontando os aspectos condutores do ato, como actantes, espaço e tempo (Benveniste, 1999, 2014). Além disso, na enunciação também ocorrem as marcas de catálise, pressupostos, implícitos e implicaturas (Grice, 1989, 2001; Van Dijk, 2019, 2020; Ducrot, 2020).

De todo modo, os níveis: enunciado, enunciação e discurso não se manifestam de qualquer modo, visto que as marcas discursivas são responsáveis pela demarcação da intencionalidade, da aspectualização, da direcionalidade e da situacionalidades (Koch, 2018a; Van Dijk, 2019). Nessa linha, o discurso se realiza sob condições de materialidade de aspectos informacionais importantes para efetuar a interpretação, já que evidencia a presença de sujeitos, que se posicionam frente a aspectos sociais, históricos, culturais, políticos, ideológicos e científicos (Bakhtin, 2011, 2016; Pêcheux, 1997). Sendo assim, o discurso é um ato único, porém suas marcas podem ser reproduzidas por outros discursos, os quais atualizam o conhecimento e como os objetos discursivizados afetam as mentes e contribuem para a realização da semiose.

Outrossim, os discursos revelam formas de vida e, através destas, a constituição de um *ethos* (Fontanille, 2019). Somado a isso, demarcam os fluxos informacionais que representam essas formas de vida, como também fluxos informacionais que manifestam as intencionalidades e as trocas simbólicas, por isso os discursos são responsáveis pelo dialogismo, aspecto que permite que interlocutores compartilhem seus conhecimentos e necessidades informacionais, sob o qual há a incidência da alteridade (Bakhtin, 2011, 2016).

Desse modo, os discursos são demarcados por gêneros textuais, ou gêneros de discurso (Bakhtin, 2011, 2016), que efetivam modelos sociais de discurso, os quais são aplicados decorrente às situações de interação, ou seja, os gêneros discursivos são a materialização das necessidades informacionais posta em fluxo de troca e alcance cultural e social. Decorrente a isso, os discursos norteiam as estratégias para interação com os sistemas informacionais, e os gêneros discursivos são as ferramentas de interação entre sistemas, documentos e usuários.

Frente a essas disposições, entende-se que o discurso é resultante da relação enunciado, enunciação, sujeito, interação, alteridade (Bakhtin, 2016), necessidade informacional e disposição dos conceitos no fluxo informacional. Dessa maneira, aponta-se que, para explorar aspectos de sentido e significação produzidos no discurso, é preciso explorar três esferas que o compõem, as quais serão analisadas de modo isolado para fins descritivos e de análise científica, no entanto, na aplicabilidade, ocorrem todas ao mesmo momento, sem distinção de suas particularidades:

- a) aspectualização figurativa e temática, em que se efetiva a congruência da narratividade e as isotopias com a construção dos valores, da intencionalidade, das manifestações interdiscursivas;
- b) conexão entre os saberes, em que se recuperam os fatores interdiscursivos, sua contribuição para a construção do sentido e da significação, bem como a recuperação parcial ou total de sua manifestação original e contextual;
- c) marcas discursivas, em que se reconhece a presença ou a ausência de fenômenos sociais, históricos, políticos e ideológicos, por um lado, efetiva a marcação do sujeito no ato de fala; por outro, para que as estratégias de comunicação, viabilizada por instituições, demarquem o poder midiático de quem está no controle.

O fenômeno linguístico da aspectualização é decorrente da construção do enunciado e da enunciação (Greimas; Fontanille, 1993). Nessa esfera, os elementos que marcam a construção do texto são verbalizados

e, assim, atuam como condutores do plano da expressão para o plano do conteúdo. Isso é possível porque o que reverbera no discurso está ancorado no enunciado, com isso os conceitos oriundos da isotopia dos temas e das figuras presentes são canalizados pelas proposições e demarcam a intencionalidade dos construtos textuais.

Outro ponto importante na análise da aspectualização é o processo simbólico, ou seja, as marcas culturais inerentes às escolhas lexicais que compõem o enunciado, assim permitindo que se acompanhe as narrativas de cunho social, político, ideológico, cultural ou científico que se desenham consoante ao gênero discursivo adotado. Frente a isso, não é condizente com o gênero discursivo *artigo científico*, que se espera uma interlocução à base de epistemologias e metodologias, que os argumentos presentes nos resultados apresentem uma aspectualização de cunho político ou ideológico, pois isso afetaria a constituição do *ethos* e dos valores deônticos que perfazem o gênero discursivo.

Na inter-relação da esfera de aspectualização e de conexão entre os saberes, ocorre a interdiscursividade, bem como a interdisciplinaridade. Nesse aspecto, as marcas da aspectualização constituídas no enunciado e na enunciação permitem a conexão entre os diversos saberes, os quais são necessários para tratar do tema abordado. Evidentemente, esse tipo de abordagem sobre a constituição do discurso ocorre frente a uma análise da complexidade (Morin, 2015), visto que um tema é abordado consoante os elementos necessários para sua compreensão, não havendo limites da presença das áreas do conhecimento, ou seja, os saberes são evocados conforme à constituição das formas de vida.

Nessa esfera, há o recorte temático, já que um texto é produtor de vários discursos, portanto é possível interpretar vários recortes, consoante as construções de isotopia. Isso ocorre porque os conceitos são direcionados para a construção dos argumentos que representam as formas de vida e, assim, permitem que afetem o interlocutor conforme seu conhecimento de mundo, por isso, no processo discursivo, é possível a modelização do comportamento, construindo *frames*, que estabelecem os modelos cognitivos, os quais ampliam a experiência e efetivam a conduta e o hábito embora sejam oriundas de modelos sociais (Lakoff, 1998, 2018). Essa conexão de

saberes permite criar hipóteses, testar as informações e averiguar os resultados confrontando com os fundamentos de verdade, como recursos lógicos, jurídicos, culturais conforme os instrumentos de veridicção e inquirição.

No entanto, essa esfera discursiva, devido à sua influência na modelização cognitiva das pessoas, permite a constituição de conceitos sem que estes sejam alinhados aos critérios de inquirição da verdade, ou seja, por se tratar de composição discursiva, está atrelada à retórica (Pêcheux, 1997) e, por ser de natureza linguística, possibilita a criação de mundos ficcionais, de seres imaginários, como também permite a criação de *fake news* e pós-verdade.

Na transição da esfera que efetiva as camadas de saberes e modelização do comportamento para a esfera das marcas discursivas, há o processo de institucionalização do discurso, já que valores são revigorados por instituições públicas e privadas e muitos saberes são objetificados para a facilitação do seu entendimento por parte da massa (Foucault, 1979, 2006, 2007, 2015; Pêcheux, 1997). A institucionalização da informação permite estratégias de manipulação, efetivando as marcas de poder e a presença sobreposta aos dispositivos de controle (Foucault, 1979, 2006). Esse tipo de discurso é responsável pela dominação ideológica, pela mobilização de ações de grupos e pelo apagamento de informações fundamentais para a compreensão do cenário em que fenômenos e eventos ocorrem (Pêcheux, 1997).

Essa esfera discursiva pode ser perigosa e corroborar a falta de estratégias de manutenção da democracia. Há diversas ações que marcam pequenos pontos de interesse informacional de um grupo, no entanto essas ações apagam informações importantes para a compreensão do todo (Foucault, 1979).

Essa terceira esfera do discurso quase nunca se aplica para se obter acesso ao plano do conteúdo em sua completude como fazem as outras duas esferas; ao contrário, essa terceira esfera discursiva se mantém devido às estratégias indevidas de interpretação à base do plano da expressão.

Com isso, evidencia-se que o discurso é o caminho para transitar do plano da expressão para o plano do conteúdo, visto que o processo

de discursivização é complexo, bem como é combustível para a semiose. Entretanto, o discurso pode ser uma estratégia de subjetivação e controlar corpos através das necessidades informacionais dos grupos envolvidos (Foucault, 2007, 2015).

Assim, o ato discursivo é marcado por fragmentos do plano da expressão que não permitem ou não motivam as mentes envolvidas a buscarem fundamentos informacionais para compreender o processo de significação de modo complexo. Esse tipo de discurso consolida o efeito de sentido à base da retórica, sem critérios de verificação da verdade, ou seja, a base deontica não se aproxima da lógica, tampouco o processo de inquirição das informações é um instrumento presente em constante na construção do conhecimento.

Em suma, embora a discursividade seja fundamental para a constituição das figuras e dos temas responsáveis pela uniformidade à isotopia, somado ao potencial de agregar diversas camadas de saberes a fim de ativar experiências em uma mente e, assim, gerar semioses; reconhece-se, por sua vez, que o discurso é modelizador de comportamento devido a sua forma enunciativa, a qual nem sempre, a depender do contexto e das interações, vai requerer fundamentos lógicos ou estratégias de verificação da informação, visto que basta a identificação de parte de elementos simbólicos nas formas de vida, com isso o discurso pode servir de instrumento de manipulação, por conseguinte de motivações ideológicas indevidas ou apagamentos de informações decorrentes da manifestação de poder.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A informação afeta a mente e, com isso, motiva essa mente a buscar interpretar seu sentido. Esse sentido se perfaz com a organização de signos que constituem um conjunto de aspectos semânticos para evidenciar sua composição. Esse conjunto de signos se manifesta através do plano da expressão, o qual ganha valor devido às regras a que esses signos são submetidos, por tanto há inicialmente uma gramática, especulativa ou normativa, para organizar o significado.

Decorrente a essa organização dos signos, é possível haver uma instrumentalização para materializar a informação em linguagem, por conseguinte mecanismos de interação com essa linguagem possibilitam a compreensão da informação.

A sistematização da informação em linguagem permite a constituição de construtos que realizam um sincretismo entre linguagem e objetos, fenômenos ou eventos da realidade, assim constituindo conhecimentos sobre o mundo, sistematizado em conceitos. Os conceitos, por sua vez, através de recursos linguísticos, são compiladores de informações que constituem os atributos das coisas do mundo representadas através da linguagem, os quais promovem a mediação entre realidade e mente, como por exemplo, através de *frames*.

Sendo assim, buscou-se demonstrar como os elementos mínimos da linguagem são fundamentais para a constituição do enunciado e para a demarcação da enunciação. Somado a isso, também foi demonstrado como esses fatores são fundamentais para a constituição do plano da expressão e como este é gerador de sentido. Com isso, demonstrou-se que o plano da expressão, através do composto semântico que lhe compõe, é capaz de gerar sentido, já que seus componentes manifestam um conteúdo imediato através da imanência do seu significado, porém, sem o processo de discursividade, não é possível acessar o plano do conteúdo de modo pleno, direcionado às substâncias presentes, total ou parcial.

Além disso, esta pesquisa também demonstrou que o discurso é composto por esferas. Desse modo, evidenciou os processos que relacionam discurso, enunciado e enunciação para a composição do texto. Com isso, apresentou a necessidade de aplicação de elementos de verificação de verdade para confirmar a legitimidade da informação. Por outro lado, também demonstrou que uma das esferas discursivas pode gerar manipulação da informação, e como o discurso é modelizador de comportamento, pode comprometer a manutenção da democracia.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. *Iracema*. São Paulo: Martins Claret, 2006.
- ALMEIDA, G. M. de B. O percurso da Terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. *Tradterm*, São Paulo, v. 9, p. 211-222, dez. 2003.
- ALMEIDA, G. M. de B. A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática. *ALFA: revista de Linguística*, São José do Rio Preto, v. 50, n. 2, p. 85-101, 2006.
- ANDRADE, C. D. *Antologia poética*. 66. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ARAÚJO, C. A. A. *O que é ciência da informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARITÉ, M. *et al. Diccionario de Organización del Conocimiento: clasificación, indización, terminología*. 6. ed. corregida y aumentada. Montevideo: Csic, 2015.
- BARROS, L. A. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 22-26, jun. 2006.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística General II*. Tradução de Juan Almela. 15. ed. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1999.
- BENVENISTE, E. *Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)*. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Navak e Maria Luisa Neri. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- BEAUGRANDE, R-A.; DRESSLER, W. U. *Introducción a la lingüística del texto*. Tradução de Sebastián Bonilla. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. London: George Allen & Unwin, 1973.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, New York, v. 42, n. 5, p. 351-360, June 1991. DOI: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3). Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

- BUCKLAND, M. K. What is a document? *Journal of the American Society of Information Science*, New York, v. 48, n. 9, p. 804-809, Sept. 1997. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199709%2948%3A9%3C804%3A%3AAID-ASI5%3E3.0.CO%3B2-V>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: IULA, 1999.
- CABRÉ, M. T. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology*, Amsterdã, v. 9, n. 2, p. 163-199, Jan. 2003.
- CABRÉ, M. T. Norma y normas en terminología: concepto, tipología y justificación. In: ISQUERDO, A. N; FINATTO, M. J. B. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. v. 4, p. 365-396.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História da Linguística*. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- CAPURRO, R. Foundations of information science: review and perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, 1991, Tampere. *Proceedings* [...]. Tampere: University of Tampere, 1991.
- CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. *Annual Review of Information Science and Technology*, Silver Spring, v. 37, n. 1, p. 343-411, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1002/aris.1440370109>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- CARNAP, R. *Logical syntax of language*. London: Internacional Library of Philosophy, 1937.
- CARNAP, R. *Studies in semantics: formalization of logic*. Massachusetts: Harvard University Press, 1943.
- CARNAP, R. *Studies in semantics: introduction to semantics*. Massachusetts: Harvard University Press, 1948.
- CHOMSKY, N. *Aspectos de la teoría de la sintaxis*. Tradução de Carlos-Peregrín Otero. Madrid: Aguilar, 1976.
- CHOMSKY, N. *Sintáctica y Semántica en la gramática gerativa*. Tradução de Carlos-Peregrín Otero. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- CHOMSKY, N. *Linguagem e mente*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2009a.
- CHOMSKY, N. *Reflexões sobre a linguagem*. Tradução de Mario Leite Fernandes. São Paulo: JSN, 2009b.

- CHOMSKY, N. *A ciência da linguagem*: conversas com James McGilvray. Tradução de Gabriel de Ávila Othero, Luisandro Mendes Souza e Sérgio de Moura Menuzzi. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- CHOMSKY, N. *Estruturas sintáticas*. Tradução de Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi. Rio de Janeiro: Vozes, 2018a.
- CHOMSKY, N. *Sobre natureza e linguagem*. Tradução de Marylene Pinto Michael. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018b.
- COSERIU, E. *Principios de Semântica Estructural*. Tradução de Marcos Martínez Hernández. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1981.
- COSERIU, E. *Introducción a la Lingüística*. Tradução de Dámaso Alonso. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1986.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, dez. 1978a. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 10 out. 2023.
- DAHLBERG, I. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jul. 1978b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29057>. Acesso em: 20 out. 2023.
- DUBOIS, J. *et al. Dicionário de Linguística*. Tradução de Izidoro Blikstein *et al.* São Paulo: Cultrix, 1998.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- FARACO, C. A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- FILLMORE, C. J. *Case grammar*. Heidelberg: Groos, 1987.
- FONTANILLE, J. Práticas semióticas: a imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (org.) *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 15-74.
- FONTANILLE, J. *Formas de vida*. Tradução de Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2015.
- FONTANILLE, J. *Prácticas semióticas*. Tradução de Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2016.

- FONTANILLE, J. *Semiótica discursiva*. Tradução de Jean Cristtus Portela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- FOUCAULT, M. A. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, M. A. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. A. *Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FREGE, G. *Estudios sobre semantica*. Tradução de Jesus Mosterin. Barcelona: Ariel, 1984.
- FREGE, G. *Investigações lógicas*. Tradução de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2002.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.
- GADAMER, H. G. *Verdade e método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Librairie Larousse, 1966.
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2016.
- GRICE, P. *Studies in the way of words*. Massachusetts: Harvard University Press, 1989.
- GRICE, P. *Aspects of Reason*. New York: Clarendon, 2001.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da Linguagem*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HJØRLAND, B. Concept theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.21082>. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.21082>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018a.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018b.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

- LAKOFF, G. *Ten lectures on cognitive linguistics*. Leiden: BRILL, 2018.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaforas de la vida cotidiana*. Tradução de Jose Antonio Millan e Susana Narotzky. 8. ed. Madrid: Catedra Teorema, 2009.
- MAINGUENEAU, D. *Elementos da linguística para o texto literário*. Tradução de Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARTINET, A. *Elementos de Lingüística General*. Tradução de Julio Calonge Ruiz. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1968.
- MATOS E GUERRA, G. Ao braço do mesmo Menino Jesus quando apareceu. In: MOISÉS, M. *A Literatura Brasileira através dos textos*. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2005. p. 41-42.
- MILANI, S. E. *Relato da obra de Ferdinand de Saussure*. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2016.
- MEILLET, A. *Como as palavras mudam de sentido*. Organização e Tradução de Rafael Faraco Benthien e Miguel Soares Palmeira. São Paulo: EdUSP, 2021.
- MEIRELES, C. *Antologia poética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 3.
- NEVES, M. H. M. *Gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Contexto, 2018.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- PESSOA, F. *Mensagem*. Avero: Livraria Estante, 1993.
- REFRÃO de Bolero. Compositor: Humberto Gessinger. In: ACÚSTICO MTV. [S.l.]: Gravadora BMG, 1991. 1 DVD, faixa 7, (2 min).
- SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- SANTAELLA, L. (org.). *Charles Sanders Peirce*. São Paulo: Paulus, 2020.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini *et al.* São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEARLE, J. R. *Intencionalidade*. Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- SILVEIRA, L. F. B. *Curso de Semiótica geral*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- SMIRAGLIA, R. P. *Domain analysis for Knowledge Organization: tools for ontology extraction*. Kidlington: Elsevier, 2015.
- TERCEIRA do Plural. Compositor: Humberto Gessinger. In: SURFANDO Karmas & DNA. [S.l.]: Universal Music, 2001. 1 CD, faixa 7, (2 min).
- TREVISAN, D. Uma vela para Dario. In: MORICONI, I. (org.). *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 279-282.
- ULLMANN, S. *La Semantica: Introduzione alla scienza del significato*. Tradução de Anna Baccarani e Luigi Rosiello. Bologna: Il Mulino, 1966.
- VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. Tradução de Ingedore V. Koch. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2020.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de Marcos G. Montagnoli. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.



10

**DESCCLASSIFICAÇÃO E  
LINGUÍSTICA DECOLONIAL:  
INSTRUMENTOS E  
TERRITÓRIOS POSSÍVEIS  
CONTRA A COLONIALIDADE  
INFORMACIONAL**

*DECLASSIFICATION AND  
DECOLONIAL LINGUISTICS:  
POSSIBLE TOOLS AND TERRITORIES  
AGAINST INFORMATIONAL  
COLONIALITY*

*Marco Donizete Paulino da SILVA*

*UFSCar*

*marco\_donizete@yahoo.com.br*

*<https://orcid.org/0000-0003-1401-7180>*

*Luciana de Souza GRACIOSO*

*UFSCar*

*luciana@ufscar.br*

*<https://orcid.org/0000-0002-6320-4946>*

**Resumo:** Compreendemos que pensar as disputas linguísticas no contexto de sistemas linguísticos normativos (território amplificado de nossa reivindicação) exige que se considere que tal normatização atende aos interesses relacionados aos grupos de poder que colonizam as teias de interações sociais de maneira ostensiva – colonizar, nesse aspecto, é utilizar a força para impor ao outro sua forma de ver o mundo. Orientando-nos, dessa maneira, pelo objetivo geral de: realizar interação dialógica entre sedimentações teóricas (artigos científicos) sobre os temas problematizados – considerações sobre o conceito de Epistemografia (visando processo desclassificatório) e proposição de um processo classificatório decolonial pela questão da Linguagem Documentária, da Ciência da Informação, considerando comunidades identitárias na ordem LGBTQIAPN+ em suas expressões comunicacionais situadas pelo campo de estudos da Linguística Decolonial. Com o intuito de caracterizar a presente investigação, ela foi considerada de abordagem exploratória, utilizando-se de método orientado por procedimentos hermenêuticos-dialéticos, visando síntese interpretativa que possibilite identificar espaços e instrumentos passíveis de consideração para aplicação dos temas investigados. Constituindo-se em seu final de súmula de considerações gerais sobre percurso investigativo realizado, tendo por fio condutor exemplificações sobre usos e silenciamentos da expressão “todes”, na ordem da Linguagem Neutra.

**Palavras-chave:** Desclassificação; Epistemografia; Linguagem Documentária; Linguagem Neutra; Decolonização.

**Abstract:** We understand that thinking about linguistic disputes in the context of normative linguistic systems (amplified territory of our claim) requires us to consider that such standardization serves the interests related to power groups that colonize the webs of social interactions in an ostentatious way. Colonizing, in this respect, is using force to impose on the other their way of seeing the world. In this way, we are guided by the general objective of: conducting a dialogical interaction between theoretical sedimentation (scientific articles) on problematized themes—considerations on the concept of Epistemography (aiming at a declassification process) and proposing a decolonial classification process through the issue of Documentary Language, Information Science, considering the LGBTQIAPN+ identity communities in their communicational expressions situated in the field of Decolonial Linguistics studies. In order to characterize this research, which was considered to have an exploratory approach, using a method guided by hermeneutic-dialectic procedures, an interpretative synthesis was aimed at making it possible to identify spaces and instruments that can be considered for the application of the themes investigated. Its final section is a summary of general considerations about the research conducted, using as a guiding thread examples of the use and silencing of the expression “todes”, in the context of Neutral Language.

**Keywords:** Declassification; Epistemography; Documentary Language; Neutral Language; Decolonization.

## **I INTRODUÇÃO**

Neste trabalho, a Linguagem é entendida como um campo de disputas políticas, refletindo, em sua conformação, dinâmicas contemporâneas pelas quais os indivíduos se comunicam, tendendo a absorver formas de interação eficientes do ponto de vista comunitário, mas também, correndo o risco de serem subordinados por padrões normativos, corporativos e sistêmicos, determinados pelo detentor do poder político imanente a cada tempo histórico e social, com variações dialógicas inerentes também às condições éticas proporcionais ao plano democrático – com tendências mais manipuladoras quando operadas por grupos fascistas ou ditatoriais, como movimentos recentes da extrema direita no Brasil (Marzullo, 2023), no período de 2018-2022, posterior ao golpe de 2016.

Aragão (1992) parafraseia dois conceitos de Jurgen Habermas (2016a), inerentes à nossa abordagem, o de:

1) Mundo da Vida, definido como um pano de fundo que interliga as interações cotidianas dos indivíduos como uma força vital que dinamiza o processo comunicacional, ou seja, um:

[...] horizonte não-tematicamente dado, não questionado, em que os participantes de comunicação se movem mutuamente, quando se referem tematicamente a algo no mundo [...], seja este mundo o mundo exterior natural, o mundo exterior social, ou o mundo interior subjetivo. (Aragão, 1992, p. 45)

2) Ação Comunicativa - ou agir comunicativo - (Habermas, 2016a) que é definido como um processo em que: “[...] os participantes da comunicação buscam alcançar entendimento sobre uma situação: sobre seus planos de ação, para coordená-los através de um acordo que é obtido através de definições das situações que admitem consenso [...]” (Aragão, 1992, p. 52).

Esses dois pressupostos são essenciais para formulação da problemática aqui abordada no contexto da Ciência da Informação, assim como de todas as considerações resultantes de nossas ponderações acerca das dinâmicas informacionais na ótica de um mundo objetivo, social e subjetivo

– componentes indissociáveis do mundo da vida, e, portanto, tão diversos quanto complexos em sua constituição.

Nessas condições, vemos a exigência de contextualização do ser humano nessas dimensões do Mundo da Vida e da Ação Comunicativa, ou seja, admitindo-o como um agente central das dinâmicas operacionais do processo de argumentação de pretensões de verdade sobre suas realidades, que se dimensionam em categorias informacionais não-estanques, mas interdependentes, enquanto arcações de uma tríade identitária: cidadão, na esfera social (mundo social); indivíduo, na esfera objetiva (mundo objetivo); e, sujeito, na esfera subjetiva (mundo subjetivo). Todas entrelaçadas por uma noção identitária que dá unidade ao ser.

Conceitos adjacentes a essa nossa proposição orbitam em torno de questões que dizem respeito à diversidade cultural derivada de comunidades, também identitárias, que se articulam comunicacionalmente por meio de expressões que não se guiam, necessariamente, por uma lógica normativa padrão (orientada por uma base colonial).

Compreendemos que pensar as disputas linguísticas no contexto de sistemas linguísticos normativos (território amplificado dessa reivindicação) exige que se considere que tal normatização atende aos interesses relacionados aos grupos de poder que colonizam as teias de interações sociais de maneira ostensiva – colonizar, nesse aspecto, é utilizar a força para impor ao outro sua forma de ver o mundo, independente das necessidades desse outro, aprisionando-o tanto pelos espaços quanto pelos instrumentos linguísticos.

Habermas (2016b) aborda a noção de colonização pela ótica de um instrumento de burocratização dos sistemas que avançam sobre as interações (mediatização) do mundo da vida, impondo formas de controles burocráticos a ordens comunitárias que possuem ações comunicativas próprias, diversificadas e vitalizantes de seu modo de existência. Nesse sentido, a imposição se daria por um projeto de padronização extrema de formas de vida desviantes que se mantêm por meio de lastros identitários, sendo tais lastros ignorados em favor de uma normatização sistêmica hierarquicamente estabelecida.

Nesse sentido, a resistência em manter uma forma própria de comunicação (Jesus, 2012) é considerada uma ação decolonial, movida por um processo de descolonialidade (identificação da lógica colonial que oprime), e posteriormente, um projeto decolonial (planejamento das ações pertinentes para reformulação de uma revisão libertária).

Desse modo, os espaços-territórios e instrumentos focalizados em nossa investigação se delimitam, respectivamente, pelos campos-espacos da Biblioteconomia, Ciência da Informação (CI) e Linguística (já que tratamos da Linguagem), tendo-se por instrumentos os processos de classificação (e seus Sistemas), dimensionados pela ótica de uma Linguagem Documental (ou Linguagem Documentária) (LD) - um conceito interdisciplinar tanto da Ciência da Informação quanto da Linguística, definido, por meio de paráfrase dos autores à Gutiérrez (1998), como: “[...] um dispositivo léxico construído artificialmente e com fins de análise e recuperação de um determinado sistema de informação.” (Almeida, Farias, Matias, 2020, p. 12)

Prosseguindo nessa intermediação, o conceito de LD será considerado por meio de duas noções adjacentes: 1) a de Epistemografia Interativa, que tem por meta a desclassificação dos instrumentos da LD, por García Gutiérrez (2006, 2013); e, 2) a de Linguística Decolonial, que objetiva investigar temas que envolvem o desenvolvimento de críticas pós-coloniais à Linguística, por Severo (2013, 2016, 2017) e Severo e Makoni (2023).

Consideramos que ambas as proposições avançam no sentido por nós advogado, ou seja, de aprofundamento da questão decolonial tanto pelo campo da Ciência da Informação quanto da Linguística, aferindo, como objeto de discussão o conceito de Linguagem Neutra (uso de expressões do domínio comunicativo da comunidade LGBTQIAPN+ (Jesus, 2012) que se desvencilham das abordagens tradicionais (gerativismo, funcionalismo e o estruturalismo) - pensando-se esse tradicional como espaço territorial imposto pelo pensamento dominante, uma gramática situada em domínios generalizados de comunicação social). Esses usos são interpretados como direitos linguísticos dessa comunidade (Pimentel, 2023), entendendo-se as ações coercitivas de cerceamento e tentativas de silenciamento dessas expressões, violações desses direitos.

De forma geral, o conceito de Direitos Linguísticos aborda questões relacionadas à criação, aplicação e análise das normas que protegem as línguas e, especialmente, os direitos de uso delas por parte de indivíduos e grupos falantes, independentemente de serem minoritários ou não, visando propor mecanismos de mediação de conflitos linguísticos surgidos das relações de poder presentes em contextos multilíngues (Abreu, 2020).

Embora não seja objetivo deste estudo avançar na discussão jurídica sobre o assunto, considerou-se relevante consubstanciar o tema enquanto constituinte da relação linguística entre mundo da vida e mundo dos sistemas, inclusive na questão do risco de uma legislação sobre expressões de uso comunicativo (Jesus, 2012) entre agentes identificados por uma ordem de valores comunitários (caso dos indivíduos, cidadãos e sujeitos LGBTQIAPN+) (Pimentel, 2023). Assim, a forma expressiva Linguagem Neutra é defendida como expressão legítima das condições identitárias de uma comunidade linguística em processo de afirmação de suas necessidades objetivas, sociais e subjetivas.

Caracterizamos a presente investigação como de abordagem qualitativa e exploratória, com uso do método hermenêutico-dialético, visando síntese interpretativa que possibilite identificar espaços e instrumentos passíveis de consideração para aplicação dos temas investigados, orientando-se pelo objetivo geral de: realizar interação dialógica entre sedimentações teóricas (artigos científicos) sobre os temas problematizados em torno das LDs – considerações sobre o conceito de Epistemografia (visando processo desclassificatório) e proposição de um processo classificatório decolonial considerando comunidades identitárias na ordem LGBTQIAPN+ em suas expressões comunicacionais (Jesus, 2012; Pimentel, 2023), situadas pelo campo de estudos da Linguística Decolonial.

Exigindo-se, nessas condições, como objetivos específicos: analisar os conceitos de Epistemografia e desclassificação pela ótica de García Gutiérrez (2006); analisar o conceito de Linguística Decolonial pela ótica de Severo (2013, 2016, 2017) e Severo e Makoni (2023); estabelecer relações dialógicas pelas sedimentações teóricas interpretadas nessas duas proposições e as bases interativas da comunidade LGBTQIAPN+ (Jesus, 2012; Pimentel, 2023); sintetizar bases de convergência entre as relações

estabelecidas nesse diálogo; e, apontar possíveis espaços e instrumentos decolonizadores da Ciência da Informação.

Espera-se, por meio dessa discussão, estabelecer caminhos – instrumentos e espaços - que possam auxiliar nos processos de decolonização dos espaços classificatórios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, promovendo a inclusão de comunidades identitárias que diversificam os conteúdos informacionais desses dois campos teóricos-metodológicos. Tais instrumentos e espaços-territórios serão balizados ao final desse texto em uma súmula investigativa de considerações gerais, abordando o percurso argumentativo realizado, e ilustrando nossas percepções por meio de exemplificações sobre usos e silenciamentos da expressão “todes”, na ordem da Linguagem Neutra como esfera decolonial.

## **2 EPISTEMOGRAFIA E DESCLASSIFICAÇÃO COMO PRINCÍPIOS PARA AS LDS**

Inicialmente, convém observar que nem todos os conceitos apresentados por García Gutiérrez (2006, 2013) foram abordados nessa seção, mas apenas aqueles que se tornaram basilares no recorte de nossa abordagem, cabendo, portanto, o reconhecimento de uma prevalente intensificação em detrimento de uma extensividade conceitual, sobretudo pela limitação espacial dessa articulação, o que certamente pode ser amplificado por pesquisas futuras nos âmbitos aqui abarcados.

O termo Epistemografia é definido como: “[...] uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos [...]” (García Gutiérrez, 2006, p. 104), resultando, na compreensão do autor, na necessidade de desclassificação do conhecimento ocidental, visando expor a teia de relações de poder que silenciam comunidades inteiras, não pertencentes aos nichos de interesse da classificação normativa, observando-se, em nota (García Gutiérrez, 2013, p. 95), a circunstancialização do conceito como possibilidade de expansão de uma organização plural dos conhecimentos – entendendo-se esse “plural” como uma concepção holística do conhecimento.

Desse modo, a inserção do conceito de Epistemografia questiona o uso do conceito de Epistemologia - no contexto de dois trabalhos aqui considerados (García Gutiérrez, 2006, 2013) -, como um instrumento do poder, colonizador por natureza, uma vez que abrange, administra e condiciona as construções de conhecimento na ótica de um território delimitado pelas condições políticas de um tempo histórico, ou seja, o que não contempla essa ótica hegemônica é excluído do arcabouço autorizado – visando o processo de manutenção/estabilização do espaço epistemológico.

Assim, a noção de centro-periferias é abordada tanto em sentido denotativo (espaços geográficos – norte/sul, centro/periferia, etc...) quanto em sentidos conotativos (espaços simbólicos – categorizados como espaços de inclusão dogmático-cognitiva em contraponto a uma categoria não-dogmática (de excluídos: favelas, marginais, bueiros, esgotos, etc...) que condicionam as estruturas classificatórias como hierarquias dominantes-dominadoras.

A grande crítica, ao longo dos dois textos (García Gutiérrez, 2006, 2013) é o prejuízo que essa exclusão resulta, eliminando a diversidade de vozes (e culturas) do horizonte holístico que o mundo do conhecimento – Mundo da Vida - apresenta. Ainda que uma idealização – uma vez que contemplar a inserção da totalidade de culturas e conhecimentos seja uma circunstância virtual (um objetivo sempre além das realidades concretas) -, essa ideia de inclusão é identificada pelo autor (García Gutiérrez, 2006, 2013) como uma meta eutópica (lugar presente de realização), que, em suas palavras, é contraposta a uma meta utópica (lugar futuro de realização).

Nessa perspectiva, a busca utópica de um processo epistemológico finalizado – um projeto sempre futuro, nunca finalizado, sempre se auto delineando pela ideia de perfeição -, deveria ceder lugar, ou pelo menos compartilhar esse espaço de construção, pela possibilidade de iniciativas, realizações paralelas. Considerando-se que García Gutiérrez (2006, 2013) não sugere a derrubada de todas as classificações, mas sim o questionamento dessas estruturas por meio de “frestas” – o que ele chama de fissuras – em que conhecimentos marginalizados ou ignorados possam ser considerados como participantes estruturais não submissos, mas de igual valor.

Por essa via, a hierarquização classificatória das LDs (verticalização estrutural em que conceitos são submetidos a uma ordem de valor epistêmico) deveria ser revisada em favor de uma horizontalização conceitual em que todos os elementos da estrutura se constituíssem pela possibilidade de presença e não pelo lugar que ocupam tradicionalmente. A disciplina militar é utilizada pelo autor para simbolizar essa subordinação institucionalizada pela tradição, pois, em sua concepção: “A epistemologia militariza a concepção pluralista do mundo. Os conceitos seriam confinados em um quartel, uniformizados, ordenados e submetidos a uma férrea e inquestionável hierarquia.” (García Gutiérrez, 2013, p. 98, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Se pensarmos a Ciência como um sistema colonizador e colonizado – um sistema ao mesmo tempo social e orgânico - também teremos esse comportamento defensor, aprofundado pela percepção dessa condição sistêmica, representativa tanto para um organismo biológico quanto epistêmico e sociológico, pois:

[...] tanto o mundo biofísico, como o universo do conhecimento, são produtos de Recolonização incessante. Nenhum organismo vivo consegue erradicar as bactérias porque se o fizer, outras viriam a colonizá-lo, e, se desfizesse de todas, ele se transformaria em pós-orgânico, posto que as próprias bactérias são condição e sintoma dos biosistemas. (García Gutiérrez, 2013, p. 96, tradução nossa)

Assim, a visão do autor busca conciliar sua proposta de desclassificar mantendo o que ainda prevalece como exigência – o conteúdo – em detrimento da forma – a estrutura - reconfigurada. Desclassificar, nesse sentido atribuído por Gutiérrez (2013) não despreza os avanços obtidos pela condição colonizadora, hierárquica e normalizadora da Ciência – impossível de ser desfeita, localizada no passado -, mas supõe a possibilidade de reabilitação dessa estrutura pelo reconhecimento – e necessária revelação – de

---

<sup>1</sup> Esse controle, não é uma exclusividade do espaço militar, diga-se de passagem, mas sua condição de espaço disciplinar se estabelece no cumprimento de um *habitus* corporificado, que sempre é balizado pela condecoração de quem o cumpre ou pela hostilização de quem o questiona – comportamento observado em todo sistema de normas, mas ali radicalizado (um exemplo dessa radicalização, é a pena de morte para casos de motim ou revolta, art. 368 do cap. 05 do Código Penal Militar. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm)).

suas frestas, dos conteúdos submersos estruturalmente no presente, um mundo compostado, acessível por brechas, espaços intersticiais.

Dois marcos importantes são trazidos no artigo de Gutiérrez (2013), prefixados na condição de: 1) propriedades dicotômicas da produção de conhecimento; e, 2) postulados para o processo desclassificatório.

No que tange à propriedades dicotômicas epistemológicas, elas são sintetizadas em quatro: 1- divisão binária do mundo em pares contrapostos (bem/mal; masculino/feminino; leal/desleal; etc.); 2) oposição desses pares como forças antagônicas inconciliáveis, resultando em disputa de valor ou de submissão a normas; 3) subordinação que ordena pela condição de um juízo de valor a cada combinação, chancelada pelo pensamento (poder) dominante; 4) generalização e exclusão negativa que estabelece primazias e desvantagens nesse ordenamento de classes.

Cabendo, em relação aos três postulados desclassificatórios sugeridos, observá-los como propostas de promoção de uma desconstrução das propriedades mencionadas, utilizando-se do recurso da contradição em uma condição pós-epistemológica, sendo caracterizados pelas necessidades de: 1) Não essencialismos, reconhecimento que a instância de determinado conhecimento tem um regime aberto, podendo ser a apresentada, outra, ou muitas mais além das possibilidades polihierárquicas, ou privilegiadas; 2) Estratégias de contradição em decorrência da diversa pluralidade conceitual, sendo o caráter de “não-ser” também uma possibilidade nessa fluência (não já soberania em “ser”); e, 3) Superposição dissolutiva, que tende a favorecer uma superação do constructo dicotômico: ao invés do “ser ou não ser”, a coadunação harmônica de opostos, “ser e não ser”.

### **3 PODERES, DISPUTAS E LIBERDADES: LINGUÍSTICA DECOLONIAL NOS ESTUDOS INFORMACIONAIS**

Os estudos informacionais são indissociáveis dos estudos da linguagem. Ao longo da trajetória de ensino e pesquisa em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, disciplinas e linhas de pesquisas relacionadas a diferentes correntes e movimentos linguísticos são ofereci-

das e estudadas. Mais recentemente, a vinculação indissociável entre a linguagem-informação está ainda mais consistente, em função dos desdobramentos e avanços nos usos de mediadores tecnológicos computacionais, nos processos comunicativos de toda ordem: seja no plano do mundo da vida, ou do mundo dos sistemas.

Frente a esse constructo, cabe a nós, agentes destes campos, acompanhar e constantemente atualizar as agendas de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços de informação, para que estejam sempre alinhados às múltiplas concepções e estruturas da linguagem, pois a sociedade se informa e se comunica, via linguagem.

De modo muito consistente, linhas de investigação importantes são seguidas no plano da construção das pesquisas em Ciência da Informação, relacionadas à linguagem. Gatto, Martinez e Almeida (2022), por exemplo, sistematizaram, em boa medida, as principais variações sobre as correntes relacionadas a Linguística, que fazem parte, inclusive, das estruturas curriculares de Cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, no Brasil (o Cognitivismo, Estruturalismo, Funcionalismo, Gerativismo, Linguística Textual, Análise do Discurso, a Semiótica, a Pragmática, dentre outras), vertentes que, até o momento, subsidiam os estudos informacionais em diferentes frentes, seja para fundamentar a construção de instrumentos de representação e recuperação da informação, seja para compreender melhor os fenômenos envolvidos nas ações de mediação, apropriação e uso da informação pela sociedade.

Ao mesmo tempo, temos constatado cada vez mais o quanto que determinados modelos e estruturas desenvolvidas pela área da Ciência da Informação, muitas vezes sustentadas por teorias linguísticas, acabam por desconsiderar elementos que atravessam a própria linguagem e sua construção social, interseccional e intercultural, reconhecendo, entretanto, como grato contraponto, um conjunto de autores e autoras que se dedicam a problematizar os limites das compreensões assumidas pelo campo em relação à informação e à linguagem, considerando o impacto desta limitação, principalmente em relação à Organização do conhecimento, como por exemplo, Pinho e Milani (2020), que enfatizam a importância dessas abordagens pelas contribuições da Linguística, Terminologia e

Teoria Crítica, pelas quais se reforça a ausência de neutralidade na organização do conhecimento.

Neste cenário é que consideramos oportuno trazer, aos estudos informacionais, mais uma perspectiva de aproximação dos estudos da linguagem: o da Linguística Decolonial. Sobretudo para que seja possível ao campo informacional considerar, em suas matrizes linguísticas, os fenômenos extralinguísticos (históricos, sociais, econômicos, coloniais, dentre outros) que, por vezes, são determinantes para a constituição da própria linguagem. Conforme observado por Ocampo González (2023, p. 1, tradução nossa): “[...] as ciências da linguagem através da crítica pós-colonial tornam-se um território problematizador, cuja tarefa busca interrogar os conceitos por meio dos quais são montados seus principais objetos de conhecimento.”

A pergunta necessária a ser feita, diante desta proposta, seria então: Por que precisamos de uma Linguística Decolonial na Ciência da Informação? Na tentativa de esboçar uma pretensa resposta, trazemos as vozes de alguns autores decoloniais para reforçarmos os argumentos em defesa daquilo que estamos propondo neste texto, e que diz respeito à necessidade de aproximação da Linguística Decolonial na composição dos estudos da linguagem em Ciência da Informação.

Mignolo (2008) nos alerta sobre a urgência em abriremos espaços, nos nossos discursos, para outras gramáticas, outras formas de pensar a relação linguagem e mundo, asseverando que, caso contrário: “[...] permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares.” (Mignolo, 2008, p. 288).

Nesta mesma via, a filósofa boliviana, Silvia Cusiaquianqui (*Utopía ch’ixi*, 2018), nos conclama a pensarmos o quanto precisamos recuperar a potência metafórica da linguagem para repensarmos a realidade, tomando cuidado com os dicionários, que se propuseram a expurgar toda a potência de pensamento conceitual das línguas nativas.

Baseados nessas prerrogativas, defendemos a responsabilidade do campo informacional em considerar, como parte de suas relações indissociáveis com a linguagem, a necessidade de um estreitamento teórico, metodológico e político, com a Linguística Decolonial, pois, tal como indica Rocha e Megale (2023, p. 3):

O reconhecimento do caráter multimodal e multissemiótico do processo comunicativo, bem como da intrínseca relação entre língua nomeada, linguagem e poder, possibilitou a emergência de perspectivas voltadas para a prática e ressaltou o caráter dinâmico, processual, semiótico, culturalmente híbrido e axiologicamente marcado das práticas linguísticas.

Para dar continuidade a esta proposta, nos apoiaremos, de modo mais direcionado, aos estudos desenvolvidos pela pesquisadora Cristine Gorski Severo, que tem por pauta temática o desenvolvimento de críticas pós-coloniais à Linguística. Nessa perspectiva, a colonialidade é marcada por um modelo epistemológico descritivo/explicativo, apagando percursos de singularidades histórica e localmente demarcadas (Severo, 2017), complementando-se, ainda, que o contexto europeu foi considerado como quase único fundamento da história geral da Linguística, na qual se evidenciam as línguas greco-latinas e europeias.

Desse modo, a imposição linguística se torna instrumento de poder e controle de pessoas, corpos e espíritos, durante a empreitada colonial também da língua. Ao se modelar a fala, modela-se também o pensamento e a ação. Segundo Severo (2017), as línguas originárias de países colonizados foram “discursivizadas” de modo que outras relações com a linguagem foram propositadamente construídas pela imposição de outros vocabulários, outras estruturas gramaticais, de modo que mecanismos linguísticos - especialmente utilizados para configuração de dicotomias -, foram utilizados para promoverem relações sociais hierárquicas, diferenciações descontextualizadas de corpos e gêneros, produzindo noções sobre as relações de poder.

Nesta perspectiva, o “Novo Mundo” deveria falar uma “Nova Língua”, inferiorizando, submetendo, dominando os espaços e agentes existentes, resultando, paradoxalmente, que essa nova maneira de falar derivasse no ato de silenciar falantes discordantes. E essa discursivização au-

toritária, construída politicamente como um recurso de domesticação de pessoas e territórios, favoreceu que as trajetórias e experiências dos povos nativos e culturas originárias existentes se tornassem: “[...] alvo de práticas colonizadoras e modernizadoras, como a cristianização, a folclorização, a cientificização e a escolarização, cada qual com sua especificidade.” (Severo, 2016, p. 12).

Indo além dessas críticas de relações de poder entre nações, via linguagem, observamos o risco de extrapolação desses contextos históricos colonizados, reforçando-se, nos dias atuais, por diferentes eventos, dentre eles, o hiper capitalismo e os grupos de prestígio criados a partir dele.

Severo (2013) analisou a dimensão da “Política Linguística” por uma base foucaultiana, em que a relação entre a(s) Política(s) Linguística(s) e as questões de poder, em sua dinâmica:

[...] não é uma variável exterior ao funcionamento das línguas, mas seu próprio motor de constituição e circulação. A compreensão das sutilezas desta dinâmica possibilita tanto uma ampliação dos campos de intervenção da política e planejamento linguísticos, como um olhar crítico sobre certas aplicações e conceitos que, no final das contas, visam a reproduzir o status quo ou uma certa política autoritária e legitimadora de grupos de prestígio. (Severo, 2013, p. 470).

A noção de Direitos Linguísticos, apresentada na introdução deste trabalho pela perspectiva de Abreu (2020), converge para um plano de reflexão mais global, em itinerário recente da autora (Severo, Makoni, 2023), em que é sinalizada a relevância de que as línguas locais, originárias, comuns, sejam constantemente valorizadas, repercutindo, dessa condição de valorização, o enriquecimento holístico por meio da contribuição de uma constituição diversa, encaminhando-nos para a construção de um “comum global”, em que povos não sejam injustiçados e excluídos, assumindo-se uma perspectiva linguística de integração decolonial, com todas as línguas tendo igual valor, devendo, portanto, serem reconhecidas tanto em seus contextos quanto em seus usos.

Assim, Severo e Makoni (2023) defendem que a construção do diálogo intercultural é o caminho necessário, em todas as áreas, para que um pleno e justo desenvolvimento social seja possível, o que, a nosso ver, dialoga incontestavelmente com as premissas de García Gutiérrez (2006, 2013) acerca das pretensões da Epistemografia e da Desclassificação, apresentadas na seção anterior.

#### **4 ESPAÇOS E FERRAMENTAS PARA DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO CAMPO COLETOR**

A base desse subtópico será a revisão que Carlos Alberto Ávila Araújo (2023) realizou por meio de seu trabalho *Um Mapa da Ciência da Informação: História, Subáreas e Paradigmas*, no qual se evidencia o processo de construção do campo da Ciência da Informação, prevalecendo, em nossa abordagem e recorte, a consideração sobre temas e conceitos tidos como relevantes nos aportes teóricos trazidos até agora.

Primeiramente, parece-nos relevante, como base de articulação, mencionar os quatro fatores principais pelos quais Araújo (2023) aborda a historiografia de desenvolvimento da Ciência da Informação, na perspectiva de um campo originado da expansão conceitual e factual da Biblioteconomia, em condições de períodos de avanço: 1) pós-custodial (século XV-XX); 2) especializado (1909); 3) da informação científica (1930-1950); e, 4) de tecnologias de informação [e comunicação] (ainda em desenvolvimento pelo incremento constante dessas tecnologias).

Depois disso, Araújo (2023) fundamenta sua revisão pela divisão desse processo em três blocos temporais (foco dessa nossa seção): 1) origem e consolidação; 2) virada cognitiva; e, 3) virada sociocultural.

Cabendo ao período de origem e consolidação do campo (1960-1970) o reconhecimento de três ideias centrais:

[...] de que a problemática informacional é essencialmente uma questão de transporte, transferência de dados; de que a dinâmica mais importante é a busca de informação e sua “entrega” aos sujeitos; e de que os documentos circulam em sistemas (sistemas de

informação) os quais podem ser mapeados em termos de funções e papéis dentro da sua própria lógica de funcionamento. (Araújo, 2023, p. 53)<sup>2</sup>.

A chamada Virada Cognitiva (1980-1990), que se caracterizou por uma dinâmica orientada por outras três ideias:

[...] o conhecimento humano é cumulativo, se dá pela entrada e processamento de novos dados; de que os sujeitos devem ser estudados em sua dimensão mentalista, isto é, como produtores e consumidores de dados, interagindo com sistemas de informação; e de que os sujeitos podem ser estudados individualmente, em seus processos de sentir falta, buscar e usar informação, para que sistemas sejam desenhados conforme suas necessidades. (Araújo, 2023, p. 56)

Questões advindas do período de origem resultaram nas subdivisões em campos de estudo da informação que impactaram o período de Virada Cognitiva evoluindo, posteriormente, no período de Virada Sociocultural (limiar do século XXI- ainda em processo) - demarcada, historicamente, pela reflexão de superação tanto do modelo físico quanto cognitivo. Em razão dessa convergência, e pelo nosso interesse de síntese, a análise dessas subdivisões serão conjugadas, e se darão pela consideração dos campos de estudos em: representação da informação, estudos de usuários da informação; e dimensão política da informação (democratização).

Na busca de sistematização, a evolução desses subcampos é apresentada em um quadro interpretativo (Quadro 1), visando análise comparativa pelas alíneas a, b e c (apresentadas na sequência), por meio da contraposição do estado dos subcampos de um período para o outro, considerando-se nossos imperativos investigativos, já citados.

---

<sup>2</sup> Resultantes pelas Teorias classicamente reconhecidas pelo campo: Teoria Matemática da Comunicação, de Shannon e Weaver; e a Teoria Sistêmica.

Quadro 1: Contraposição de evolução de subcampos, interpretado de Araújo (2023).

Subcampo	Virada Cognitiva	Virada Sociocultural
Representação da informação	- Avanço dos estudos em linguagens de representação, sistemas de informação, e seus usuários	- Enfoque em tecnologias digitais; - Consideração de novos padrões de codificação, controle de vocabulário e ontologias; - Consideração de possibilidades de inovação nos termos de descrição, classificação e organização da informação (organização colaborativa, classificação facetada, etc.).
Usuários da informação	- Consideração do comportamento de busca informacional pelo usuário	- Ampliação de consideração do nível individual para critérios de relevância de comportamento coletivo
Dimensão política da informação (democratização)	- Inferência de uma responsabilidade social no desenvolvimento nacional; - Critérios de parametrização internacional, resultando hierarquização entre nações	- Abordagem do conceito de sociedade em rede a partir de uma economia de aprendizagem, ou pela noção de capitalismo cognitivo - Estudos sobre cadeias de produção e análise de circulação, no contexto informacional

Fonte: baseado em Araújo (2023).

*A) SUBCAMPO DE ESTUDOS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO (QUADRO 1).*

Desse avanço foi exigido, em um primeiro momento, que tarefas de organização, classificação, indexação de informação, considerassem: “[...] não apenas o escopo dos documentos concretos existentes, das fontes informacionais disponíveis, mas também o âmbito dos conhecimentos existentes nos campos aos quais pertencem essas fontes.” (Araújo, 2023, p. 55), ou seja, os contextos e estruturas sócio epistemológicas seriam bases de orientação para as práticas de classificação documental, citando-se como instrumentos dessa abordagem: os tesouros e o sistema de Classificação Facetada<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Tanto o tesouro quanto a Classificação Facetada são instrumentos das LDs em que a explicitação do contexto, ou dos universos de conhecimento, são relevantes para inserção/compreensão dos termos e conceitos que os constituem enquanto conteúdo terminológico que representa um documento (item informacional) a ser recuperado. Um usuário de um sistema de informação, ao buscar um tema, visando recuperação de um item informacional, recorre ao termo ou conceito que representa o conteúdo temático deste item.

O que derivou no momento seguinte - pelo desenvolvimento de tecnologias digitais, padrões (normatização) tanto das estruturas quanto das formas de coleta/tratamento dos conteúdos -, questionamentos sobre se os sistemas de organização do conhecimento contemplavam princípios de hierarquia e níveis de representação da realidade social e comunitária que pretendiam atender.

Um instrumento relevante desse questionamento, em relação à nossa proposta, é o das folksonomias (ou indexação social) no contexto da *web* – uma forma de indexação “livre” da informação (etiquetagem/*tags*), constituindo-se como tentativa de inclusão do agente/usuário como protagonista do processo indexador -, definindo-se pela dinâmica em que: “[...] os próprios usuários fazem a descrição de um mesmo recurso, resultando numa descrição intersubjetiva, realizada por meio de contratos semânticos.” (Araújo, 2023, p. 59).

Também se destaca, no segundo momento, com a mesma disposição da folksonomias -, a tendência na construção de sistemas de classificação que considerem as características de comunidades interpretantes – proposição da linha de estudos de análise de domínio -, pela noção de comunidades discursivas, perspectiva pela qual se busca entender como diferentes grupos [comunidades] criterizam a organização e representação da informação, o que parece se alinhar com as bases de uma decolonização das estruturas de representação<sup>4</sup>.

#### *B) SUBCAMPO DE ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO (QUADRO 1).*

Na Virada Cognitiva, a consideração do comportamento de busca pelo usuário tenta prever uma circunstância interna de ausência de um determinado conhecimento pela ação externa da busca de uma informação, o que parece, a nosso ver, redutível em nível individual e factual – pois, o que se consegue, no máximo, é identificar uma informação faltante, o que não é o mesmo que um conhecimento “incompleto”. Nesse sentido, fazendo

---

<sup>4</sup> Noção similar, ou pelo menos baseada metodologicamente, aos estudos de garantia literária, da Biblioteconomia.

interligação com nossa preleção inicial, seria definir o todo por um recorte desse todo, ou seja, o mundo da vida por um dos seus sistemas.

A ampliação desses estudos na Virada Sociocultural supera, nas descrições fornecidas por Araújo (2023), aqui interpretadas, a dicotomia indivíduo/social – a abordagem ecológica do ambiente informacional é uma dessas anuências, outra é a de práticas informacionais que se constituem pela influência mútua entre cultura e indivíduo, refletidas na realidade que os envolvem. Ou seja, considera-se como fundamental a ideia de que os laços sociais e culturais prescrevem a observação de uma ecologia informacional entre agentes e comunidades que possa contribuir na construção dos ambientes epistemológicos eficientes no entorno de uma sócio dinâmica interativa.

As práticas comunicacionais se entrelaçam com as necessidades informacionais destes agentes e grupos.

### *C) SUBCAMPO DE ESTUDOS DA DIMENSÃO POLÍTICA DA INFORMAÇÃO (QUADRO 1).*

Tendo por enfoque essa dimensão política da informação, no primeiro período se dá, pela inferência identificada na revisão de Araújo (2023), a contraposição entre componentes/nações - países ricos/países pobres, desenvolvidos/em desenvolvimento, primeiro mundo/terceiro mundo -, estabelecendo escalas de valor/lugar (hierarquias) que priorizam alguns em detrimento de outros, dando voz aos destacados nesses podiúms virtuais estabelecidos – o nível de cognição, aqui, é responsabilizado pelo lugar hierárquico ocupado.

Essa condição é questionada no período de Virada Sociocultural em termos de estrutura e autonomia parcial de seus agentes – com o conceito de rede se estabelecendo como diretriz (por isso a ideia de democratização), destacando-se, ainda, a ideia de um regime informacional.

A epistemologia que García Gutiérrez (2006, 2013) tanto critica se instala, a nosso ver, nessa condição de regime, conformando tanto as “condições de existência” quanto os discursos e enunciações delas resultantes.

As cadeias de produção e circulação funcionam, então, como aspectos normativos ou operacionais condicionantes, sobretudo pela discussão de sua capacidade de imersão e interação dimensionais à vida humana (sociedade, cultura, economia, política, etc...), ou seja, em nossa acepção, o entranhamento/invasão entre componentes do mundo da vida e do mundo dos sistemas se interpõem como temática necessária para a decolonização informacional, pois subjazem como instrumentos de perpetuação do poder dominante.

Sobressaem-se, por fim, na descrição de Araújo (2023), assuntos relacionados à salvaguarda e acesso democráticos: “[...] registros vinculados a processos de construção de identidades [...], inclusão de minorias e populações marginalizadas em contextos multiculturais [...] e dimensões de poder envolvidas com a governança eletrônica [...]” (Araújo, 2023, p. 62), convergindo com as premissas de García Gutiérrez (2006, 2013).

## 5 ALGUNS APONTAMENTOS PERTINENTES PARA NOSSA DISCUSSÃO

Observa-se, então, que o preceito de direitos linguísticos é reforçado em relação à comunidade por nós objetivada na investigação, ou seja, identificada pela sigla LGBTQIAPN+, entendendo-se que ações coercitivas de cerceamento, ou tentativas de silenciamento de expressões comunicativas dessa categoria, incidem em violações desses direitos - observando-se, o caráter colonizador dessas coerções. Isto porque, ações coloniais se caracterizam, no sentido aqui atribuído, pela sistemática de intervenção no *modus* comunicativo da comunidade LBTQIAPN+, por não corresponderem ao *status quo* padronizado, imputando a essas categorias fora da “norma” uma inadequação irreal, pois, a realidade dessas comunidades reside na liberdade de se expressarem comunicacionalmente, afirmando, inclusive, por essas expressões, sua existência.

A não binaridade reconhecida, por exemplo, no uso do termo “todas”, é uma adequação surgida de um reconhecimento do ser não binário, que, enquanto cidadão, indivíduo e sujeito, manifesta-se existente pela própria condição de não binário, assim como, reconhecer-se pela binaridade se expressa pelo uso dos termos “todas e todos”, que são usados como

imposição do padrão linguístico normativo, como única via comunicativa no universo colonial.

A Linguagem Neutra, espaço de existência do termo “todes”, é regida, portanto, em nossa interpretação, pelo princípio afirmativo de reconhecimento de igualdade e direito de inclusão dessas comunidades na ordem de um Mundo da Vida e de uma Ação Comunicativa voltada ao entendimento, parametrizando-se essa defesa pelas noções de Epistemografia, desclassificação e Linguística Decolonial, como territórios e instrumentos informacionais passíveis de consideração no projeto de retificação do processo de LD na Ciência da Informação (decolonização informacional).

Retomando García Gutiérrez (2013) para justificar essa consideração, observa-se a demonstração do autor em como a linguagem determina condições de desigualdade por meio das propriedades dicotômicas da epistemologia tradicional, pelo uso de prefixos que “subtraem” o valor positivo atribuído a termos raízes, exemplificando-se: “[...] in-(fiel), des-(leal), não-(ortodoxo), a-(normal), etc.)” (García Gutiérrez, 2013, p. 104, tradução nossa), produzindo “inadequações”, ou desvalorização terminológica.

Nesse sentido, o termo “Todes” como referencial identitário de uma comunidade de falantes LGBTQIAPN+ em uma estrutura normativa patriarcal, em que “Todos” e “Todas” são a regra/norma de comunicação de tratamento social tradicional e convencionalmente estabelecida entre falantes que se substanciam pelo uso da vogal “o” ou “a”, respectivamente para o gênero masculino e feminino, relegam quem não o faz a uma categoria marginal.

A não binaridade não pode ser legislada, sendo uma liberdade derivada de um direito constitucional do ser se reconhecer enquanto indivíduo, cidadão e sujeito – considerando-se, portanto, inconstitucional a tentativa de legislar a quebra desse protocolo - uso da vogal “e” na terminação da raiz do termo “tod\_”. Assevera-se: seu uso não constitui crime<sup>5</sup> ou mesmo contravenção, mas se nota, no entanto, a tentativa de condicionamento

---

<sup>5</sup> Percebe-se a intenção de grupos reacionários a movimentos progressistas em legislar em pautas de comportamento relacionados a costumes, sobretudo quando oferecem “riscos” à visão fundamentalista religiosa.

constante pela sedimentação colonial da dicotomia apresentada na vida social e política, reforçando-se e se auto fortalecendo dessa pretensa dinâmica interdependente de propriedades dicotômicas binárias como estandarte de uma ordem patriarcal como se ela fosse uma “lei natural”.

A mesma questão, a partir dos postulados apresentados por García Gutiérrez (2013), pode ser abordada pelo conceito de “superposição dissolutiva” (ser e não ser) que, interessantemente, enquadra o termo “todes” não pela via da exclusão dos termos “todas” e “todos”, podendo ser usado em conjunto (inclusive em uma mesma oração), associando-o a uma margem de direcionamento inclusivo para além dos normativamente aceitos pela terminologia patriarcal.

Todes são aqueles que se deixam conduzir pela identidade múltipla, sem pertencimentos biológicos outorgados pela anatomia, pela gramática corporativa convencional (Jesus, 2012; Pimentel, 2023), ou ainda, pelos preconceitos estabelecidos por uma ordem conservadora reacionária.

Por fim, no tocante aos instrumentos desclassificatórios, considera-se interessante aprofundar o estudo presente pela investigação dos graus de assertividade dos usos de:

- Folksonomia (Indexação Social): se ela considera não só a contribuição das comunidades (e indivíduos) na atribuição de termos sugeridos às listas terminológicas, mas também, a inclusão desses termos nestas listas – ou seja, a folksonomia e indexação social precisam ouvir suas comunidades e deixarem que elas se reconheçam em seus produtos finais; ou,

- Mapas conceituais: por questionamentos de sua estruturação hierárquica que se nutre do valor conceitual atribuído por um sistema normativo em detrimento de sua condição de termo em uso por um direito societário, cabendo, portanto, reconhecer seus sentidos em territórios múltiplos (função da especialidade de seu uso) sem induzir submissão ou ideia de desvalorização do termo.

Para se exemplificar essa observação, voltemos ao termo “todes” considerando apenas sua posição em uma estrutura classificatória. Hierárquica e convencionalmente poderia ser classificado como um conceito alternati-

vo de forma de tratamento em relação aos termos “todas” e “todos” em um mapa sobre estrutura linguística:

*Formas padrão de tratamento binário*

Todos, Todas.

Forma alternativa de tratamento (não binário)

Todes

Nesta concepção, a nosso ver, sua condição “alternativa” o situa em uma relação de ordem hierárquica de uso (submetido à posição dos termos normatizados). No entanto, conservando-se a garantia de direitos de expressão de identidades, entende-se que identidades não são formas alternativas de existência, mas, sim, formas de afirmação de existência diversa, portanto, exigem respeito igualitário na ordem civil, ainda que não correspondam a um padrão normativo. Sugerindo-se, simplesmente:

*Formas de tratamento diversamente inclusivas*

Todos, Todas, Todes.

Nesta via, sua condição hierárquica em uma estrutura de mapa conceitual não estaria subjugada a uma função alternativa, mas sim, equitativamente equivalente à localização do termo Todos e Todas, os três termos contemplando um nível de formas de tratamento de igual valor pelo critério de inclusão e diversidade.

## **6 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Retornando aos nossos objetivos, traçados na introdução deste texto, entendemos que a interação dialógica foi alcançada pela interlocução promovida pelo processo de interpretação hermenêutico-dialética entre autores apresentados nas seções sobre Epistemografia/desclassificação e Linguística Decolonial, sobretudo pela intersecção promovida pela seção de revisão do processo de desenvolvimento de Ciência da Informação. Seções, estas, conciliadas como objetivos específicos, cabendo retomar, portanto, algumas considerações gerais sobre essa interação entre componentes teóricos e metodológicos, visando um maior esclarecimento das relações desses es-

paços-territórios potencialmente epistemográficos e seus instrumentos de promoção de uma decolonização informacional.

Concluindo-se que as disputas entre situações de colonização da linguagem pela ordem de sistemas de valores patriarcais – norma sistêmica que busca coagir, silenciar e cooptar formas de expressão da comunidade LGBTQIAPN+ (foco de nosso estudo) - acontecem no âmbito de sistemas autoritários e inconstitucionais, pois tentam obstruir o direito de livre expressão comunicacional entre pessoas de comunidades divergentes da norma-padrão que os grupos conservadores defendem.

Cabendo salientar que a diversidade cultural é entendida como componente produtivo de uma dinâmica social saudável e inclusiva do mundo da vida, pois garante acesso e uso de direitos de existência mútua e potencialmente enriquecedores da teia societária em nível de ação comunicativa comunitária (grupos identitários) e humana, em sua dimensão objetiva (indivíduo), política (cidadão) e subjetiva (sujeito).

Neste sentido, defende-se que expressões da linguagem neutra não devem ser silenciadas por sistemas com ações estratégico-normativas de ordem conservadora ou reacionária, devendo ser, ao contrário, abrigadas pelos sistemas de representação do conhecimento, buscando-se estimular pesquisas de desclassificação de sistemas de linguagem documentária (LDs) de vertentes decoloniais que visem inclusão de terminologias epistemograficamente consolidadas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R. N. Direito linguístico: um olhar sobre as suas fontes. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 21, n. 1, p. 172-184, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/cl.v21i1.5230>. Acesso em: 28 set. 2023.

ALMEIDA, C. C.; FARIAS, M. C. Q. da S.; MATIAS, I. L. Linguística documental espanhola no Brasil: diálogos entre García Gutiérrez e Lara. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 25, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e65397>. Acesso em: 10 set. 2023.

ARAGÃO, L. M. de C. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

- ARAÚJO, E. O. H. Colonialidades epistemológicas: docências eurocêntricas do português em escolas miscigenadas. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/420/406>. Acesso em: 19 out. 2024.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Elementos de lingüística en sistemas de información y documentación. *Revista Latina de Comunicación Social*, Madrid, n. 7, 1998. Disponível em: [https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/17199/file\\_1.pdf](https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/17199/file_1.pdf). Acesso em: 19 out. 2024.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *TransInformação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6330>. Acesso em: 10 set. 2023.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000400007>. Acesso em: 18 set. 2023.
- GATTO, A. C.; MARTINEZ, A. R.; ALMEIDA, C. C. La lingüística en cursos de bibliotecología en brasil: temas, teóricos y cadenas. *Revista EDICIC*, San Jose, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.62758/re.v2i2.163>. Acesso em: 28 set. 2023.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo I: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016a.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo II: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016b.
- JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, DF: O Autor, 2012.
- MARZULLO, L. De Bíblia nas escolas a obrigação de música gospel, evangélicos miram projetos que ferem Estado laico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 set. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/08/de-biblia-nas-escolas-a-obrigacao-de-musica-gospel-evangelicos-miram-projetos-que-ferem-estado-laico.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2024.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Dossiê Literatura, Língua e Identidade. Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 5 out. 2023.
- OCAMPO GONZÁLEZ, A. Descolonización del lenguaje y de la lingüística en el Sur Global: ontologías relacionales, pluriversalidad y territorios de la diferencia. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 28, p. 1-31, 2023. Dossiê Especial. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e92637>. Acesso em: 24 set. 2022.

PIMENTEL, A. S. G. Inclusão social das identidades LGBTQIAPN+. *Amazônica: revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*, São Luís, v. 16, n. 2, p. 37-58, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonical/article/view/12565/8516>. Acesso em: 5 out. 2023.

PINHO, F.; MILANI, S. O. Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade. *LOGEION: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 84-103, mar./ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2020v6n2.p84-103>. Acesso em: 5 out. 2023.

ROCHA, C. H.; MEGALE, A. H. Translinguagem e seus atravessamentos: da história, dos entendimentos e das possibilidades para decolonizar a educação linguística contemporânea. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 1-32, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/kPFK8kgZYFKQPgZp6hbnZdp>. Acesso em: 5 out. 2023.

SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. *ALFA*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 11-28, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1604-1>. Acesso em: 5 out. 2023

SEVERO, C. G. Política (s) linguística (s) e questões de poder. *ALFA*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942013000200006>. Acesso em: 5 out. 2023.

SEVERO, C. G. Pós-colonialismo e linguística: relação impossível? In: ZOLIN-VESZ, F.(org.). *Linguagens e descolonialidades: práticas linguageiras e produção de (des) colonialidade no mundo contemporâneo*. Campinas: Pontes, 2017. p. 39-54.

SEVERO, C. G.; MAKONI, S. Língua e raça no Brasil colonial. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, v. 2023, n. 282, p. 15-53, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/ijsl-2022-0072>. Acesso em: 4 out. 2023.

UTOPIÁ ch'ixi. Entrevista de Silvia Rivera Cusicanqui com condução de Yael Weiss. Produção de Revista de la Universidad de México e TV UNAM. Ciudad de México: Revista de la Universidad de México, 2018. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal TV UNAM. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHJkCqe2gAk>. Acesso em: 28 set. 2023.

# GLOSSÁRIO

*Carlos Cândido de ALMEIDA*  
UNESP  
*carlos.c.almeida@unesp.br*  
<https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>

*Mariana VITTI-RODRIGUES*  
UNESP  
*mvittirodrigues@gmail.com*  
<https://orcid.org/0000-0002-4764-2575>

A breve peça terminológica abaixo arrolada foi compilada e sistematizada pelos organizadores. Para tanto, foram coletados e selecionados os principais termos e definições elaborados pelos autores dos capítulos das coletâneas: “Estudos Pluridisciplinares da Informação: Filosofia, Tecnologia e Semiótica” (Coleção Estudos em Ciência da Informação, nº 2) e “Estudos Pluridisciplinares da Informação: Ciência da Informação, Ética e Linguagem” (Coleção Estudos em Ciência da Informação, nº 3). O critério de pertinência dos termos incluídos na lista deu-se pela representatividade da temática dos livros. Em alguns casos, os organizados do glossário adicionaram termos e complementaram as definições. Espera-se que este breve glossário seja útil para a compreensão dos livros supracitados e para o estudo do tema.

**Abordagem interdisciplinar:** Uma abordagem interdisciplinar é a colaboração entre diferentes áreas para entender questões complexas, combinando conhecimentos e métodos para uma visão aprofundada. Em contraste com uma abordagem disciplinar única, essa metodologia busca combinar conhecimentos, metodologias e perspectivas provenientes de diversas áreas, visando oferecer uma compreensão mais holística e abrangente de um determinado fenômeno ou problema. O propósito é estabelecer uma sinergia entre os conhecimentos específicos de cada disciplina, a fim de alcançar compreensão mais completa e integrada do assunto em análise. (Valdirene Aparecida Pascoal e Maria Eunice Quilici Gonzalez).

**Afeto:** instrumento de autorregulação do bem-estar ou/e de regulação das relações sociais de um organismo, manifestado como expressão corporificada de uma avaliação infraconsciente de informações ambientais (físicas e culturalizadas) ou/e internas ao corpo, que são valoradas de acordo com condições e motivações contextuais do organismo, motivando expressões físicas e respostas comportamentais de algum tipo. (Pedro Dolabella Chagas).

**Affordance:** possibilidades de ação que o ambiente oferece para um organismo incorporado e situado. As *affordances* constituem e caracterizam o modo como o organismo vive, constituindo o seu nicho, o qual expressa o processo co-evolutivo organismo-ambiente. (Juliana Moroni).

**Arqueologia do saber:** Método de investigação nas Ciências Humanas, denominado pelo por Michel Foucault de arqueologia ou método arqueológico. Descreve o domínio do saber por meio da prática discursiva em uma estrutura específica ou em um campo específico. (Marta Lúcia Pomim Valentim e Augusto Júnior Macucule).

**Bolha de Simplicidade:** Quando uma fonte externa de fenômenos prende o observador numa armadilha nômica dentro da qual o observador é enganado (devido a fonte ser suficientemente mais complexa que o observador) a demonstrar que uma teoria (ou modelo) é globalmente ótima, apesar desta ser apenas localmente ótima. (Ricardo Peraça Cavassane, Felipe S. Abrahão e Itala M. Loffredo D'Ottaviano)

**Ciência da Informação:** 1. “Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Isto inclui a pesquisa sobre a representação da informação em ambos os sistemas, tanto naturais quanto artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, bem como o estudo do processamento e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar derivada de campos relacionados, tais como a Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração, e outros campos científicos semelhantes. Têm ambos componentes, de ciência pura visto que investiga seu objeto sem considerar sua aplicação, e um componente de ciência aplicada, visto que desenvolve serviços e produtos.” (Borko, 1968, p. 3). (Elaborado por Marta Lígia Pomim Valentim e Augusto Júnior Macucule). 2. De modo geral, cabe à ciência da informação (i) “a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação” e (ii) “a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso.” (Le Coadic, 1996, p. 26).

**Codificação Neural:** A codificação neural descreve o estudo do processamento das informações através dos neurônios. O objetivo desses estudos é qual tipo de informação é utilizada e como a informação é transformada à medida que passa de uma fase de processamento para outra. O campo da codificação neural procura sintetizar as informações provenientes de vários níveis de análise e explicar como o comportamento integrado surge da atividade cooperativa de populações de neurônios formando assembleias no cérebro. (Diogo Fernando Massmann).

**Codificação:** representação dos caracteres ou símbolos constituintes de uma mensagem ou um evento utilizando-se um outro alfabeto de símbolos mais conveniente e com palavra de código pré-especificada. (João E. Kogler Jr.).

**Competência em informação:** conjunto de habilidades que demanda dos indivíduos a capacidade de reconhecer quando a informação é necessária e ter a competência de localizar, avaliar e utilizar as informações necessárias de maneira eficaz. (Maria Livia Pacheco de Oliveira).

**Complexidade:** Coexistência dos contrários no sistema. (Marivalde Moacir Francelin). Um sistema complexo pode ser definido como um conjunto de objetos interdependentes, o que implica que a modificação ou retirada de qualquer objeto pertencente ao sistema afeta as propriedades do mesmo (Bresciani, 2013). (Mariana Vitti-Rodrigues)

**Compreensão de um termo:** A compreensão é formada pelas características, qualidades ou formas que são relativas a um termo. No caso do exemplo do termo homem, a compreensão de homem seria formada por animal, racional, bípede etc. (Alexandre Augusto Ferraz).

**Comunicação:** Qualquer procedimento pelo qual uma mente afeta outra mente. Além da fala escrita e oral, a comunicação envolve música, artes pictóricas, teatro, balé e, de fato, todo comportamento humano. Em algumas situações pode ser desejável usar uma definição mais ampla de comunicação. Tal definição envolveria procedimentos por meio dos quais um mecanismo (por exemplo um equipamento automático para rastrear um aeroplano e computar suas prováveis posições futuras) afeta outro mecanismo (por exemplo um míssil guiado perseguindo este aeroplano). (Marcos Antonio Alves).

**Criatividade:** caracteriza-se como um processo gerativo de estruturas originais, por meio da combinação, exploração, ou transformação de um espaço conceitual vigente, cujo resultado possui algum tipo de valor (Runco e Jaeger 2012; Boden 1996). Boden (1999, p.76) distingue dois tipos de criatividade: P-Criativa e H-Criativa: “uma ideia valiosa é P-Criativa se a pessoa em cuja mente a ideia surgiu não poderia já ter tido a mesma ideia. Por contraste, uma ideia valiosa é H-Criativa se esta ideia for P-Criativa e ninguém mais, em toda história humana, já teve esta ideia antes.” (Mariana Vitti-Rodrigues).

**Dado:** “Dado é qualquer elemento identificado em sua forma bruta que, por si, não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação” (OLIVEIRA, p. 275, 276, 2004).

**Decodificação:** processo inverso ao da codificação, de restituir à sua forma original uma mensagem codificada. (João E. Kogler Jr.).

**Desinformação:** Informação deliberadamente criada com o intuito de ludibriar, enganar, contradizer e confundir. (Maria Lívia Pacheco de Oliveira).

**Desordem da informação:** conjunto de múltiplas transgressões do uso da informação, de modo que esta se torne divergente da informação considerada como legítima e verdadeira, com base na história, nos fatos, no contexto e na ciência. (Maria Lívia Pacheco de Oliveira).

**Dicisigno:** um signo duplo composto por um ícone e um índice remático estruturados por uma sintaxe que gera um interpretante de existência, i.e., uma afirmação que reivindica que a estrutura representada pela colocação entre ícone e índice espelha um fato (que é o objeto do signo-veículo que o representa por descrição e referência). (Mariana Vitti-Rodrigues).

**Documento:** “O documento é um valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa institucionalizada num determinado contexto. A materialidade do documento é ulterior à fisicalidade da informação num suporte. Todo documento: (a) representa algo e pode ser representado; (b) é uma expressão simbólica de poder/saber.” (Rabello, 2019, p. 25). (Rodrigo Rabello).

**Entropia de Shannon:** valor médio da quantidade de informação de um conjunto de mensagens ou eventos. (João E. Kogler Jr.).

**Entropia:** Medida da incerteza de uma variável randômica. Trata-se da medida da desordem. Quanto mais desordenada uma fonte, maior a sua quantidade de entropia. A entropia está em proporção inversa à ordem. (Marcos Antonio Alves).

**Epistemologia histórica da Ciência da Informação:** teorias do conhecimento baseadas na historicidade local, contextual e dialética de manifestação da pluralidade e da horizontalidade de teorias, de métodos, de conceitos e de práxis co-constituídos por pessoas pesquisadoras de, em e para Ciência da Informação. (Gustavo Silva Saldanha).

**Decolonialidade biblioteconômico-informacional:** perspectiva epistemológica tecida do local para o global via a compreensão de construtos teórico-metodológicos em Ciência da Informação como parte da dialética do colonialismo epistêmico, fruto dos processos econômico-políticos de formação da cientificidade moderna de origem europeia e americana. (Gustavo Silva Saldanha).

**Epistemicídio biblioteconômico-informacional:** fundamento do massacre de saberes a partir do uso de teorias e de conceitos, de métodos e técnicas oriundas do pensamento biblioteconômico-informacional hegemônico para exploração e para extinção de epistemologias locais. (Gustavo Silva Saldanha).

**Estrutura Intelectual:** Refere-se à organização das capacidades cognitivas e mentais de um indivíduo ou grupo, que influenciam a maneira de pensar, processar informações, tomar decisões e compreender o mundo ao seu redor. (Marta Lígia Pomim Valentim e Augusto Júnior Macucule).

**Ética Informacional:** área filosófico-interdisciplinar que visa refletir sobre questões éticas relacionadas aos impactos da inserção de tecnologias digitais na vida cotidiana. Conforme Moraes (2019), a ética informacional é uma extensão de um subsistema de princípios morais de um sistema ético tradicional. A Ética Informacional pode ser analisada como constituída a partir de alguns princípios morais de teorias éticas tradicionais, mas que pode também apresentar novos princípios para avaliar moralmente as possibilidades de ação que surgem da relação entre os indivíduos e as tecnologias digitais. (João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa).

**Extensão de um termo:** A extensão de um termo é definida como a totalidade de objetos reais que se aplicam a um termo. Um dos exemplos que podemos encontrar no texto de Peirce (1982, p. 272-286) é em relação ao

termo homem. A extensão deste termo é composta por todos os homens que conhecemos, incluindo os possíveis (passados e futuros). (Alexandre Augusto Ferraz).

**Fake news:** Tipo de desinformação geralmente estruturada em um simulacro de informação jornalística, como as notícias. (Maria Livia Pacheco de Oliveira).

**Ficção:** ato de poiesis autoral que produz um “mundo possível”, entendido como um quadro, situação ou enredo a priori não limitado por propriedades do mundo real, habitado por entes selecionados ou inventados no próprio processo de construção de mundo, regrado por modalidades de existência e ação internas a ele mesmo, e que, na interface com o público, indica pragmaticamente a sua própria condição de invenção. (Pedro Dolabella Chagas).

**Filosofia da Informação:** Analisa o conceito de informação a partir de uma perspectiva histórica e sistemática, tendo surgido a partir do crescente interesse da noção de informação nas humanidades, e, em especial, em diferentes áreas da Filosofia, como lógica, ética, estética e ontologia (Adriaans 2024). Filósofos da informação buscam investigar a relação entre informação e verdade, informação e dados, informação, significado e conhecimento, *fake News*, dentre outros temas. Além de interesses sobre as consequências éticas do crescente uso de tecnologias da informação e da comunicação para a ciência e sociedade.

**Fisicalidade da informação:** “Corresponde às propriedades físicas do objeto-suporte de informação que permite sua existência no espaço e no tempo.” (Rabello, 2019, p. 24). É o pressuposto do conceito de informação registrada.

**Forma:** (i) Possui o “ser de predicado” (Peirce, 1998, p. 544); (ii) É uma disposição; um real potencial (Peirce, 1998, p. 388). No item (ii) forma pode ser vista como uma proposição condicional, em seu sentido pragmático, afirmando que algumas coisas sob determinadas condições funcionarão de determinada maneira – trata-se do próprio hábito que está incorporado no objeto (Peirce, 1998, p. 544) e que pode ser representado mediante

um símbolo ou um conceito (hábito mental). Peirce segue a via media na qual “forma” tem ambos os caracteres de primeiridade e de terceiridade” (Emmeche; Queiroz; El-hani, 2010, p. 641). (Alexandre Augusto Ferraz).

**Ícone:** “[...] é um signo que se refere ao objeto que denota por meio de seus próprios caracteres” (Peirce, CP 2.247, 1903, tradução nossa). (Mariana Vitti-Rodrigues).

**Identidade de gênero:** Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero. (JESUS, 2012, p. 24). (Marco Donizete Paulino da Silva e Luciana de Souza Gracioso).

**Imaginação:** agenciamento de conteúdos mentais, substâncias físicas e/ou capacidades corporais em ações e/ou produtos imprevistas, cujas funções serão integradas aos contextos de experiência, produção, juízo e ação em que ela acontece, podendo gerar resultados momentâneos ou de longa subsistência no tempo. (Pedro Dolabella Chagas).

**Índice:** é um signo “[...] que se refere ao objeto que denota por meio de ser realmente afetado por este objeto”, como pegadas na areia (Peirce CP 2.248, 1903, tradução nossa). (Mariana Vitti-Rodrigues).

**Informação (Etimologia):** 1. derivada da palavra latina *informare*, cujo significado é dar forma (Capurro 2009). 2. o que dá forma, unidade de sentido. (Marivalde Moacir Francelin).

**Informação (Ciência da Informação):** No contexto da Ciência da Informação, informação é gerada por seres humanos e para seres humanos, dependendo de uma forma de registro que possibilita sua permanência no tempo e no espaço. De acordo com Le Coadic (1996, p.5), “informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc.

Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado”.

**Informação (Teoria Matemática da Comunicação):** Medida da liberdade de escolha quando se seleciona uma mensagem. Relaciona-se não ao que realmente se diz, mas ao que se poderia dizer. Nessa perspectiva, só pode haver informação onde há dúvida e dúvida implica na existência de alternativas – donde escolha, seleção, discriminação”. (Marcos Antonio Alves).

**Informação (Teoria Peirceana):** 1. Lógico-Proposicional: O total de símbolos traduzidos que são medidos pelo quanto de compreensão o termo tem além do que é necessário para limitar sua extensão (Peirce, 1982, p. 287). (Alexandre Augusto Ferraz). 2. Semiótica: “o processo de comunicação da forma disponível no objeto por meio da constituição de um discisigno formado pela colocalização entre índice-ícone” (Vitti-Rodrigues; Emmeche, 2017, p. 300, tradução nossa). 3. Grafos Existenciais: uma abordagem diagramática da informação por meio do estudo da lógica das relações em que a atribuição de necessidade e possibilidade às proposições é concebida de acordo com um dado estado de informação (Silveira 2008).

**Informação ecológica:** informação prenehe de significado, disponível no ambiente para ser captada diretamente. Conjunto de *invariantes* que emergem de processos auto-organizados, ajustando-se, propiciando a instanciação de significado (Juliana Moroni).

**Internet:** caracteriza-se como uma estrutura topológica distribuída e se caracteriza como uma rede livre-de-escala. Considerando seu propósito inicial de constituir um sistema de comunicação militar, preocupou-se que a internet possuísse uma estrutura que não fosse vulnerável a possíveis inimigos. Paul Baran, responsável por desenvolver o projeto, a construiu com uma estrutura distribuída, similar ao sistema de rodovias, de modo a ser redundante o bastante para que, mesmo com a queda de qualquer nó, outros caminhos alternativos fossem possíveis para a conexão entre os nós restantes. Barabási (2002, p. 145) faz a seguinte consideração: “embora

tenha sido construída pelo homem [...], a internet está mais próxima de um ecossistema do que de um relógio suíço”. (João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa).

**Interpretante:** Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia de que eu, por vezes, denominei *fundamento* do representamen (Peirce, 1960a, p. 135, grifos do autor); “[...] informação é o tipo de interpretante no qual símbolos são traduzidos em novos e mais desenvolvidos símbolos.” (Nöth, 2013, p. 145). (Alexandre Augusto Ferraz).

**Invariante:** padrões informacionais que apresentam constância no processo de dinamicidade da relação organismo-ambiente. As *invariantes* são classificadas por Gibson (1986) em *estruturais*, isto é, propriedades que permanecem constantes em meio a alterações no ambiente, e *transformacionais*, isto é, padrões de mudança que permanecem constantes, possibilitando a identificação da ação dos organismos no ambiente. (Juliana Moroni).

**Leitura:** processo cognitivo que parte da visão sequencial dos símbolos linguísticos grafados no papel para articulá-los semioticamente nas unidades maiores de significado, que substanciam tanto a compreensão, interpretação e valoração de conteúdos processados como intenções de comunicação do texto, quanto as experiências qualitativas relativas à imaginação, enação e afetivação emergentes na relação estabelecida pelo leitor com aqueles conteúdos. (Pedro Dolabella Chagas).

**LGBTQIAPN+:** Sigla que contempla a inclusão das identidades de gênero em sua diversidade de expressões, representadas na sigla pelos termos de Lésbica; Gays; Bissexuais; Transexuais; Queer; Intersexo; Assexual; Pansexual; Não-binário, mais o sinal (+) para indicar ampliação/adição de outros agentes reconhecidos nesse movimento, compondo uma pauta po-

lítica de reconhecimento de direitos civis e de inclusão pelas iniciais que compõem a sigla, uma diversidade de identidades de gêneros dentro de uma diversidade de indivíduos e classes sociais. (Pimentel, 2023). (Marco Donizete Paulino da Silva e Luciana de Souza Gracioso).

**Linguística Decolonial:** Linguística Decolonial é uma proposta crítica que tem sido desenvolvida no campo da linguística, e que possui uma abordagem interdisciplinar pois envolve estudos de áreas como antropologia, sociologia, estudos culturais, comunicacionais e informacionais. Tal abordagem se propõe a questionar as narrativas dominantes que têm perpetuado a desvalorização de determinadas línguas e culturas e, nesse sentido, problematiza as normas linguísticas e os sistemas de conhecimento que foram historicamente dominados por perspectivas eurocêntricas. Portanto, busca analisar e problematizar as influências do colonialismo no estudo e na compreensão das línguas e das práticas linguísticas. Seu objetivo central é ampliar o espaço de expressão das línguas e perspectivas que historicamente foram marginalizadas, promovendo, assim, a valorização da diversidade linguística e cultural. (SEVERO; MARKONI, 2022). (Marco Donizete Paulino da Silva e Luciana de Souza Gracioso).

**Materialidade da informação:** Manifesta-se nos enunciados, sejam eles registrados ou não. Corresponde a dimensões epistêmica, política e ética da informação. Alcança maior perenidade e força com o processo de inscrição. Compõe e está composta em redes ou regimes de relações. A materialidade da informação, em tais redes, é operacionalizada em práticas orientadas por determinados modos de institucionalidade. (Rodrigo Rabello).

**Mensagem:** objeto essencial da comunicação entre um emissor e um destinatário, composto por um arranjo sequencial ou espacial ordenado de elementos oriundos do alfabeto da linguagem utilizada na comunicação. (João E. Kogler Jr.).

**Modos de institucionalidade:** Correspondem a configurações de redes sociotécnicas em suas variadas manifestações. Eles se apresentam em ao menos três disposições ou enfoques: formal, semiformal e informal. Tais modos estabelecem ou podem estabelecer relações entre si, algo que indica

o seu caráter situacional, temporário e transitório. Orientam as práticas dos atores responsáveis pela circulação, perenidade e força da materialidade dos enunciados. (Rodrigo Rabello).

**Nicho:** parte do ambiente na qual os organismos deixam suas marcas; ele delimita a identidade do organismo no seu processo coevolutivo com o ambiente. Expressa a relação dinâmica organismo-ambiente. Nessa relação dinâmica, no processo coevolutivo, segundo Schmidt (2007), elementos naturais e socioculturais estão interligados, propiciando informações para que o organismo direcione suas ações.. (Juliana Moroni).

**Objetos:** coisas, acontecimentos e fenômenos (in)formados. (Marivalde Moacir Francelin).

**Ordem:** Definida a partir da distribuição da probabilidade dos eventos de uma fonte. Uma fonte totalmente desordenada é aquela cujos eventos ou mensagens possuem a mesma probabilidade de ocorrência. Já a ordem máxima ocorre quando um evento possui probabilidade absoluta de ocorrência. Quanto mais díspares forem as probabilidades de ocorrência dos eventos, mais ordenada é a fonte. (Marcos Antonio Alves).

**Palavra de código:** cadeia de símbolos usados na codificação para representar os caracteres ou símbolos originais de uma mensagem. (João E. Kogler Jr.).

**Paradoxo dos Big Data:** Trata-se da contradição entre a expectativa de que, quanto maior a quantidade de dados analisados, maior a chance de encontrar correlações não-espúrias; e a realidade de que, quanto maior a quantidade de dados analisados, maior a ocorrência de correlações espúrias que podem, inclusive, atrapalhar na detecção de correlações não-espúrias que possam eventualmente estar presentes nos dados. (Ricardo Peraça Cavassane, Felipe S. Abrahão e Itala M. Loffredo D'Ottaviano)

**Pensamento:** articulação de sentidos e juízos em torno de questões sobre unidades e contrários. (Marivalde Moacir Francelin).

**Percepção direta:** não envolve inferências, proposições e representações mentais. Dinâmica, contínua e panorâmica, a percepção direta capta in-

formação do ambiente, sem a necessidade da mediação de representações mentais. (Juliana Moroni).

**Pragmática:** qualquer processo empírico de comunicação linguística, em que enunciados orais ou escritos produzem reações em ouvintes ou leitores a partir de conteúdos ostensivamente codificados neles mesmos, ou de conteúdos inferidos pelos destinatários (indutiva, dedutiva ou abducativamente), em atendimento ou não às intenções do escritor ou falante. (Pedro Dolabella Chagas).

**Processamento Informacional:** O processamento informacional é definido de acordo com a natureza da informação e o tipo de instância de processamento. Aqui, neste texto, o leitor vai encontrar referência à informação natural e aos processamentos recorrente e global de informação. A informação natural é transmitida em um meio material e ecológico de um emissor a um receptor, podendo ser um sistema orgânico ou artificial. Os processamentos recorrente e global ocorrem no contexto neural, mas o primeiro depende de loops feedforward–feedback de atividade em áreas primárias no cérebro, enquanto que, o segundo é caracterizado por processamento, primeiramente, paralelo e distribuído, multimodal e heteromodal, mas depois é predominantemente localizado em áreas pré-frontais e é serial. (Diogo Fernando Massmann).

**Processo:** apesar de ser um termo complexo, pode-se caracterizar um processo como um conjunto ordenado de itens. Processos podem ser tanto discretos, como uma sequência de eventos; ou contínuos, em termos de fluxo. A característica comum a todos os processos é a relação entre o tempo e ordenação dos elementos presentes em um determinado processo. Em síntese, “processos são tipicamente utilizados para representar as mudanças que ocorrem no mundo real, ao longo do tempo, em diferentes escopos” (Gudwin, este livro – elaboração Mariana Vitti-Rodrigues).

**Realismo:** pode ser caracterizado, de forma abrangente, como uma corrente filosófica que afirma a existência de fenômenos independentes de nossas crenças, vontades, pensamentos, e visões de mundo. Há vários tipos de realismos que exploram diferentes questões e perspectivas. Por exem-

plo, na defesa da existência de objetos inobserváveis, ou da realidade dos universais, na afirmação que gerais possuem um estatuto independente da coleção de objetos particulares. (Mariana Vitti-Rodrigues)

**Racismo ambiental:** O termo cunhado, no início dos anos 80, por Benjamin Franklin Chavis Jr., líder afro-americano da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Através de manifestações da população negra norte-americana, exigia-se justiça ambiental, na medida em que a distribuição dos impactos ambientais negativos como a poluição do ar, contaminação da água de rios e solo recaia majoritariamente na população historicamente marginalizada, vulnerabilizada, invisibilizada e silenciada. (Dias, 2023). (Juliana Moroni)

**Reciprocidade:** troca de informação entre organismo e ambiente, no qual ambos estão intrinsecamente interconectados, formando uma unidade. A reciprocidade indica a inseparabilidade entre organismo-ambiente, bem como as implicações recíprocas das ações de um no outro. Segundo Large (2003), na concepção ecológica nada existe em isolamento, na medida em que o ambiente é considerado como um todo, com estruturas entrelaçadas (*nesting*), as quais expressam o dinamismo que permeia as relações de reciprocidade entre organismos e ambiente. A reciprocidade é essencial para a construção do nicho e percepção de *affordances*. (Juliana Moroni).

**Redes sociais on-line:** se caracterizam como uma “estrutura dinâmica e complexa formada por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada” (SOUZA; QUANDT, 2008, p. 32). Nelas os usuários preenchem seus perfis com uma grande variedade de informações pessoais. Outro fator importante a ser considerado no uso de tais redes sociais via aplicativos é estar na “palma da mão”, o que facilita a inserção de informação de forma “imediate”, “espontânea” e “em tempo real”, se tornando um hábito com o passar do tempo. (João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa).

**Relação triádica:** A relação triádica é um modelo descritivo que delinea a interação entre três entidades distintas. Esta configuração específica é caracterizada pela interdependência entre três elementos ou indivíduos,

cada um conectado aos outros dois de maneira singular e determinante. Tal estrutura triádica é observada em uma variedade de contextos, incluindo interações sociais, processos comunicativos, sistemas complexos e até mesmo na estruturação de sistemas de pensamento filosófico. Na teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, por exemplo, a relação triádica é fundamental, abrangendo um signo (representação), um objeto (aquilo que o signo representa) e um interpretante (a interpretação ou efeito do signo sobre um intérprete). (Valdirene Aparecida Pascoal e Maria Eunice Quilici Gonzalez).

**Relativismo:** pode ser definido, em geral, como uma corrente filosófica em que a atribuição de verdade, valor ou significado a proposições ou crenças depende do contexto em que determinadas asserções são feitas. Há vários tipos de relativismo, os que reivindicam uma atenuação da atribuição de verdade e falsidade no contexto geral, ou relativismos que focam em aspectos específicos como, por exemplo, o realismo conceitual, histórico, moral, epistêmico, conceitual (Rios 2021). (Mariana Vitti-Rodrigues)

**Representações Mentais:** A definição de representação mental não remete para algo abstrato, mas se baseia no discurso neurocientífico recente que relaciona a definição com a codificação neural e o processamento informacional. Isso apontou para certos desafios na forma de como os termos “representação” e “código”, neural e informacional, são comumente usados na neurociência. Nesse sentido, a “representação mental” pode estar correlacionada com o conteúdo que ela representa, pode ter uma função causal no organismo, como efeitos sobre o controle cognitivo do comportamento, e pode representar um objetivo ou propósito que serve ao comportamento. Em todos esses casos, a representação resulta da codificação e processamento no cérebro, mesmo que, em introspecção, a sua dinâmica temporal pareça outra. (Diogo Fernando Massmann).

**Semiose:** “[...] uma ação, ou influência, que é, ou envolve, uma cooperação entre três elementos, como um signo, seu objeto, e seu interpretante, esta influência trivalente não sendo de forma alguma redutíveis a ações entre pares” (Peirce, 1998, p. 411, EP2.411/1907, tradução nossa). (Mariana Vitti-Rodrigues).

**Signo:** uma relação indissociável entre três correlatos que cumprem três funções lógicas distintas, objeto do signo que determina o signo-veículo que, por sua vez, determina o interpretante do signo ou signo mais desenvolvido. Signo também pode ser caracterizado como um meio para a comunicação de uma forma (Peirce, 1998, p. 544, EP2:544/1909). (Mariana Vitti-Rodrigues).

**Símbolo:** Um símbolo é um Representamen cujo caráter representativo consiste exatamente em ser uma regra que determinará seu Interpretante (Peirce, 1960a, p. 165). (Alexandre Augusto Ferraz).

**Sistemas:** 1. Estruturas que conformam modelos (Marivalde Moacir Francelin). 2. “um sistema é uma estrutura cujos elementos exercem funções (atividades); é uma estrutura em funcionamento, caracterizando-se, portanto, como uma estrutura com funcionalidade.” (D’Ottaviano e Bresciani, 2004, p. 6).

**Sociedade da Informação:** há uma diversidade de definições acerca da expressão sociedade da informação. Conforme Webster (2006), cada uma delas é desenvolvida com um enfoque num cenário específico, mas compartilham do pressuposto segundo o qual a informação está produzindo alterações quantitativas na dinâmica dos indivíduos, promovendo também um tipo de organização social qualitativamente nova. Dentre tais definições, destacam-se cinco: (i) tecnológica – as inovações tecnológicas que surgiram a partir de 1970 produziram uma reconstrução do mundo social em função de seu impacto (TOFFLER, 1980; ANGEL, 1995); (ii) econômica – ocorreu o aumento do valor econômico das atividades informacionais (JONSCHER, 1999); (iii) profissional – houve um crescimento das oportunidades de trabalho informatizadas (BELL, 1976; PERKIN, 1990); (iv) espacial – o poder das redes informacionais para conectar diferentes locais (geográficos) afetou as organizações sociais em seu tempo e espaço, assumindo alcance global e instantâneo (CASTELLS, 1996); e (v) cultural – o conteúdo informacional gerado tem alterado os rumos da moda, literatura, cinema, entretenimento televisivo, entre outras expressões culturais. Para Moraes (2019), a sociedade da informação reúne aspectos de tais definições, mas possui um enfoque mais profundo na digitalização da

sociedade, de modo a analisar a relação íntima entre indivíduos/TIC a qual culmina na reformulação do entendimento que os indivíduos possuem de si e de suas interações com outros indivíduos e com o ambiente. (João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa).

**Tecnologias digitais:** pode-se distinguir entre dois tipos de tecnologias, as pré-digitais e as digitais, sendo que o limiar entre elas é, essencialmente, a internet (Floridi, 2005, 2014). As tecnologias pré-digitais seriam o telégrafo, jornal, máquina fotográfica, televisão, entre outros artefatos informacionais tradicionais em seu formato anterior ao surgimento da internet. Já as tecnologias digitais são os notebooks, smartphones, tablets, câmeras de vigilância, etc., os quais podem estar conectados em rede. Uma diferença importante entre os modos de atuação dos dois tipos de tecnologias é a relação destas com seus usuários. Enquanto que nas tecnologias pré-digitais os usuários eram, em sua grande maioria, apenas receptores de informação, nas tecnologias digitais estes mesmos usuários também podem contribuir com informação para a rede (eles podem gerar e compartilhar informação, em tempo real, ao invés de estarem apenas passivos à informação disponível). (João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa).

**Teoria crítica em Ciência da Informação:** formulação histórica da teoria dialética dos estudos biblioteconômico-informacionais como parte da crítica do Iluminismo e ao Positivismo como correntes epistemológicas co-constituidoras da Ciência da Informação. (Gustavo Silva Saldanha).

**Teorias unificadas:** Teorias unificadas são construções teóricas que buscam integrar e harmonizar múltiplos conceitos, princípios e fenômenos de diversas áreas ou disciplinas do conhecimento. Seu propósito fundamental é oferecer uma estrutura explanatória abrangente e coesa, capaz de unificar e explicar fenômenos aparentemente distintos em busca de significação objetiva. (Valdirene Aparecida Pascoal e Maria Eunice Quilici Gonzalez).

**Zemblanidade:** O oposto da serendipidade: enquanto a serendipidade diz respeito a uma descoberta surpreendente e benéfica, produto de um acidente e da atenção e conhecimento necessários para que ela seja identificada, a zemblanidade é um resultado esperado e prejudicial, que ocorre ne-

cessariamente em um determinado contexto e é produto de incompetência e/ou negligência. (Ricardo Peraça Cavassane, Felipe S. Abrahão e Itala M. Loffredo D'Ottaviano).

# PARA SABER MAIS

*Carlos Cândido de ALMEIDA*

*UNESP*

*carlos.c.almeida@unesp.br*

*<https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>*

*Mariana VITTI-RODRIGUES*

*UNESP*

*mvittirodrigues@gmail.com*

*<https://orcid.org/0000-0002-4764-2575>*

Nesta seção, encontra-se a classificação das indicações de bibliografia feitas pelos autores e autoras dos capítulos dos livros “Estudos Pluridisciplinares da Informação: Filosofia, Tecnologia e Semiótica” (Coleção Estudos em Ciência da Informação, nº 2) e “Estudos Pluridisciplinares da Informação: Ciência da Informação, Ética e Linguagem” (Coleção Estudos em Ciência da Informação, nº 3). A bibliografia foi sistematizada pelos organizadores das coletâneas e é imprescindível para compreender mais amplamente os assuntos tratados nestes dois livros. A lista a seguir está dividida por grandes temas de interesse e não refletem a divisão de partes e/ou capítulos.

## INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE INFORMAÇÃO

ADRIAANS, P. Information. ZALTA, E.N. (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Califórnia: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/information>. Acesso em: 19 nov. 2024.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207. 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33134>. Acesso em: 28 dez. 2023.

DÍAZ NAFRÍA, J. M.; SALTO ALEMANY, F. (coord.). **¿Qué es información?** Salamanca: Instituto Nacional de Tecnologías de la Comunicación, 2008.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of information**. Oxford: Blackwell, 1981.

FLORIDI, L. **The Philosophy of Information**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GLEICK, J. O. **A Informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

GONZALEZ, M. E. Q.; NASCIMENTO, T. C. A.; HASELAGER, W. F. G. Informação e conhecimento: notas para uma taxonomia da informação. *In*: FERREIRA, A; GONZALEZ, M. E. Q.; COELHO, J. G. (ed.). **Encontros com as Ciências Cognitivas**. São Paulo: Oficina Universitária, 2004. p. 195-220. (Coleção Estudos Cognitivos, 4).

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

TOUTAIN, L. (Org). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: Edufba, 2007.

## ABORDAGEM QUANTITATIVA DA INFORMAÇÃO

ARNDT, C. **Information measures**. Berlin: Springer, 2004.

ANTA, J. Under Shannon's Bandwagon: rethinking the reception of Information Theory in Thermal Physics, 1948-1957. **HoST Journal of History of Science and Technology**, Lisboa, v. 17, n. 1, p. 17-38, jun. 2023. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.2478/host-2023-0003>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BLAHUT, R. E. Information Theory and Coding. *In*: MIDDLETON, W. M.; VAN VALKENBURG, Mac E. (ed.). **Reference data for engineers: radio, electronics, computer, and communications**. 9th. ed. London: Newnes, 2002. p. 1-31. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780750672917500273>. Acesso em: 19 nov. 2024.

COLLINS, A. From  $H = \log s^n$ , to conceptual framework: a short history of information. **History of Psychology**, Washington, DC, v. 10, n. 1, p. 44-72, 2007. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2007-02158-003>. Acesso em: 19 nov. 2024.

COVER, T. M.; THOMAS, J. A. **Elements of information theory**. 2nd. ed. New Jersey: Wiley-Interscience, 2006.

EDWARDS, E. **Introdução à teoria da informação**. São Paulo: Cultrix, 1971.

EPSTEIN, I. **Teoria da informação**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

GUILBERT, E. N. Information theory after 18 years. **Science**, Washington, DC, v. 152, n. 3720, p. 320-326, 15 Apr. 1966. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.152.3720.320>. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.152.3720.320>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GUIZZO, E. M. **The essential message**: Claude Shannon and the making of information theory. 2003. Dissertação (Mestrado em Escrita Científica) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1721.1/39429>. Acesso em: 19 nov. 2024.

HARREMOES, P.; TOPSØE, F. The quantitative theory of information. *In*: ADRIAANS, P.; VAN BENTHEN, J. (ed.). **Philosophy of Information**. Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 171-216. (Handbook of the Philosophy of Science, 8).

HORGAN, J. Claude Shannon: profile. **IEEE Spectrum**, Piscataway, v. 29, n. 4, p. 72-75, Apr. 1992. DOI: <https://doi.org/10.1109/MSPEC.1992.672257>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/672257>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LE COADIC, Y. A matemática da informação. *In*: TOUTAIN, Lídia (org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: Edufba, 2007. p. 219-238.

LOMBARDI, O.; HOLIK, F.; VANNI, L. What is Shannon information? **Synthese**, New York, v. 193, n. 7, p. 1983-2012, July 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11229-015-0824-z>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11229-015-0824-z>. Acesso em: 19 nov. 2024.

NAEEM, S. *et al.* Brief history of Information Theory by Claude Shannon in Data Communication. **Journal of Applied and Emerging Sciences**, Quetta, v. 13, n. 1, p. 23-30, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.36785/jaes.131550>. Disponível em: <https://journal.buitms.edu.pk/j/index.php/bj/article/view/550>. Acesso em: 19 nov. 2024.

NAHIN, P. J. **The logician and the engineer**: how George Boole and Claude Shannon created the information age. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

NIZAMI, L. Information Theory is abused in Neuroscience. **Cybernetics and Human Knowing**, Washington, DC, v. 26, n. 4, p. 47-97, 2019. Disponível em: <https://chkjournal.com/node/344>. Acesso em: 19 nov. 2024.

- RIOUL, O. This is IT: a primer on Shannon's entropy and information. *In*: DUPLANTIER, B.; RIVASSEAU, V. (ed.). **Information Theory: Poincaré Seminar 2018**. New York: Birkhäuser; Springer Nature, 2021. (Progress in Mathematical Physics, 78).
- RIOUL, O.; MAGOSSY, J. C. On Shannon's formula and Hartley's rule: beyond the mathematical coincidence. **Entropy**, Basel, v. 16, n. 9, p. 4892-4910, Sept. 2014. DOI: <https://doi.org/10.3390/e16094892>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1099-4300/16/9/4892>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- ROMAN, S. **Coding and information theory**. New York: Springer, 1992.
- SHANNON, C. E. The Bandwagon. **IRE Transactions on Information Theory**, New York, v. 2, n. 1, p. 3, Mar. 1956. DOI: <https://doi.org/10.1109/TIT.1956.1056774>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/1056774>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- SHANNON, C. A conversation with Claude Shannon: one's man approach to problem solving. [Entrevista cedida a] Robert Price. [Editado por] Ellersick, F. **IEEE Communications Magazine**, v. 22, n. 5, p. 123-126, May 1984. DOI: <https://doi.org/10.1109/MCOM.1984.1091957>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/1091957>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- SHANNON, C.; WEAVER, W. **The mathematical theory of information**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.
- SLEPIAN, D. Information theory in the fifties. **IEEE Transactions on Information Theory**, Piscataway, v. 19, n. 2, p. 145-148, Mar. 1973. DOI: <https://doi.org/10.1109/TIT.1973.1054963>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/1054963>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- STONE, J. V. **Information theory: a tutorial introduction**. Sheffield: University of Sheffield, 2022.
- TRIBUS, M.; MCIRVINE, E. C. Energy and information. **Scientific American**, New York, v. 225, n. 3, p. 179-188, Sept. 1971.
- VAN DER LUBBE, J. C. A. **Information theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- VERDÚ, S. Fifty years of Shannon Theory. **IEEE Transactions on Information Theory**, Piscataway, v. 44, n. 6, p. 2057-2078, Oct. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1109/18.720531>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/720531>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- WEAVER, W. The mathematics of communication. **Scientific American**, New York, v. 181, n. 1, p. 11-15, July 1949.
- WIENER, N. **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Ciência e informação, v. 2).

## INFORMAÇÃO EM CHARLES SANDERS PEIRCE

DE TIENNE, A. Information in formation: a Peircean approach. **Cognitio**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 149-165, 2005.

EL-HANI, C. N., QUEIROZ, J., EMMECHE, C. **Genes, information, and semiosis**. Tartu: Tartu University Press, 2009.

FERRAZ, A. A. **A natureza formal da matéria a partir da filosofia de Charles Sanders Peirce**. 221 f. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

NÖTH, W. Charles S. Peirce's Theory of Information: a theory of the growth of symbols and of knowledge. **Cybernetics & Human Knowing**, v. 19, n. 1-2, p. 137-161, 2013.

PEIRCE, C. S. **Writings of Charles S. Peirce, v. 1: 1857-1866**. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

PEIRCE, C. S. **Essential Peirce**. Bloomington: Indiana University Press, 1998. v. 2.

SILVEIRA, L. F. B. Informação e verdade na filosofia de Peirce. **Cognitio**, São Paulo, v. 9, p. 281-324, 2008.

SILVEIRA, L. F. B., VITTI-RODRIGUES, M. O conceito de Informação na Filosofia de Peirce. In: GONZALEZ, M. E. Q.; MORAES, J. A.; KERR, D. (org.). **Informação e ação: estudos interdisciplinares**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

STJERNFELT, F. Co-localization as the syntax of multimodal propositions: an amazing peircean idea and some implications for the semiotics of truth. In: JAPPY, T. (ed.). **Bloomsbury Companion to contemporary peircean semiotics**. London: Bloomsbury Academic, 2019. chap. 5

## INFORMAÇÃO E DISCURSO

ASMA, S. T.; GABRIEL, R. **The emotional mind: the affective roots of culture and cognition**. Boston: Harvard University Press, 2019.

DOLEZEL, L. **Heterocosmica: fiction and possible worlds**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

DOR, D. **The instruction of imagination: language as a social communication technology**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Trad. Jean Cristtus Portela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KOCKELMAN, P. **Agent, person, subject, self**: a theory of ontology, interaction, and infrastructure. New York: Oxford University Press, 2012.

LOCHER, M. A.; JUCKER, A. H. (ed.). **Pragmatics of Fiction**. Berlim: De Gruyter Mouton, 2017.

MAINGUENEAU, D. **Elementos linguísticos para o texto literário**. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. Trad. Ingendore V. Koch. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2020.

## **INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES MENTAIS**

BAKER, B.; LANSDELL, B.; KORDING, K. P. Three aspects of representation in neuroscience. **Trends in Cognitive Sciences**, Cambridge, v. 26, n. 11, p. 942-958, Nov. 2022.

CHURCHLAND, P. S.; SEJNOWSKI, T. **The computational brain**. 4th. ed. Cambridge: MIT Press, 1996.

MCGOVERN, K.; BAARS, B. J. Cognitive theories of consciousness. *In*: ZELAZO, P. D.; MOSCOVITCH, M.; THOMPSON E. (ed.). **The Cambridge handbook of consciousness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 177-205.

MORSELLA, E. The function of phenomenal states: supramodular interaction theory. **Psychological Review**, Princeton, v. 112, n. 4, p. 1000-1021, Octo. 2005.

NORTHOFF, G. **Neurowaves**: brain, time and consciousness. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2023.

PICCININI, G.; SCARANTINO, A. Computation vs. information processing: why their difference matters to cognitive science. **Studies in History and Philosophy of Science**, Oxford, v. 41, n. 3, p. 237-246, Sept. 2010.

## **ÉTICA INFORMACIONAL**

BERRIO-ZAPATA, C.; SANT'ANA, R. C. G. **Exclusão digital**: discurso e poder sobre a tecnologia da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/exclusao-digital/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

COECKELBERGH, Mark. **Ética na inteligência artificial**. São Paulo: UBU, 2023.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

FUCHS, C. **Information and society: social theory in the information age**. New York: Routledge, 2008

MOROZOV, E. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: UBU, 2018.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

## **DECOLONIALIDADE, INFORMAÇÃO E GÊNERO**

ASANTE, M. K. **A história da África: a busca pela harmonia eterna**. Petrópolis: Vozes, 2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 14, n. 6, p. 400-425, July 1995. Disponível em: [https://www.academia.edu/1304539/Toward\\_a\\_new\\_horizon\\_in\\_information\\_science\\_domain\\_analysis](https://www.academia.edu/1304539/Toward_a_new_horizon_in_information_science_domain_analysis) . Acesso em: 19 out. 2024.

HOOKS, B. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante, 2022.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, DF: [S.n.], 2012.

MUDIMBE, V. Y. **A ideia de África**. Petrópolis: Vozes, 2022.

NASCIMENTO, E. L.; GÁ, L. C. (org.). **Adinkra: sabedoria em símbolos africanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó; Ipeafro, 2022.

PINHO, F. A.; MELO, L. A. F. de; OLIVEIRA, J. P. de. Os assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas Sophia/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 36-47, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8876/5739>. Acesso em: 19 out. 2024.

SILVA, A. N. do N. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003. Disponível em: [https://adriananunan.com.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-homossexualidade-do-preconceito-aos-padroes-de-consumo\\_-\\_adriana\\_nunan.pdf](https://adriananunan.com.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-homossexualidade-do-preconceito-aos-padroes-de-consumo_-_adriana_nunan.pdf) . Acesso em: 19 out. 2024.

UNESCO. **Metodologia e pré-história da África**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011.

## INFORMAÇÃO E FAKE NEWS

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. (Coleção PPGCI 50 anos).

FALLIS, D. What is disinformation? **Library Trends**, Champaign, v. 63, n. 3, p. 401-426, Apr. 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/579342>. Acesso em: 12 jan. 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. [S.l.]: Council of Europe Report, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disordertoward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 20 jan. 2021.

UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em Jornalismo**. Paris: UNESCO, 2019. (Série Unesco sobre Educação em Jornalismo).

## INFORMAÇÃO E BIG DATA

ABRAHÃO, F. S. *et al.* A simplicity bubble problem and zemblanity in digitally intermediated societies. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MODEL-BASED REASONING*, 9., 2024, Roma. **Proceedings [...]**. [S.l.]: Springer, 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2304.10681>. Acesso em: 10 out. 2024.

ABRAHÃO, F. S. *et al.* A simplicity bubble problem in formal-theoretic learning systems. **arXiv**, New York, n. 2112.12275v2, p. 1-38, abr. 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2112.12275>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**. São Paulo: Autêntica, 2021.

CAVASSANE, R. P. Zemblanity and Big Data: the ugly truths the algorithms remind us of. **Acta Scientiarum: human and social sciences**, Maringá, v. 44, n. 1, e62246, 2022.

CAVASSANE, R. P.; D'OTTAVIANO, I. M. L.; ABRAHÃO, F. S. Big Data and the emergence of Zemblanity and self-fulfilling prophecies. *In: INTERNATIONAL MEETING ON INFORMATIONAL, KNOWLEDGE AND ACTION*, 11., 2021, Virtual. **Proceedings [...]**. [S.l.]: [S.n.], 2021.

MOROZOV, E. **Big Techs: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: UBU, 2018.

ZENIL, H. *et al.* The future of fundamental science led by generative closed-loop artificial intelligence. **arXiv**, New York, n. 2307.07522v3, 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2307.07522>. Acesso em: 10 jul. 2023.

## DOCUMENTO E INFORMAÇÃO

BARBIER, F. **História das bibliotecas**: de Alexandria às bibliotecas virtuais. Tradução de Regina Salgado Campos. São Paulo: Edusp, 2018.

BARTHES, R.; MARTY, E. Oral/escrito. *In*: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 11.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. **O aparecimento do livro**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. Posfácio de Frédéric Barbier. São Paulo: Edusp, 2017.

FROHMANN, B. Documentary ethics, ontology, and politics. **Archival Science**: international journal on recorded information, Dordrecht, v. 8, n. 3, p. 165-180, set. 2008.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton.

**Proceedings [...]** Edmonton: CAIS; ACSI, 1995.

FROHMANN, B.. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

LATOURET, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

MANGUEL, A. **Encaixotando minha biblioteca**: uma elegia e dez digressões. Tradução de Jorio Dauster. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MELOT, M. **A sabedoria do bibliotecário**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

MIDORI, M. **O império dos livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: EDUSP, 2019.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019.

SHANKAR, K.; HAKKEN, D.; ØSTERLUND, C. Rethinking documents. *In*: FELT, U. *et al.* (ed.). 4th ed. **The handbook of Science and Technology studies**. London: Cambridge; Massachusetts: MIT Press, 2017.

## INFORMAÇÃO ECOLÓGICA

BATESON, G. **Mente e natureza**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.

DEBRUN, M. A idéia de auto-organização. *In*: D'OTTAVIANO, I. L.; GONZALEZ, M. E. Q. (org.). **Identidade nacional brasileira e auto-organização**. Campinas: Coleção CLE, 2009. p. 53-74. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/view/121/2311/3857](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/121/2311/3857). Acesso em: 13 nov. 2024.

ESCRIBANO, M. H. **The Philosophy of Affordances**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. New Jersey: Lawrence Earlbaum, 1986.

GONZALEZ, M. E. Q.; MORONI, J. Visões de mundo: uma reflexão a partir da perspectiva da Filosofia Ecológica. *In*: SIMONETTI, M. C. L. (org.). **A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócios e movimentos sociais**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p. 25-37. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a%20\(in\)sustentabilidade.indd.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a%20(in)sustentabilidade.indd.pdf). Acesso em: 24 dez. 2023.

KRISHNAMURTI, J. **Sobre a natureza e o meio-ambiente**. São Paulo: Cultrix, 1997. Disponível em: <https://archive.org/details/SobreANaturezaEOMeioAmbienteJidduKrishnamurti/page/n37/mode/2up> Acesso em: 13 abr. 2024.

MACE, W. J. J. Gibson's ecological approach: perceiving what exists. **Ethics and the Environment**, Bloomington, v. 10, n. 2, 195-216, 2005.

MICHAELS, C. F.; CARELLO, C. **Direct perception**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1981.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

TURVEY, M. T. Affordances and prospective control: an outline of the ontology. **Ecological Philosophy**, Philadelphia, v. 4, n. 3, p. 173-187, 1992. Disponível em: [https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15326969eco0403\\_3](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15326969eco0403_3). Acesso em: 14 nov. 2024.

PACHECO, T. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. *In*: **Racismo Ambiental (Blog)**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/> Acesso em: 13 abr. 2024.

VARELA, F. ; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **The embodied mind: cognitive science and human experience**. Cambridge: MIT-Press, 1991.

# SOBRE OS AUTORES

## **ALEXANDRE ROBSON MARTINES**

Doutorando em Ciência da Informação pelo PPGCI-Unesp/Marília-SP (FFC); doutorado sanduíche (estancia doctoral) 2023-2024, na Universidad de Murcia, Murcia, Espanha. Mestre em Ciências da Informação pelo programa PPGCI - Unesp - Marília/SP (2020). Graduado em Letras - Inglês - Faculdades Integradas Regionais de Avaré (2005) e graduado em Pedagogia para Licenciados pela Universidade Nove de Julho (2014). Professor de Língua Portuguesa, Literatura, Filosofia e Sociologia. Experiente na área de Letras-Linguagem, com ênfase em Linguística, Sociolinguística, Morfologia, Sintaxe, Semiologia, Semiótica, Semântica, Análise do Discurso, Linguística Textual, Pragmática, Filosofia da Linguagem e Representação Social, com trabalhos práticos em produção, correção, avaliação e análise de texto para vestibular, texto acadêmico-científico. Além disso, pesquisador nas áreas da Ciência da Informação, Ciência da Documentação, Organização do Conhecimento, Representação e Recuperação da Informação, Teoria do Conceito, com ênfase nas disciplinas de Análise Documental, Linguagem Documental, Linguística Documental, Semiótica Documental, Terminologia, Indexação, bem como o complemento de interesses científicos em estudos acerca de metodologia científica, de epistemologia, da informatividade, da comunicação e da representatividade, ainda destacando objetos, sistemas e mediação informacional, além da aplicabilidade da linguística computacional, mente computacional, processamento em linguagem natural e cognição no desenvolvimento de competências linguística, semiótica, comunicacional e informacional e aquisição de conhecimento.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3594532968978800>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4524-0978>

E-mail: [alexandre.martines@unesp.br](mailto:alexandre.martines@unesp.br)

### **ANDERSON VINÍCIUS ROMANINI**

Professor livre-docente da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Integra os programas de pós-graduação PPGCOM (Comunicação) e PGEHA (Estética e História da Arte). Pesquisador na área de semiótica e teoria da comunicação, tem foco em estudos sobre a filosofia da linguagem, epistemologia da comunicação e a obra de Charles S. Peirce. Como jornalista, foi repórter, editor ou colaborador em diversos meios de comunicação, nas quais cobriu assuntos de cultura, ciência e sustentabilidade. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Ciência Cognitiva (SBCC) de 2017 a 2021. É editor-científico da revista *Semeiosis* (Revista Transdisciplinar de Semiótica e Design) e autor do livro *Peirce and Biosemiotics* (Springer).

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6215760548706506>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6558-0550>

E-mail: [vinicius.romanini@usp.br](mailto:vinicius.romanini@usp.br)

### **AUGUSTO JÚNIOR MACUCULE**

Docente da Escola Superior de Jornalismo (ESJ), Maputo, Moçambique. Atualmente é Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), vinculado à linha de pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação. Graduado em Administração Pública pelo Instituto Superior de Relações Internacionais. Membro do grupo de pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional. Integrante do projeto de pesquisa Inteligência organizacional e inteligência social no contexto do big data: análise de dados para a geração de diferenciais competitivos. Diretor do curso de Publicidade e Marketing da ESJ, gestão 2014-2019. Chefe do Departamento de Auditoria Interna da ESJ, gestão 2019-2023.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0511199309151030>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6014-0070>

E-mail: [augusto.j.macucule@unesp.br](mailto:augusto.j.macucule@unesp.br)

### **CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA**

Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília, com atuação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação. Professor visitante na Universidad Carlos III de Madrid (Espanha, 2021) e Universidad Nacional de Misiones (Argentina, 2012). Pós-Doutor em Biblioteconomia e Documentação pela Universidad de Zaragoza, Espanha. Doutor em Ciência da Informação pela UNESP, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina e graduado em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina. Tem interesse nas áreas: Epistemologia, Ciência da Informação, Semiótica, Comunicação, Organização da Informação, Organização do Conhecimento e Mediação.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3901317157203491>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>

E-mail: [carlos.c.almeida@unesp.br](mailto:carlos.c.almeida@unesp.br)

### **GUSTAVO SILVA SALDANHA**

Pesquisador titular – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (IBICT MCTI) ; professor associado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) ; Bolsista de Produtividade 2 CNPq MCTI. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2006); Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG (2008); especialista em Filosofia Medieval pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro (2009); Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do acordo de cooperação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - PPGCI IBICT UFRJ (2012). Realizou, sob o fomento da Capes, o estágio pós-doutoral na Université Toulouse III Paul Sabatier, França (2017-2018).

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6143079905555041>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7679-8552>

E-mail: [saldanhaquim@gmail.com](mailto:saldanhaquim@gmail.com)

### **JOÃO ANTONIO DE MORAES**

Atualmente é professor substituto do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Filosofia pela UNICAMP; Mestre, Licenciado e Bacharel em Filosofia pela UNESP. Autor dos livros “Implicações éticas da virada informacional na Filosofia” (EDUFU, 2014) e “O paradigma da complexidade e a Ética Informacional” (CLE-UNICAMP, 2019), além da organização de outros títulos e publicação de artigos nos temas Ética Informacional, Filosofia da Informação e Ciência Cognitiva. É membro do Grupo Acadêmico de Estudos Cognitivos (UNESP), do Grupo Interdisciplinar CLE Auto-Organização (UNICAMP) e do International Center for Information Ethics (ICIE). Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Ciência Cognitiva (2019-2021).

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8415778053156923>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6057-5138>

E-mail: [moraesunesp@yahoo.com.br](mailto:moraesunesp@yahoo.com.br)

### **LUCIANA DE SOUZA GRACIOSO**

Doutora em Ciência da Informação (IBICT/UFF). Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UFSCar. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCI/UFSCar). Bolsista Produtividade CNPQ (PQ/2).

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4898201916360294>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6320-4946>

E-mail: [luciana@ufscar.br](mailto:luciana@ufscar.br)

### **MARCO DONIZETE PAULINO DA SILVA**

Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade (UFSCar). Professor em Biblioteconomia. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Atuante em temáticas culturais e artísticas.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1474293377346927>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1401-7180>

E-mail: [marco\\_donizete@yahoo.com.br](mailto:marco_donizete@yahoo.com.br)

**MARIA LÍVIA PACHECO DE OLIVEIRA**

Doutora e mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Bacharela em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas. Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba - departamento de comunicação, curso de Relações Públicas, e professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Observinter - Observatório de Estudos Interdisciplinares da Informação - CNPq. Tem interesse nas áreas de competência crítica em informação, comunicação organizacional, desinformação e infoethics.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6242230957935100>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2945-7656>

E-mail: [maria.livia@academico.ufpb.br](mailto:maria.livia@academico.ufpb.br)

**MARIANA VITTI-RODRIGUES**

Pós-doutorado em Filosofia da Informação e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2024). Doutorado em Filosofia da Ciência pela Universidade de Copenhagen (2019). Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014). Bacharelado em Filosofia (2012) e Licenciatura Plena em Filosofia (2010) pela mesma universidade. Tem interesse nos conceitos de informação, abdução, significado, serendipidade, amizade, e estilos de pensar e fazer ciência, bem como nas consequências epistemológicas e éticas da crescente automação da prática científica para os processos de descoberta científica.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4365289597123626>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4764-2575>

E-mail: [mvittirodrigues@gmail.com](mailto:mvittirodrigues@gmail.com)

**MARIVALDE MOACIR FRANCELIN**

Professor da Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Biblioteconomia e doutor em Ciência da Informação. Docente dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (CBD) e de pós-graduação em Ciência da Informação na Escola de Comunicações e Artes (PPGCI/ECA). Pesquisa o campo epistemológico da Ciência da Informação e os conceitos na Organização do Conhecimento. Pesquisa o campo epistemológico da Ciência da Informação e os conceitos na Organização do Conhecimento.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2052055753251299>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9576-7743>

E-mail: [marivalde@usp.br](mailto:marivalde@usp.br)

**MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM**

Professora Titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-doutorado pela Universidad de Salamanca (USAL), Espanha. Livre Docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela Unesp. Presidente da Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC), gestão 2021-2023. Atuou como Supervisora do Instituto de Políticas Públicas de Marília (IPPMAR), gestão 2021-2023. Atuou como Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Unesp, gestão 2017-2021. Atuou como Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2016-2019. Foi bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ-1D), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período entre 2002 a 2023.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1484808558396980>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4248-5934>

E-mail: [valentim@valentim.pro.br](mailto:valentim@valentim.pro.br)

**PEDRO RAMOS DOLABELA CHAGAS**

Professor Adjunto de Literatura Brasileira e Teoria Literária da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor em Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Doutor em Estética e Filosofia da Arte pela UFMG. Desenvolve projetos de pesquisa sobre teoria e história do romance, narratologia cognitiva e pragmática da leitura da ficção. Tem experiência em literatura hispanoamericana e norteamericana. É autor de “1970’: Arte e Pensamento” (EdUFMG) e “Todos eles romances: a variação do gênero no Brasil, 1960-1980” (EdUNICAMP).

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0096272280433688>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0336-489X>

E-mail: [dolabelachagas@gmail.com](mailto:dolabelachagas@gmail.com)

**RAFAEL RODRIGUES TESTA**

Doutor em Filosofia pela UNICAMP; Mestre e Bacharel pela mesma instituição. Possui experiência em Lógica Matemática, Epistemologia Formal e no ensino e divulgação da Lógica e da Filosofia. Realizou pós-doutorados no Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE-UNICAMP); na Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia da Universidade da Madeira (FCEE-UMa, Portugal); e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). Dentre seus trabalhos de pesquisa e divulgação, destaca-se a investigação dos impactos éticos, lógicos e epistemológicos das Inteligências Artificiais.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0450974769891807>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7052-1376>

E-mail: [rafaeltesta@gmail.com](mailto:rafaeltesta@gmail.com)

### **RENATA VICENTINI MIELLI**

Jornalista. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da USP. É coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e Assessora Especial da Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação. Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Possui graduação em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero (2003). Comissão Permanente de Comunicação do Conselho Nacional de Direitos Humanos entre 2015 e 2022. Integrou o Conselho de Comunicação da Câmara dos Deputados entre 2019-2020. Foi Coordenadora Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) entre 2016-2020 e integrou a Executiva do FNDC entre 2011-2020. Integrou a Câmara de Conteúdos e Direitos Autorais do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) entre 2022 e 2023 e a Câmara de Universalização e Inclusão Digital do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) entre 2013 - 2020. Foi coordenadora do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé entre 2010 e 2023. Integrou a Coalizão Direitos na Rede entre 2016 e 2023.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3096487542895956>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4513-6214>

E-mail: [renatavmielli@gmail.com](mailto:renatavmielli@gmail.com)

### **RODRIGO RABELLO**

Professor Adjunto da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutor em Ciência da Informação pela UNESP. Realizou estágios de pós-doutorado em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e na UnB. Integra o Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação, também na condição de vice-líder. Temas de interesse: fundamentos da Ciência da Informação, estudos epistemológicos, políticos, sociais, histórico-conceituais sobre informação, documento, usuário e não-usuário de informação, sujeito informacional, práticas informacionais.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3092147925440268>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>

E-mail: [rdgrabello@unb.br](mailto:rdgrabello@unb.br)

## **SOBRE O LIVRO**

### **CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Telma Jaqueline Dias Silveira  
CRB 8/7867

### **FORMATO**

16 x 23cm

### **NORMALIZAÇÃO**

Janaína Celoto Guerrero de Mendonça  
CRB-8 6456  
Lucas Corrêa da Cunha Silva  
CRB 3: CE1626  
Giovanna Karolline Lemes de Lima

### **TIPOLOGIA**

Adobe Garamond Pro

### **CAPA E DIAGRAMAÇÃO**

Gláucio Rogério de Moraes

### **PRODUÇÃO GRÁFICA**

Giancarlo Malheiro Silva  
Gláucio Rogério de Moraes

### **ASSESSORIA TÉCNICA**

Renato Geraldi

### **OFICINA UNIVERSITÁRIA**

Laboratório Editorial  
labeditorial.marilia@unesp.br



"Como é de se presumir, o diálogo entre cientistas da informação, cientistas da computação, filósofos e outros especialistas e as convenções sobre os termos de toda e qualquer discussão nem sempre são fáceis de atermar.

A ideia original de reunir os estudos da ciência da informação, ciência da computação, filosofia e outras áreas sobre o tema informação ficou extremamente complexa, como devia de ser. Para tanto, foi recomendado separar o projeto em duas coletâneas: a primeira, intitulada "Estudos pluridisciplinares da informação: filosofia, tecnologia e semiótica" (Coleção Estudos em Ciência da Informação; 2) e a segunda, intitulada "Estudos pluridisciplinares da informação: ciência da informação, ética e linguagem" (Coleção Estudos em Ciência da Informação; 3). A leitura do conjunto permitirá uma compreensão mais adequada das perspectivas realistas e relativistas da informação, embora estas classificações não sejam sempre as mais adequadas para abarcar a complexidade das contribuições dos diversos autores."



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



Programa CAPES Pró-Instituição - Conselho de Financiamento (C)  
Processo 01/00727/2013 (2013)  
Cadastro para Ingresso no CAPES PROTEX - Avaliação 1/2013 (2013)  
Processo 01/00727/2013 (2013)

ISBN 978-65-5954-634-3



9 786559 546343